



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 72

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 20 de Março de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Fernando Lopes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia

Ao abrigo do artigo 95º do Regimento, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Artur Lima (*PP*), tendo usado posteriormente da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*PP*), Lizuarte Machado (*PS*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*).

Em seguida, proferiram intervenções de interesse político relevante para a Região os Srs. Deputados Gilberta Rocha (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Campos (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), João Cunha (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), Paulo Messias (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*PP*),

Vasco Cordeiro (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*) e os Srs. Secretários Regionais dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*), Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*) e da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Período da Ordem do Dia

1º - Apresentação e debate da Proposta de Resolução - “Prevenção da indisciplina na escola”.

A apresentação da referida proposta coube ao Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), tendo usado da palavra sobre a mesma os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

Submetida à votação, a proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

2º - Proposta de Resolução sobre a “Revogação do Despacho Normativo nº 44/2002, de 19 de Setembro, do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura”, apresentada pelo PCP.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), José Rego (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Joaquim Machado (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

A proposta foi rejeitada por maioria.

3º - Petição sobre medidas de segurança nas instalações da EB 2,3 Roberto Ivens, em Ponta Delgada.

Após a apresentação do Relatório da Comissão de Assuntos Sociais, usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), José Rego (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Paulo Gusmão (*PP*).

Na sequência do relatório, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma Proposta de Resolução a qual foi rejeitada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), José Rego (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Paulo Gusmão (*PP*).

4º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que – “altera o Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 13 de Maio, diploma que adapta à Região o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro – (Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial)”.

Após a apresentação do diploma pela Sr. Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*PP*), Sérgio Ferreira (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade na generalidade e na especialidade, com excepção dos artigos 16º e 17º, os quais foram aprovados por maioria.

Usaram da palavra para proferir declarações de voto, os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*) e Hernâni Jorge (*PS*).

5º - Anteproposta de Lei - “Alteração ao abrigo do artigo 58º. do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 566/99, de 22 de Dezembro.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

6º - Proposta de Resolução – “para uma plataforma de entendimento relativa ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS”.

Feita a apresentação do documento pelo Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), Artur Lima (*PP*), Bento Barcelos (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*).

Submetida à votação, a proposta em apreço foi rejeitada por maioria.

7º - Relatório final apresentado pela Comissão Eventual para o Estudo e Financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Após a apresentação do relatório pela Sra. Deputada Natividade Luz (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Barros (*PS*), Artur Lima (*PP*), José Decq Mota (*PCP*) e Bento Barcelos (*PSD*).

8º - Comunicação do Governo Regional ao abrigo da alínea a) do nº. 1 do artigo 101º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

A apresentação foi feita pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*), tendo solicitado esclarecimentos os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Artur Lima (*PP*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

9º - Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Março, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram à 01.00 hora)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 35 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Couto de **Sousa**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do Nascimento de Ávila
Lizuarte Manuel Machado
Luís Paulo de Serpa Alves
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira Campos
Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal Lima

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para proferir uma declaração política.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por algum motivo existem Leis, Decretos-Lei e todo um conjunto de legislação e regulamentação que disciplina o exercício de uma determinada actividade.

A legislação é mesmo específica, em determinadas áreas, de que é exemplo a área da saúde, pois tem evidentemente que se proteger a saúde pública de uma forma geral e os utentes em particular; há igualmente que defender o Estado contra eventuais tentações de burla.

E por alguma razão também a medicina não é hoje o que era há 40 ou 50 anos atrás.

Como ciência que é, a medicina e a arte médica, têm que acompanhar a evolução da tecnologia e a exigência cada vez maior da sociedade, em busca de mais e melhores tratamentos e conseqüentemente a medicina moderna teve de evoluir para áreas cada mais específicas, constituindo-se assim em especialidades e estas, em alguns casos, em sub-especialidades.

Assim sendo, só deverá exercer determinada especialidade quem de facto esteja profissionalmente habilitado para tal.

É em consequência disso que, por exemplo, no caso da medicina dentária, a Portaria 18/88, de 29 Março, é clara ao dizer que apenas devem ser comparticipados os tratamentos efectuados por Médicos-Dentistas, Médicos Estomatologistas, Cirurgiões Maxilofaciais e Odontologistas legalmente habilitados.

No espírito do legislador existiu obviamente a intenção de desencorajar os não especialistas e de, ao mesmo tempo, proteger o utente e a saúde pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Vem tudo isto a propósito para referir que foi devida e documentalmente denunciada aos conselhos de administração dos Centros de Saúde do Pico, à Unidade de Saúde da Ilha do Pico, à Direcção Regional de Saúde e à própria Secretaria Regional de Assuntos Sociais, uma situação irregular repetidamente ocorrida naquela ilha.

Importa referir que, apesar disso, nunca a situação foi regularizada; e continua-se hoje em dia a reembolsar actos médico-dentários praticados por não especialistas, numa olímpica violação da Lei!

Não se está a dizer que um médico de clínica geral não poderá, eventualmente, praticar qualquer acto médico para o qual se sinta habilitado; o que se diz é que não poderão ser comparticipados os tratamentos por ele efectuados.

Existe lei que regulamenta isto a nível regional e ao Governo não resta outra solução que não seja a de zelar pelo integral cumprimento daquilo que está legislado e regulamentado, o que não se verificou até hoje, apesar de ser facto público e um caso que até já foi denunciado à tutela, sensivelmente há dois anos.

No caso denunciado, prova-se mesmo que há sobrediscriminação dos actos médico-dentários, lesando obviamente o Estado, pois estão a discriminar-se tratamentos que não foram efectuados ao utente e daí resulta que o Estado é levado a pagar aquilo que não devia.

Não temos dúvidas tratar-se de um facto da maior gravidade, que exige ser investigado até às últimas consequências e urgentemente corrigido.

Tudo isto foi denunciado por um profissional de saúde, do Centro de Saúde de São Roque do Pico, ao Conselho de Administração, à Unidade de Saúde da Ilha, à Direcção Regional de Saúde e à Secretaria Regional de Assuntos Sociais, por diversas vezes, por escrito e até em audiência junto da tutela. De sublinhar também que tudo isto foi amplamente denunciado na imprensa regional, nomeadamente na rádio e nos jornais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Depois de quanto se disse, é lógico perguntar: e o que fez a tutela?

Rigorosamente nada; é o que se impõe dizer! Absolutamente nada para corrigir o que estava mal!

Ou, porventura, dizendo melhor: fez-se alguma coisa; levantou-se um processo disciplinar ao profissional de saúde que tinha denunciado, o que culminou com a sua expulsão da função pública.

É justamente isso que nos leva, naturalmente, a tecer algumas considerações.

Infelizmente somos forçados a concluir, em primeiro lugar, que quem é sério e procura defender o interesse público, é ameaçado, perseguido e mesmo expulso da função pública, num processo que não pode deixar de ser considerado escandaloso, persecutório e “cirurgicamente” orientado para expulsar o funcionário da função pública, evitando assim que tenha acesso a mais casos, dando logicamente azo a que se conclua que a tutela, agindo assim, só poderia estar a proteger alguém!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É caso para perguntar: porquê?

E no caso concreto do Pico, é mesmo inevitável que se formule a dúvida se a “protecção” se deverá ao facto de se tratar de um destacado militante socialista!

Ou, como alguns são levados a suspeitar, poderá estar-se em presença de um desleixo generalizado. Porque é preciso notar que este problema de sobrediscriminação de actos se verifica em outras ilhas, também com manifesto

prejuízo do erário público e segundo se calcula seguramente em valores na ordem dos milhões de euros!

Ora numa altura em que se fala em falta de dinheiro para a saúde, não estaria na altura de se fazer um controlo rigoroso do desperdício, ou, dizendo melhor, do desvio, se se não quiser dizer da burla?

Impõe a verdade que se diga ainda que se julga ser inédito esse estilo de expulsão, usando e abusando da aplicação da pena máxima, por demais tratando-se de um profissional sério, habituado ao cumprimento do dever e sem antecedentes disciplinares.

É com um exemplo como este que se pretende fixar profissionais de saúde na Região?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por uma questão ética, moral e de justiça, não poderia deixar de denunciar tudo isto e esperar que o novo Secretário dos Assuntos Sociais tome medidas adequadas à resolução dos problemas, nomeadamente os desta natureza, a bem de todos nós e da nossa saúde, continuando a corrigir os erros e suprir as lacunas da sua antecessora no campo.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais está inscrito para prestar esclarecimentos, mas sinto a necessidade de tentar fazer um esclarecimento.

No nosso Regimento não está limitada a figura de declaração política. Eu entendo que essa figura deve ser usada com alguma parcimónia para tratamento de assuntos mais globais e genéricos de natureza eminentemente política.

Sem prejuízo do direito que assiste ao Sr. Deputado de fazer as intervenções que muito bem entender – é absolutamente livre para o fazer – eu creio que a sua intervenção não será bem uma declaração política. Aliás, como referiu no texto, foi uma denúncia de situação.

Do meu ponto de vista, teria mais cabimento como uma intervenção normal no período de antes da ordem do dia.

Embora não esteja delimitada essa fronteira e sendo difícil delimitá-la, eu creio que deveríamos ter algum cuidado ao utilizar esta figura regimental que deve ficar reservada para outro tipo de situações.

Não quero com isto censurar rigorosamente ninguém, mas queria apenas chamar a atenção da câmara para isso.

Do meu ponto de vista, não se terá tratado bem desta figura regimental, mas de uma intervenção no período de antes da ordem do dia.

Era apenas isto que queria dizer sem qualquer aspecto de censura, mas chamando a atenção da câmara para a utilização do Regimento com mais rigor.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão pede a palavra para...?

Deputado Paulo Gusmão (PP): Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpelação que gostaria de fazer, com toda a aceitação do que acabou de dizer, é se porventura, no passado, isso não terá acontecido por diversas vezes e V. Exa., até hoje, nada havia dito sobre essa matéria.

Gostaria de perguntar também se não é verdade que este Grupo Parlamentar tem usado essa figura regimental com bastante parcimónia.

Em terceiro lugar, gostaria de perguntar a V. Exa. se não acha que a gravidade desta questão, se não acha que o âmbito da área que se está a tratar, se justifica ou não que seja usada essa figura regimental.

São estas as perguntas que gostaria de colocar a V. Exa.

Presidente: Relativamente ao facto do PP usar esta figura, naturalmente penso que o PP não tem abusado.

Trata-se de uma questão de fronteira difícil de delimitar.

No passado, penso que não, mas também não tenho uma memória de tudo o que se passa aqui dentro, mas tenho a ideia de que a declaração política configura outro tipo de situações.

Quanto à gravidade da situação é uma denúncia.

Eu estou a dizer isto com a maior das boas vontades. Não se trata de prejudicar qualquer intervenção política por parte do PP ou de qualquer deputado nesta Casa.

Era apenas para termos em atenção isto.

A declaração foi feita e foi usada essa figura regimental.

Não há nenhum incidente de natureza regimental. É apenas uma chamada de atenção que eu quis fazer.

Portanto, considero que a situação está normalizada.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar não me esquecer nem das suas palavras, nem do objecto regimental da figura que foi usada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e dentro daquilo que sei, vou prestar alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar e relativamente à questão mais genérica que o Sr. Deputado Artur Lima colocou sobre a comparticipação de médicos de clínica geral ou de outras especialidades que não estomatologia ou medicina dentária, a respeito de actos praticados nesta área, o assunto foi-me colocado há menos de uma semana quando recebi o Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, bem como os membros da Direcção Regional dessa ordem. Dei ordens para que o assunto fosse juridicamente informado para que possa, relativamente a ele, tomar uma decisão.

Sem querer entrar em matérias muito concretas, não posso deixar de dizer que, relativamente ao processo disciplinar que o Sr. Deputado Artur Lima falou, pelo conhecimento que eu tenho dele, a base da acusação que fundamenta a pena, não terá sido qualquer tipo de denúncia, terá sido antes, outro tipo de comportamento muito concreto.

De qualquer modo, sobre isto e porque felizmente vivemos num estado de direito, sei que há um recurso jurisdicional do interessado nesta matéria.

Aguardemos com serenidade que os tribunais façam justiça.

O Sr. Deputado Artur Lima também falou em desperdícios e até em burlas. Obviamente que estamos todos interessados em reduzir o desperdício e em não tolerar burlas.

Para isso, como teremos oportunidade, ainda hoje, a respeito do financiamento do nosso sistema de saúde, de falar nestas matérias, falar inclusivamente na necessidade de, através da informática e dos modernos meios, haver um melhor e mais eficaz controlo, nomeadamente das participações que são pagas, posso dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que o Governo Regional tem todo o interesse e toda a determinação em combater o desperdício e em não tolerar a burla.

Havendo casos mais concretos, o Governo agradecerá qualquer esclarecimento.

De resto, e em termos de saúde oral, é empenhamento deste Governo prosseguir com a promoção e a prevenção da saúde oral nos Açores, através da contratação ou entrada para os quadros da administração regional de novos especialistas.

Sabemos que é uma área que teve, nos últimos anos, em parte, graças ao advento e ao surgimento dos médicos dentistas, melhorado na Região. Ainda há muito a fazer e a tutela continuará a respeitar e a recorrer aos diversos especialistas nesta área, dentro dos seus enquadramentos, dentro das suas especialidades científicas e daquilo que são também as funções de cada um, sem qualquer tipo de interesse – diga-se com sinceridade – em guerras corporativas ou noutra tipo de interesse, mas protegendo, valorizando e necessitando de todos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que não restam dúvidas daquilo que aqui foi denunciado. É um assunto da maior gravidade, porque, apesar de ter sido referido aqui um caso específico, isto verifica-se, como eu disse, um pouco por toda a Região.

Se não se considera que estar a burlar o Estado, porque ao fim e ao cabo é disso que se trata, não mereça atenção, eu não tenho mais comentários a fazer sobre esta matéria.

Agora, que o assunto é da maior gravidade, não resta dúvida a ninguém.

Quanto ao seu empenho, Sr. Secretário, não tenho a mínima dúvida e já o demonstrou ainda há bem pouco tempo, em resolver esse problema.

Eu chamo-lhe atenção que a Portaria 18/88 é bem clara. Ela diz que apenas poderão ser reembolsados os actos constantes nessa tabela, desde que praticados para as especialidades que já referi (Médicos-Dentistas, Médicos Estomatologistas, Cirurgiões Maxilofaciais e Odontologistas legalmente habilitados).

Nesta altura, quanto à dúvida que o Sr. Secretário põe, não conheço o processo, porque ele está lá há bem pouco tempo, mas há quem o conheça e não tenha dito nada.

O profissional de saúde em causa está disponível para prestar declarações, como aliás sempre estive e foi o primeiro a pedir à tutela, por escrito, um processo de averiguações a esta questão – eu tenho aqui documentos que provam isso e posso fornecer-lhe se precisar – só que nunca lhe foi dado ouvidos, durante um ano, quando denunciou isso. Ao fim de um ano resolveu-se levantar um processo disciplinar ao profissional.

Leio apenas uma das classificações de serviço dadas pelo seu chefe quando eram amigos: - quando dois amigos se zangam, às vezes dá-se estas coisas!

“É minha convicção de que o notado além de dispor dos conhecimentos técnico-científicos necessários ao desempenho das suas actuais funções, está apto para exercer funções de exigência superior e até de chefia da sua área profissional.”

Deputado Dionísio Sousa (PS): Comprova-se que é uma declaração política.

O Orador: Eu estou a prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário, porque ele afirmou que não conhece o processo. Se o Sr. Deputado não percebe português, a escola primária ainda aceita inscrições.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à primeira questão colocada pelo Sr. Deputado, eu não me vou pronunciar, porque questões relacionadas com a área dos médicos eu não domino, não conheço.

Evidentemente o Sr. Secretário tomará as medidas que forem necessárias tomar, relativamente a essa matéria.

Quanto à segunda questão colocada sobre o processo disciplinar, devo dizer que é um processo disciplinar relativamente a uma pessoa que estimo e pela qual tenho uma enorme consideração. A pessoa em causa recorreu da decisão, tanto quanto sei. Gostava de dizer que as afirmações proferidas relativamente a essa matéria são graves, ridículas e imorais, particularmente trazidas aqui por um médico da especialidade que aproveitou o facto de ser deputado para estar nesta Casa a defender questões corporativistas.

Isto é absolutamente ridículo e imoral.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Secretários Regionais do Ambiente e da Agricultura e Pescas)

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que não entrássemos agora em pormenores de natureza procedimental, processual ou disciplinar.

Este é um órgão de competência genérica, mas não podemos chegar ao ponto de tratar de questões concretas e pessoais.

Fazia um apelo para encerrarmos esta questão concreta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da minha parte não tenho mais nada a dizer. Julgo que fui bastante claro.

Gostaria apenas de lamentar a observação feita pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, quando revela que não percebe rigorosamente nada do que disse e não sabe o que está dizer, porque se soubesse tinha ficado calado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A imigração é um factor essencial da vivência da modernidade. Em termos externos ou no interior de um mesmo país ou região a mobilidade tem vindo a intensificar-se e sua limitação deve ser justificada em razões de carácter excepcional. Convivência de pessoas com origens geográficas, hábitos e culturas distintas a imigração deve ser encarada numa perspectiva ampla, com vantagens ao nível económico, um dos seus principais determinantes, mas também a nível político, social e cultural.

Em Março de 2001 foi trazida a esta Assembleia, pela voz da Deputada do Partido Socialista Nélia Amaral, a preocupação relativa a este fenómeno novo na sociedade açoriana. Realçava, entre outros aspectos, a nossa condição centenária de povo emigrante como condição de compreensão acrescida no acolhimento e integração dos novos residentes.

De então para cá continuamos a assistir ao seu aumento. Embora a informação quantitativa disponível não seja sempre coincidente entre os diversos organismos, temos uma ideia da sua evolução e de algumas das suas características. Embora sejam dados bastante gerais e pouco pormenorizados, servem de base ao tema que nos propusemos aqui trazer.

Segundo informação dos Serviços de Estrangeiro e Fronteiras e da Inspeção-Geral do Trabalho, hoje conhecida, e que nos foi facultada pelo Dr. Paulo Mendes da Associação dos Imigrantes dos PALOP, tinha-se passado nessa altura dos cerca de 4000 residentes estrangeiros existentes em meados da década de noventa para valores da ordem dos 5000 (valores de 2000). A evolução mais recente acentua a tendência anterior, já que o valor respeitante ao ano de 2001 é de 6400, para em 2002 ultrapassar as 8000 pessoas.

Uma caracterização genérica por regiões e países de origem relativas ao ano 2000 indica que 1730 (35%) são da Europa, sendo 566 (11%) da UE e 1164 (24%) do resto da Europa, sendo de realçar de entre estes os 766 (15% do total) da Ucrânia. De outras regiões salienta-se ainda os 762 (15% do total) de África, em especial Cabo Verde, com 413 pessoas, ou seja, pouco mais de 8% do total; 1613 (33% do total) da América do Norte e 840 (17% do total) da América Central e do Sul, sendo neste caso 16% - 800 pessoas, do Brasil

Neste conjunto, encontramos situações de residentes estrangeiros que não se enquadram propriamente no fenómeno imigratório, como são os norte-americanos residentes na Base das Lajes. Exceptuando este caso particular, temos três grandes regiões de origem: África, em especial Cabo Verde, mas também Guiné e Angola; Europa, com realce para a Ucrânia e América do Sul, designadamente o Brasil.

Se atendermos à sua distribuição por ilhas, 53% estão na ilha Terceira, incluindo nestes os norte-americanos residentes na Base das Lajes. Os restantes repartem-se do seguinte modo: 21% em S. Miguel; 15% no Faial; 6% no Pico, tendo as outras ilhas valores próximos dos 1% do total dos residentes estrangeiros.

No entanto, dada a diversidade geográfica e demográfica do arquipélago, a sua importância quantitativa face ao conjunto populacional de cada ilha é obviamente bastante distinta. A Terceira e o Faial apresentam valores semelhantes, da ordem dos 6%, embora também aqui as diferenças sejam relevantes devido à situação particular dos residentes na Base das Lajes, como já referimos, seguindo-se o Pico com 2,5%, as Flores e o Corvo com pouco mais de 2%, tendo as restantes ilhas valores próximos dos 1%.

No que respeita à actividade profissional em 2002: 80% (1884) dos imigrantes estão na Construção Civil; 6% em actividades não identificadas (outras); 4,7% na Serração de Madeiras; 3,4% na Restauração, cerca de 3%, divididos sensivelmente em partes iguais no Comércio e na Hotelaria e da ordem dos 1% em actividades como a Agropecuária, a Serralharia e os Transportes.

Neste enquadramento, onde se mantêm e até acentuam as alterações do fenómeno migratório na Região, ainda que dele tenhamos um conhecimento superficial; se acentua de uma forma generalizada o envelhecimento demográfico, em especial em algumas ilhas e acaba de sair uma nova lei da imigração, que pretende disciplinar a entrada de imigrantes às necessidades do mercado de trabalho, cremos que este assunto deve merecer de todos nós uma reflexão aprofundada. É por essa razão que hoje trazemos novamente o assunto a esta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em termos demográficos e económicos, aspectos que são normalmente invocados na abordagem desta problemática, os Açores, como acontece em grande parte do

mundo economicamente mais desenvolvido, em especial na Europa, regista uma tendência clara de envelhecimento populacional. Se a nível da globalidade do arquipélago este se apresenta relativamente atenuado, devido à situação excepcional da ilha de S. Miguel, o mesmo não acontece em algumas ilhas, onde o desequilíbrio etário é uma realidade evidente e cada vez mais gravosa. Embora se tenha assistido na última década a um aumento da população em idade activa, consequência de um declínio da emigração e aumento da imigração, este não foi suficiente para repor a diminuição consequente a um declínio da mortalidade e da natalidade. Não se prevendo alterações significativa na tendência destes fenómenos, o equilíbrio demográfico depende quase que exclusivamente da mobilidade e mais concretamente da imigração.

Com efeito, apesar de já se terem verificado ganhos substanciais a nível da mortalidade, tendo a população dos Açores uma Esperança de Vida à Nascimento da ordem dos 75 anos, muito semelhante à verificada no conjunto do país e que apresenta uma homogeneidade entre as diversas ilhas – facto que não acontecia num passado não muito recuado – tudo indica que nos próximos anos se assista ainda a algumas melhorias, chegando-se a valores similares aos observados em outros países, com um ganho de mais 3 ou 4 anos de vida. Por via desta evolução o envelhecimento agravar-se-á.

No que respeita à natalidade não se prevê uma inversão de tendência, não só porque o declínio da fecundidade é relativamente recente, como não nos parecem existir as condições observadas noutros países que propiciaram ligeiros acréscimos no número de filhos por mulher. As dificuldades no mercado de trabalho, acentuadas por uma nova legislação laboral, não são, com efeito, propiciadoras de um aumento da natalidade para já não falar do agravamento em outros aspectos da vida quotidiana. Assim, também por esta via aumentará o envelhecimento.

Apesar da ligeira retoma demográfica registada entre 1991 e 2001, os quantitativos estão relativamente longe das estimativas realizadas há poucos anos atrás, que apontavam para valores da ordem, ou até superiores, a 245.000 habitantes. Ficamos pelos 242.000. Mais, por indicação dos próprios produtores de informação estatística nacional, a aplicação de um factor de correcção da qualidade destes dois

últimos recenseamentos aponta para um decréscimo e não para um aumento da população do arquipélago, aspecto que terá de ser tomado em consideração em futuras projecções.

Esta evolução global não permite, todavia, avaliar os casos particulares de cada uma das ilhas, mas a situação registada no censo de 2001 – a continuidade da tendência já observada desde o início dos anos oitenta – aponta para situações de acentuado desequilíbrio etário principalmente nas ilhas Graciosa, Pico, Flores e Corvo, onde o número de pessoas com 65 e mais anos é superior aos das que têm menos de 15 anos. Mas o envelhecimento é também relevante em S. Jorge e no Faial, ilhas onde as diferenças entre estes dois grupos são quantitativamente diminutas.

No entanto, se numa perspectiva estritamente demográfica esta necessidade de imigração, ou num sentido mais amplo de mobilidade no sentido da entrada, não oferece, assim o cremos, contestação, em termos económicos podemos encontrar entendimentos relativamente distintos. Com efeito, uma situação de desenvolvimento económico torna evidente a necessidade de mão-de-obra, enquanto que uma situação de estagnação económica, ou até de recessão, pode conduzir a um aumento do desemprego e, conseqüentemente, à tendência de criar dificuldades acrescidas na absorção de pessoas vindas do exterior.

Todavia, uma visão estreita de ligação ao mercado pode também tornar limitativa e discricionária a entrada de estrangeiros e, fundamentalmente, fazer supor que a imigração, os imigrantes, podem ser responsáveis pelo desemprego, nomeadamente dos nacionais.

Cremos que na maioria dos casos não tem havido uma concorrência efectiva entre os nacionais e os residentes de origem estrangeira e que atitudes meramente discriminatórias encontram neste argumento uma forma de encobrimento de outras razões, apesar de, ou talvez sobretudo por isso, encontrarem eco em inseguranças que na realidade pouco ou nada têm a ver com a imigração e os imigrantes. E esta é ainda uma questão actual, embora surja, por vezes, de forma distinta da que tinha no passado.

Sabemos que a marginalização, a segregação, a discriminação está muitas vezes associada à imigração, embora hoje apresente formas mais subtis do que as centradas exclusivamente na raça ou na etnia, ainda que estes aspectos não estejam de todo ausentes na vivência da contemporaneidade. Processa-se também através da estratificação profissional e do condicionamento territorial e residencial.

A impossibilidade, ou a dificuldade, de residentes estrangeiros poderem exercer actividades para as quais possuem formação específica ou a sua delimitação e concentração habitacional são formas de discriminação e não conduzem a uma plena e adequada inserção dos mesmos no país de residência.

Nos Açores, existem actualmente três grandes comunidades de origem geográfica e cultural distintas: dos países do leste europeu, de África e do Brasil. No entanto, verifica-se uma grande homogeneidade nas actividades profissionais que realizam. Actividades que são preponderantemente de baixa qualificação, remuneração e estatuto social, facto que, de resto, não é diferente do que acontece na generalidade do país.

Existem também guetos habitacionais, pelo menos em algumas ilhas, como é o caso de S. Miguel, que não propiciam o relacionamento com a generalidade da população e, conseqüentemente, uma possibilidade efectiva de inserção.

Independentemente do que a este respeito já foi feito nos Açores, e dos problemas concretos que já foram solucionados, cremos que muito há ainda para fazer, a começar por uma atitude que desmistifique o mercado de trabalho como elemento único de regulação da mobilidade humana. A imigração pode ser um factor essencial do desenvolvimento económico, mas também social e cultural da nossa Região. O respeito pelo *Outro* e pela sua diferença é fundamental num tempo de grandes fracturas sociais, de insegurança e convulsão como o que estamos a viver e que acontecimentos políticos mais recentes podem agudizar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os idosos do Corvo aguardam por dias melhores.

O tempo passa e não há maneira do Lar de Idosos do Corvo ser uma realidade.

Passaram os Secretários Regionais mas o problema persiste.

Gastaram-se os escudos e os euros e o Lar de Idosos para os corvinos continua a ser uma miragem.

As promessas não conseguem tornar-se realidade.

O apoio domiciliário, levado a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, tem dado os seus resultados. Mas há lacunas por resolver.

Quando se chega à fase da vida mais difícil, os idosos do Corvo suspiram pela ajuda do vizinho, já que as entidades governamentais não são capazes de dar a resposta mais conveniente.

A Ilha do Corvo, sendo pequena e tendo poucos habitantes, tem pessoas, cidadãos desta Região que merecem ser tratadas como tal, especialmente numa fase crítica da vida, como é a da velhice.

A pequenez e a distância não vão calar a nossa voz.

A falta de atenção do Governo Regional Socialista para a resolução deste problema não nos vai desmotivar.

Enquanto houver um idoso no Corvo que necessite de amparo, de ajuda, de carinho, é minha obrigação, como deputado eleito pelos corvinos, lutar para que sejam dadas as condições dignas de vivência àqueles que mais necessitam, aos mais fragilizados, aos idosos do Corvo.

Bem sabemos que este Governo Regional Socialista, a um ano e meio das eleições regionais, enfrenta dificuldades, que não consegue esconder.

Mas os idosos do Corvo não podem esperar nem devem estar penderes dos humores políticos do Governo Regional Socialista.

O barco navega sem rumo, já que o timoneiro parece não saber para onde ir.

Há ainda muito tempo para se poder fazer algo pelos idosos do Corvo.

Eles merecem mais e melhor.

Tenho dito.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado da Ilha do Corvo fez uma intervenção revelando a preocupação pela situação dos idosos do Corvo e presumo, uma vez que não ouvi a intervenção desde o início, relativamente à construção de um Lar de Idosos, ou algo que se pareça para a Ilha do Corvo, para atender às necessidades dos idosos.

Gostava de lembrar ao Sr. Deputado que essa preocupação é também partilhada pelo Governo Regional e ela não está esquecida.

Há aqui uma questão de filosofia e é bom que sejamos absolutamente claros sobre isso.

O Governo Regional prossegue, e não podia prosseguir outra política, de acordo com aquilo que hoje sabe em termos técnicos sobre isso, ao nível a humanização e do apoio que devem ser dados aos idosos.

Hoje, é unanimemente considerado que o Lar de Idosos, em termos clássicos, só deve existir para situações extremas que, porventura, não possam ser resolvidas de outra maneira.

É essa a política que o Governo Regional tem seguido. É isso que o Governo Regional nesta matéria sempre tem dito.

Não foi por acaso que, por exemplo, com grande prazer nosso, há cerca de 15 dias inaugurámos, nas Lajes das Flores, duas residências para idosos em que se dá esse tipo de apoio.

Relativamente ao Corvo, como o Sr. Deputado sabe, há uma deliberação tomada no sentido de ser construída uma pequena residência para idosos.

Na sequência disso, há uma proposta da Câmara Municipal de Vila do Corvo, em que pretende, inclusive participar, no sentido desse lar ou essa residência ser diferente. Essa proposta está sendo estudada.

Sr. Deputados, nós temos que ser absolutamente claros nesta matéria.

A nossa preocupação, a nível da segurança social, ao nível de apoio aos idosos, não é, não pode ser e não será, uma preocupação de construção civil, não é o betão que nos interessa, não é fazer obras mais ou menos faraónicas, independentemente da sua utilidade real que nos interessa. Interessam-nos soluções que dêem um efectivo apoio aos idosos, tendo em conta a realidade do seu meio sócio-familiar, a dimensão e as suas necessidades.

A este respeito, os centros de convívio de idosos e o apoio domiciliário têm crescido enormemente nos últimos 6 anos. O Sr. Deputado e os corvinos estejam descansados, porque podem contar com o Governo Regional.

Para isso, felizmente, Sr. Deputado, não vai faltar dinheiro, como não tem faltado para as medidas de segurança social.

Mais uma vez repito: apoio aos idosos naquilo que eles exactamente precisam, sim. Opções de construção civil não são, naturalmente, as da Segurança Social.

A decisão, como disse, será muito em breve tomada, tendo em conta a última proposta do Presidente da Câmara de Vila do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na sociedade em que vivemos, os problemas da segurança dos cidadãos e dos seus bens estão cada vez mais na ordem do dia; embora não existam, na Região, tantas e tão graves ocorrências como aquelas que existem noutras zonas, a realidade é que é dever de todos os responsáveis terem sempre presente a necessidade de existir uma preocupação constante relativamente à segurança. Até há pouco tempo, na Ilha das Flores, não se punham questões importantes em relação à segurança; até há relativamente poucas dezenas de anos, a autoridade policial da Ilha estava cometida aos Presidentes das Câmaras Municipais. Com os desenvolvimentos sociais e a

evolução normal da sociedade, na década de setenta, foi aberto um posto da PSP em Santa Cruz das Flores e hoje existe polícia em cada um dos Concelhos, embora os meios que têm ao seu dispor, principalmente em viaturas, sejam muito precários.

A realidade é que com toda a evolução da nossa sociedade aumentam, cada vez mais, os pequenos crimes que exigem a intervenção da Polícia de Segurança Pública. Infelizmente, e nas últimas semanas, as Flores mereceram a atenção da comunicação social por uma triste realidade – o assalto e roubo perpetrado durante a noite a muitos estabelecimentos comerciais e até consta que já a residências particulares. Estes actos, que muito preocupam os habitantes da ilha, que nunca sabem quando poderão ser visitados pelos amigos do alheio, nem o que poderá acontecer se eles forem detectados ao cometerem os crimes que têm vindo a praticar, impunemente, nas últimas semanas. Os pequenos comércio da Ilha já foram quase todos assaltados e alguns por mais de uma vez!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa Ilha, como as Flores, caracterizada pela passividade normal das pessoas, por uma sã convivência social e constituída por núcleos populacionais muito pequenos, é muito anormal acontecerem situações como as que referi. Um assalto nas Flores, não é socialmente comparável ao mesmo acto numa grande cidade qualquer.

É certo que quase todos os serviços do Estado, na Região, funcionam com muitas deficiências, tais como falta de pessoal, falta de meios, instalações precárias, etc.; tenho consciência de que todos os serviços policiais dependem da República, e os órgãos regionais pouco podem fazer em relação a esta matéria; mas, julgo ser meu dever apelar tanto ao Governo Regional como ao Senhor Presidente da Assembleia Regional, para que exerçam as suas influências no sentido de terminar a situação que acabo de descrever.

É fundamental que a Polícia de Segurança Pública, nas Flores, tenha os meios e as condições necessárias para combater todo o tipo de assaltos como os que se têm verificado nos últimos tempos. É urgente envolver, se necessário, outros corpos policiais, no sentido de se investigar o que se tem passado e quem são os responsáveis.

Também se devem envolver neste processo as autoridades judiciais.

Há que tudo fazer no sentido de voltar a haver tranquilidade na Ilha das Flores. Há que tudo fazer no sentido de terminar esta onda de assaltos, encontrar os seus autores, julgá-los e condená-los pelos actos cometidos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, que colocou a questão de uma forma, quanto a mim, correcta e séria, deve-nos preocupar e preocupa a todos esse tipo de acontecimentos que se têm vindo a verificar nas nossas ilhas, não só nas Flores.

Entendemos que por vezes não há os meios necessários de combate para se intervir atempadamente junto de situações tão inesperadas e que as populações, de uma forma geral, tranquilas, possam sentir a mesma segurança que tinham antes.

Da parte do Governo Regional houve também e há essa preocupação.

Eu própria já tive contactos para procurar saber as razões que teriam estado na origem disso.

É uma situação que nos preocupa e estaremos atentos e a acompanhar.

Como referiu na sua intervenção, não é da nossa competência mas tudo faremos e estaremos atentos para intervir, na medida das nossas competências para que se assegurem às populações condições de segurança, no mínimo, justas, para que tudo corra com normalidade e evitar essas situações que afligem a todos com mais ou menor incidência, porque sabemos que nos meios pequenos isso se repercute com muita mais intensidade, para que essas situações sejam salvaguardadas.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:*

Diversas políticas sectoriais vêm sentindo algumas dificuldades, por razões de conjuntura nuns casos, noutros devido à escassez ou restrição de recursos.

Neste particular se enquadram as pescas.

Acontecimentos em tempos recentes aconselharam a uma atitude mais firme, determinada e atenta, contra ventos menos favoráveis e interesses manifestos de outros, em nada ou muito pouco coincidentes com os nossos.

Também neste particular se enquadram as pescas.

Porém, sendo múltiplas as adversidades com que se debate e depara o sector das pescas, e admitindo-se, sem quaisquer dificuldades, o muito que se pode e deve fazer, em prol do desenvolvimento desta parte importante da vida social e económica da Região, é justo reconhecer que os Governos do PS fizeram já um vasto trabalho, sério e empenhado e com obra à vista.

São inequívocos os benefícios para todos os profissionais ligados ao sector das pescas, nas diferentes áreas de intervenção, neste caso específico, no tocante a infra-estruturas que, em terra, contribuem de forma real e efectiva para um melhor, mais moderno e profissional modo de exercer a actividade.

Sem dúvida que, em terra, há infra-estruturas essenciais à evolução qualitativa de todas as áreas que, diversa mas complementarmente, servem todos aqueles que têm, através da pesca, o seu meio ou opção de vida.

De Santa Maria ao Corvo, em todas as ilhas sem excepção, foram criadas, reparadas, ampliadas, implantadas ou valorizadas as respectivas infra-estruturas.

Foi isso que os Governos PS já fizeram, é isso que o governo PS faz, é isso que o governo PS e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas continuarão a fazer.

É clara a vontade política do governo PS de equipar todos os portos de pesca em actividade, com casas de aprestos e construir mais, onde as existentes sejam consideradas insuficientes. E são muitas as casas de aprestos já construídas, como, por exemplo, no Corvo (4), em S. Jorge (17 nas Velas e na Calheta), no Pico (Monte Calhau, São Mateus, São Caetano, São João, Santo Amaro e Manhêna) na Graciosa, em São Miguel ou Santa Maria.

O Governo tem feito, está a fazer e vai continuar a fazer.

É objectivo e tem sido prática do governo PS, reparar, melhorar ou construir infra-estruturas portuárias, aumentar os espaços para atracagem e beneficiar as condições de varagem e arriagem de embarcações.

O Governo mantém-se nesse rumo e nesse rumo vai continuar. Construíram-se de raiz os portos de Rabo de Peixe e Ribeira Quente; foram substancialmente melhoradas as condições de atracagem e estacionamento de embarcações no porto de Ponta Delgada e estão projectadas como novas infra-estruturas a construir, os portos da Praia na Graciosa e dos Anjos em Santa Maria.

Verifica-se que, infra-estruturas portuárias construídas e a construir, embora vocacionadas para a pesca, servem de polo dinamizador ou suporte ao turismo e a actividades lúdicas e de formação e educação de camadas jovens.

O Governo PS pretende que as comunidades piscatórias, a partir dos principais portos, disponham de espaços para reparação naval, que, provadamente, valorizam o tecido económico das localidades onde se encontram inseridos ou implantados, com resultados efectivos no surgimento de alternativas profissionais e, conseqüentemente, na criação de novos postos de trabalho e fixação das populações.

Essa é já uma realidade em várias comunidades e sê-lo-á noutras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outras áreas há em que o investimento e a aposta na melhoria e modernização das infra-estruturas se comprovam e demonstram à sociedade.

Construíram-se as novas Lotas da Madalena no Pico e de Santa Cruz na Horta (e nesta, há pouco mais de 1 mês, foi introduzido o sistema electrónico de venda). Vai ser beneficiada a Lota da Ribeira Quente e construída a nova e importante infra-estrutura da Lota de Ponta Delgada.

Equipamentos como Gruas, Guinchos e também Travel Lifts, vêm sendo instalados onde não existiam e substituídos os equipamentos mais antigos, de menor potência ou operacionalidade.

O mesmo acontece no que diz respeito aos equipamentos disponíveis para fornecimento de gelo. É enorme o salto qualitativo que se verifica.

Foram estabelecidos protocolos de cooperação entre a Direcção Regional das Pescas e cerca de 40 freguesias, os quais contemplam a realização de pequenas obras e trabalhos de limpeza em portos de menor expressão.

Para obviar a situações de dificuldade de escoamento do pescado a partir de algumas ilhas, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas estabeleceu acordos com a SATA e com a TAP, com vantagens para pescadores, armadores e compradores.

Esta foi, e é, uma medida política promotora de uma maior estabilidade de todos os profissionais do sector, nomeadamente os das ilhas mais permeáveis ou sujeitas ao risco da falta ou insuficiência de transporte aéreo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política deste e do anterior Governo, muito em particular neste segmento da vida do sector das pescas, tem-se pautado por uma distribuição equilibrada e descentralizada das infra-estruturas e de meios de apoio. Pescadores, armadores e compradores confirmam esse sentimento generalizado.

Bem podem esbracejar ou barafustar os arautos do infortúnio e todos aqueles que nada conseguem ver de bom ou de bem feito pelos Governos PS.

Bem podem invocar que há atrasos em algumas obras, no arranque de alguns projectos ou na instalação de alguns equipamentos. É verdade. Acontece hoje, aconteceu ontem e acontecerá amanhã. Com os Governos do PS, com anteriores governos e com os governos futuros.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Com o Secretário da Agricultura e Pescas!

O Orador: Mas querer ignorar a obra feita pelos Governos do PS, querer desvalorizar a importância e o impacto sócio-profissional de tais medidas, querer relegar o muito de positivo que se tem feito, se está a fazer e continuará a fazer-se, salientando apenas o pormenor, é querer escamotear e menosprezar o trabalho e a obra realizados.

O PS tem razão para se orgulhar da obra feita; o PS tem razão para estar satisfeito com a sua política de enriquecimento infra-estrutural de todas as ilhas; o PS orgulha-se de estar a mudar a face de um sector que continua determinado em permanecer na linha da frente da economia da nossa Região.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de lançar neste debate duas ou três questões.

A primeira tem a ver com o “mapa cor-de-rosa”, neste tempo de guerra, que foi aqui lançado sobre o sector das pescas na Região.

O Sr. Deputado tem essa percepção em resultados dos contactos que tem com os pescadores ou é apenas uma percepção pessoal e partidária?

O senhor sente que os pescadores estão a viver melhor? Acha que eles têm bons rendimentos?

Quando se conversa com eles, não ficamos com essa percepção.

Gostaria de lançar aqui uma outra preocupação sobre uma situação concreta.

Pela forma como aqui foi manifestado pelo Sr. Deputado, parece que está tudo bem.

Não há falhas, é tudo uma maravilha.

É óbvio que na gestão do que é público não está tudo feito, nem está tudo por fazer.

É uma questão de prioridades, é uma questão de se saber se se está a gerir bem ou não o que é público.

Há um caso concreto que se calhar, propositadamente, não foi referido pelo Sr. Deputado. Fez referência a várias situações concretas, mas não referiu o porto de pescas dos Biscoitos que, mais que não seja pela dimensão pública que teve nos últimos tempos, mereceria alguma referência.

Em relação à obra do porto de pescas dos Biscoitos, o PSD tomou várias posições públicas no sentido de denunciar a necessidade da sua existência, porque é a única zona de pescas do Norte da Ilha, entre São Mateus e a Praia da Vitória, que tinha uma estrutura daquele género, daí a sua importância.

Congratulamo-nos com o início e com o avanço da obra. É importante que se tenha dado esse passo, por isso, da nossa parte, uma primeira palavra de congratulação e de saudação pelo início da obra e pelo seu arranque.

Apesar disso, essa obra tem sido marcada por algumas vicissitudes, designadamente em termos de prazo (prazo de execução da obra, o seu início e a sua não conclusão) e a forma como a obra está a ser executada, sobretudo por não terem tido em conta as opiniões dos pescadores, daqueles que vivem diariamente no sítio, que conhecem o local. Passado todo este tempo reconhece-se que há aspectos na obra, designadamente em termos de orientação do porto e da altura do cais, que não estão de acordo com as necessidades próprias do local.

De resto, isto é tão evidente e tão verdade que, aquando de posições pública do Partido Social Democrata e do Partido Popular sobre esta matéria, no dia seguinte, apressaram-se técnicos da empresa responsável pela obra no sentido de alterar, corrigir, partir e voltar a fazer de novo.

Tudo isto demonstra uma falta de rumo, uma falta de sentido estratégico para os investimentos, o que se torna preocupante, sobretudo numa altura em que todos reconhecem que os dinheiros públicos não são assim tão avantajados.

Isto também é confirmado na mesma medida em que depois de irem os técnicos da empresa responsável ao local, vão os dirigentes do Partido Socialista ao local.

Deputado Francisco Barros (PSD): Foram muitos antes!

O Orador: Os Deputados do Partido Socialista foram lá fazer o que fazem sempre, vão a reboque. Os Deputados do PSD fazem uma coisa, os do PS vão atrás e dizem que estava tudo muito bem.

Neste caso concreto não foram dizer que estava tudo muito bem, porque já tinham dito antes de saber se estava bem, anteciparam-se .

Ontem foram dirigentes do Partido Socialista ao local fazer riscos no chão, afirmando que é para partir, para ser feito de novo, que não vai ser feito desta forma, que se vai corrigir.

Estamos aqui perante um exemplo que, de facto, só prova que afinal o “mapa cor-de-rosa”, não é assim tão cor-de-rosa.

Há investimentos que estão a ser feitos. Muito bem! É importante que sejam feitos.

Neste caso concreto manifestamos alguma preocupação porque gastou-se muito dinheiro naquela obra e agora vai-se partir para voltar a fazer de novo. É típico da governação socialista: ou não faz, ou quando faz, não faz muito bem e quando faz bem, faz bem e nós reconhecemos.

É importante que o faça. É da sua responsabilidade fazer sempre e fazer bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de aproveitar este debate sobre portos, não para fazer considerandos sobre o manifesto eleitoral que foi trazido aqui, mas para questionar sobre o porto de Rabo de Peixe. Que pensa fazer o Governo em relação à conclusão das obras do porto? O principal está feito. Resta concluir, mas é uma demora que está a levar muito tempo e, na prática, o mesmo corresponde a não ter o porto.

Se o custo do grosso da obra está feito, era de aproveitar e pôr em execução aquelas que são as infraestruturas.

Também gostaria de perguntar, uma vez que o porto foi feito em sentido que não é o mais natural, acarretando riscos na sua manutenção, se o Governo Regional já tem algum estudo para melhor protecção do porto?

Sempre que há mau tempo, tempestades, o mar galga de uma forma drástica e os barcos ficam sem qualquer protecção.

O que pensa o Governo Regional fazer sobre esta matéria que importa a muita gente que há muito tempo aguardam essa resposta?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falou-se de uma matéria que é importante em todas as nossas ilhas e, como tal, também para a Graciosa.

Sem dúvida nenhuma, e conforme foi dito pelo meu colega Deputado Clélio Meneses, pintou-se um “mapa cor-de-rosa” e eu acrescentaria que foi um tal louvar a Deus por aquilo que se fez.

Sinceramente não noto isso, muito menos na minha ilha. Já vamos para 7 anos de governação do Partido Socialista e o que é facto é que aquilo que tínhamos na Graciosa é exactamente aquilo que ainda hoje temos.

O que lá mudou foram apenas as escamas dos peixes que ficam sempre nos portos e fizeram-se algumas pequenas casas de aprestos, algumas das quais no porto da Folga, porto este que hoje em dia já não tem pescadores. Oxalá que voltem para lá pescadores para dar utilidade àquela infraestrutura.

A Graciosa merece o porto de pescas que está projectado, até porque é um dos sectores que mais tem evoluído na Graciosa, mas as infraestruturas não correspondem exactamente àquele que tem sido o desenvolvimento do sector.

É urgente que se passe das palavras aos actos e que o porto de pescas na Ilha Graciosa, mais concretamente na Vila da Praia, possa ser uma realidade em breve, porque bem merecem os pescadores da Graciosa.

Gostaria que o Sr. Secretário nos fizesse um ponto da situação de toda essa obra, até porque o estudo de impacto ambiental parece que está concluído.

Quando é que avançarão as obras? Será este ano?

Este ano já está a andar, já estamos em Março.

Gostaria também de o questionar sobre as casas de aprestos para aquele porto que também me parecem infra-estruturas necessárias, até porque o volume de pescadores naquele porto é de grande dimensão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por aquilo que me fui apercebendo durante a minha intervenção, acredito que o Sr. Deputado Clélio Meneses tenha estado atento ao que eu disse.

Eu disse claramente na minha intervenção que há casos de atrasos. Isto serve tanto para o Sr. Deputado Clélio Meneses, como para o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

A ambos agradeço dois pormenores: um falou no “mapa cor-de-rosa” e o outro referiu-se ao manifesto eleitoral.

A ambos respondo do seguinte modo:

É verdade, Sr. Deputado, tem toda a razão. Isto é um “mapa cor-de-rosa”. Isto é o mapa do trabalho feito pelo Partido Socialista. Disso não tenha a menor dúvida. Agradeço que o tenha reconhecido.

Relativamente ao manifesto eleitoral, Sr Deputado Paulo Gusmão, eu não disse, não discriminei, não escarpelizei, as nossas intervenções, as intervenções qualitativas.

Sr. Deputado não lhe faz mal nenhum visitar os portos. Já percebi que o Sr. Deputado vai ouvindo as notícias, mas não vai vendo a realidade. Isso fazia-lhe bem, não lhe fazia mal nenhum.

Relativamente a estas realidades, não há dúvida que neste momento há condições, na esmagadora maioria dos nossos portos, para se conservar o pescado, em termos de gelo. Isto é importante para o sector.

Relativamente ao conhecimento das realidades e ao impacto, eu não disse que a situação económica dos pescadores estava bem.

Eu apresento-lhe um caso concreto. O Sr. Deputado quer conhecer uma situação de evolução económica, de desenvolvimento de uma freguesia? Desloque-se à Ribeira Quente.

A criação das infra-estruturas por este Governo permitiu a criação de novos postos de trabalho em áreas diferentes da pesca. Esta é uma realidade.

Criou-se uma infra-estrutura naquele porto, uma oficina de reparação.

O Sr. Deputado Clélio Meneses estava a falar, mas há também na Ilha Terceira. Em São Mateus existe uma boa oficina de reparação naval.

Em relação às obras do porto dos Biscoitos, Sr. Deputado, naturalmente que a nossa intervenção não foi inocente a esse respeito. Nós não ignorámos.

O Sr. Deputado fez o favor de trazer à discussão esse assunto.

Realizaram-se reuniões com pescadores e armadores dos Biscoitos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é o que eles dizem!

O Orador: Eles participaram nessa reunião com as suas opiniões.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por isso é que estão a partir e a fazer de novo!

O Orador: Desculpe, o Sr. Deputado desloque-se aos Biscoitos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mais vezes ainda?!

O Orador: Eu falo do número de pessoas que felizmente tenho a possibilidade de me relacionar bem com elas: o António Cordeiro, e o Manuel Silveira. Suponho que o senhor as conhecerá, porque são pessoas dos Biscoitos, são pessoas de bem com que conversamos e que reconhecem que se calhar na altura não deram o seu melhor contributo relativamente a estas coisas. É bom que se diga isto e que não se “apontem farpas” de forma injusta e mal esclarecida.

Tenho dito.

Deputado Renato Leal (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida para dizer que folgo que os Deputados do PP e do PSD visitem as obras do Governo. É sinal que o Governo tem muitas obras para os Srs. Deputados visitarem.

Como é óbvio, sempre existem problemas nas obras. Sobre essa matéria julgo que temos consenso.

Relativamente ao Porto de Rabo de Peixe houve um problema em concreto, porque para instalar as casas de aprestos, foi preciso expropriar o terreno.

Houve alguns atrasos. Não foi possível chegar a acordo com o proprietário e isso determinou alguns atrasos nos equipamentos próprios do porto de Rabo de Peixe.

Naturalmente que o Governo tem toda a vontade de acabar a obra e de dotar aquele porto de todas as infra-estruturas que ele ainda necessita.

No próximo dia 4 de Abril termina o prazo relativamente ao estudo de impacto ambiental do porto da Praia. Seguir-se-á naturalmente o relatório e findo esse processo relativamente ao estudo de impacto ambiental do porto da Praia, a obra será

lançada a concurso ainda no primeiro semestre deste ano, se o estudo de impacto ambiental não determinar alterações significativas ao projecto.

Quanto ao porto dos Biscoitos, ouvimos os pescadores. Eles deram as suas sugestões. Nós seguimos algumas e verificámos que as sugestões dos pescadores não foram as mais adequadas. Há alguns erros. É preciso corrigir.

O Governo assume que às vezes há erros e nós corrigimos. O pior é quando se insiste no erro.

Nós estamos na disposição de fazer pequenas alterações, não são alterações de monta.

Vamos corrigir aquilo que há a corrigir e manter aquilo que há para manter.

É bom sinal que os Biscoitos tenham uma boa infra-estrutura, tal como o Sr. Deputado referiu e que o Governo do Partido Socialista está a fazer obra no domínio das pescas e isso é visível em todos os portos dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

O porto de pescas da Praia não é uma necessidade de agora. Ela já existe há muitas décadas.

Felizmente, com este Governo do Partido Socialista, vai ser uma realidade. Para além da realidade, vai ser uma obra inaugurada pelo Governo do PS, mesmo que não se conclua até Outubro de 2004, mas eu não tenho qualquer dúvida que o Partido Socialista torna a ganhar as eleições...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Particularmente na Graciosa!

O Orador:... e vai inaugurar esta obra.

Quanto às casas de aprestos, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que há grandes problemas em termos de legalização de terrenos, porque pertencem a pessoas que estão ausentes.

Diga-se de passagem que este foi um problema que surgiu e, por um lado, ainda bem, porque esta demora acabou por ter que fazer uma reformulação de todo o projecto, porque o número de pescadores na Praia aumentou significativamente. Para

além das 14 que estavam a ser feitas, vão fazer-se 24 e outras infra-estruturas que vão nascer à volta para dar o apoio mais adequado ao número de pescadores que lá existem.

Há uma outra situação que eu gostaria de referir.

O Sr. Deputado diz que no porto da Folga não havia pescadores. Gostaria de lhe dizer que no ano de 2002, houve apanha de peixe nesse porto que totalizou 25.144 euros. Portanto, está acima do porto dos Biscoitos, porque conseguiu capturar mais peixe e outros, porque no fundo existem 44 portos de pesca nos Açores e eles estão aqui mais ou menos ao meio da tabela.

Eu registo aqui com agrado que o porto de pescas da Praia da Graciosa está em 6º lugar no contexto regional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar aqui uma nota final sobre este debate.

Nós chegámos à conclusão que nos Açores, relativamente às pescas, o “mapa é cor-de-rosa” e deve-se sobretudo à acção do Partido Socialista. O que correu mal foi por culpa dos pescadores.

Deputado Manuel Campos (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: É importante que os pescadores saibam que isto foi dito.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi. E está identificado o nome!

O Orador: O senhor identificou as pessoas.

Também gostaria que ficasse claro que de facto está assumida a tal falta de rumo. É uma obra desejada há muito tempo, prevista há muitos e muitos anos, está projectada, iniciada, fez-se grande parte da obra, depois corrige-se, destrói-se parte dela e faz-se de novo. É o rumo certo. Está tudo muito bem. Ficámos conscientes da vossa posição. Eu já desconfiava qual era, mas agora fiquei esclarecido.

A falta de rumo vai ao ponto de na mesma medida em que se faz um investimento destes, importante e significativo, conforme já saudei e já me congratulei com ele, fecha-se a lota. É o rumo certo.

Vem-se com números de volume de pescado. É óbvio que se pode aferir o número do volume de pescado para fechar lotas.

Deputado Manuel Campos (PS): Diga quando é que foi fechado!

O Orador: Está anunciado para fechar.

Faz-se isso na mesma medida em que se tem como critério para aferir o fecho da lota o volume de pescado. É óbvio que não se pode aferir o volume de pescado num porto que está sem condições de operacionalidade a alguns anos.

Nem sequer se pode ter em conta a despesa, porque o único funcionário da lota vai ser transferido para outra lota. Não se poupa nada, apenas se prejudica os pescadores e as populações locais.

Estas são duas questões de falta de rumo, o que é característico deste Governo Regional. Por um lado, a obra é projectada, iniciada, parcialmente construída e depois destrói-se para corrigir. Por outro lado, faz-se um investimento e fecha-se a lota.

Perante isto eu já estava esclarecido, mas agora fiquei ainda mais. Da vossa parte, vão manter a mesma posição e vão continuar a ir a reboque do PSD. Cada vez que o PSD denunciar uma situação, os senhores vêm atrás.

Vai sendo este o sinal: uns à frente e outros atrás!

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Nascimento Ávila:

Primeiro vou prestar-lhe alguns esclarecimentos.

Não há dúvida nenhuma de que o porto da Praia da Graciosa é hoje o de maior volume da nossa terra. Não o foi num passado relativamente curto, mas presentemente é e se o é fica-se um pouco a dever à acção deste governo socialista.

O senhor sabe que já vamos para 7 anos de governo socialista e apesar das velhas promessas que foram feitas em tempo de campanha eleitoral, o que é facto é que

todos os portos da Graciosa foram esquecidos, inclusivamente a reconstrução do porto Afonso. Daí que os pescadores da Graciosa tenham tido necessidade de emigrar para o porto da Praia da Graciosa. Até hoje a realidade é de que nada se fez no porto da Praia. É esta a verdadeira verdade – passe o pleonasma – daquilo que acontece na nossa terra.

Relativamente ao Sr. Deputado Manuel Campos, gostaria de lhe dar um esclarecimento em relação às visitas aos portos. Às vezes, eu costumo visitar os portos das ilhas que vou percorrendo na minha actividade de Deputado Regional.

Outro dia estive na Ribeira Quente. Contactei com diversos pescadores, inclusivamente um deles era do Faial e fixou residência naquela zona do nosso arquipélago.

A verdade é que se nós devemos visitar os portos da nossa Região, o Sr. Deputado Manuel Campos também o devia fazer. Penso que o Sr. Deputado está a falar um pouco de cor na medida em que as queixas dos pescadores naquele porto foram muitas.

É verdade que está lá feita uma obra, mas talvez não está a servir da melhor forma os pescadores daquela zona.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela intervenção do Sr. Deputado João Cunha.

Haja paciência, Sr. Deputado!!!

Deputado João Cunha (PSD): Isso é uma receita para outras coisas que o senhor tem!

O Orador: O Sr. Deputado está a falar-me do porto da Ribeira Quente?

Deputado João Cunha (PSD): Estou!

O Orador: O porto da Ribeira Quente é, neste momento, nos Açores, um dos portos mais completos em termos de infra-estruturas.

O porto da Ribeira Quente só nos envaidece, só nos orgulha, Sr. Deputado.

Deputado João Cunha (PSD): Mas tem defeitos!

O Orador: Tem defeitos? Tudo tem defeitos!

O Sr. Deputado não consegue fazer uma obra que não apresente defeitos.

Em relação ao Sr. Deputado Clélio Meneses, suponho que o senhor é membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Deputado Mark Marques (PSD): É presidente!

O Orador: É presidente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Houve várias tentativas vossas para que não fosse, mas não conseguiram!

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses tem perto de casa, o porto de pescas da Praia da Vitória. Suponho que o Sr. Deputado conhece.

É o Governo do PS que está a fazer obras de correcção do porto da Praia da Vitória.

O Sr. Deputado acusava-me há pouco de ter passado ao lado do problema.

O Sr. Deputado está a passar ao lado de problemas bem mais graves, porque o porto da Praia da Vitória é, neste momento, o segundo porto mais importante dos Açores. Suponho que o Sr. Deputado sabe isso. Parece-me que isso para o Sr. Deputado não tem importância absolutamente nenhuma.

Para que fique esclarecido, eu não culpei os pescadores dos Biscoitos. Eu não disse nada disso. Eu fiz referência a uma consulta aos pescadores dos Biscoitos, o que é diferente.

Houve consultas, houve contactos com os pescadores dos Biscoitos.

É importante que se esclareça isto.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer ao Sr. Deputado Clélio Meneses que antes dos Deputados do PSD e do PP visitarem o Porto dos Biscoitos, já em 31 de Outubro do ano passado, os Deputados do PS visitaram esse porto, inteiraram-se das obras e do seu atraso.

Foi dito nessa altura aos Deputados do PS, aquando dessa visita, que não era possível cumprir os prazos que estavam programadas, porque o mar do norte não deixava.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém falou em prazos!

O Orador: Falou em atrasos. Disse que era uma boa obra, mas que estava atrasada.

Todos nós conhecemos o mar dos Biscoitos, toda a gente conhece o mar do norte.

Por conseguinte, sabemos que é impossível cumprir os prazos que estão marcados.

Em segundo lugar, foram ouvidos os pescadores, foram feitas reuniões com os mesmos, tendo estes proposto algumas alterações, tendo sido algumas delas concretizadas. Ninguém pode acreditar que se façam todas as alterações propostas pelos pescadores. Isto é óbvio!

Há mesmo algumas alterações propostas pelos pescadores que foram efectuadas e agora terão de ser corrigidas.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado o seguinte:

É evidente que há situações que têm de ser corrigidas e vão ser corrigidas. Isto é mesmo assim

Agora, o Sr. Deputado acha que o PS deve corrigir o que foi feito pelo PSD no porto da Praia e acha que o PS não deve corrigir o que está feito no porto dos Biscoitos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): É uma obra nova!

O Orador: Vai ser corrigido e se for necessário partir alguma coisa há-se ser partido, se for preciso acrescentar há-de ser acrescentado. Isto é assim. São obras feitas no mar e vai ser sempre necessário corrigir. Há medida que as coisas vão evoluindo é necessário fazer algumas alterações.

Sobre a lota Sr. Deputado, eu gostaria de dizer que nada é feito em "cima do joelho".

Há um protocolo assinado com o Sindicato dos Pescadores. Os pescadores querem que seja assim, por isso é assim.

Se os pescadores não quisessem não tinham assinado.

O Sr. Deputado deve saber, como eu sei, que na altura do Verão os pescadores pegam no seu peixe e vêm vendê-lo à Praia. O senhor sabe porquê? Porque na Praia o preço é mais alto.

O senhor sabe quantas pessoas vão comprar peixe à lota? Uma, duas ou três. Na Praia, sete, oito, nove. E em S. Mateus da mesma maneira. Portanto, onde há mais procura o preço é mais alto.

É por isso que os pescadores vêm às vezes com as suas carrinhas, no Verão, trazer o peixe à Praia.

Sendo assim, acho que é importante para todos. Se não fosse importante, eu não acredito que o Sindicato dos Pescadores assinasse um contrato destes.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que o que ressalta dessa troca de impressões sobre a pesca e naturalmente sobre as obras que o Governo Regional do PS tem levado a efeito, é naturalmente a impreparação, por parte do PSD, para assumir funções executivas. É nítida a impreparação do PSD.

Não sabe nem tem consciência das vicissitudes e já "abandonaram a nau", não se identificam com a actual liderança, estão noutras áreas e por conseguinte perderam o contacto com a realidade.

A impreparação por parte do PSD para governar é notória em todas as áreas, até parece que por uma "varinha mágica" as obras desaparecem e tudo se faz através desta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Discurso de campanha interna. O dia 22 está a fazer mal aos senhores!

O Orador: Não é bem assim Srs. Deputados. Há vicissitudes próprias de quem governa, há vicissitudes próprias de quem faz obras. Portanto, Srs. Deputados, tenho pena de vos dizer, mas a vossa impreparação para governar é nítida.

Em seguida, gostaria de realçar a ânsia do Sr. Deputado Clélio Meneses ao dizer que vai à frente.

Neste caso concreto – tenho pena de lhe dizer – o primeiro Grupo Parlamentar que vi no porto dos Biscoitos foi o do PP...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Está enganado!

O Orador: ... e os Srs. foram atrás do PP, aflitos, porque o PP estava a tirar esse protagonismo.

O que é importante esclarecer é que os senhores vão atrás da obra do Governo. Quem vai à frente é naturalmente o Governo Regional.

A vossa reacção é sempre a revolta daquilo que está a fazer o Governo dos Açores.

De resto, a área das pescas é um bom exemplo da herança que nós recebemos.

Se nós temos a frota regional de pescas que temos, ela derivou da falta de investimento público em infra-estruturas em terra e foi notório nos Açores durante muitos anos.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é sinal de amnésia total!

O Orador: Essa foi uma pesada herança para a actividade da pesca nos Açores.

Finalmente, em relação às lotas, gostaria que ficasse muito claro entre todos que não fechará nenhuma lota nos Açores se isso for contra a maioria dos pescadores de cada uma dessas lotas, onde eles descarregam o peixe.

Portanto, nós temos essa garantia dada aos pescadores. Não se aflijam.

Em relação à questão dos Biscoitos, eu não sei se se trata de dar um jeito aos pescadores ou se se trata de dar um jeito ao funcionário militante do PSD que está preocupado com o seu posto de trabalho.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que falta de nível!

O Orador: Caro Sr. Deputado, efectivamente essa não é a nossa preocupação.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vejo que algumas questões revelam desorientação por parte do PSD. As verdades são difíceis de ouvir, Sr. Deputado.

O acordo entre a Lotaçor e as associações de pescadores é que permitirá o encerramento das lotas.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Secretário.

O Orador: Eu já termino Sr. Presidente, isto é apenas para entenderem a filosofia das lotas.

Outro dia recebi um grupo de pescadores de Rabo de Peixe que me dizia que no mesmo dia, a mesma espécie de peixe é vendida em Rabo de Peixe mais barata do

que é vendida em Ponta Delgada. Isto deve-se a quê? Naturalmente, ao número da procura de compradores.

O que nos preocupa é o rendimento dos pescadores. Sempre que em concreto conseguimos aumentar o rendimento dos pescadores é por aí que vamos, mesmo que o PSD esteja preocupado com alguns pequenos pormenores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer algumas afirmações do Sr. Secretário.

O Sr. Secretário está preocupado (não sei porquê!) com a preparação, maior ou menor, do PSD para ser Governo.

Em primeiro lugar, é sinal da admissão da possibilidade que os senhores começam a encarar do PSD vir a ser Governo e certamente nessa altura estará tão ou melhor preparado que os senhores.

Mas não era só aí que eu queria chegar.

Suspeito que há aqui um efeito transviado nalguns acontecimentos políticos dos últimos tempos.

Ninguém da oposição, ninguém da sociedade açoriana, está a acreditar num determinado "bluff" que existe. Mas pelos vistos, internamente dentro do PS, alguém está a acreditar nesse "bluff" e está a expor-se demasiado. Cuidado, que o senhor pode ficar mal no retrato!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a um desesperado e ineficaz discurso de propaganda interna da parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, relativamente à situação política do seu partido, do qual é recente militante, mas pelos vistos com grandes aspirações. A impreparação para o exercício de funções são daqueles que as exercem hoje e são suas. O senhor é que não sabe o que diz. O senhor é que desconhece o que está a dizer.

As visitas dos Deputados do PSD, dos seus dirigentes, inclusive dos seus dirigentes regionais, Dr. Manuel Arruda e Dr. Victor Cruz, são feitas ao porto de pescas dos Biscoitos, pelo menos desde de 1999. O senhor não sabe o que diz, o senhor não conhece e depois vem para aqui dizer falsidades, que podem enrolar alguns, mas não enrolam quem diz a verdade.

Por outro lado, a sua impreparação para o exercício de funções legislativas que actualmente exerce e para aquelas que um dia aspira vir a exercer, vão ao ponto de apontar o exercício de actividades profissionais como critério de avaliação, a mera filiação partidária, que foi aquilo que o Sr. Secretário Regional fez agora aqui.

Isto só evidenciou os critérios da sua função pública e que não estava preparado para exercer as funções que infelizmente exerce e, infelizmente, não para o PSD, mas para os açorianos e para aqueles que têm a seu cargo a responsabilidade nas áreas do seu sector de actividade, designadamente os agricultores e os pescadores, conforme ficou bem vincado hoje.

Por um lado, o senhor não conhece a realidade que deveria conhecer e, por outro lado, evidencia que actua pura e simplesmente por razões partidárias discriminando e evidenciando que vai prejudicar um trabalhador, porque é militante do PSD.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Isso foi tão baixo, tão baixo, que nem merece resposta!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Baixo foi o que veio daí!

Presidente: Para uma última intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cimeira dos Açores, que este fim de semana reuniu na Ilha Terceira o Presidente dos Estados Unidos da América e os Primeiro-Ministros do Reino Unido e da Espanha, com a participação do Primeiro-ministro de Portugal, foi um acontecimento de relevância mundial, cujos contornos foram a seu tempo e nos locais próprios amplamente discutidos.

O que ora vamos abordar não será, por isso, uma reedição do debate que ontem aqui se fez.

Pretendemos, nesta circunstância, realçar que estiveram a propósito nos Açores cerca de seiscentos jornalistas, dos principais órgãos de comunicação social do mundo, incluindo as cadeias de televisão de projecção planetária, das quais, entre muitas outras, se referem, a título de exemplos bem significativos, a CNN, a Sky News, a Euronews e a BBC.

Várias cadeias de televisão trouxeram para a Ilha Terceira equipas duplas: uma para cobrir a cimeira e outra para dar a conhecer à audiência o local onde ela se realizava. Foi-nos transmitido que os jornalistas estrangeiros procuraram colegas açorianos que falam inglês e se queixaram de falta de elementos informativos, dizendo mesmo que era a primeira vez em que se defrontavam com falta de informação sobre uma localidade visitada.

Por aquilo que pudemos apurar, pretendiam, sobretudo, informações oficiais sobre estatística, economia, cultura, organização política, principais referências locais e lugares a visitar.

Não obtiveram esses elementos, porque não houve qualquer iniciativa por parte do departamento competente do Governo Regional, que tem por dever institucional e permanente, o de promover os Açores em todas as oportunidades e circunstâncias.

Apenas e a outro nível, a Associação Regional do Turismo tomou uma iniciativa, dentro das suas possibilidades – uma iniciativa insuficiente, como se compreende que não podia deixar de ser.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Região perdeu uma oportunidade verdadeiramente rara. A promoção que caiu, como que oferecida, valia muitos milhões de contos e foi desaproveitada. Um luxo a que uma Região pobre, como os Açores, não se pode dar.

Esta é a mesma Região que gasta mais de três milhões de euros por ano, alegadamente a título de promoção da sua imagem, através da colocação da palavra Açores nas camisolas de umas poucas dezenas de atletas, que se passeiam pelos campos e pavilhões do nosso País!

A oportunidade perdida põe em causa a competência e a agilidade dos responsáveis regionais pela promoção turística. Os responsáveis por este sector criaram assim, ainda mais condições para perder a confiança dos açorianos, nomeadamente dos empresários, que têm o direito de esperar mais, diria mesmo muito mais. Mais uma vez provou-se incompetência; e por omissão se errou, com prejuízo para a imagem dos Açores. As tão apregoadas grandes opções dos documentos regionais aprovados pelos socialistas, mais uma vez se provou que não passam de um rol de boas intenções.

Espera-se que tudo isto não passe de incompetência qualificada. Porque ninguém acredita que a omissão, numa circunstância tão oportuna, tivesse a mão do Presidente do Governo e por circunstâncias que não seria difícil de interpretar. Se assim fosse seria muito mais grave. Como igualmente grave seria, porventura, se se inserisse numa política de abandono e marginalização a que o Governo tem votado algumas ilhas, nomeadamente a Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Antes de começar a minha intervenção, vou pedir-lhe um favor, vou pedir que me ouça porque o que eu tenho para dizer é para si, Sr. Deputado, enquanto deputado.

A sua intervenção foi constrangedoramente irresponsável e dolorosamente egoísta.

Constrangedoramente irresponsável, Sr. Deputado, porque o senhor revelou uma ignorância atroz entre aquilo que é admissível e exigível e que se pode compreender

de uma organização privada (por exemplo, uma associação, uma câmara de comércio) e aquilo que é exigível a um Governo. O senhor demonstrou uma irresponsabilidade constrangedora com essa intervenção, porque ainda não conseguiu perceber o que é que esteve aqui em causa.

O senhor fez uma intervenção daquela tribuna verdadeiramente lamentável, por uma simples razão, aquilo que o senhor fez foi utilizar uma situação com o dramatismo que ela se reveste para criticar o Governo Regional.

Eu admito, eu compreendo, eu sou capaz (eu sei lá, Sr. Deputado!...) que o senhor critique o Governo, que o desmereça, que diga que o Governo não faz nada.

Irresponsabilidades dessas também dão conta de uma imaturidade política censurável a toda a prova.

Sr. Deputado, a sua intervenção foi dolorosamente egoísta pelos seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, o senhor acha que devíamos fazer, enquanto se discutia a guerra, a distribuição de panfletos e panfletinhos a dizer “venha conhecer os Açores”. Esta perspectiva dolorosamente egoísta, para não lhe atribuir outros epítetos, merece, da parte desta bancada, um repúdio total, absoluto, completo e se mais adjectivos houvesse para demonstrar o repúdio deste egoísmo baixo, do ponto de vista político, teria eu que utilizar um dia.

Aquilo que o senhor fez daquela bancada foi algo que se resume tão simplesmente a isto: que eles discutam a guerra ou a paz, estamos a marimbar-nos, o que nós queremos é acautelar o nosso dinheirinho.

Isso é lamentável do ponto de vista político.

Eu não censuro (eu discordo!) as declarações do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo. Compreendo que ele, como responsável por uma organização de classe, as faça.

Eu não censuro que empresários possam demonstrar esse à vontade, demonstrar estas críticas e criticar esse aspecto, mas de um responsável político, eu, como açoriano, exijo que seja capaz de ver mais longe e mais alto. O senhor, com aquela intervenção, não foi capaz. O senhor rendeu-se à crítica fácil ignorando por completo aquilo que está em causa.

Sr. Deputado, a sua intervenção indicia uma falta de princípios políticos que só o facto do senhor ter feito outras intervenções nesta Casa me permitem qualificar apenas como um indício e não como uma confirmação.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Para a história deste Parlamento restará apenas a forma desastrada como o Sr. Deputado Artur Lima escolheu para sair deste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho absoluta necessidade de comentar esta intervenção, dentro do tempo que me é atribuído.

Gostaria de começar por registar a dificuldade que sinto em fazê-lo.

Antes de chegar à intervenção não queria deixar de estranhar o facto de, durante esta semana, sucessivamente, a Câmara de Comércio e Indústria de Angra, vários jornais, pedidos de opinião sobre esta matéria, um requerimento dos Deputados do PSD da Ilha Terceira apresentado ontem nesta Casa e agora o Sr. Deputado Artur Lima, procurarem introduzir, como tema político importante, questões relacionadas com a divulgação turística que, no entender dos promotores, deviam estar associadas à Cimeira das Lajes, à Cimeira que o PSD chama do Atlântico e que eu chamo da guerra.

Isto é uma obsessão!

Estar estes dias a “martelar” nisto, é uma obsessão! Para quê? Porquê?

Para fazer esquecer o que é que foi esta Cimeira. Nós não vamos esquecer, porque há 1 hora e 33 minutos da manhã de hoje, percebeu-se o que é que foi aquela cimeira e qual o seu significado.

Estar a associar uma questão de funcionamento de um serviço da administração regional em relação ao aspecto de promoção turística com este nível, com esta gravidade que o Grupo Parlamentar do PP quis introduzir a esta matéria, revela uma

profunda falta de pudor, uma profunda falta de responsabilidade e uma intenção de atirar barreiras de poeira em relação a um problema muito sério.

Nós podemos discutir o turismo e a guerra, mas na sua dimensão correcta.

Estão preocupados com o turismo? Então devem saber que a guerra é prejudicial ao turismo, como sector económico.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se queremos associar estes dois temas, só pode ser desta maneira, não pode ser de outra.

Se queremos aproveitar uma intervenção deste género, um tema destes, para falar da palavra Açores nas camisolas do Santa Clara ou do Sporting da Horta, não é o momento nem a ocasião de discutir isso.

Peço desculpa, Srs. Deputados, mas não podemos fazer política assim.

Não podemos misturar assuntos de grau tão diferente da mesma maneira, procurando diminuir o grau daquilo que é importante. Esta é que é a questão central.

Esta questão colocada desta forma é politicamente imoral.

Desculpem, o “calor” com que estou a falar. Não tem nada de pessoal, Sr. Deputado Artur Lima, mas do ponto de vista político é imoral colocar a questão desta maneira. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para demonstrar o ponto de vista do Governo sobre esta intervenção que, como já foi explanado, teve um pendor amplamente lamentável.

O Sr. Deputado Artur Lima foi àquela tribuna, num tom lamurioso, contrariamente ao tom que tinha usado na sua declaração dita política, tecer críticas ao Governo, colando-se, sem pudor, a um acontecimento que é a todos os níveis penalizador para o mundo e será, como a breve trecho vamos ver, penalizador para a nossa Região.

Esta situação devia ser encarada com seriedade, até porque o vosso partido está no poder, por via de uma coligação, e tem sérias responsabilidades nessa matéria.

Não podemos tentar branquear uma situação de grande gravidade para o mundo que agora se enfrenta com outros assuntos que nós aceitamos.

Nesta Casa, o Governo tem por hábito aceitar, com a honestidade que tem, as acusações que lhe são feitas pela oposição.

Nós aceitaríamos uma intervenção da sua parte criticando o turismo. Por que não?! Criticando as acções que o Governo tem desenvolvido nesse sentido, mas não da forma como o fez, da forma incorrecta como o fez.

Eu não vou tentar justificar aqui o grande papel que o Governo Regional tem tido há bastante tempo a essa parte, na difusão do turismo regional por esse mundo fora. Não o vou fazer, porque penso que já foi triste de mais essa intervenção, mas gostaria de deixar claro que o Governo Regional tem feito um esforço muito grande para que o nome da Região seja levado longe, continua a fazê-lo e não deixará de o fazer.

Agora, lamentamos que o senhor não tenha consciência das consequências que esta acção militar no Iraque poderá trazer para a nossa Região. A sua intervenção é a prova cabal disso.

O senhor não faz a mínima ideia do que se passa no mundo, ainda para mais quando é responsável político como o é neste momento, sendo deputado desta Casa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Não vou discutir aqui, como disse na minha intervenção, o que foi amplamente discutido há dois dias atrás, de maneira que me recuso a ir por esse caminho.

Eu lembro apenas um parágrafo da minha intervenção que dizia que teve lugar nas Lajes uma cimeira, um acontecimento de relevância mundial. Isto ninguém põe em causa.

As equipas de televisão começaram a chegar à Terceira na sexta-feira e muitas delas trouxeram duas equipas: uma para cobrir o acontecimento propriamente dito e a outra para fazer um trabalho de divulgação do local onde ia acontecer a Cimeira.

Irresponsável, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, foi a actuação do departamento governamental em causa, porque como o senhor disse, até foi pedido apoio a essa associação de turismo, que se prestou a fazer um trabalho que, se calhar, devia ter sido feito por outros.

Há que separar uma coisa da outra: uma coisa foi a Cimeira, outra coisa foram os jornalistas que estiveram durante dois dias na Terceira, antes da Cimeira ter lugar, que não foram lá para cobrir a Cimeira, porque os seus colegas iam fazê-lo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Venham noutro momento!

O Orador: Não é bem assim, Sra. Secretária, porque não se deslocam dezenas de cadeias de televisão para promover a Terceira ou os Açores, por conveniência.

Quando, como disse a Sra. Secretária Regional, o Governo Regional vai para as feiras internacionais e anuncia com pompa e circunstância em notícias dos jornais que conseguiu, durante um evento turístico, julgo que na Alemanha, ter 10 minutos de televisão durante os 3 dias, teria tido aqui uma oportunidade, separando uma coisa da outra, de fazer uma promoção da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos têm direito à asneira, mas persistir na asneira é dramático.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Foi lido e a comunicação social dá conta disso, que o PSD apresentou um requerimento sobre essa matéria. Perfeitamente legítimo!

Querem saber o que é que se passa, o que é que fundamentou uma determinada opção e ser-lhes-á respondido. Depois poderão criticar.

Não foi esse o caminho que o senhor escolheu. O senhor escolheu outro caminho e persiste na asneira.

O Sr. Deputado colocou a questão exactamente onde ela estava. Vieram mais câmaras, vieram muitos jornalistas. O senhor coloca a questão onde ela estava que é,

do ponto de vista político, quando nos é oferecida a oportunidade só há uma coisa que resiste: a convicção, a consciência e os princípios.

Neste caso, este Governo, este partido, este Grupo Parlamentar, defendem que não foi o momento adequado e que não se deveria fazer naquela altura.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor tem todo o direito de criticar, mas a qualificação que eu fiz da sua intervenção, no início, se é certo que no início ainda lhe daria a oportunidade de corrigir o rumo, agora aplica-se com mais firmeza, com mais razão de ser.

Foi (foi não, é!) constrangedoramente irresponsável e dolorosamente egoísta. O seu problema é não reconhecer onde é que começa a questão de posições políticas norteadas por princípios, norteadas por convicções. Não é uma questão de oportunidade. O problema não é esse. Eu até sou capaz de concordar consigo, que tiveram mais do que três câmaras...

Deputado Artur Lima (PP): Equipas!

O Orador: O que o senhor lhe quiser chamar.

O problema não são equipas, o problema não são câmaras. Oxalá que nós tivéssemos uma outra Cimeira nos Açores com tanta gente como esteve naquela, mas que não fosse para conduzir a resultados tão dramáticos, como aquela conduziu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência)

A questão Sr. Deputado, salvo o devido respeito pessoal e político, é que para si a ocasião faria o ladrão. Para nós não.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade de dizer em várias ocasiões e gostava de repetir agora aqui, porque vem a propósito, que, como açoriano, não sinto nenhum orgulho pelo facto da Cimeira da guerra ter sido feita na nossa terra e penso que como eu, muitos açorianos também pensam assim.

Eu pedi para intervir segunda vez, porque não queria deixar de expressar que me sinto, absoluta e politicamente, chocado pelo facto do Sr. Deputado Artur Lima, na réplica, não só fazer a confirmação de toda a filosofia que expôs na tribuna, como acentuá-la nalguns aspectos, numa perspectiva tecnocrata, de especialidade técnica e de pormenor que acentua o erro do ponto de partida que o Sr. Deputado teve para a sua própria intervenção.

Acentua a distorção que esta intervenção é no plano político, na minha opinião e na opinião desta bancada.

Tratar esta questão, preocupar-nos pelo facto de eventualmente aquela Cimeira política que se fez nas Lajes não ter sido o momento de divulgação turística, desta maneira, por falha do serviço regional eventual, é uma perspectiva completamente baixa.

Eu também sei que, infelizmente, muita opinião pública mundial tomou contacto com o nome da nossa terra pela primeira vez e não tomou contacto numa perspectiva de alegria, nem numa perspectiva positiva.

Eu não quero aprofundar este debate.

A posição da bancada do PCP é a de que há imoralidade política no tratamento do problema dessa maneira, confirmada pela réplica do Sr. Deputado Artur Lima.

Não contem connosco para usar temas destes ou colaterais a este como forma de esconder, de esbater o significado daquilo que aconteceu, daquilo que se passou.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É admissível um privado fazê-lo, mas o Governo não. Esta foi a fundamentação pela qual o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quis fazer de uma intervenção, normal e legítima, um ataque cerrado à própria necessidade da intervenção.

V. Exa. considerou que era normal e legítimo que uma câmara do comércio ou uma associação de turismo fizesse alguma promoção nesse ambiente, mas entende ao mesmo tempo que o Governo não deve fazer.

Não se trata de perguntar se o Governo Regional aproveitaria, por si próprio, este momento ou não.

Trata-se tão só de que estiveram nos Açores muitos jornalistas. Quer queiramos, quer não, estiveram cá!

A imagem com que ficam da nossa terra, muitos dos que estiveram cá e não voltam tão cedo, é aquela que tiveram naquele dia.

A dificuldade que encontraram foi quererem informação e perceberem que era muito difícil ter acesso a ela, era muito difícil terem acesso à função para a qual tinham vindo cá.

Pelo facto de nesse momento se estar a discutir a paz ou a guerra, houve gente que veio aos Açores com uma função profissional de promover os Açores. É tão só disso que se trata. Vamos separar os campos. Não há mais nada para além disso.

Não vamos estar aqui com falsas demagogias, pelo amor de Deus!

O Governo Regional serve para promover a nossa terra!

Não vale a pena fazer essa demagogia.

Vamos ser claros:

Por que é que temos a base das Lajes nos Açores?

Não é um aproveitamento. Portugal não recebe uma renda por causa disso.

Para que servem as bases? Para fazer a paz ou a guerra?

Alguém discute isso?

É muito fácil vir agora aqui dizer: “não senhor, trata-se de guerra não se pode vir falar desse assunto.”

Aproveitamento?

A Cimeira tratou do respectivo assunto. Os jornalistas estiveram nos Açores. Essa é que é a questão.

Eu pergunto, por exemplo, o que é que é aproveitamento?

O que é que o Presidente do Governo Regional dos Açores fez em relação à Cimeira?

Não estive preocupado com o turismo, percebo, mas estive preocupado com a sua promoção pessoal por não ter estado na Cimeira. Estive preocupado com a sua promoção pessoal, enquanto se estava a discutir a guerra ou a paz. Ele não estive preocupado com o aproveitamento dos Açores, mas com o seu aproveitamento pessoal.

Deputado Manuel Campos (PS): O assunto é outro, Sr. Deputado. Isso é que é demagogia!

O Orador: Isso os senhores não contestam, nada dizem. Essa é que é a questão que quero que me responda, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É lamentável...

Deputado Paulo Gusmão (PP): Não é lamentável!

A Oradora: ... que o Sr. Deputado Artur Lima suba àquela tribuna e tenha confundido as duas questões, como confundiu.

Não venha dizer a este Grupo Parlamentar e a este Governo que tem que separar as duas questões. Quem devia ter separado, em primeiro lugar, era os senhores e não nós.

O senhor não devia ter feito a colagem de duas questões desta natureza como fez. Não venha dar recados que os outros é que deviam ter feito a separação que o senhor não foi capaz de fazer.

Que fique claro que o Governo Regional nunca quis, na perspectiva turística, esta Cimeira. Ela tinha objectivos claros e definidos. Nunca foi esse objectivo, não é esse o objectivo e não lamentamos que tenha sido feito.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, que um deputado do seu Grupo Parlamentar tenha tido uma intervenção lamentável é desculpável. Ele reincidiu nos argumentos que usou naquela tribuna e o senhor vem aduzir argumentos que nada têm a ver com essa questão.

O que tem que ficar claro é que o Sr. Presidente do Governo não foi convidado a estar presente para receber os líderes.

O que foi dito foi que se esperava que pelo menos o Primeiro-Ministro de Portugal soubesse ser um bom anfitrião da Região, porque nesta matéria não soube ter, a nível institucional, a relação com o Governo Regional que tem legitimidade e poderes próprios para o ter. Não soube nem tem sabido em muitas matérias.

Tem tratado o Governo Regional com alguma menoridade e isso seria lamentável por todas as bancadas e não apenas pelo Governo Regional

Deputado Paulo Gusmão (PP): Aproveitar o momento da guerra para fazer essa intervenção!...

A Oradora: Ao agir assim, com este Governo Regional ou com outro, está a menosprezar a nossa Autonomia.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Não se pode misturar esta Cimeira com o facto do Sr. Presidente estar ou não!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu tenho todo o gosto em responder ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, se ele me quiser ouvir, mas presumo que me tenha colocado a questão e que não esteja particularmente interessado nesta discussão que estamos a ter aqui, mas se me descontarem o tempo, eu até aguardo, porque acho que é importante esclarecer o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Em primeiro lugar, o que eu disse foi que compreendo que uma instituição privada, no caso concreto de defesa de classe, tenha essa perspectiva. Pessoalmente discordo, mas compreendo.

O segundo aspecto que é importante clarificar aqui é a tentativa frustrada que o Sr. Deputado Gusmão fez ao desviar o assunto para trazer outras coisas para aqui, mas da mesma forma que eu lhe concedo a justiça de reconhecer que o tentou habilmente, reconhecer-me-á também a justiça de ver que eu não vou por esse caminho, não caio nessa esparrela.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, não é a questão da distinção. O que está aqui em causa é a forma absolutamente infeliz, desastrada e politicamente censurável que o seu Grupo Parlamentar, em concreto o Sr. Deputado Artur Lima escolheu para trazer esse assunto à colação. É isso que eu estou a censurar.

Quanto à questão do Sr. Presidente do Governo Regional, para além daquilo que foi dito pela Sra. Secretária, eu só considero lamentável que a sua perspectiva sobre essa situação seja essa. Considero lamentável, mas não vou por aí.

Em relação à questão de fundo, que é o que nos traz aqui a esta discussão – se o senhor quiser discutir o respeito ou desrespeito protocolar também podemos ir por aí, mas não nesta discussão, essa “sopinha” o senhor não a leva à boca, da minha parte – apenas quero reafirmar a crítica...

Deputado Artur Lima (PP): Mais uma vez!

O Orador: Mais uma vez e nunca será de mais, Sr. Deputado Artur Lima. O senhor foi tão desastrado, tão desastrado, tão desastrado, que nunca será de mais.

... e salientar um último aspecto: quer pela intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, quer pela intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular, aquilo que ficou provado aqui foi que “logo que tenhamos os meios, os fins

não interessam”. É uma versão daquilo que disse há pouco: “a ocasião faz o ladrão!”.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Dispõe de um minuto.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesse minuto tentarei ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Insultar o Presidente do Grupo Parlamentar do PS!

O Orador: Não, não o vou insultar, vou apenas falar com a Sra. Secretária.

Julgo que não pode ficar esquecido como as coisas funcionam institucionalmente.

Tivemos uma Cimeira. Tivemos nos Açores Chefes de Estado e a Cimeira foi realizada entre eles.

Protocolarmente como é que fica o Presidente do Governo Regional dos Açores?

O anfitrião da terra, quem é que tem de receber?

O Sr. Primeiro-Ministro.

Por que é que não o fez? Por que é que o Presidente do Governo Regional dos Açores não recebeu o Sr. Primeiro-Ministro, quando protocolarmente essa é que era a sua função? Ele não podia estar na Cimeira, porque ela era feita com os Chefes de Estado e não existe 5 Chefes de Estado. Eu compreendo que para o seu futuro político internacional fosse brilhante estar ali com mais 4, mas não pode ser, porque o sistema não funciona assim.

Vivemos numa Autonomia, não num Estado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso foi a informação que recebeu de outros que não falaram neste debate!

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço, porque o primeiro ponto da ordem do dia vai originar debate.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

O primeiro ponto do **Período da Ordem do Dia** é constituído pela apresentação e debate da **Proposta de Resolução - “Prevenção da indisciplina na escola”**.

Para proceder à sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A indisciplina é um factor de perturbação no funcionamento da Escola. Não sendo ainda um fenómeno generalizado e de contornos muito preocupantes na Região Autónoma dos Açores, é, todavia, um problema potenciador do aumento da insegurança e do surgimento da violência no espaço escolar.

A identificação e compreensão das principais causas da indisciplina na Escola são tarefas nas quais se deve envolver determinadamente a comunidade educativa – professores, estudantes, funcionários e pais. Ora, a concretização deste desiderato convoca meios logísticos, competências e poderes de decisão nem sempre facultados aos actores do processo educativo. Ao mesmo tempo importa reconhecer que as vertentes pedagógicas de combate e prevenção da indisciplina são complexas,

transversais a todo o espectro educativo, e implicam estratégias concertadas de médio e longo prazo, isto é, de vida útil igual ou superior a um ciclo de escolaridade. Desde logo, é fundamental a realização de um estudo pluridisciplinar prospectivo das dimensões afectiva, sociológica, cultural e educativa da indisciplina no espaço escolar, mas a falta desse instrumento não impede, antes aconselha, a adopção de medidas múltiplas, preventivas dos fenómenos disfuncionais e indutoras de harmonia. Esperar por conclusões e condições ideais para actuar “é abrir a porta a uma inércia paralisante”.

Nunca é cedo para agir neste domínio problemático e sempre absolutamente insolúvel. Torna-se urgente conjugar esforços e vontades antes que seja irremediavelmente tarde.

Considerando todos estes pressupostos, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, em devido tempo, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Resolução que recomenda ao Governo a adopção de um conjunto de medidas de prevenção e dissuasão da indisciplina em ambiente escolar.

Entre as propostas adiantadas, consta a realização de módulos de formação contínua para professores e pessoal não docente, sobre a indisciplina e a violência, considerando que os agentes de acção educativa devem ser destinatários de uma formação específica adequada às suas funções.

O reforço dos mecanismos de prevenção e dissuasão da indisciplina, através de equipas especialidades de apoio sócio-pedagógico, e dos meios controlo do acesso aos estabelecimentos escolares, designadamente através da instalação de mecanismos electrónicos de observação à distância, são acções igualmente preconizadas.

É ainda essencial que seja evitada a sobrelotação das escolas, por esta ser um factor encorajante da indisciplina e do acréscimo da insegurança, e se dê especial atenção na distribuição de turmas pelos professores, de modo a assegurar às mais problemáticas acompanhamento educativo eficaz e adequado.

Para prevenir e combater os fenómenos de indisciplina na escola importa estimular a participação regular e a co-responsabilização dos pais na implantação de um clima de coesão, propício à aprendizagem da cidadania e à vivência de práticas solidárias.

O alargamento dos apoios às associações de estudantes nas experiências de mediação de alunos que se destinem a atenuar e prevenir surtos de indisciplina e a aposta no desporto escolar como factor de desenvolvimento pessoal e afirmação do protagonismo social do aluno, são estratégias possíveis para garantir maiores índices de segurança e convivência nos estabelecimentos de ensino.

Entendeu, e bem, a Comissão de Assuntos Sociais desenvolver um processo de auscultação da comunidade educativa sobre esta proposta legislativa. Foram desafiados a participar os órgãos de Escola, as associações de pais e de alunos, os departamentos curriculares e os sindicatos. Poucas vezes terá uma iniciativa deste Parlamento obtido um índice de participação tão elevado. Trinta e cinco entidades responderam ao repto, confirmando a pertinência do tema e a necessidade de sobre ele serem tomadas medidas concretas. Genericamente todas as respostas foram favoráveis ao documento. Na especialidade, professores, pais e alunos fizeram a sua apreciação às medidas preconizadas, melhorando significativamente a reflexão em torno da problemática da indisciplina no espaço escolar e, sobretudo, na futura adopção de medidas preventivas desse fenómeno.

Valeu a pena o esforço. Agora, a boa vontade de todos é condição essencial para levar de vencida este desafio. Porque mais vale prevenir do que remediar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução agora em discussão intitulada “Prevenção da indisciplina na Escola” aponta e recomenda ao Governo Regional a promoção nas Escolas dos Açores de um conjunto de medidas de modo a prevenir fenómenos de indisciplina e violência.

Esta temática apesar de não ser preocupante nas nossas Escolas, sendo nula em muitas delas, apresenta em algumas, em especial nos centros de maior densidade

populacional uma expressão que importa chamar a atenção de modo a que não se atinja a dimensão de outros espaços do nosso país, de modo particular, o fenómeno de violência.

A Proposta apresenta assim pertinência, apesar de desde há muito ser uma preocupação das várias entidades com responsabilidade no domínio da Educação, desde o Governo, responsáveis pela gestão dos estabelecimentos escolares, professores, até pais e encarregados de Educação.

Para esta Proposta foram pedidos pareceres aos Conselhos Executivos, Assembleias de Escola, Associações de Pais e Estudantes e foram ouvidos os sindicatos do pessoal docente, tendo todos de uma forma clara manifestado o seu apoio às medidas propostas, apresentando sugestões e questões sobre as mesmas. Importa destacar que responderam ao pedido do parecer da Comissão de Assuntos Sociais trinta e cinco das entidades às quais se havia pedido parecer, mostrando o interesse e o cuidado que esta matéria merece.

Sobre a temática da indisciplina e da violência cito o Preâmbulo do parecer da Assembleia de Escola da Área Escolar da Horta

“A prevenção da indisciplina e da violência na escola não deve, limitar-se à sala de aula, muitos menos ao espaço atribuído a uma determinada matéria de ensino. Pelo contrário, a indisciplina e a violência na escola, deve ser abordada numa perspectiva transdisciplinar e em colaboração com vários parceiros educativos.

Não se pode por isso, olhar a indisciplina e a violência de uma forma redutora ou seja, centrada na escola e nos alunos.

O tratamento desta matéria, requer a abordagem de outras vertentes nomeadamente de natureza sociológica e no domínio cultural, educativo e mesmo económico das famílias inseridas no território educativo de cada estabelecimento de ensino” (fim de citação)

Hoje mais do que nunca se dever abordar o problema da indisciplina para além do espaço escolar, o número alunos aumentou, atinge todas as classes na escolaridade obrigatória e para além desta, trazendo para a escola as mais variadas problemáticas sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os pareceres vindos das nossas escolas apontam estas problemáticas e mais do que as infraestruturas físicas escolares apelam para uma maior participação dos pais e encarregados de educação na participação no processo educativo dos seus educandos. Indicam mesmo que acções previstas numa das medidas para professores e pessoal não docente que sejam frequentadas pelos pais, visto alguns dos comportamentos mais desviantes, surgirem em primeiro lugar no meio familiar.

Cito algumas sugestões que neste âmbito chegaram à Comissão, de algumas escolas:

“Em relação ao ponto um, concordamos com a formação sugerida, mas pensamos que esta deveria ser dirigida especialmente aos encarregados de educação”. – assim diz o Núcleo da Educação Especial da área escolar da Horta

Os professores do 1.º ciclo do ensino básico – Programa Oportunidade, – EB 2, 3 Vila Franca do Campo dizem:

“Relativamente ao ponto número um, os pais e encarregados de educação também deveriam ser contemplados com acções de formação ou de sensibilização sobre a indisciplina e a violência. Pois o comportamento violento ou indisciplinado da criança não surge de um dia para o outro; é possível detectá-lo e impor os meios para remediá-lo a tempo.”

A problemática da formação dos professores com Despacho Normativo n.º 44/2002, de 19 de Setembro, cabe a cada orgânica do sistema educativo regional elaborar um Plano de Formação Contínua do Pessoal Docente, destinado a satisfazer as necessidades específicas de formação contínua do seu corpo docente. Dado o empenho que estas tiveram na pronúncia sobre a matéria em causa, leva a acreditar que este será um dos temas abordados em futuras acções de formação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sobrelotação das escolas, o número de alunos por turma, as infraestruturas físicas escolares e os seus equipamentos têm sido preocupação dos Governos do Partido Socialista e várias vezes têm sido debatidos neste Plenário. Os Investimentos nas Construções Escolares e na sua manutenção, não foram ainda os suficientes para debelar todas as situações existentes, mas a Região apresenta um panorama muito distinto do encontrado pelo PS quando chegou ao Governo. Hoje turmas com 30

alunos só muito pontualmente encontramos nos Açores. A Escola EB 2,3 de Vila Franca, a Emiliano de Andrade de Angra do Heroísmo, a dos Arrifes ou das Capelas são situações que importa resolver de modo a que na nossa Região as escolas atinjam os mesmos padrões.

Os fenómenos de violência muitas das vezes dão-se noutros espaços escolares que não as salas de aula, levando a que muitas das escolas exigem um maior número de auxiliares, entendemos que o rácio funcionário/aluno é uma referência para cada escola, todavia poderá haver diferenças pela tipologia das estruturas dos estabelecimentos, mas não é só com o número de auxiliares que se combate esta problemática, mas sim com horários dos alunos, a assiduidade dos professores e a sua substituição de modo a que o alunos estejam ocupados nas horas que estão na escola.

Sobre esta matéria o Presidente do Conselho Executivo da Escola das Laranjeiras no Correio dos Açores no passado dia 9 de Março pronunciava-se do seguinte modo:

“A situação alterou-se muito nos últimos tempos, devido a vários factores. Os horários foram melhorados, nomeadamente as horas de saída dos alunos. Ou seja, a partir das 16 horas praticamente não temos alunos dentro da escola. Depois, temos menos intervalos porque as aulas têm a duração de 90 minutos, o que faz com que os alunos tenham menos tempo livre dentro do espaço escolar. Não é líquido que a melhoria ao nível da violência tenha surgido apenas devido a estes factores, mas tenho a certeza que os mesmos terão contribuído para atenuar a situação. Por outro lado, o facto de o sistema de formação dos professores ter sido alterado (cada escola tem uma janela específica num determinado período), também tem contribuído para isso. Não há autorizações ao longo do ano lectivo para formação como acontecia até há pouco tempo e a presença dos professores é cada vez mais notada. A diminuição do absentismo dos professores, que se nota mais este ano, em termos gerais, também permite que haja um melhor controlo sobre a situação”. (fim de citação)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje nas quarenta e uma orgânicas educacionais da Região encontram-se colocados nos quadros 30 Psicólogos e no próximo mês Abril serão colocados mais 17, ficando

os quadros destas orgânicas com 47 técnicos superiores no domínio da Psicologia. Nas Escolas estão atribuídas mais de 4.938 horas destinadas a apoios e substituições ao abrigo da Portaria 31/2001 levando a que estejam criadas condições para que se possa minorar ou prevenir situações que antes não estavam salvaguardadas.

Para o Partido Socialista esta Proposta contribui e reforça medidas para minorar a problemática da indisciplina. Iremos votar a favor com as alterações propostas na Comissão, mas será com empenho de todos, desde as famílias, ao Governo com suas políticas sociais e educacionais, às escolas e aos professores, que poderemos prevenir algumas das situações relacionadas com a indisciplina e a violência.

Termino citando um dos aspectos referidos no parecer da Assembleia de Escola da Escola Básica 2,3 Canto da Maia:

“Temos consciência que a indisciplina é um problema complexo, por não haver modelos de respostas para a sua solução; cabe-nos, no entanto, tudo fazer e unir esforços para prevenir situações complicadas de gerir no futuro.”

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a nossa posição favorável e o nosso apoio a esta Proposta de Resolução.

O CDS/Partido Popular entende que é fundamental a disciplina nas escolas e que as medidas aqui propostas contribuem para uma melhoria neste campo.

É fundamental por dois motivos essenciais que não podem ser dissociados um do outro:

O primeiro tem a ver com a própria instrução de cada criança e de cada jovem. Tem a ver com a possibilidade de cada um estar num ambiente agradável em que não há, por normalidade, comportamentos que se desviam da mesma.

Em segundo lugar, porque tem em conta aquela frase que o nosso povo bem diz e que tem a ver com a velha expressão “de pequenino é que se torce o pepino”.

Faz parte da formação e da educação o espírito de incutir nos nossos jovens e nas nossas crianças essa noção de respeito, de disciplina, de que viver num ambiente agradável é um ambiente em que todos se respeitam, em que as pessoas sabem que há algumas regras.

É por isso que não poderia deixar de dizer que, para nós, o fundamental agora é que num futuro próximo, na Região, seja feita a aplicação do Estatuto do Aluno, essa sim, uma matéria que vem responder de uma forma bastante importante, para além destas medidas que são de carácter preventivo, à questão da disciplina nas escolas.

Sei que o Governo Regional está a preparar esta matéria. Quero dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP aguarda com bastante expectativa e quando esse diploma surgir aqui, façamos o debate à volta dele e que seja sobretudo um diploma de medidas corajosas que contemple aquilo que, para além destas que estamos aqui a aprovar, são as que efectivamente levam à prática mais do que alguns considerandos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu subscrevo uma parte da intervenção que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez sobre a matéria da proposta que está aqui em discussão.

Os problemas da indisciplina são muito complexos e cada escola tem que ter uma resposta adequada à situação específica, já que as respostas não podem ser universais e nunca o poderão ser.

Sobre a matéria em causa, na área das ciências da educação, tem-se produzido um volumoso corpo de teoria e também de prática que leva à conclusão que esta é uma das temáticas centrais no funcionamento do nosso sistema educativo.

A proposta que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com as alterações que resultaram da Comissão após a audição das diversas escolas e do interesse que essa matéria disputou nas mesmas, colhe um grande consenso e pude verificar isso na reunião com os conselhos executivos.

Nestas circunstâncias o Governo, e até porque se trata de matéria que vem de acordo com as políticas que o Governo tem vindo a seguir, está de acordo e manifesto aqui esse acordo. Da nossa parte faremos os possíveis para colocar em prática aquilo que ainda não está em curso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para registar a nossa posição em relação à matéria em apreciação. Essa posição será de voto favorável a esta Proposta de Resolução com as alterações que foram também aprovadas em Comissão.

Consideramos que a matéria em apreciação é importante na medida em que hoje – e ficou claro em relação à audição que fizemos às escolas – é uma preocupação os problemas que se começam a verificar de indisciplina e violência nas nossas escolas. Já foi referido aqui que recebemos posições de diversas escolas e de diversos órgãos de muitas escolas e tivemos oportunidade de, sobre esta matéria, ouvirmos os representantes dos professores, as organizações sindicais.

Toda a discussão feita à volta da matéria, quer em Comissão, quer através das audições, consideramos que foi enriquecedora para todo este processo.

Não é por acaso que algumas organizações sindicais chamaram a atenção da Comissão para problemas que cada vez mais começam a aparecer nas nossas escolas, para os quais tem que haver resposta.

Recordo, por exemplo, que foi falado nessas audições nalgum absentismo de alunos. Esta matéria é preocupante e todos os responsáveis devem-se preocupar com ela.

Também foi referido, por algumas escolas, a falta de espaços, necessários e importantes para os próprios estudantes.

Um dos sindicatos referiu a falta de psicólogos e de assistentes sociais para dar aquele apoio que é fundamental para que possa haver um bom ambiente escolar.

Foi referida a constituição de turmas e, segundo o seu sindicato, há exagero em algumas turmas, nalgumas das nossas escolas.

Também chamaram-nos a atenção para a necessidade de procurar chamar mais os pais às escolas, introduzir mais na preocupação dos pais os problemas que são do dia a dia das escolas.

Um dos sindicatos também refere que há algumas escolas problemáticas para as quais há que haver uma maior atenção em relação aos problemas de violência e aos problemas de indisciplina.

Há também uma organização sindical que nos refere a necessidade de haver uma grande preocupação para que a escola vá de encontro aos interesses dos próprios alunos. Davam-nos exemplos e diziam que há alunos que introduzem-se na disciplina do desporto. Questionavam-nos por que razão não se lhes vai criar interesses nas próprias aulas onde eles têm apetência para serem disciplinados?

Estas matérias foram trazidas à colação em relação a esta Proposta de Resolução. Penso que elas têm interesse e devem ser motivo da nossa preocupação como representantes desta Região neste órgão, mas também penso que elas devem ser preocupação de todos os responsáveis e das próprias escolas.

Por isso mesmo, entendemos que esta Proposta de Resolução é positiva, tem aspectos importantes e vamos dar o nosso voto favorável.

Presidente: Srs. Deputados, a questão está debatida.

Como sabem existem propostas de alteração oriundas da Comissão. O Partido Social Democrata subscreve essas propostas, tal como o Partido Socialista. Pelas declarações dos outros grupos parlamentares, existe unanimidade quanto a esta matéria.

Portanto, sem mais demoras, nós fazíamos a votação em conjunto, sem necessidade de discussão e votações na especialidade, compreendendo-se nesta votação o texto original e as propostas de alteração que vêm da Comissão.

Se não houver objecção da Câmara, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A Proposta baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que, uma vez mais, fique claro nesta Casa a posição que nós tomámos e foi tomada deliberada e conscientemente.

Sobre esta Proposta de Resolução ouvimos conselhos directivos das escolas, assembleias de escola, associações de pais e de estudantes, os sindicatos, quer em parecer escrito, quer em audições e trabalhámos em Comissão.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para o Governo do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores, independentemente da origem das propostas, desde que elas tenham a ver com aquilo que foi o nosso programa eleitoral e o nosso programa de governo, nós estamos aqui para votar sempre a favor.

Votámo-la conscientemente, porque sabemos que vem ao encontro daquilo que este Governo tem estado a fazer. Estamos de acordo independentemente de ter vindo do maior partido da oposição.

Deputados Vasco Cordeiro e Dionísio Sousa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata que agora acabámos de aprovar por unanimidade, pode ser uma regra, uma excepção àquilo que tem sido regra nesta Casa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Porque chegou à votação. As outras não chegaram!

O Orador: Não cremos que esta tenha sido a primeira e a única vez que aqui trouxemos uma ideia e uma proposta válida para ajudar a enriquecer o sistema educativo da nossa Região.

De facto, ela inscreve-se naquilo que são os princípios orientadores das políticas que o PSD concede como sendo as melhores para o nosso sistema educativo regional e pode-se distinguir alguns aspectos das políticas empreendidas pelo Governo

Regional do Partido Socialista, mas está longe de ser uma cópia do Governo Regional do Partido Socialista, naquilo que diz respeito a esta matéria.

Também é preciso que fique claro que o consenso que se gerou em toda a Região à volta desta proposta, tornava muito difícil ao Partido Socialista exercer a sua maioria, arrogante e musculada, que nalgumas circunstâncias tem aqui utilizado relativamente às propostas do PSD.

Deputado Fernando Lopes (PS): Não come um pratinho sem lhe cair em cima metade!

O Orador: Eu espero que este aparte menos educado do Sr. Deputado Fernando Lopes fique registado no Diário das Sessões, porque há coisas que têm que ficar com quem as faz.

Eu estava a concluir que não creio que essa tenha sido, e digo com toda a sinceridade, a maior motivação do Partido Socialista para a subscrição.

Não foi esse enquadramento dos apoios que motivou o voto favorável do Partido Socialista. Aliás, isso foi bem patente nas discussões e análises que nós fizemos, mas também é preciso que se diga que o consenso e os apoios que esta nossa iniciativa recolheu em toda a Região, tornava muito difícil vir aqui dizer que não se tratava de uma boa ideia.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto sobre esta matéria em nome da bancada do PCP.

As propostas e os documentos que aqui discutimos têm várias origens, podem vir de um grupo parlamentar ou do Governo.

Naturalmente que o mérito de cada uma é aferido pelo seu valor próprio e pela perspectiva que os restantes partidos que a têm que discutir e sobre ela decidir, se colocam. Naturalmente que é assim e todos sabemos.

No entender do PCP, esta Proposta do PSD teve e tem mérito, porque suscitou o debate político de um problema que é sentido na sociedade e na comunidade escolar.

Por ter mérito mereceu a apreciação de muitas instituições, um estudo aprofundado que pudemos verificar através do relatório desta Assembleia, e um entendimento político que levou à sua aprovação.

Isto para dizer que foi com inteira consciência desse mérito que o PCP aprovou, mas também foi com inteira consciência da importância da matéria que o PCP se empenhou na Comissão respectiva em contribuir para que se chegasse a um entendimento.

O PCP não sente nenhuma necessidade de se justificar para além disto pelo facto da origem desta proposta ser do PSD ou ser de outro partido qualquer.

Não pensamos sequer que a justificação dessa necessidade seja no trabalho parlamentar uma prioridade.

As questões valem o que valem, os problemas têm ou não oportunidade, a postura política faz com que acompanhem ou não.

Quando se somam os diversos vectores, a importância do problema, o impacto na sociedade, a validade das questões e a postura política convergente, então há unanimidade. Foi o que se passou.

Oxalá haja muitas vezes. Muitas vezes há, não precisamos de nos estar a demarcar uns dos outros, quando as situações se dão.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte – **Proposta de Resolução sobre a “revogação do Despacho Normativo nº 44/2002, de 19 de Setembro, do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura”**, apresentado pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Através desta Proposta de Resolução o Partido Comunista Português propõe que seja revogado o regulamento da formação contínua do pessoal docente, publicado no Jornal Oficial nº 38, de 19 de Setembro de 2002, da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Esta matéria da formação contínua de professores é um direito do pessoal docente e dever para que possam, também eles, do melhor modo possível, exercer as suas actividades lectivas.

É um direito e um dever que está consagrado no Estatuto da Carreira Docente.

Por isso, em nosso entender, a filosofia que deverá ter qualquer responsável em relação à matéria, tem a ver com aquilo que no aspecto legislativo é concedido a estes profissionais, ou seja, não se pode considerar que a formação do professor é um prejuízo para a sua actividade lectiva. Também não se pode considerar que a formação do professor é apenas um direito. Tem que se enquadrar esta matéria como um dever para pôr o serviço exactamente da sua competência, daquilo que ele faz.

Em nosso entender, um dos grandes problemas que este despacho que foi publicado tem, é exactamente a filosofia que enferma em relação ao direito e ao dever do professor ter a sua formação contínua.

Para isso, bastará, por exemplo, pensar-se que este despacho normativo que agora propomos a sua revogação, no seu artigo 8º diz:

“Compete ao órgão executivo autorizar a participação dos docentes em congresso, conferências, simpósios, cursos, seminários e outras realizações conexas ou não com a formação do docente, desde que as mesmas se realizem em período que não colida com a actividade lectiva do docente, nem interfira com a realização de exames e outras actividades de avaliação”.

Ao determinar um estrangulamento cada vez maior na formação contínua, está-se a pressupor que esta formação apenas tem a ver com o professor e não se está a concluir que ela é muito mais do que isso. É o professor a adquirir conhecimentos e práticas para pôr ao serviço dos seus alunos. Por isso é um enriquecimento não apenas do professor, mas da própria escola, da prática educativa.

Valerá a pena comparar este articulado com o articulado anteriormente vigente. Em relação à mesma matéria, o de 1993, dizia:

“A autorização da dispensa de serviço de docente só pode ser recusada quando acarreta graves perturbações ao normal funcionamento do estabelecimento de educação e ensino, designadamente serviço de exame e reuniões de avaliação de alunos”.

Enquanto que o professor, até à publicação deste despacho normativo, tinha o direito de ter a sua própria formação, atendendo a que essa formação era para pôr ao serviço do aluno, era uma formação considerada positiva, no diploma agora vigente a formação é considerada como algo quase que negativo, perturbador para a escola.

A nossa visão é exactamente ao contrário. Pensamos que a formação não é negativa para a escola, mas positiva; não é negativa para o aluno, é positiva; não é positiva somente para o professor, mas para o conjunto da escola e dos alunos.

Por isso mesmo, pensamos que seria importante que não se insistisse nesta regulamentação que vai coarctar aos professores um direito que lhes é consignado por Lei Geral da República, vai-lhes perturbar essa mesma formação e, inclusivamente, põe essa formação na dependência praticamente da escola, enquanto que, de acordo com a lei, o próprio professor tem o direito de ele próprio ter o seu plano individual de formação, o que lhes é impeditivo de acordo com este despacho normativo que atribui à escola a responsabilidade por essa formação.

Pensamos que esta matéria é importante e não foi por acaso que na audição que fizemos aos professores, inclusivamente em diversas tomadas de posição dos representantes dos professores, através dos seus sindicatos, todos foram unânimes em considerar que este despacho normativo lhes restringe a sua capacidade de formação, impede-lhes uma formação condigna e, inclusivamente, choca com a lei que lhes permite e lhes dá o direito de formação.

Como disse, e como tenho dito nesta intervenção, é uma formação para ser posta ao serviço das escolas e dos alunos.

Por isso mesmo, entendemos que é da mais elementar justiça que outra legislação seja feita no sentido da boa formação dos professores e que a legislação vigente, concretamente o Despacho Normativo 44/2002, seja revogado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. do Membros do Governo:

A Proposta agora em análise visa recomendar ao Governo Regional a revogação do Despacho Normativo n.º 44/2002, de 19 de Setembro, do Secretário Regional da Educação e Cultura.

A revogação do Despacho Normativo é solicitada com a fundamentação de que altera profundamente o Regulamento da Formação Contínua dos Professores e retira aos docentes a possibilidade de escolha livre do seu percurso de formação.

O Despacho Normativo 44/2002, de 19 de Setembro, no seu preâmbulo, começa por caracterizar o exercício das funções docentes e a exigência de uma permanente actualização de conhecimentos e de metodologias, o que leva a que os docentes devam participar regularmente em acções de formação contínua que permitam dar resposta às suas necessidades específicas de formação, tendo em conta, para além do seu perfil pessoal e profissional, o projecto educativo da escola onde prestam serviço, as necessidades dos alunos e as tarefas que executam.

Reconhecendo-se esta necessidade, os docentes através do seu Estatuto ficaram obrigados, para a progressão na sua carreira, à obtenção de um crédito, correspondente a 25 horas de formação creditada, por cada ano dos correspondentes módulos de formação que satisfaçam esses requisitos para a mudança de escalão.

Com este Despacho a administração educativa regional vem permitir o cumprimento dessa obrigação e criar condições para que em tempo útil os docentes frequentem as acções de formação que satisfaçam esses requisitos.

A situação vigente antes deste Despacho possibilitava que cada docente fosse dispensado durante dez dias lectivos, por ano, para formação. Esta situação levou a que se transformasse o processo formativo dos docentes num factor perturbador do processo educativo, contribuindo para a existência na generalidade das escolas de uma percentagem inaceitável de aulas previstas e não dadas. Esta perturbação, se muitas vezes não era sentida pelas famílias nos 2.º, 3.º ciclos e Secundário, no seu dia a dia, porque os seus filhos ficavam na escola, na maioria das vezes sem qualquer protecção, poderiam contudo verificar-se no final dos períodos pelo número de aulas dadas. No 1.º ciclo a situação era mais visível por estarmos perante um regime de monodocência e eram bastas as vezes em que os pais se deparavam com a situação de “hoje não há escola porque o senhor professor está em formação” criando, em especial nos meios urbanos graves dificuldades às famílias.

O processo de formação contínua dos docentes, para além de um direito e dever profissional de cada um deles, é um processo no qual a escola, através dos seus

órgãos, em cooperação com a administração educativa deve assumir um papel de coordenação e de liderança. Cabe à escola criar condições que permitam adequar a oferta de acções de formação às necessidades específicas dos seus docentes e dos seus alunos, tendo em conta o seu projecto educativo e as características da sua população escolar e da comunidade onde se insere.

Assim, o Despacho Normativo 44/2002, de 19 de Setembro, estabelece através do regulamento anexo normas que obrigam cada escola a elaborar o seu próprio plano de formação contínua – até agora as escolas não tinham o seu plano de formação contínua, era a única orgânica do Governo Regional que não fazia o seu plano de formação contínua – e a coordenar a formação com a actividade lectiva dos seus docentes. Com este despacho pretendeu-se, por um lado, melhorar a qualidade da oferta, evitando duplicação de acções e a dispersão de esforços, e por outro garantir que a actividade lectiva não seja prejudicada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. do Membros do Governo:

Com este Despacho cada unidade orgânica do sistema educativo regional fica obrigada a elaborar um Plano de Formação Contínua do Pessoal Docente, destinado a satisfazer as necessidades específicas de formação contínua do seu corpo docente, que deverá ser plurianual, devendo abranger um período de, pelo menos três anos escolares. Este é aprovado pelo órgão executivo, sob proposta do conselho pedagógico ou da sua comissão especializada quando exista.

O Plano de Formação contínua do pessoal docente deve ter em conta os seguintes aspectos:

- a) As necessidades mínimas de formação para cada grupo disciplinar e normas para a sua determinação;
- b) As normas a seguir na alocação dos recursos financeiros;
- c) A articulação do plano de formação com o projecto educativo da escola;
- d) As áreas prioritárias a cobrir pelas acções de formação a realizar na escola.

Uma das acusações que foi feita pelos sindicatos e pelos proponentes da Proposta em análise é que a Formação passou a ser centrada na Escola e impossibilita qualquer professor de ter o seu próprio processo de formação.

As Escolas passam a ter o seu Plano de Formação Contínua que resulta da colaboração e do anseio dos seus professores, através dos seus representantes no Conselho Pedagógico. Estes Planos não serão fechados na própria Escola, o Despacho prevê que na sua elaboração devem, obrigatoriamente, ser ouvidos o Centro de Formação de Associações de Escolas que sirva a unidade orgânica e as restantes entidades que em cada ilha forneçam acções de formação creditadas. Prevê ainda que as escolas de uma mesma ilha devam associar-se para a realização conjunta de acções, estabelecendo as suas interrupções lectivas nos mesmos períodos e partilhando as despesas inerentes à organização das acções.

Outra das questões levantadas pelos sindicatos e pelos proponentes relaciona-se com o pedido de dispensa para o acesso a simpósios, conferências e outras acções não creditadas. Estas, passam por este despacho a ser autorizadas desde que não se realizem em período que colida com a actividade lectiva do docente, nem interfira com a realização de exames e outras actividades de avaliação.

Com esta medida pretende-se combater a ausência de professores às escolas nos períodos lectivos e não é de estranhar que tenham que ser autorizados para além do seu período lectivo. Os docentes têm no seu horário uma componente lectiva e outra não lectiva, sendo colocada nesta última muitas actividades que poderão não estar relacionadas com avaliação e que os professores terão que as prestar na sua escola, desde reuniões de diversa índole a tarefas escolares para as quais poderão ser convocados e para as quais estariam impossibilitados por estarem a frequentar acções para as quais não haviam pedido a respectiva autorização e que os órgãos de gestão desconheciam.

Com este despacho importa ainda referir que foi substancialmente reforçado o papel dos formadores que existem entre os docentes de qualquer escola, passando este a ser dispensado 5 dias da actividade lectiva e passou a ser considerado formador externo, nas acções que se realizam no seu estabelecimento educativo e foi aberta a possibilidade do ensino particular e cooperativo de celebrar protocolos com os Centros de Formação de Associações de Escolas e com as escolas que organizem formação creditada.

O Provedor de Justiça no processo que foi aberto sobre esta matéria aceitou o entendimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura que o Despacho Normativo n.º 44/2002, de 19 de Setembro, dado que o mesmo não suscita a questão de alteração do regime jurídico da formação contínua de professores mas contém, unicamente, critérios de compatibilização entre a obrigatoriedade da elaboração, pelas Escolas, dos planos de formação contínua e a coordenação destes com a actividade lectiva dos docentes.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP entende que poderão existir algumas melhorias naquele que é o Despacho Normativo que está subjacente à Proposta de Resolução aqui apresentada.

Se é verdade que poderá ter havido nalguma área um maior debate e algumas pequenas melhorias, e se é verdade que por aí pode haver alguma crítica de precipitação, não será também menos verdade que a proposta que está aqui em discussão de se fazer uma revogação com o mesmo é outra precipitação, talvez maior, porque não entendemos que fosse bom ou conveniente voltar ao tempo em que faltavam algumas regras para este processo – passo o termo – em que chegava a haver alguns abusos, algum deixa andar, o que não é saudável para as escolas e para os alunos.

Não irei pronunciar-me nesta intervenção sobre o Despacho Normativo em concreto e sobre algumas lacunas que eventualmente terá, nomeadamente no que se refere ao livre acesso e a matérias com ele relacionadas, porque não está em discussão a sua alteração, nem a proposta para alterar o mesmo. Está em discussão, pura e simplesmente, a sua revogação.

Nesse sentido o nosso voto não pode ser favorável, porque tal não faria sentido, nem formal nem substancialmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que versa o Despacho Normativo aqui trazido, é essencial ao funcionamento do sistema educativo.

O Sr. Deputado Paulo Valadão tem razão quando diz que a formação é ao mesmo tempo um dever e um direito. Essa é uma situação que o próprio Despacho, no seu preâmbulo reconhece e tem sido essa a posição da Secretaria Regional, aliás, não podia ser outra.

Eu gostaria também de trazer aqui alguns dados estatísticos sobre a formação de professores nos últimos anos, para que se perceba a dimensão daquilo que estamos a falar e, desde já, peço licença ao Sr. Presidente para serem facultados estes dados aos diversos grupos parlamentares.

Desde Maio de 2000, até hoje, ou seja, desde que se começou a executar o PRODESA, foram autorizadas acções de formação que cobriam 13.583 professores. Na Região, temos cerca de 5.400 professores no activo. Estatisticamente isto representaria qualquer coisa como dois terços dos professores em formação em cada um dos anos.

O investimento feito nessa formação foi de 9.002. 356 euros, dos quais do orçamento da Região foram cerca de 2 milhões de euros.

Os planos de formação que estão subjacentes a esta formação que é dada aos professores, levam a que o Centro de Formação da Associação de Escolas de São Miguel e Santa Maria seja o maior do país, em termos do volume de formação feita. Só no corrente ano lectivo, o centro de formação de São Miguel e de Santa Maria fizeram formação para 959 docentes e têm ainda acções a decorrer para mais 632. Estamos a falar em acções de formação que cobrem a quase totalidade dos docentes da área geográfica de influência do centro.

Têm-no o feito com sucesso, profissionalismo e a custos que são dos mais baixos do nosso país.

De facto, na nossa Região, temos nos 3 centros de formação, mas particularmente em São Miguel e em Santa Maria, um dispositivo de formação que tem uma grande qualidade e eficácia. O que se pretendeu fazer com o Despacho Normativo foi

aumentar essa eficácia, aumentar o grau de integração da acção das escolas com os respectivos centros de formação, o que se tem conseguido.

Posso dizer-vos que na passada semana reuni com os órgãos executivos e com os dirigentes dos centros de formação em que se fez um balanço positivo, mas este é prévio, até porque o Despacho Normativo não está ainda em funcionamento em todas as suas vertentes, porque muitas das escolas ainda não aprovaram os respectivos planos de formação.

É óbvio que a avaliação terá que ser feita no próximo ano quando se tiver já alguma experiência e os aspectos que se venham a revelar menos positivos, com certeza que serão corrigidos.

Até agora, aquilo que vos posso dizer é que, ao contrário de ter diminuído a acessibilidade, verificou-se um aumento da acessibilidade das acções de formação. Era isso que pretendíamos fazer.

Ao contrário de se ter criado problemas aos professores que precisavam dos créditos para progressão, resolveram-se, porque ficou a garantia de que para esses efeitos há prioridade absoluta para obtenção desses créditos.

Volto a frisar: fazendo uma avaliação prévia, porque ainda não houve tempo suficiente para a experiência demonstrar todos os aspectos do regulamento em curso, esse regulamento, até agora, tem dado boas provas.

Também gostaria de vos dizer que um dos aspectos mais negativos do anterior sistema teve um impacto extremamente grande sobre as escolas.

Só para vos dar uma ideia, numa das escolas da Região que tinha no ano passado 122 professores, foram dadas faltas para formação num total de 984 dias. Estes são dados de uma auditoria do Tribunal de Contas à Escola.

Estão a ver a magnitude disto? Estão a ver o impacto que isto tem sobre o funcionamento da escola.

Era preciso resolver este problema e criar condições para que, por um lado, seja garantido o direito e o dever de formação aos professores – nós estamos a fazê-lo e estamos a investir para o fazer – e, por outro, seja garantido o direito à educação dos alunos, já que esse é o objectivo fundamental das nossas escolas.

A compatibilização destes dois aspectos foi aquilo que se tentou fazer com o referido regulamento.

O aumento de eficácia do funcionamento do sistema de formação, é outro dos objectivos que está por detrás dele, aumento esse que, até agora, tem sido conseguido e são os próprios centros de formação que o dizem.

Nós esperamos que com a aprovação dos planos e com o maior rotinamento no funcionamento disto, maior eficácia se conseguirá.

Srs. Deputados, creio que neste momento não há qualquer razão objectiva para se revogar o dito despacho.

No fim no próximo ano lectivo – e fica aqui o meu compromisso – faremos a avaliação da sua aplicação com todos os envolvidos no processo, e todos os aspectos que se entendam que devam ser corrigidos, serão corrigidos e o Despacho terá as alterações que se vierem a manifestar necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata considera muito pertinente esta iniciativa legislativa do Partido Comunista Português, porquanto ela corresponde a uma avaliação que não se fundamenta numa perspectiva partidária. Aliás, ela é partilhada por todas as organizações sindicais de docentes da nossa Região.

É também pertinente, porque, no fundo, vem suscitar um conjunto de questões em torno da formação contínua de professores, sublinhando aquilo que muitas vezes, neste Parlamento, tivemos oportunidade de dizer, ou seja, faltava e falta uma visão estratégica para a formação contínua de professores nos Açores.

Como dissemos por várias vezes, havia, e creio que continua a haver, uma ausência de coordenação no processo de formação contínua.

Esta afirmação que acabo de proferir é a repetição do que muitas vezes aqui afirmei e, curiosamente, corresponde a uma parte do preâmbulo deste despacho normativo que nós aqui estamos a discutir.

De facto, Sr. Secretário Regional, ao menos desta vez, quando redigiu o despacho, reconheceu a razão do Grupo Parlamentar do PSD em todas as vezes que afirmou que faltava uma coordenação efectiva do processo de formação contínua na Região.

Quando digo que continua a faltar uma visão estratégica para a formação contínua de professores nos Açores, é porque mais uma vez o próprio preâmbulo deste despacho reconhece, através de uma visão restritiva, aquilo que deve ser a formação contínua de professores, ao dizer que ela é factor de perturbação do processo educativo.

É o próprio preâmbulo que também o diz, não sou eu que estou a fazer estas afirmações, Sr. Secretário, foi V. Exa. que escreveu no preâmbulo.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): E era ou não era?

O Orador: Já vamos chegar lá.

Portanto, quem não concebe a formação contínua como factor de valorização do processo educativo, como uma mais valia para os alunos, como o enriquecimento da formação dos futuros quadros desta Região, de facto, não tem uma visão estratégica da educação.

Este Despacho Normativo que é contestado por todos os sindicatos, restringe as oportunidades de formação, altera as condições de acesso à formação contínua, prejudica, por exemplo, os professores açorianos em relação aos seus colegas do resto do país e contraria legislação açoriana com mais de 20 anos, que era favorável num contexto de especificidade dos Açores, mais favorável por razões da nossa condição arquipelágica, com aquilo que tem a ver com a nossa descontinuidade e, por vezes, com as implicações de deslocação.

É uma legislação que viola, ou se não quisermos utilizar este termo, pelo menos que contraria disposições do Regime Jurídico Nacional da Formação Contínua de Professores, quando diz que:

“O docente tem o direito de escolher as acções de formação que mais se adequem ao seu plano de desenvolvimento profissional e pessoal; tem o direito de beneficiar de dispensa da actividade lectiva para participar em acções de formação de acordo com a legislação em vigor e tem o direito de frequentar gratuitamente as acções de formação obrigatórias para efeitos de progressão na carreira”.

Mais. É um Despacho confuso que deixa muitas ambiguidades à mostra. Não sou eu a dizê-lo, é o Sr. Provedor de Justiça que recomenda, dirigindo-se ao Sr. Secretário Regional da Educação, neste termos:

“Exorto V. Exa. para a necessidade da clarificação de algumas disposições que pela susceptibilidade de interpretações dúbias, são potencialmente causadoras de conflitos evitáveis”.

Não sou eu que o digo, Sr. Secretário. Se discorda, quem o diz é o Sr. Provedor de Justiça.

É de eficácia duvidosa, por várias razões.

Há aqui uma questão a aclarar. O Sr. Secretário Regional disse-nos, em sede de Comissão, que este modelo seria avaliado e reformulado em Junho (muito bem!) se – e há quase sempre um *se* quando se fala de educação nesta Região com este Governo Regional – não houvesse uma circular da Direcção Regional da Educação a dizer que o Despacho não se aplica na totalidade.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Eu disse isso ao Sr. Deputado na Comissão!

O Orador: Mas então, como é que o Sr. diz que vai avaliar este modelo no fim do ano lectivo, se ele não se aplica na totalidade? O que é que vai avaliar?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Como é que se vai avaliar se o plano ainda não estava feito?

O Orador: Quando diz que este modelo já está a produzir melhores resultados, Sr. Secretário, por que é que não o apresentou mais cedo? Por que é que durante seis anos em que está sentado nessa cadeira, achou que o modelo vigente era bom?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Eu já lhe explico!

O Orador: Prejudicou a Região, o interesse dos Açores, dos alunos e dos professores ao esperar seis anos para alterar isso que, afinal, no seu entender, parecia que estava tão mau.

Vamos às faltas:

Sr. Secretário, Sr. Deputado José do Rego:

De facto, os senhores são – eu vou condescender – habilidosos ao ler algumas coisas.

O Sr. Deputado José Rego começou por ler uma parte do parecer do Sr. Provedor de Justiça, mas esqueceu-se, por exemplo, de citar o que eu, há instantes, referi.

Relativamente ao caso das faltas, também esquece de que estamos em presença de uma situação que não é preocupante pelo número de faltas que os professores deram para efeitos de formação. É sim preocupante pelo número de faltas que os professores não deram para fazer formação e eu explico porquê:

A legislação que estava em vigor até agora, Sr. Secretário Regional, dizia que cada professor podia utilizar, por ano lectivo, até 10 dias úteis para efeitos da sua formação contínua.

Com os dados que o senhor leu do Tribunal de Contas, eu chego à conclusão de que na Ilha de São Jorge, no conjunto da EB/S de Velas, da Calheta e do Topo, foram dadas, num determinado ano lectivo, 1106 dias de faltas.

Fazendo aquela conta muito simples, que é dividir esse número de dias de faltas pelo número do docentes, dá uma coisa também simples: cada um desses docentes, em média, faltou 4,7 dias.

Eu acho que o Sr. Secretário Regional, em bom rigor, devia estar preocupado...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Em recomendar que faltem mais!

O Orador: ... pelo número de faltas que os professores não deram.

Jogando com as médias, que foi aquilo que o senhor acabou de fazer, nós podemos concluir que estes professores podiam até fazer mais formação. Se calhar era desejável que fizessem. Aliás, o Tribunal de Contas, relativamente a outros estabelecimentos de ensino, chega a dar também, no caso da área escolar de Angra do Heroísmo, a totalidade do número de dias de faltas para efeitos de formação e reuniões de trabalho convocadas pela Direcção Regional da Educação – é preciso que se sublinhe também isto – o que correspondeu, por exemplo, a um dia e meio por cada professor.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sabe porquê?

O Orador: O senhor acha que isso é muito?

Mais do que isso. Está a esquecer-se (não se está a esquecer!), está a omitir um outro factor. Na contabilização que está a fazer das faltas dos professores para efeitos de

formação, junta também reuniões de trabalho, nomeadamente por convocatória da Direcção Regional da Educação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Todos os professores são convocados pelo menos duas vezes por semana!

O Orador: Está a esquecer-se de outra coisa: está a incluir aqui os complementos de formação que muitos professores, e bem, estão a fazer e as faltas que também são dadas no âmbito da profissionalização em serviço.

Nalguns casos as estatísticas, porque não vêm desagregadas, podem estar a incluir o número de faltas dos estagiários, porque se reportam a anos lectivos anteriores e nós sabemos que os estagiários, sobretudo os que foram colocados em escolas fora da Ilha de São Miguel, sede da universidade, também deram algumas faltas no âmbito da sua formação específica que tinham que fazer na Universidade.

Portanto, está a juntar tudo isto.

Pergunto: se este modo agora é que é bom, por que manteve o outro durante 6 anos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando me inscrevi era para pedir esclarecimentos. No entanto, como na altura não tive oportunidade de intervir, vou pedir esclarecimentos, mas também vou fazer algumas considerações.

O primeiro esclarecimento que eu gostaria de fazer era ao Sr. Deputado José Rego e ao Sr. Secretário Regional.

No artigo 2º do Despacho Normativo, o Sr. Secretário exige que cada unidade orgânica tenha um plano de formação contínua.

A pergunta que eu faço, uma vez que este documento saiu no dia 19 de Setembro de 2002, são quantos planos de formação contínua existem neste momento nas unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores?

Isto é importante, porque se o Sr. Secretário e o Sr. Deputado José do Rego me disserem que existem dois, três ou quatro planos de formação contínua nesta Região, não podemos fazer avaliação nenhuma, porque neste momento cada unidade

orgânica, no conjunto de todas as unidades orgânicas, já devia ter o ser plano de formação. Infelizmente não o têm.

Por outro lado, como eu já disse na minha primeira intervenção, coloca-se aqui um problema de fundo, um problema de filosofia, porque para o Sr. Deputado José do Rego, a formação é um elemento perturbador do processo educativo. O Sr. Secretário Regional diz que tem um impacto negativo sobre o funcionamento da escola.

O problema é exactamente esse. Em nosso entender, a formação contínua do professor não é nem perturbador, Sr. Deputado José do Rego, nem tem impacto negativo, Sr. Secretário Regional, bem pelo contrário, no processo educativo, a formação contínua tem um impacto positivo nas escolas e é um elemento que beneficia o trabalho do professor para com os alunos. Portanto, é benéfica para a própria escola e não apenas para os professores.

Por outro lado, mesmo que existisse este plano de formação contínua, ele, de certeza, não se podia coordenar com o direito que o professor tem de ter o seu plano individual de formação contínua, de acordo com a lei, que lhe compete ter.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, não houve precipitação nenhuma. O senhor põe em causa revogar-se um documento que seria substituído por um que vigorou na Região Autónoma dos Açores durante 9 anos e 5 meses e que teve, em nosso entender, bons resultados. A prová-lo está aquilo que o Sr. Secretário Regional disse ainda há pouco que nos vai entregar.

Em nosso entender, aquilo que o Sr. Secretário disse, é positivo. É a prova de que o despacho normativo em vigor foi positivo.

Para o Sr. Secretário Regional teve algumas anomalias e uma delas foi ter gasto 9 milhões de euros com a formação de professores.

Sr. Secretário, enquanto se contar os tostões em relação aos alunos, às escolas e à formação de professores nesta Região, é evidente que a educação nesta Região está condenada ao fracasso.

Entendemos que se queremos fazer formação, se queremos ter escolas para todos os alunos desta Região e se queremos ter professores para os nossos filhos, temos que gastar dinheiro. Para o Sr. Secretário esse é um aspecto negativo, para nós não é.

Por outro lado, coloca-se o problema que já há pouco referi e que é a grande contradição entre aquilo que vigorava e aquilo que agora vigora.

Para nós, não é perturbador da actividade das escolas, o facto do professor ter o direito, conforme a lei lhe compete de, mesmo durante a sua actividade lectiva, poder ter dispensas para formação contínua.

O Sr. Deputado José do Rego diz que principalmente no 1º ciclo é muito visível este elemento perturbador do processo educativo.

Sr. Deputado, eu entendo que não é, porque tenho uma filha que frequentou o 1º ciclo nos últimos 4 anos. Sempre que ela me diz que não vai em tal dia à escola porque a sua professora vai a uma acção de formação, eu considero que o dia que ela está em casa, para ela também é positivo, porque permite que a professora que a ensina todos os dias lectivos, melhorou a sua formação, está a contribuir para que possa desempenhar melhor a sua função. É por isso que entendemos que a formação dos professores contribui para o melhor funcionamento das escolas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que se está a fazer um drama à volta de uma matéria que nem sequer está em discussão.

Formação já havia, e muito bem, e continuará a haver.

Não está em discussão se os montantes que são gastos são os mais adequados ou não, está em discussão se essa formação deve ter algum enquadramento naquilo que são as componentes lectivas e, portanto, é tão só disso que se trata.

Os números que foram apresentados podem ser bons ou maus consoante as leituras que se queiram ter, o que importa dizer também é que estas coisas nem sequer são feitas por médias, – o Sr. Deputado Joaquim Machado há pouco dizia que quatro dias e meio em S. Jorge é pouco – porque nisto não existem médias, e como não é obrigatório para todos os professores todos os anos, o que existe é que alguns não faltaram quatro dias e meio, faltaram o dobro, senão o triplo. Portanto, isto é uma média, mas não se trata desta média.

Quero dizer também que é natural que os sindicatos, e até têm essa obrigação, tenham uma posição contrária a esta matéria.

Nós legisladores, sobretudo quem governa, entendemos que compete tomar medidas que sejam meio termo entre aqueles que são os interesses corporativos dos professores e aqueles que também são os interesses dos alunos. É disso que se trata.

Eu também gostaria de dizer, com toda a franqueza que ao início tive uma posição mais expectante e até com maior surpresa para o sentido negativo quando o despacho é publicado.

A prática tem demonstrado e os professores têm dito, aqueles que realmente estão no ensino, que as coisas estão a funcionar e não é assim tão dramático como parecia ao início.

Pois, nestas coisas há sempre quem preferisse ter cursos e mais cursos, mas o que terá que haver é esse direito e esse dever dos professores terem uma formação contínua que nos dias de hoje é cada vez mais importante.

Finalmente gostaria de referir que gostei de ouvir o Sr. Secretário, e espero que seja mesmo assim, o seu compromisso de que no fim desta primeira fase estaria aberto a melhorar aquilo em que o diploma falhe e deixava, já nesse âmbito, duas pequenas recomendações que têm a ver com o Centro de Formação de S. Miguel e Santa Maria, que aí referiu, com algumas dificuldades que têm sido sentidas naqueles que são os tempos encontrados para essas mesmas formações, porque se é verdade que os professores podem optar pela janela da formação na sua própria escola ou por ir ao Centro de Formação, também não é menos verdade que algumas dessas formações têm decorrido ao fim de um dia de trabalho e normalmente demoram semana e meia o que julgo ser um bocadinho pesado, na prática, depois de um dia de trabalho.

No que se refere às janelas de formação, a preocupação tem levado muitos professores ao mesmo tempo para essas mesmas acções, o que leva, na prática, a que não haja aulas em algumas escolas durante aquele período de tempo. Tem acontecido algumas dessas situações e convinha prevenir, quer dum lado, quer do outro, sendo certo que é normal no funcionamento do que é lançado.

Se queixas tenho ouvido dos professores que se dedicam a isso são apenas essas. Não tenho visto ninguém ofendido com isso, porque é natural que haja regras e as coisas são mesmo assim.

Presidente: Sem prejuízo do debate eu queria apenas referir que temos ainda sete pontos na nossa ordem de trabalho, que temos que cumprir.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado e o Sr. Deputado Paulo Valadão fizeram alguns desafios à minha intervenção e à intervenção do Sr. Secretário Regional sobre esta matéria que gostaria de rebatê-los.

Em primeiro lugar, porquê e a causa desta medida só agora ser tomada?

É importante reconhecer que a formação dos professores tem evoluído ao longo dos anos e essa análise tem de ser feita por quem está no Governo e foi agora o momento oportuno de a fazer.

O Sr. Deputado Joaquim Machado e o Sr. Deputado Paulo Valadão sabem perfeitamente que nesta Região, durante anos a fio, houve um conjunto de professores que não fizeram formação para a sua subida de escalão e entregaram declarações duvidosas, porque a formação não estava disponível ou porque o número de professores era muito grande.

O que tem acontecido na formação nos Açores é que ao longo destes anos tem aumentado o seu número, e o quadro que os Srs. Deputados acabaram de receber comprovam que esse número tem perturbado o nosso sistema de ensino, mas não o perturba pela qualidade de formação que os professores recebem.

Nós afirmámos na Comissão, continuamos a afirmar aqui e está espelhado no preâmbulo desse despacho que a formação, além de um dever, é necessária para os professores e aí nós demos nos Açores melhores condições do que é dado no Continente.

Quando os Srs. Deputados vêm dizer que os professores dos Açores estão a ser prejudicados, os professores do Continente estão a fazer toda a sua formação, na maioria das vezes, pós-laboral e aos fins de semana.

Na nossa Região foi aberto um período de 5 dias em cada escola para que cada professor tenha condições para fazer a formação e não venha a ter os tais ditos papéis a dizer que não fez formação, porque não houve um lugar, etc..

Além disso, para muitos dos professores, acontecia que as acções de formação que se realizavam em Maio estavam cheias e as que se realizavam em Julho muitas vezes não tinham candidatos e tiveram de ser canceladas. É preciso que isto seja dito aqui.

Em relação à perturbação do sistema, o Sr. Deputado Joaquim Machado leu, como eu, os suplementos dos pais acerca da indisciplina na escola e quando se falava na primeira medida as poucas Associações de Pais que nos responderam, - leia o parecer do Livramento e da área escolar de Ponta Delgada – diziam o seguinte: “Muito bem a formação, desde que não seja sobre a componente lectiva dos professores para não prejudicar as aulas dos alunos, que é um direito e um dever que eles têm”.

Em relação à dita circular, ela teria que existir. É o primeiro ano que se está a fazer. Esse despacho podia ter sido de Julho, de Agosto ou de Setembro. Foi naquela altura que saiu e a circular só veio, ao fim e ao cabo, pôr alguma tranquilidade nas escolas para a situação criada, por não haver ainda os ditos planos de formação. Os planos de formação estão-se criando, os censos de associação de escolas estão a colaborar com as escolas para a formação desses planos.

Mais ainda:

Há bocado quando perguntou: “O que é que disse o presidente da Escola das Laranjeiras?” Ele disse que as escolas hoje estão a funcionar melhor, porque os professores estão nas escolas.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Paulo Valadão diz: “A sua filha ficou muito bem aquele dia em casa, porque o professor vem mais bem formado”, de certeza, Sr. Deputado Paulo Valadão, que não ficaria descansado se viesse para o Faial e a sua esposa fosse trabalhar para outro lado e não tivesse com quem deixar o seu filho ou não tivesse uma data marcada para a respectiva acção de formação.

O que estes pais vêm pôr é algumas regras importantes, desde as datas, desde a substituição de professores, porque formação continuará a haver para além daqueles cinco dias que são dados, com as condições que estão a ser criadas nas escolas com

alguns professores de substituição. Não haverá em todas, mas muitos professores continuarão a fazê-las mesmo em cima da sua componente lectiva e está escrito aí nesse despacho que a poderão fazer.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não quero prolongar indevidamente o debate, até porque creio que todos os ângulos já foram aqui focados, mas apenas para prestar aqueles esclarecimentos directos que me foram pedidos e fá-lo-ei muito rapidamente.

Em relação aos planos de formação, através da auscultação presencial que foi feita aos Conselhos Executivos, na presença de todos os centros, chegámos à conclusão que apenas duas escolas não tinham o seu plano de formação em estado avançado de elaboração ou não o tinham ainda aprovado. Apenas duas escolas manifestaram algum atraso em relação àquilo que estava planeado.

Relativamente às questões de avaliação, Sr. Deputado Joaquim Machado, fizemos a primeira avaliação a semana passada, faremos outra na reunião final dos Conselhos Executivos neste ano lectivo e faremos outra no ano que vem, depois de termos experiência suficiente sobre isso.

Eu anunciei na Comissão, quando lá fui, que a circular existia e não há aí nada de estranho em relação a isso. Essa circular era necessária para criar este regime que permite o funcionamento deste sistema de formação com a elaboração dos Planos. Fiquei com a garantia de que os planos ficarão, em relação a todas as escolas, elaborados até ao termo deste ano lectivo. Apenas duas manifestaram algumas dificuldades que espero que sejam ultrapassadas e já foram tomadas algumas medidas nesse sentido.

Portanto, eu conto que todas as escolas ou pelo menos quase todas tenham o seu plano aprovado até final do ano.

No final do ano, quando fizermos o balanço do ano lectivo, faremos uma outra avaliação de como é que as coisas correram e no ano que vem faremos uma avaliação mais aprofundada com os planos de formação já todos aprovados.

Uma outra coisa que eu gostaria que ficasse bem claro e respondendo ao Sr. Deputado Paulo Valadão, é que não considero que os 9 milhões de euros já investidos e os 14 milhões que se investirão são dinheiro mal gasto, pelo contrário são investimentos preciosos no futuro.

É necessário que a formação exista, porque a formação é um aspecto fundamental na melhoria da qualidade do sistema educativo, só que a formação tem que ter retorno e tem que ser uma formação responsável. Não se trata apenas de gastar dinheiro ou de executar acções. Não é só o número que nos interessa aqui, mas também a qualidade. A nossa Região é aquela que tem melhor dispositivo de formação ao nível do país inteiro, é aquela que também está mais avançada em termos de formação complementar. Uma boa parte do dinheiro que aí está corresponde a isso e eu espero que continue assim.

O Sr. Deputado fica com a minha garantia de que não há qualquer tentativa de reduzir o gasto, pelo contrário tudo faremos para que se gaste ainda mais dentro daquilo que nos seja possível e que se gaste cada vez melhor na formação, porque é um aspecto essencial na qualidade do sistema educativo.

Por isso não está aí qualquer tentativa de redução de custo, está, sim, uma tentativa de melhorar a qualidade, racionalizar o sistema, fazer com que ele funcione melhor e dar resposta às necessidades dos pais e das crianças, porque eles são, de facto, a razão pela qual existe o sistema educativo.

É fundamental que os professores tenham formação, mas também é fundamental que os alunos tenham aulas e é possível conciliar uma coisa com a outra. Há que trabalhar nesse sentido, há que encontrar as soluções que sejam necessárias e há que, se for caso disso, introduzir ajustamentos e as clarificações necessárias.

Quanto à exortação que o Sr. Provedor de Justiça faz na sua recomendação ela será, com certeza, tida em boa conta quando se fizer a redacção final deste documento para transformar em documento final, depois da avaliação que será feita. Esta exortação prende-se com um ponto pequeno e essencial que parece que dá a entender que os professores quando querem ir no fim de semana fazer formação têm que pedir. Não é isso que se pretendeu lá escrever, o que se pretendeu foi ter em conta que os professores, além da sua componente lectiva, têm uma componente não

lectiva, o que quer dizer que mesmo quando estejam na sua componente não lectiva têm que pedir autorização ao respectivo órgão de gestão.

Obviamente a Secretaria não está interessada em regular aquilo que os professores façam nas suas férias, nos seus tempos livres e nos fins de semana depois das horas de serviço. Não é isso que está em causa, mas a verdade é que aquilo que se pretendeu regular foi a utilização do tempo não lectivo e esse tempo não lectivo corresponde sensivelmente, dependendo da idade do professor, entre um terço e metade do tempo total de trabalho da semana e era fundamental que isso aí estivesse. Esse esclarecimento foi dado, as escolas sabem disso e creio que não resta qualquer dúvida.

Quando se fizer nova redacção isso será devidamente esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque julgo que já todos chegámos à conclusão de que estão aqui em presença duas visões distintas sobre o que deve ser, de facto, a formação contínua de professores, uma, no respeito pelo que é a legislação da carreira do pessoal docente e dos direitos que se lhe assistem e a outra que vê a formação contínua de professores como um factor de perturbação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Lá vem ele outra vez com a mesma coisa. Eu acabei de explicar agora.

O Orador: Sr. Secretário Regional, se não entende que a formação contínua é um factor de perturbação no processo educativo, ao menos não o tivesse escrito neste despacho.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Mas eu entendo que naquelas condições é um factor perturbador. Ainda não percebeu isso?!

O Orador: De facto, as intervenções do Sr. Secretário Regional da Educação e do Sr. Deputado José do Rego confirmam aquilo que nós insistentemente temos dito: falta coordenação no processo de formação...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não falta. Fale com os centros de formação e veja o que é que eles dizem.

O Orador: ... e foi por faltar coordenação que nos processos de formação contínua existiram alguns abusos, como sempre existe naquelas situações em que falta rigor....

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Na sua intervenção.

O Orador: ... e continua a faltar ainda mais uma coisa que é rigor na selecção e na avaliação de quem frequenta as acções de formação. Também aqui neste domínio acho que devemos ser mais exigentes.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Nós somos extremamente exigentes.

O Orador: Mas ainda há mais:

A panóplia de acções de formação, do número de formadores e dos dinheiros gastos em formação que o Sr. Secretário há bocadinho nos apresentou, na esmagadora maioria são na vigência do anterior regulamento. Portanto, há aqui uma contradição muito grande.

Mas, há mais:

As acções de formação que neste momento são elogiadas e que estão a ser feitas nas Escolas, são muitas delas acções de formação que, sendo úteis para a própria actividade do docente, não são, por exemplo, para a sua progressão na carreira, porque muitas delas não são creditadas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): As acções de formação creditadas, são as únicas que referenciamos.

O Orador: Espero que depois em devido tempo o Sr. Secretário Regional, quando fizer as contas, distinga as acções de formação creditadas das demais.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Essas só são creditadas, porque o PRODESA não financia as não creditadas. O senhor nem sequer sabe isso.

O Orador: Apenas uma última referência:

Não faz sentido invocar aquelas situações, Sr. Deputado José do Rego, do professor que falta e os seus alunos ficam nesses dias sem aulas, criando problemas para os pais, porque em muitas circunstâncias, por exemplo, do I Ciclo esses professores eram distribuídos por outros docentes.

Por outro lado, se o Governo que V. Exa. apoia disponibilizasse os meios suficientes às escolas...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Que disparate!

O Orador: ... e tivesse efectivamente a fazer uma coordenação devida da formação contínua, teria certamente professores para suprir essas necessidades.

Todavia, o que agora acontece é que uma escola de per si interrompe as aulas, por exemplo, durante uma semana, já não é um aluno ou um pai que tem um problema, são os alunos e todos os pais dessa escola.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E antes não interrompia?!

O Orador: Espero, felizmente, que mesmo nesta dualidade de conceitos de formação, V. Exas. não assinem por aquela bitola de alguém da vossa bancada que ainda há relativamente muito pouco tempo escrevia nos seguinte termos: “Quem são os especialistas em matéria de educação? Quem se profissionalizou para exercer a docência, fazendo uma licenciatura na via de ensino e um estágio pedagógico? Foram os alunos ou os professores?”

Condendam, ao menos, que os professores precisam de muita e boa formação contínua.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Eu torno a fazer um apelo para que este debate seja mais célere, porque a Mesa não está muito disposta a trabalhar durante a noite e temos que cumprir a nossa agenda.

Sinceramente e com toda a seriedade vos digo isto e faço este apelo de forma muito séria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu vou ter muita atenção ao seu apelo e vou ser muito rápido, senão mesmo telegráfico.

Vou ser telegráfico em relação a um aspecto.

O Sr. Secretário Regional referiu ainda há pouco que a formação contínua na nossa Região, foi uma formação com aspectos muito positivos. Foi o Sr. Secretário que o disse e nós concordamos.

O Sr. Deputado José do Rego diz que na nossa Região não tem sido como lá fora a nível nacional. Lá fora a formação é pós-laboral e ao fim de semana.

Eu estou de acordo com isso e é exactamente por estar de acordo com isso que o PCP apresentou esta revogação. Foi possível isto, porque vigorou nesta Região determinada regulamentação que permitiu que a formação fosse aquilo que foi.

Lamentavelmente estamos convictos que aquilo que foi a formação nesta Região até este ano lectivo, será diferente no futuro.

É esse o problema que se põe em relação a esta problemática e não é por acaso que, a nível da Região Autónoma dos Açores, todos os sindicatos representantes dos professores contestaram esta legislação, exactamente porque eles tiveram uma experiência até ao fim do último ano lectivo e aquilo que está neste momento em execução será completamente diferente daquilo que foi até aqui.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Há-de ficar melhor.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais ninguém inscrito, vamos passar à votação da Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Comunista Português sobre a “revogação do Despacho Normativo 44/2002, de 19 de Setembro, do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.”

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP, 27 votos contra do PS e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Petição sobre medidas de segurança nas instalações da EB 2,3 Roberto Ivens, em Ponta Delgada.**

Em chamava o senhor relator da Comissão para apresentar o respectivo parecer.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer à Petição sobre a Escola Básica 2,3 Roberto Ivens.

Capítulo I

Introdução

Em 22 de Outubro de 2002 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Petição com mais de 300 assinaturas, com o objectivo de que a Assembleia proponha ao Governo Regional determinadas medidas sobre a segurança nas instalações da EB 2,3 Roberto Ivens, de Ponta Delgada.

Como pressupostos esta petição considera que o Governo Regional não cumpriu o calendário da remodelação da EB 2,3, Roberto Ivens previsto na Carta Escolar (Resolução n.º 1/2000, de 27 de Janeiro) e no Plano de Reorganização da Rede Escolar da Cidade de Ponta Delgada e Freguesias Limítrofes (Despacho SREC/2001/47, de 10 de Abril), que não foram cumpridas escrupulosamente as orientações emanadas do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores sobre a segurança da população escolar que frequenta aquele edifício e que a escola não reúne as condições técnicas conducentes ao garante da higiene e segurança para preservar a saúde dos seus frequentadores.

Os peticionários propõem que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo Regional a adopção das seguintes medidas:

- cumprimento integral das recomendações inclusas nos sucessivos relatórios técnicos do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, do Laboratório Regional de Engenharia Civil e da Delegação de Saúde de Ponta Delgada sobre a EB 2,3 Roberto Ivens;
- aceleração do processo de reformulação e ampliação daquela Escola;

- planificação atempada da instalação provisória da Escola no período de obras, em diálogo com a Assembleia de Escola, Conselho Executivo e Associação de Pais.

A Comissão deliberou efectuar uma visita às instalações da Escola e ouvir em audição a primeira subscritora da Petição, o Secretário Regional da Educação e Cultura, o Conselho Executivo da Escola, a Presidente da Assembleia de Escola, a Associação de Pais, a Delegada de Saúde de Ponta Delgada, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e o Director do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do art.º 52º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março. A apreciação na Comissão exerce-se no âmbito do n.º 4 do art.º 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 221.º a 224.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Capítulo III

Apreciação na Generalidade e Especialidade

Audição com o Secretário Regional da Educação e Cultura

No dia 28 de Novembro de 2002, a Comissão ouviu em audição na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, o Sr.

Secretário Regional da Educação e Cultura sobre o conteúdo desta Petição, tendo este afirmado que o objectivo desta seria cumprido pelo Governo Regional.

Relativamente à segurança actual da Escola, este afirmou que, se esta não tivesse condições de segurança já estaria encerrada, baseando-se para esta afirmação nos pareceres técnicos que possui e que se fazem constar do presente relatório.

Quanto ao funcionamento da Escola no período de obras este informou que tudo indica que não será necessário fazer uma instalação provisória da Escola em outro local, pelo que as actividades lectivas irão decorrer no corpo principal da Escola. Sobre este assunto informou que o empreiteiro a quem for adjudicada a obra terá ainda uma palavra a dizer, de modo a que seja salvaguardada a segurança de todos os que frequentam aquela escola.

Relativamente aos últimos atrasos no projecto da obra estes devem-se à necessidade de se salvaguardar os pareceres da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Direcção Regional da Cultura.

Questionado pelos Deputados da Comissão sobre o início das obras, o seu funcionamento aquando das obras e as condições de segurança da escola, o Secretário Regional informou que ainda não tinha uma data prevista para o início da obra e esperava receber o projecto em Dezembro, seguindo-se de imediato o lançamento do concurso para a adjudicação da obra. Quanto ao funcionamento da escola durante as obras a confirmação final só poderá ser dada após a adjudicação, dado que o empreiteiro terá de se pronunciar sobre esta matéria. Todavia julga que será possível o seu funcionamento tal como está a ser feito noutras escolas da Região, a exemplo da Francisco Ornelas da Câmara, da Praia da Vitória. Sobre a segurança da escola, no passado Verão foram superadas algumas lacunas presentes nos relatórios dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e da Delegada de Saúde e concluiu que é por apresentar graves problemas de segurança que irá ser intervencionada.

No dia 7 de Janeiro de 2003 a Comissão ouviu na Escola EB 2,3 Roberto Ivens, o seu Vice-Presidente e a Presidente da Assembleia de Escola e visitou as suas

instalações. No mesmo dia na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, foram ouvidas a Associação de Pais, a Delegada de Saúde de Ponta Delgada, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, o Director do Laboratório Regional de Engenharia Civil e a primeira subscritora da Petição.

Audição com o Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola EB 2,3 Roberto Ivens.

O Vice-Presidente da Escola começou por salientar que as condições infra-estruturais da escola não são muito famosas. O Laboratório Regional de Engenharia Civil fez uma análise às infra-estruturas no qual salienta que a segurança de pessoas e bens não estão em causa, mas foi salientado pelo Vice-Presidente a necessidade de se fazer um retelho geral da escola para o qual possuía um orçamento no montante de 37 mil contos do qual tinha dado conhecimento à tutela.

Relativamente à salubridade da Escola este informou que, na véspera, havia sido visitada pela Delegada de Saúde de Ponta Delgada, aguardando-se o seu parecer. No ano transacto a Delegação de Saúde já havia feito uma vistoria à Escola e produzido o respectivo relatório.

O Vice-Presidente chamou a atenção dos Senhores Deputados para a falta de pessoal na Escola, dada a dispersão dos espaços físicos da mesma. Se é certo que os normativos legais prevêm um rácio para o número de alunos/funcionários os mesmos não têm em conta a estrutura dos espaços escolares pelo que nas horas de almoço estão a descoberto algumas zonas da Escola, salientando ainda que o problema já tinha sido colocado por diversas vezes, aguardando-se a colocação de mais dois funcionários vindos da antiga Escola Especial e outros dois dos Arrifes.

Relativamente ao Projecto para as obras a levar a efeito na Escola este atrasou-se devido ao parecer da Câmara Municipal de Ponta Delgada por este não se enquadrar no seu PDM. Com este parecer havia necessidade de diminuir a volumetria do

edifício novo a construir, levando a uma nova distribuição da estrutura o que iria provocar uma diminuição do parque de estacionamento. Foi tomada a decisão de manter o projecto inicial por se considerar o parecer da Câmara Municipal não vinculativo. Quanto à entrega definitiva do projecto prevê-se para a primeira semana de Março acompanhado do respectivo caderno de encargos e programa de anúncio, de modo a abreviar-se o respectivo processo de concurso. Quanto ao pagamento do projecto falta liquidar a última tranche.

Quanto ao funcionamento da Escola aquando das obras foi dito que seria possível através de horários em desdobramento e aulas ao Sábado, com prejuízo das aulas de Educação Física, tendo este grupo disciplinar sido ouvido e manifestado o seu acordo.

Tendo em vista a melhoria da segurança da Escola a Comissão foi informada que havia sido colocada uma sinalização sonora, com toques de campainhas diferentes. Como forma de testar o Plano de Emergência da Escola na última semana do 1.º Período foi desenvolvido um exercício e em 5 minutos conseguiu-se a sua evacuação. Brevemente a Escola pensa fazer uma nova acção com os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada de prevenção relacionada com incêndios.

Audição com o Presidente da Assembleia da Escola EB 2,3 Roberto Ivens

A Presidente da Assembleia de Escola começou por salientar as necessidades da Escola relativamente às salas de aula. Estas parecendo razoáveis no entanto apresentam problemas de ruído, luminosidade e calor, em especial as viradas para a Rua do Mercado, nas quais são ministradas aulas em regime de sala fixa para determinadas turmas, estando os alunos sujeitos a um ambiente quase nocturno, visto haver necessidade de manter as janelas fechadas e as respectivas bandas de dentro. Noutras salas existem problemas com os quadros e a luminosidade.

Na Cantina foram feitas as alterações mínimas para o seu funcionamento. Relativamente aos recreios estes são insuficientes, estando alguns dos pátios localizados junto às salas de aula.

Quanto aos equipamentos considerou que a escola está relativamente bem equipada, salientando a boa forma como estão organizados os computadores da Escola. Chamou a atenção para a falta de espaços para os professores trabalharem fora da componente lectiva.

Relativamente ao pessoal auxiliar considerou deficitário o número e a necessidade de aumentar os quadros do sexo masculino.

No que respeita à porta de saída dos alunos (porta da meia lua) em seu entender não era a mais correcta devido ao trânsito e porque a funcionária terá de trabalhar alguns dias à chuva naquele local.

Os Deputados questionaram sobre o funcionamento da Escola aquando das obras, tendo a Presidente manifestado que o sentimento geral da escola é que as mesmas se façam em simultâneo com as suas actividades lectivas. Claro que seria melhor se mudassem para uma escola em condições. Todavia, alertou para os ruídos e para redução de alunos de modo a minimizar os transtornos causados pelas obras. Afirmou ainda que as mesmas são vistas na Escola com urgência, pela sua falta de condições.

Quanto a outra questão colocada sobre a sua avaliação às simulações levadas a cabo na Escola, entendeu que as mesmas têm corrido bem, mas como simulação, dado que numa situação real muitos problemas iriam resultar, a começar pelos corredores que são muito estreitos.

Audição com a Delegada de saúde de Ponta Delgada – Dra. Rosa Lafayete

A Delegada de Saúde deu a conhecer à Comissão que o seu primeiro contacto com Escola ocorrera em 1999 quando lhe fora pedida uma primeira vistoria. A Escola

tem funcionado não muito bem devido às suas estruturas e porque não foram feitas obras de fundo de modo a melhorar a sua salubridade.

As faltas de condições de higiene detectadas não são sujeira nem é falta de limpeza. Estas resultam da sua degradação, infiltrações e fungos o que não é salutar para alunos, funcionários e professores.

Têm vindo a ser feitas recomendações em conjunto com a Câmara Municipal e Bombeiros de modo a obterem-se condições mínimas para o seu funcionamento, todavia não passa pela cabeça de ninguém exigir o seu encerramento, mas há que manter os padrões técnico-sanitários.

De seguida relatou algumas das situações existentes, verificadas no dia anterior, aquando de mais uma vistoria por ela efectuada e que ainda não estavam relatadas mas que faria chegar à Comissão o mais breve possível. Uma das instalações sanitárias do sexo masculino mantém-se encerrada, não existem secadores de mão e sabonetes nas outras e verificam-se alguns derrames. No ginásio, os chuveiros estavam incompletos e os campos exteriores em algumas épocas do ano são autênticos pântanos, incompatíveis com a prática desportiva. Nas instalações sanitárias dos professores no ginásio existe um derrame constante de água provocando um desperdício inaceitável. Ao nível da cozinha já esteve pior, mas ainda está muito degradada, com superfícies em madeira, de lavagem quase impossível, e propiciadoras de desenvolvimento de microorganismos. O tecto do armazém da cozinha apresenta problemas graves e algumas das redes da cozinha precisam de ser reparadas. Quanto aos recreios, os espaços cobertos são reduzidos, pelo que muitas vezes os alunos estão ao vento, chuva e frio.

Em conclusão a Escola não está adaptada a um estabelecimento escolar e o que se tem tentado é garantir o seu funcionamento com as condições mínimas. Para isso têm contribuído as várias desbaratizações e desratizações que numa escola velha têm de ser feitas com maior frequência.

Sobre a questão colocada se tem havido surtos de doença relacionadas com a Escola, a Delegada de Saúde disse que, directamente com a Escola não, os normais e

próprios da época; contudo uma escola em que as salas de aula são pouco ventiladas, que apresenta alguma humidade e o exterior não dispõe de condições favoráveis para os alunos, estava perante um conjunto de aspectos propícios à doença.

Audição com o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Delegado da Protecção Civil

Na audição o comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, António Medeiros, fez-se acompanhar do Delegado da Protecção Civil, Major Afonso Moniz.

O Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada salientou que o parecer da sua corporação se encontrava espelhado nos relatórios que realizaram sobre esta escola. Desde a feitura destes relatórios já foram tomadas algumas medidas. Hoje já possui o seu plano de emergência, foram encerradas salas de aula e as arrecadações foram esvaziadas. Todavia não são suficientes por estarmos perante um edifício com corredores estreitos onde circulam alunos dos 10 aos 13 anos e no qual as viaturas dos bombeiros não conseguem entrar.

Existe um conjunto de medidas que ainda não foram implementadas como a colocação de detectores de incêndios, iluminação de emergência e a colocação de placas de sinalização.

Duas grandes preocupações foram deixadas à Comissão. Uma relacionada com a instalação de bocas de incêndio, dado que anteriormente havia 4 ou 5 que desapareceram numa inspecção para outra e que a Direcção da Escola não sabia explicar. Outra relacionada com a instalação eléctrica do corpo central da escola que se encontra muito má.

Relativamente ao projecto os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada ainda não foram ouvidos.

Audição com o Director do Laboratório Regional de Engenharia Civil

Na audição o Director do Laboratório Regional de Engenharia Civil, Eng. Carlos Fraga, fez-se acompanhar pelo Director de Serviços de Estruturas e Materiais, Eng. Mário Rouxinol Fragoso, responsável pela vistoria ao edifício e pelo respectivo relatório.

Estes responsáveis pelo LREC agradeceram o convite da Comissão e colocaram-se à disposição para esclarecerem o relatório da sua responsabilidade.

De seguida foram interpolados pelo Deputado Joaquim Machado que enquanto leigo na matéria ficara surpreso, como outras pessoas da associação de pais, com a tranquilidade manifestada pelo relatório, quando um documento oficial como a Carta Escolar descreve a Escola em causa como edifício problemático em caso de sismo/incêndio. Não duvidando da qualidade técnica do trabalho, a vistoria não terá tido em conta este documento oficial e não terá abarcado tudo o que se refere a condições estruturais, tais como a cobertura, dado à Comissão terem sido reportadas deficiências nesta estrutura aquando da reunião com o Conselho Executivo da Escola.

O Director do Laboratório afirmou desconhecer o documento “Carta Escolar” e a frase relativa a esta Escola. O objectivo do relatório foi verificar a segurança na estrutura dos vários edifícios, nesse âmbito insere-se a segurança relativa aos sismos e esta apresenta uma segurança adequada a um edifício com aquela idade.

O Eng. Mário Fragoso também afirmou desconhecer a “Carta Escolar” e salientou que uma estrutura para ser vulnerável a um sismo tem que ter frequência de resposta à frequência do sismo. A frequência de vibração dos sismos são diferentes no betão armado e na pedra. A escola tem muitos anos e apesar de muitos sismos terem passado, nunca apresentou fissuras. O objectivo da vistoria foi detectar alguma coisa que estruturalmente estivesse mal e como reagiria em caso de sismo. Nos cinco edifícios foi detectado uma fenda numa porta do compartimento do Bar e uma fenda numa estrutura de suporte dos pré-fabricados. Afirmou ainda que havia visitado a estrutura da cobertura do edifício antigo que era constituída por asnas em betão

armado, muito bem feitas e não detectara que algum elemento estivesse mal. A Escola tem pavimentos em madeira que não apresentam grandes deformações.

Questionado novamente pelo Deputado Joaquim Machado se havia visitado a cobertura do lado poente, afirmou que não o efectuara, mas quando fizera este trabalho observara a linha de cumeeira do edifício e esta estava bem. O Senhor Deputado voltou a manifestar a sua preocupação com a cobertura e esta não resultava só da conversa com o Conselho Executivo, ele próprio quando era Presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais daquela Escola havia observado durante uma reunião na Biblioteca que as águas infiltradas eram tantas que perpassavam os dois andares pelo que a seu ver as deficiências eram significativas. O Eng. Mário Fragoso contrapôs que estruturalmente não haverá colapso de nenhuma zona do tecto e o que havia sido pedido ao laboratório fora um parecer da segurança estrutural do edifício.

O Eng. Carlos Fraga terminou afirmando que o Laboratório tem outras intervenções na Escola como o estudo geológico sobre a zona para a sua ampliação.

Audição com a Associação de Pais da Escola EB 2,3 Roberto Ivens

A Presidente da Associação, Graça Silva, fez-se acompanhar por Clara Filipe, Luís Sousa, Maria João Franco e António Carvalho, elementos dos corpos directivos da Associação.

Estes afirmaram que concordavam com o conteúdo da Petição apesar de algumas lacunas existentes na Escola já terem sido superadas. Em relação ao relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil não fala do telhado da Escola e esta tem sido uma das preocupações apresentadas pelo Conselho Executivo e deverá ser considerada uma das primeiras prioridades a resolver. Relativamente ao relatório dos Bombeiros e da Protecção Civil manifestaram a preocupação da falta das bocas de incêndio e do acesso às viaturas dos bombeiros.

Outras das preocupações dos pais são as salas de Ciências que têm uma única porta de saída, a existência de salas que não têm condições para serem salas de aula, as salas onde funcionam as aulas do 1º ciclo onde a chave não está sempre disponível. Quanto ao pessoal auxiliar manifestaram que este era insuficiente para a tipologia da escola e que há horas em que não dispõem de funcionários para acompanhar os alunos.

Relativamente à questão se se deveria fechar a Escola, consideraram que não seria a solução ideal, o que há a fazer é eliminar as infiltrações e garantir as condições mínimas de segurança.

A Associação informou ainda a Comissão que havia solicitado uma reunião com o Secretário Regional da Educação e Cultura e com o Laboratório Regional de Engenharia Civil por considerar que o seu relatório é vago e entender ser necessário realizar-se uma peritagem à estrutura do telhado da Escola.

Audição com a primeira subscritora da Petição Maria Luisa Alves da Câmara Teves

A primeira subscritora informou a Comissão que a Petição resultara de uma deliberação da Assembleia Geral da Associação de Pais da Escola EB 2,3 Roberto Ivens de 19 de Junho de 2002, após todos os esforços que desenvolveram junto do Secretário Regional da Educação e Cultura, do Conselho Executivo da Escola e de outras entidades e que as intenções e razões da Petição eram as mais evidentes e públicas.

A subscritora teceu algumas considerações sobre os vários relatórios que se têm realizado, estranhando que o Laboratório Regional de Engenharia Civil não tenha feito qualquer referência à cobertura da Escola, sendo esta também uma estrutura do edifício. A Associação era testemunha que chovia no rés-do-chão da Escola dado que no passado mês de Outubro realizara uma reunião na Biblioteca na qual pudera verificar este facto.

Dos vários relatórios realizados um houve ao qual nunca teve acesso e que acha de primordial importância que se relaciona com as instalações eléctricas atendendo ao seu estado de degradação.

Relativamente à desratização e desbaratização do edifício entende que nunca foi feita verdadeiramente, dado que estas foram feitas só em espaços muito localizados e era necessário fazê-lo em todo o edifício.

Quanto às melhorias realizadas nos últimos anos tiveram a ver unicamente com a redução do número de alunos desta Escola, embora a solução prevista para esse fim tenha vindo a prejudicar a qualidade pedagógica da Escola Canto da Maia. Mesmo os toques criados na Escola para situações de emergência deveriam ser corrigidos para toques distintos quer se trate de incêndio quer de sismo.

No que concerne ao futuro da Escola aquando das obras a realizar considerou que o ideal seria arranjar um edifício que albergasse temporariamente os alunos, com as alterações curriculares necessárias, podendo ir-se ao limite de não haver a disciplina de Educação Física. Como Presidente da Associação de Pais tentou arranjar alternativas possíveis, como por exemplo o antigo hospital de Ponta Delgada, não sendo este o entendimento do Sr. Secretário Regional. A solução criada pelo Secretário Regional de a instalar no edifício da Arquinha não apresentava condições quer pelos espaços criados quer por ficar junto das antigas lavandarias do hospital. Sobre este espaço a Associação pronunciou-se em devido tempo e abandonou-se esta hipótese. Referiu a propósito que a verba de 35 mil contos utilizada na aquisição de pré-fabricados entretanto instalados no edifício da Arquinha seria suficiente para garantir alguns requisitos de segurança do edifício da Roberto Ivens até à conclusão das obras.

Por fim a subscritora salientou que apesar de todos os seus esforços junto do Secretário Regional da Educação e Cultura para melhoria das condições da escola, entendeu que o último recurso era apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça o que foi feito.

Após estas audições a Comissão deliberou ouvir novamente o Secretário Regional da Educação e Cultura tendo este estado na Comissão no passado dia 22 de Janeiro.

2ª audição ao Secretário Regional da Educação e Cultura

Nesta reunião foi solicitado ao Secretário Regional um cronograma da obra da Escola, foi-lhe perguntado se haveria ou não presença de alunos aquando das obras e quais os trabalhos de manutenção da escola que se iriam realizar.

Quanto ao cronograma está prevista a entrega do projecto na última semana de Fevereiro/ primeira semana de Março. Na segunda semana de Fevereiro a empresa ficou de entregar os programas de concurso de modo a lançar-se o mesmo em Março e espera levar-se três a quatro meses até à adjudicação da obra. Estas datas não foram assumidas como compromisso de honra dado não depender da sua pessoa. A obra nova deverá levar cerca de oito a dez meses e a recuperação do edifício velho levará provavelmente o mesmo tempo. A obra total está prevista que se realize num prazo máximo de 24 meses.

Relativamente a manter a escola em funcionamento, o Secretário Regional considera que esta será possível com uma rotação entre os edifícios. Quando a parte nova estiver concluída os alunos serão transferidos para esta como tem sido feito noutras escolas da Região. A obra no edifício velho será a mais complicada devido ao trânsito na Rua do Mercado.

Quanto a obras de manutenção no edifício velho, o Conselho Executivo já propôs estas questões, há que estancar tanto quanto possível as infiltrações, não haverá alterações de fundo, visto prever-se uma cobertura nova para a Escola. O Secretário Regional afirmou ainda que o Fundo Escolar da Escola será dotado das verbas necessárias a esta intervenção e às propostas pela Delegada de Saúde de Ponta Delgada, naquilo que for compatível com a obra a realizar.

No que concerne às bocas de incêndio existem problemas complicados na sua instalação, contudo os Bombeiros de Ponta Delgada serão ouvidos sobre a possibilidade de se instalar pela parte da frente da Escola.

Ao presente relatório anexam-se os seguintes documentos:

Vistoria à Escola Básica 2,3 Roberto Ivens do Delegado de Protecção Civil – 11/10/98;

Relatório da Delegada de Saúde de Ponta Delgada – 5/08/99;

Relatório de Vistoria de Segurança – Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada – 30/11/99;

Auto de Vistoria – Departamento de Obras e Urbanismo e Ambiente, Câmara Municipal de Ponta Delgada – 17/01/2000;

Auto de Vistoria da Delegação de Saúde de Ponta Delgada – 7/12/2001;

Ofício da Delegação de Saúde de Ponta Delgada para a Presidente da Associação de Pais da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens – 05/06/2002;

Ofício da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia para a Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens – 27/06/2002;

Relatório da Inspeção Técnica aos edifícios da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens – Laboratório Regional de Engenharia Civil – Julho de 2002;

Vistoria da Delegação de Saúde de Ponta Delgada – 6/01/2003

Conjunto de correspondência entregue da Associação de Pais da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens, com várias entidades;

Memória Descritiva do Estudo Prévio para Escola Básica 2,3, Roberto Ivens.

Capítulo IV

Parecer

A Comissão após a visita à Escola Básica 2,3 Roberto Ivens, as audições efectuadas e a análise dos Relatórios existentes, conclui:

1. O edifício da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens, de Ponta Delgada, apresenta lacunas graves, como estabelecimento de ensino, relacionadas com a sua higiene e segurança e nos vários domínios pedagógico-didácticos;

2. A Resolução n.º1/2000, de 6 de Janeiro descreve a Escola Básica 2,3 Roberto Ivens como estando instalada “num palacete do centro da cidade, extremamente degradado e apresentando sérios problemas de segurança em caso de sismo ou incêndio. A escola é frequentada por cerca do dobro dos alunos que a sua lotação permitiria. Dado que não é possível encontrar na zona central de Ponta Delgada qualquer localização alternativa, opta-se pela requalificação do actual edifício escolar, de grande interesse arquitectónico, e pela construção, onde agora estão os diversos anexos, de um novo edifício. A escassez de tal espaço implica uma redução da lotação, devendo a nova escola receber apenas 600-700 alunos dos 2º e 3º ciclos”. O seu cronograma previa um investimento de 1 035 contos a desenvolver-se entre 2000 e 2003;

3. O Plano a Médio Prazo 2001-2004 previa um investimento na Escola Básica 2,3 Roberto Ivens, no montante de 4.813.400 euros, cujo desenvolvimento decorreria entre 2001 e 2004;

4. A reprogramação do Plano a Médio 2001-2004 prevê um investimento na Escola Básica 2,3 Roberto Ivens de 3.500.000 euros para os anos de 2003 e 2004;

5. O Projecto para a requalificação da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens encontra-se em fase de conclusão, prevendo-se a sua entrega no início de Março;

6. Tendo em conta a dotação do Plano para 2003 e entrega do Projecto, as obras a levar a efeito na Escola Básica 2,3 Roberto Ivens têm todas as condições para se iniciarem;

7. Considerado o estado da escola o seu número de alunos foi reduzido para metade;

8. Para um melhor funcionamento da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens até à execução das obras, deverão ser aperfeiçoadas as condições existentes, nomeadamente as infiltrações e as bocas incêndio;

9. As diversas entidades ouvidas expressaram claramente a preferência de que a Escola se mantenha em funcionamento no decurso das obras desde que garantida a segurança dos seus utentes.

10. A Petição por ter mais de trezentos subscritores e pelo seu conteúdo deverá subir a Plenário nos termos do artigo 226.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ponta Delgada, 7 de Fevereiro de 2003.

O Relator, *José de Sousa Rego*.

O presente relatório foi aprovado unanimidade.

Presidente, *Francisco Sousa*.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pela apreciação desta Petição sobre a Escola Roberto Ivens vale a pena ter presente uma cronologia de acontecimentos que comprovam o seu adiamento e esquecimento pelas autoridades regionais.

Em Julho de 1996 os candidatos socialistas a deputados visitam a Escola Roberto Ivens. José Contente, porta-voz do distinto grupo, reclama e cito: “O encerramento imediato do estabelecimento por falta de condições”. Fim de citação

Em Outubro de 1999, em conferência de imprensa, o Sindicato dos Professores da Região Açores, à data presidido pelo Sr. Professor Francisco Sousa, considera e cito: “manifestamente preocupante a situação da Escola Roberto Ivens”. Fim de citação.

Em Dezembro do mesmo ano a imprensa noticia que cerca de 1000 alunos da Escola Roberto Ivens marcharam rumo ao Palácio da Conceição para pedir, como única prenda de Natal, uma escola nova.

Em Janeiro de 2000 o Governo Regional aprova a Carta Escolar e nela contempla a remodelação da escola de modo a ficar concluída em Setembro de 2003.

Tudo parece correr pelo melhor.

Em Janeiro de 2001, o Governo Regional, em resposta a um requerimento, é peremptório relativamente ao calendário previsto para a realização das obras na escola: “tudo aponta para que se iniciem em 2002”. Fim de citação.

Dias depois nesta Assembleia um deputado socialista afirma, sem dúvidas ou enganos, e cito: “Em 2002 é certo que a escola será nova”. Fim de citação.

No mês seguinte o Secretário Regional da Educação, em conferência de imprensa, revela que, e volto a citar: “O estabelecimento encerra no ano lectivo de 2002/2003 para reabilitação”. Fim de citação.

Em Novembro de 2001 outro deputado socialista aplaude as medidas para a educação contidas no Pano de 2002 e destaca, e cito: “Iniciar-se-ão as obras de requalificação da escola”. Fim de citação.

Volvidas duas semanas o Governo Regional, respondendo a requerimento, revela que: “O projecto encontra-se no Tribunal de Contas para efeitos de visto”. Fim de citação.

Curiosamente o Plano de 2002, aprovado por essa altura, anuncia a elaboração do projecto.

Passado mais um ano o Secretário da Educação volta a fazer uma infalível previsão e cito: “O projecto deverá estar concluído no decurso do próximo mês de Dezembro de 2002”. Fim de citação

Diga-se, à margem destas datas, que os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada não foram ouvidos, consultados na fase de elaboração do projecto ou sequer informados da sua existência.

Neste atribulado processo as contradições sucedem-se vertiginosamente.

A Carta Escolar redigida e aprovada pelo Governo Regional afirma que o palacete onde funciona aquela escola e vou citar: “apresenta sérios problemas de segurança em caso de sismo”. Fim de citação.

Por sua vez o Laboratório Regional de Engenharia Civil, depois da inspecção que ali efectuou em Julho passado, concluiu e também vou citar: “que pelo facto de não

terem sido observadas nos edifícios patologias estruturais, associadas a eventuais maus comportamentos das estruturas dos mesmos, a segurança de pessoas e bens na escola não está em causa”. Fim de citação

Em que ficamos, Sr. Secretário.

Em Janeiro de 2001 o Governo Regional esclarece e cito: “consciente do estado de degradação em que se encontra a instalação eléctrica, a Secretaria Regional da Educação decidiu antecipar as obras”. Fim de citação.

Volvidos 18 meses e sem que ali se tenha realizado qualquer trabalho de melhoramento, a Direcção Regional de Energia constata o milagre: o relatório que foi presente não refere qualquer anomalia grave nas instalações eléctricas.

Por sua vez o comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada afirma que a rede eléctrica do corpo central do edifício está muito degradada.

A confusão já faz faísca.

A propósito, em sede de comissão parlamentar, em Novembro passado, o Sr. Secretário Regional da Educação afirmou que: “ O maior risco é de fogo e não de sismo”.

Três anos antes o Delegado da Protecção Civil em S. Miguel recomendava no seu relatório o seguinte: “Dada a impossibilidade de acesso aos pátios das traseiras por viaturas de bombeiros, seria de toda a conveniência que fossem instaladas bocas de incêndio naqueles locais”. O Governo fez orelhas moucas, porque ainda hoje as bocas de incêndio continuam a lá não estar.

O tempo passou e como escreve ainda o Delegado da Protecção Civil, e cito: “Verifica-se até que algumas condições pioraram, como é o caso das infiltrações de águas das chuvas, devido à falta de retelhamento do edifício, o que já originou o encerramento de diversas dependências, dada a ameaça de ruírem os tectos falsos”. Fim de citação.

Sem reservas, a Sra. Delegada de Saúde de Ponta Delgada, por sua vez, concluiu que: “A escola não reúne condições técnicas conducentes ao garante da higiene e segurança da mesma, por forma a preservar a saúde dos frequentadores”.

Mais palavras para quê?!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Por que é que o senhor quando lá esteve em 93 não resolveu todas essas obras?

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

No dia 13 de Fevereiro de 2001, afirmava desta tribuna que esperava que a requalificação da Escola Básica 2,3, Roberto Ivens fosse um processo exemplar, no sentido de manter no centro da cidade de Ponta Delgada uma Escola que deu vida à cidade no passado e continuará a dar no futuro, - algumas pessoas puseram algumas dúvidas no presente e no passado – na certeza que naquela Escola se continuariam a formar jovens, a fazer experiências pedagógicas tão dignas como as que se efectuaram no passado e que delas fazem com que seja uma das mais procuradas por alunos, pais e professores.

Hoje, a Escola Roberto Ivens vem a esta casa pela mão de um conjunto de cidadãos de Ponta Delgada, liderada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação daquela Escola que, através de uma Petição a esta Assembleia, manifestam a sua preocupação com a segurança e higiene deste estabelecimento, exigindo a implementação das recomendações emitidas por varias entidades públicas responsáveis pela Protecção Civil e pela Saúde e Higiene. Solicitam ainda a aceleração do processo de reformulação e ampliação da Escola, assim como, a planificação atempada da instalação provisória da Escola no período de obras, em dialogo com a Assembleia de Escola, Conselho Executivo e Associações de Pais.

Em relação à Carta Escolar, de 1 de Janeiro, já se escrevia e toda a gente conhece o que se diz sobre a Escola Roberto Ivens.

Neste instrumento orientador do desenvolvimento do sistema educativo, com particular ênfase na vertente organizativa e de infra-estruturas educacionais e perfeitamente identificada a situação da Escola Roberto Ivens, quer ao nível das estruturas físicas quer ao nível da sua sobrelotação, como aponta claramente para a decisão de se reformular a escola, requalificando o corpo central e construindo um edifício de raiz nos seus anexos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista consciente desta prioridade no seu manifesto eleitoral para a ilha de S. Miguel, nas eleições regionais de 2000, apresentou esta causa como uma das suas bandeiras na área da Educação.

Ganhas as eleições, o Governo apresenta nesta Casa um programa que na área da Educação aposta no desenvolvimento e requalificação das construções escolares que ficaram plasmados no seu Plano a Médio Prazo para 2001-2004 e neste, previa-se um investimento na Escola Básica 2,3 Roberto Ivens, no montante de 4.813.400 euros.

A 19 de Janeiro de 2001, o Secretário Regional da Educação e Cultura, delega na Presidente do Conselho Administrativo da Roberto Ivens, a competência para a abertura do concurso público de concepção para a elaboração do projecto de reformulação, bem como a adjudicação e ao procedimento de todos os actos subsequentes ao referido concurso.

A 2 de Maio de 2002 o Governo Regional através da sua Resolução n.º 72, declara a utilidade pública do prédio sito a Rua Margarida de Chaves e autoriza a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Educação e Cultura, a tomar posse administrativa da parcela de terreno em causa, já que tal acto se considera indispensável a imediata execução da obra da Escola Roberto Ivens, após ter tentado a negociação com os seus proprietários.

Na reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo 2001-2004, alguns dos projectos previstos ao nível das construções escolares, para serem executados no quadriénio foram eliminados fruto da contenção financeira, mas a Escola Roberto Ivens é uma das que permanece e prevê-se investir 3.500.000 euros em 2003 e 2004, verba insuficiente para realizar a obra, dado que esta estão previstos mais de dez milhões de euros, mas o suficiente para o que se espera gastar nos próximos dois anos.

Hoje o seu Projecto e o seu programa de concurso já foi entregue pela equipa projectista, encontrando-se em fase de análise. Temos as condições financeiras para iniciar a obra há muito exigida e ansiada, por aqueles que lá trabalham, pelos pais e alunos e por todos aqueles que tem responsabilidades na área da Educação.

As obras a realizar na Roberto Ivens terão inevitavelmente que afectar a sua comunidade educativa, apesar de traçadas algumas vias para a mudança de Escola, o

que se sente nesta e que esta disposta a manter-se na Escola desde que seja garantida a segurança dos seus utentes. Foi o que a Comissão de Assuntos Sociais ouviu do Conselho Executivo, da Presidente da Assembleia de Escola e da Direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Importa referir que a problemática desta Escola não é de hoje. Como edifício adaptado ao ensino, tem sofrido obras ao longo dos anos, sempre numa perspectiva de solucionar os seus problemas no curto prazo. A intervenção agora prevista ira solucionar de uma vez por todas as características deste edifício. Se no inicio dos anos 90 foi feita uma grande uma intervenção nesta escola, passado pouco tempo e já com os Governos do PS foram feitos os seguintes investimentos: em 1997, 7 500 contos para a reparação da instalação eléctrica e melhoramento do refeitório e do seu acesso; em 1998, 5 000 contos para trabalhos de electricidade e construção de arrecadação e para o seu Fundo Escolar 7 500 contos; em 1999, 5 000 contos para o Fundo Escolar. Nos últimos 3 anos foram transferidos para o Fundo Escolar da Roberto Ivens para obras de manutenção e projectos 521 904,94 euros (104 632 500\$00), assim distribuídos: 49 879,78 euros em 2000, 197 025,16 euros em 2001 e 275 000,00 euros em 2002.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O Edifício da Escola Roberto Ivens, não sendo bom nem o ideal, apresenta, todavia, as condições mínimas de segurança para os seus utentes, de acordo com as diversas peritagens técnicas já realizadas por entidades competentes e pelas intervenções que tem vindo a ser levadas a cabo na Escola. Com os investimentos referidos e através da diminuição de alunos, hoje estão lá cerca de metade, estão encerradas algumas salas e os horários dos alunos melhoraram. Todavia, para um melhor funcionamento da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens até à execução das obras, deverão ser aperfeiçoadas as condições existentes, nomeadamente as infiltrações no corpo central e a colocação de bocas incêndio.

Dos vários relatórios e peritagens efectuadas existem observações que implicam investimentos de monta que num edifício que irá ser remodelado, não se torna oportuno realizar neste momento, mas existem observações relacionadas com algum

vandalismo, quer nas instalações eléctricas ou nas casas de banho, que importa combater na própria escola através de medidas que possam minorar estes estragos.

Assim, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendemos que:

- O Edifício da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens, apresenta lacunas graves, como estabelecimento de ensino, relacionadas com a sua higiene e segurança e nos vários domínios pedagógico-didáticos;

Por isso tomamos a atitude de avançar com a obra da Roberto Ivens.

- A Escola Roberto Ivens através do seu Conselho Executivo e com o Governo Regional têm procurar manter condições de higiene e segurança para os seus alunos, professores, funcionários e famílias;

- As obras de completa remodelação devem ser executadas conforme projecto adequado e se possível, com condições de segurança, em simultâneo com a actividade lectiva.

- Entregue o projecto, o seu concurso deverá ser aberto de imediato, iniciando-se as obras no mais curto espaço de tempo possível.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que em boa hora 352 cidadãos apresentaram esta Petição sobre a Escola Roberto Ivens, o que permitiu à Comissão dos Assuntos Sociais fazer um trabalho que nós consideramos, a todos os títulos, positivo, visitando a escola, ouvindo os seus órgãos, ouvindo as pessoas que representavam os peticionários e chegando a um conjunto de conclusões que já foram referidas, que estão no relatório e que não vamos pormenorizar.

De qualquer modo, a realidade que tivemos oportunidade de verificar, é que dentro da maior cidade desta Região, Ponta Delgada, instalada num antigo palacete, se encontrava uma escola num estado de degradação bastante elevado.

Também tivemos oportunidade de verificar que, para além da própria situação da escola, haveria a imagem – e que durante a visita pudemos constatar – de que essa degradação foi causada por algum descuido por parte de todos os intervenientes.

Há uma conclusão que, a nosso ver, é fundamental e que é a seguinte: aquela escola precisa de uma intervenção profunda, aquela escola precisa de um cuidado extremo, aquela escola necessita de ter condições físicas para funcionar sob o aspecto pedagógico, porque naquelas condições muito dificilmente os professores, os trabalhadores e os alunos poderão funcionar em mínimas condições.

É urgente que se faça uma intervenção e pensamos que, neste momento, há condições para se iniciar.

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra, mas eu chamava-lhe a atenção para o nº 3 do artigo 226º que diz que um deputado de cada grupo ou representação parlamentar faz uma intervenção por um período não superior a 10 minutos e não sei exactamente qual foi o tempo que o Sr. Deputado gastou, embora também já se tenha entendido que podia ser uma ou duas intervenções com a duração total de 10 minutos.

Segundo informação do Sr. Secretário da Mesa, dispõe ainda de 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Agradeço essa contabilização, que me pareceu excessiva, mas de qualquer modo só o facto de dispor de 3 minutos já é suficiente para dizer, em primeiro lugar, que todas as previsões que o Governo Regional e o Partido Socialista fizeram para com a obra de requalificação da Roberto Ivens, falharam. Falhou quando apontou para Setembro de 2003 a conclusão das obras, mas ainda nem o concurso foi lançado a seis meses que estamos daquela data objectiva.

Em segundo lugar, a previsão financeira de 2,2 milhões de euros que tinha para este ano de 2003, reduziu-a para menos de um quarto, ou seja, 500 mil euros. Todas as previsões falharam e falhou mais esta Sr. Secretário Regional.

Esta Petição que é de Setembro e que seria provável que em Novembro ou em Janeiro viesse ao plenário, por razões que não foi da nossa Comissão, mas da própria

organização dos trabalhos e do agendamento de vários diplomas, o senhor dizia: “Além do mais, quando a Petição for debatida o concurso para a construção já estará lançado”. Infelizmente para os alunos da Roberto Ivens até esta sua mais simples previsão falhou.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): O pré-anúncio já foi publicado.

O Orador: Tudo tem falhado relativamente à Roberto Ivens.

Considerando que a intervenção que se vai fazer, esperamos que seja bem feita, vai ser demorada;

Considerando também que um estudo recente, realizado pela Polícia de Segurança Pública de Ponta Delgada, apurou que 87% dos alunos da Roberto Ivens inquiridos dizem que estão pouco ou nada satisfeitos com o estado de conservação da sua escola;

O Partido Social Democrata apresentou uma Proposta de Resolução que sinteticamente recomenda ao Governo o seguinte:

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): O Governo não precisa dessas recomendações.

O Orador: - O cumprimento integral das recomendações inclusas nos sucessivos relatórios técnicos da Protecção Civil, Bombeiros e da Delegação de Saúde de Ponta Delgada;

- A realização dos trabalhos necessários à cessação das infiltrações das chuvas;
- A adequação do corpo de pessoal auxiliar à configuração labiríntica da Escola;
- A aceleração do processo de reformulação e ampliação do edifício;
- Ampliação atempada dos trabalhos no período de obras, em diálogo com a Assembleia de Escola, Conselho Executivo e Associação de Pais.

Sr. Secretário Regional, V. Exa., de facto, vai iniciar as obras. Elas vão demorar dois ou mais anos e será o Governo Regional do Partido Social Democrata a inaugurá-las. Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Então deixemos para o seu tempo, porque já temos bastante para fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar duas notas que têm a ver, em primeiro lugar, com a própria Petição.

De facto, esta Petição é bem demonstrativa do valor que as Petições têm e do dinamismo que os cidadãos às vezes têm à volta delas, pelo seu próprio número e pela própria envolvimento das pessoas nesta matéria.

Tem sido hábito trazer-se quase todas as Petições a Plenário, por nosso entendimento, independentemente do seu número, mas é de realçar aquelas que têm uma expressão como é esta e que têm esta dimensão de apoio que lhe dá uma certa solenidade.

Não podia deixar de dizer também que a tradição emblemática da Escola Roberto Ivens, na cidade de Ponta Delgada, exige que se arranquem com essas obras profundas que são necessárias fazer e o Grupo Parlamentar do CDS/PP está de acordo que até à conclusão das mesmas, é necessário que as obras urgentes, como é conclusão do relatório, sejam resolvidas, independentemente da grande obra que se faça, devem ser colmatadas, sendo certo também não faz sentido fazer agora coisas que daqui a um ano ou dois sejam para destruir.

Portanto, só deve ser feito tudo o que é extremamente necessário e nada mais do que isso.

Esta é a nossa ideia sobre isso e esperamos que a obra de fundo arranque o mais rápido possível.

Presidente: Não há mais intervenções, não há também que votar o relatório, mas, na sequência do relatório, como diz o nosso Regimento, o Grupo Parlamentar do PSD exerceu o seu direito de iniciativa e apresentou uma Proposta de Resolução.

Este assunto foi tratado na conferência de líderes, em Fevereiro, e foi entendido que não era necessário fazer dispensa de exame em Comissão, uma vez que o assunto já tinha sido suficientemente debatido e, portanto, também na ausência de outra regulamentação regimental, por uma questão prática, se poderia pôr de imediato à votação a Proposta de Resolução.

Pergunto se todos os Srs. Deputados já têm esta Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, na sequência desta Petição?

Creio que ela já foi distribuída por todos os Srs. Deputados.

Assim sendo, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 27 votos contra do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Às vezes ter razão antes do tempo é como não tê-la e já no decorrer deste Plenário eu tive oportunidade de dizer que, provavelmente, estaríamos então em presença de uma excepção que confirmava a regra.

De facto, dar seguimento à Petição de mais de 350 cidadãos de Ponta Delgada, dar seguimento à recomendação que eles próprios sugeriam a este Parlamento, recomendar que sejam garantidas as condições mínimas de segurança, higiene e funcionalidade da Escola Roberto Ivens, recomendar que se façam os trabalhos mínimos para impedir as infiltrações da chuva, recomendar que o quadro de pessoal seja adequado à configuração de escola, como hoje já aqui defendeu o Deputado José do Rego, não são boas ideias para o Partido Socialista.

Infelizmente é esta a regra: a força duma maioria musculada exerce o poder, que vai vingando ainda aqui dentro, mas que lá fora se vai definhando.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o Partido Socialista dar seguimento à Petição agora apresentada, é fazer uma nova escola onde durante muitos anos as razões que foram apresentadas por esta

Petição sempre existiram e a resposta do Partido Socialista será a construção de uma nova escola naquele local.

Em relação ao que foi proposto, e que o Partido Socialista votou contra, se começarmos por ver o primeiro ponto deste proposta, ela não é válida e não é válida quando se pede que se passe ao cumprimento integral das recomendações incluídas nos sucessivos relatórios do Serviço Regional de Protecção Civil e da Delegação de Saúde.

É impossível fazer-se o cumprimento integral das respectivas recomendações, porque é uma escola que vai entrar em obras dentro dos próximos meses.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão há bocado dizia que era mesmo gastar dinheiro público e que não o devia fazer.

Em relação aos trabalhos necessários à cessação das infiltrações das chuvas, o Sr. Deputado nos últimos dias não tem passado pela Escola.

Presidente: Sr. Deputado, estamos perante uma declaração de voto.

O Orador: Em relação aos outros ponto, acho que não há mais nada a dizer.

O que interessa é termos uma escola nova para fazer uma melhor educação e ter um melhor espaço para os professores e para os alunos daquela escola.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente a Proposta de Resolução por considerarmos que ela era tão somente a continuação do parecer elaborado pela Comissão dos Assuntos Sociais relativamente à Petição apresentada por 350 e tal cidadãos que intervieram activamente, exercendo o seu direito, em relação a uma matéria que foi considerada unanimemente como importante.

É evidente que nesta Proposta de Resolução se procurava tão somente que se resolvessem os problemas a curto, a médio e a longo prazo, que as pessoas que subscreveram a Petição exigiam e que a própria Comissão verificou serem necessárias, tais como as bocas de incêndio no caso de haver alguma catástrofe que tenha a ver com fogo, impedir as infiltrações que a nosso ver isso já deveria estar

feito, pôr o pessoal auxiliar que a escola exige, dadas as condições da mesma e cumprir aquilo que já se comprometeu o Governo Regional, nomeadamente o Sr. Secretário Regional em relação àquela escola, ampliando-a e iniciando as obras.

Portanto, consideramos que, por respeito àqueles que nos elegeram e até ao trabalho elaborado por nós todos, tinha todo o valor a aprovação desta Proposta de Resolução e, por isso votámos favoravelmente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Gusmão tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

É para dizer que votámos favoravelmente esta Proposta de Resolução, na sequência do que se tinha dito e que é a conclusão da própria Petição.

O ponto que é aqui citado para que o Partido Socialista tenha votado contra, é precisamente o ponto que abre a própria Petição e que lhe dá origem e, portanto, seria o encerramento lógico.

Não faz sequer qualquer sentido esse voto contrário, porque aquilo que é recomendado ao Governo Regional é, com certeza, o mesmo que também está nos relatórios e que tem a ver com coisas da Escola.

Ninguém está recomendando que seja o Governo a tratar por exemplo de consertar uma máquina ou umas cadeiras partidas, mas, sim, que o Governo, na sua competência, naquilo que é de recomendar ao Governo, acautele a parte que lhe diz respeito do que sai desses relatórios do Serviço Regional de Protecção Civil.

O que fica é a suspeita de que não se quer fazer nada daquilo que era o mínimo, mas é preciso garantir as pequenas obras que geraram esta Petição, porque senão, na prática, aquilo que parecia a conclusão do relatório, com esse voto contrário, que julgo que foi precipitado, veio demonstrar que afinal estão contra a própria Petição.

Não me parece que faça muito sentido.

Presidente: Sr. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos antes de entrarmos no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos iniciar a apreciação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que – “altera o Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 13 de Maio, diploma que adapta à Região o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro – (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial)”**.

Para fazer a apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional traz aqui um projecto de alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A e como sabem diz respeito aos instrumentos de gestão territorial e é um diploma da maior importância, na medida em que define a forma de adaptação do Decreto-Lei 380/99 e regula esta matéria no que diz respeito à Região.

Esta alteração ao diploma surge em virtude da necessidade de se introduzirem alguns aperfeiçoamentos decorrentes da própria aplicação que vigora há três anos no diploma.

Também existe a necessidade de incluir disposições de saídas em legislação nacional e que não estavam contempladas em nenhum diploma regional e que dizem respeito à mesma matéria.

Ainda a necessidade de especificar determinados aspectos como sejam a publicação dos actos relativos aos instrumentos de gestão territorial e de incluir outras alterações pontuais e fundamentais para a plena e correcta execução deste diploma.

Como sabem o Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A previa, na matéria específica relacionada com os Planos Directores Municipais, que houvesse o estabelecimento de prazo limite, em função dos quais as autarquias deveriam proceder à plena execução na feitura dos seus Planos Directores Municipais de forma a obedecerem ao que a lei prevê em termos de ordenamento do território.

O que o Governo Regional também pretende com esta proposta de alteração, é adiar esses prazos no sentido de entender que, por um lado se deve manter esta pressão

sobre as autarquias, no sentido de terem prontos os seus Planos Directores Municipais e, por outro, atendendo à situação da Região que ainda é de relativo atraso quanto a esta matéria, deve-se optar por não penalizar, pelo menos e no imediato, as autarquias que não têm os seus Planos Directores Municipais eficazes.

Portanto, é neste sentido que o Governo apresenta esta proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 21 de Fevereiro de 2002, faz agora pouco mais de um ano, estávamos a discutir a mesma matéria.

Nessa altura nós dissemos que fazíamos votos de que aquele fosse o último diploma e propusemos a ampliação do prazo,

Nessa altura entendeu o Governo que não era necessário, porque dos 13 Planos Directores Municipais que faltavam há um ano atrás havia garantias de que parte substancial estaria resolvido até hoje, sendo entendido que não valia a pena aumentar esse prazo.

A verdade é que ao fim de um ano, afinal tínhamos razão, dos 13 Planos, apenas ficou resolvido mais um, o que é bem demonstrativo que a questão tem de ser encarada com uma maior seriedade, se é que se quer dar essa expectativa e essa força legislativa ao diploma, porque se se está a fazer uma habituação de garantir, sempre que se ultrapasse o prazo, que se faça um novo diploma, a matéria vai sendo sucessivamente adiada.

Entendemos, de facto, que é necessário que as Câmaras Municipais percebam que vai haver um limite e que vão ser responsabilizadas por isso, mas também é necessário que percebam que desta vez o diploma pode ser feito abrangendo aquelas situações em que o atraso se deve às Câmaras Municipais e abrangendo as situações, que também as há e muitas, que o atraso não se deve a elas, até para os municípios poderem levar o diploma a sério.

É neste sentido que o Grupo Parlamentar do CDS/PP já entregou uma proposta de alteração, que é óbvia e clara e que tem a ver com a necessidade de excepcionar deste regime e deste impedimento de concorrer aos fundos comunitários e de

estabelecer contratos com o Governo, todos os casos em que o atraso se deve, não às Câmaras Municipais, mas ao Governo Regional e existem bastantes.

Portanto, sempre que é por culpa da Comissão Técnica não ter cumprido os seus prazos e por via disso também colaborou nesse atraso, não é justo que sejam penalizados aqueles que não são responsáveis por isso e, portanto, a penalização não é para quem fugiu aos prazos, mas neste caso para os interessados.

Como a prática tem sido essa, também é forma de garantir juridicamente que da parte do Governo Regional, da parte das Comissões Técnicas, esse atraso também deixe de existir, ainda mais com esta agravante: se há um ano atrás foi possível resolver apenas uma e mesmo assim ficaram para trás bastantes, por culpa de atrasos na Comissão Técnica que não teve capacidade para dar resposta, o que fará no futuro quando os outros 12 Planos Directores Municipais entrarem quase ao mesmo tempo nesse processo?

Portanto, é preciso excepcionar essa matéria, porque se alguma falta tivesse que existir, o que não é o caso, teria de ser para os responsáveis e nunca prejudicando os municípios que não são responsáveis por essa pequena parte.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Planos Directores Municipais são documentos fundamentais na óptica da gestão territorial.

Atendendo a isto, não faz realmente muito sentido que doze autarquias da nossa Região Autónoma continuem sem Planos Directores eficazes.

Sendo assim, entendemos que têm que ser considerados prazos indicativos a partir dos quais todas as autarquias têm que ter os seus Planos Directores Municipais concluídos, não havendo grandes justificações para a prorrogação dos prazos agora apresentados, sob pena do processo se vir a eternizar.

Chamamos, no entanto, a atenção que as sanções propostas nos artigos 16.º e 17.º só devem ser concretizadas quando a responsabilidade for exclusiva das autarquias, porque é preciso não esquecer que muitos dos atrasos verificados são provocados

pela Comissão Técnica de Acompanhamento, não fazendo sentido que as autarquias sofram consequência quando os atrasos não forem da sua responsabilidade.

Decorre daqui que iremos votar favoravelmente na generalidade este diploma, sendo que na especialidade votaremos a proposta de alteração apresentada pelo PP, proposta esta que acolhe, e bem, a preocupação atrás descrita.

Uma nota final para perguntar ao Governo Regional, já que falamos em gestão territorial, para quando a discussão e aprovação nesta Assembleia do PROTA?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar e em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Gusmão devo dizer-lhe que desconhece a tramitação que se segue no processo do PDM, desde a sua elaboração até ao seu estado final. Só pode desconhecer, porque disse que, em virtude de já há um ano atrás estarmos aqui a ter esta discussão, nada mudou e que temos apenas mais um PDM. Isso não é verdade.

Temos mais um PDM publicado, é verdade, mas não temos apenas mais um PDM em termos de avanço temporal, antes pelo contrário, a partir da prorrogação que os Srs. aprovaram por unanimidade nesta Casa, muita coisa mudou.

Embora não tenha necessariamente que o fazer, é justo que se diga que houve por parte dos senhores autarcas uma maior preocupação na feitura e no avanço dos seus PDMs.

Também houve da parte do Governo Regional, na medida em que tem apenas competência de acompanhamento nesta matéria, um esforço no sentido de que este processo avançasse e avançou relativamente, por exemplo, a 7 das Câmaras que ainda não têm o seu PDM eficaz.

De facto, avançou, progrediu e teve efeitos e, portanto, não é correcto vir aqui dizer-se que apenas mudou, porque temos mais um PDM.

Para além disso, o Sr. Deputado focou a questão de se ter que penalizar também o Governo Regional, porque não tem cumprido com o que devia fazer relativamente a esta questão. Isso é completamente descabido, uma vez que, como devem saber, o

PDM é da competência das autarquias. A autarquia é que é a dona do PDM e não é o Governo Regional que diz à autarquia quando é que ela deve preocupar-se com o seu PDM, quando é que ela deve submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, quando é que ela deve avançar com o processo que é da sua responsabilidade. Não é, nunca foi e não será, com certeza, o Governo Regional a dizer-lhes.

É preciso que fique claro aqui mais um aspecto que me parece muito importante e que é o seguinte:

Relativamente ao longo processo de tramitação de um Plano Director Municipal são as autarquias que têm a gestão sem nenhum prazo limite de actuação.

A autarquia decide, depois do parecer da DROAP, quando deve submetê-lo à Assembleia Municipal. É a autarquia que decide quando deve submetê-lo a discussão pública. É a autarquia que decide quando é que deve começar a elaborá-lo. Portanto, é a autarquia que não tem prazos e, pelo contrário, é o Governo Regional, que faz o acompanhamento, que tem os prazos, ou seja, para o parecer final tem 90 dias e desde que entra na DROAP até à fase de ratificação tem um ano e, portanto, aqueles que têm prazos, ao contrário do que disse, têm sido cumpridos.

É preciso que se faça aqui uma ressalva, porque estamos a falar de pessoas empenhadas, que trabalham numa área muito específica. Tem havido, como disse e isto eu reconheço, um incremento do número de PDMs que neste momento estão em análise. Ainda bem que assim é e é bom que seja assim.

É preciso também que se diga que o trabalho que tem sido feito neste sentido, tem sido feito e cumprido com rigor, excepto um caso, que não gostava de nomear, em que foi ultrapassado por razões justificadas, mas em todos os outros casos, embora tenhamos um ano, o prazo médio de cumprimento e de pronúncia da DROAP sobre estas questões tem sido de nove meses, quando temos um ano.

Portanto, não é correcto querer vir colocar sobre o Governo Regional o ónus do atraso que se deve às autarquias, porque o que tem acontecido é que tem havido por parte das autarquias, e não está aqui em causa partidárias, de todos os partidos, pouca apetência por concluírem os seus PDMs, pouca diligência no sentido de apressarem as coisas.

A partir da aprovação do D.L.R nº 11/2002, houve um incremento muito grande e importante nesta matéria e é por isso que eu considero que, tendo havido alterações, não foi um erro, nem o é agora voltar a alargar este prazo por forma a que a maioria das nossas autarquias possa ter esse instrumento tão importante de gestão territorial eficaz ou, pelo menos, remetido para ratificação governamental, desde que aprovado pela sua Assembleia Municipal.

Portanto, não é correcto querer descentrar o foco do problema. O foco do problema não tem sido o Governo Regional, até porque não poderia ser, porque não é o Governo Regional que tem a responsabilidade de fazer e pôr em prática os PDMs. Essa responsabilidade é das autarquias e o empenho maior também deve ser das autarquias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que a Sra. Secretária já respondeu de certa forma à perspectiva redutora e a alguns equívocos trazidos a esta discussão, na generalidade, pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, – e certamente não faltará oportunidade de, no âmbito do debate na especialidade, voltarmos a este assunto, quando tratarmos concretamente dos artigos 16º. e 17º. da proposta ora em discussão – limitar-me-ia, no âmbito da discussão na generalidade, a chamar a atenção e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tecer algumas considerações genéricas relativamente a esta proposta.

Eu começava por notar que o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, aprovou e desenvolveu o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial previsto na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo e que constitui um dos pilares da reforma global do direito do ordenamento do território e do urbanismo, levada a cabo pelo governo central em 1999.

Nessa reforma global do direito do ordenamento do território e do urbanismo, permitir-me-ia destacar também outros dois diplomas importantes, como foram o novo código das expropriações e o novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificações.

Este Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial veio clarificar e delimitar as responsabilidades, quer do Estado, quer das autarquias, quer dos particulares relativamente a um modelo de ordenamento do território que permita assegurar um desenvolvimento sustentado.

Esta é uma nota importante do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que nós entendemos ser de realçar e que veio explicitar, de uma forma que nos parece correcta, as relações entre os diversos instrumentos de gestão territorial.

A Região, realçando a importância destes instrumentos, em 2000, através do Decreto 14/2000/A, aprovou e promoveu a adaptação do regime jurídico à realidade da Região Autónoma dos Açores.

Hoje trouxe-nos o Governo uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa introduzir alguns aperfeiçoamentos ao actual regime, conforme referiu e bem a Sra. Secretária.

Esta proposta vai além ou é mais do que uma simples alteração das datas e dos prazos enunciados nos artigos 16º. e 17º. do Decreto 14/2000/A, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto Legislativo Regional nº 11/2002/A, republicado pelo 38/2002/A.

Realçando um aspecto que tem a ver com os Planos Municipais de Ordenamento do Território, julgo que é consensual, e todos reconhecemos, que os Planos Directores Municipais são, em sede de urbanismo e ordenamento, os principais instrumentos, quer ordenadores, quer mesmo juridicamente vinculantes, quer dos particulares.

É com base nos PDMs que os particulares programam o seu futuro no que diz respeito à utilização dos imóveis e é por ser assim que o Regime Jurídicos de Gestão Territorial evidencia a obrigatoriedade dos PDMs.

Os PDMs são, neste regime, um instrumento de elaboração obrigatório e o facto de, na Região, 12 dos 19 municípios ainda não disporem de PDMs eficazes, não pode deixar de nos preocupar e de nos mobilizar a todos.

Com a redacção original do Decreto Legislativo Regional 14/2000/A, tentou-se compatibilizar esta necessidade e esta preocupação de rapidamente se estender, à generalidade dos municípios, os Planos Directores Municipais, com uma questão

também importante que tem a ver com o aproveitamento dos fundos do III Quadro Comunitário de Apoio e com o desenvolvimento desses municípios que está associado a esse aproveitamento dos fundos comunitários.

No ano passado esta Casa, recuperando essa preocupação, promoveu as alterações que já tive oportunidade de referenciar.

Esta iniciativa do Governo Regional que hoje estamos aqui a debater recupera essa preocupação. Isso está evidenciado no parágrafo 4 do preâmbulo da mesma proposta.

Convictos que estamos de que não podemos adiar indefinida e inconsequentemente a elaboração dos PDMs, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em sede de Comissão, apresentou propostas de alteração manifestamente equilibradas relativamente a essa matéria particular dos artigos 16º. e 17º., indo ao encontro de algumas notas evidenciadas nos pareceres das diversas autarquias que, no essencial, são favoráveis, quase na sua totalidade, à Proposta apresentada pelo Governo. As propostas apresentadas pelo Partido Socialista, que em sede de especialidade teremos oportunidade de debater, vão ao encontro e até mais além de algumas dessas preocupações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para procurar responder à questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira relativamente ao PROTA.

Como já tive oportunidade de me pronunciar sobre esta mesma questão na última reunião desta Assembleia, vou procurar fazê-lo brevemente mais uma vez para dizer o seguinte:

Nós não podemos, em termos de prioridade, confundir o PROTA com os PDMs, particularmente a este nível.

Penso que tem havido a tendência de dar prioridade, e isto aconteceu durante alguns anos, ao PROTA ao pensar que o PROTA, de alguma forma, poderia substituir aquilo que é a função desempenhada na Região pelos Planos Directores Municipais.

Não é assim e quero fazer apenas este breve comentário para iniciar a minha intervenção.

Por outro lado, quero também dizer o seguinte:

Nós definimos uma política e uma estratégia ao nível do planeamento. Aliás, estamos a concretizar um conjunto de linhas programáticas ao nível do planeamento, faladas durante muitos anos, mas praticadas de forma pouco evidente.

Neste momento é conhecido um conjunto de instrumentos de planeamento que temos vindo a desenvolver, nalguns casos temos mesmo vindo a aprovar, como foi há pouco tempo o Plano Regional da Água, como é o caso dos POCs que estão em elaboração, como é o caso de alguns planos de resíduos e como é também o caso de alguns planos no âmbito da Rede Natura e de áreas protegidas, um dos quais também brevemente virá a esta Assembleia para aprovação.

Ainda relativamente ao PROTA quero dizer, e é a nossa estratégia no âmbito da estrutura de planeamento, que não faz sentido edificar toda a estrutura de planeamento de cima para baixo. Esta edificação deve ser feita de baixo para cima. Qualquer tentativa de inverter esta pirâmide, resultará, naturalmente, em conflitos que podem ser graves em toda a estrutura de planeamento. É nesta linha que nós temos vindo a actuar.

É por isso que nós estamos a desenvolver Planos de Ordenamento da Orla Costeira, que são planos especiais que estão a um nível inferior ao PROTA.

É por isso também que vimos desenvolvendo planos para as áreas protegidas e é nesta linha de raciocínio que também contamos com aquilo que, imposto por lei nacional e também comunitária, que a todos nos obriga e neste caso a todas as autarquias, é a aprovação dos respectivos Planos Directores Municipais.

Quero também aqui fazer um parêntesis para dizer que muitas destas demoras, como nós sabemos, não resultam de dificuldades, resultam muitas vezes de situações que eu tenho alguma dificuldade em compreender, porque todos nós sabemos que há municípios que têm há já 10 anos os seus Planos Directores Municipais efectuados e nalguns casos até com discussões públicas já concretizadas e, portanto, não se vê nenhuma razão plausível dentro deste âmbito e destas questões que aqui foram levantadas, associadas aos atrasos das equipas de acompanhamento, que não são do

Governo, mas que têm a participação dos próprios municípios e das próprias equipas que elaboram os Planos.

Portanto, o que importa fazer é estimular, por via também legislativa, as autarquias para que, de forma célere, avancem com a aprovação dos PDMs.

Isto é fundamental, porque se trata também daquelas áreas da Região onde a pressão, como todos nós sabemos, é maior e particularmente mais relevante no momento em que existe um forte desenvolvimento da Região, o que vem acontecendo nos últimos anos também ao nível urbanístico.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Quando me inscrevi era para manifestar a V. Exa. o meu desagrado pelo chamamento de ignorante à minha humilde pessoa, mas como se trata de uma senhora, e estou sob o efeito de comprimidos, não me vou zangar consigo. Portanto, passamos à frente.

O que eu queria era fazer um apelo sincero ao bom senso, porque não se trata, nem eu o disse, nem está em discussão nada disso, de penalizar o Governo. A proposta não tem nada a ver com isso. Trata-se tão só de uma realidade e que foi até V. Exa. a reconhecer em sede de Comissão, quando nos disse, respondendo a uma questão do Sr. Deputado Sérgio Ferreira, que o atraso de Vila do Porto, por exemplo, se devia ao facto de existir ao mesmo tempo 4 processos a decorrer nesse departamento, ou seja, a Comissão Técnica.

Por isso mesmo V. Exa. disse, e bem, que era intenção melhorar os recursos humanos em dimensão e que havia ainda algumas lacunas a melhorar. A proposta tem só esse objectivo.

Quero-lhe dizer que estamos à vontade para falar nisto, porque, ao contrário do que disse, que todos os partidos têm culpa na matéria, todas as Câmaras do PP na Região têm essa matéria resolvida e estou à vontade para fazer esta proposta.

É evidente que, sempre que as autarquias tenham essa responsabilidade, porque o diploma é importante e que o facto de pressionar e de se ter melhorado nos últimos

tempos, ainda que seja passando da elaboração para o parecer final, passando para a discussão pública ou para outra fase qualquer, o que não pode deixar de ser apenas excepcionado, a pergunta que lhe faço é esta: no caso de se passar os 60 dias ou um ano, conforme for um caso ou outro, acha ou não que é correcto excepcionar deste regime?

A sua resposta é importante para se ter a noção que o diploma agora é a sério e é para ficar, porque senão ninguém vai compreender como é que uma autarquia pode ser impedida de concorrer a esses fundos se, porventura, não foi culpa sua e já nem quero pôr aqui a hipótese de depois ficar nas mãos do Governo até a possibilidade de os atrasar. Não vou pôr essa hipótese, mas ponho só a hipótese de achar que não é razoável nem é justo.

Porque a crítica que se faz é para todos, incluindo as autarquias, também o meu louvor relativamente ao aumento do crescimento é para todos, mas na verdade o efeito final – e o diploma pretende é o efeito final – que foi conseguido de há um ano a esta parte foi mais um PDM e o diploma pretende é que todos os municípios tenham o seu PDM pronto.

Há um ano atrás o presidente do meu partido dizia:

“Vamos ser práticos.

Se por hipótese dos treze municípios que falta concluir os seus PDMs, nenhum deles puder vir a concluir o seu processo dentro de oito meses, o quadro legislativo que hoje vamos aqui fazer é absolutamente inútil, o que quer dizer que no dia 1 de Janeiro de 2003 estaríamos também, nessa hipótese, com o mesmo número de municípios sem terem o documento. É um raciocínio completamente absurdo, mas eventualmente poderia acontecer”.

Foi o que aconteceu com uma excepção. Não foram todas, porque ficou uma para trás.

Portanto, acho que dá mais força as autarquias perceberem que o Governo também assume a sua quota de responsabilidade e está a dizer ao mesmo tempo que vai fazer esse esforço de cumprir os 60 dias e de cumprir o prazo de um ano. No caso disso não acontecer já sabem que estão a dar uma abertura às autarquias que não tiveram culpa nessa matéria.

É apenas isto e parece-me que é uma questão simples e óbvia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Em relação a este diploma, considerado em termos gerais, o Grupo Parlamentar do PCP considera que constitui uma melhoria em relação ao 14/2000 na redacção de alguns artigos, nas adaptações que faz em termos da estrutura do Governo, mas considera também que a questão central, para além de outra levantada por propostas de alteração que o PS apresentou em Comissão, tem a ver com as autarquias.

Nós temos todos que reconhecer com o máximo de clareza e com o máximo de humildade que o que sobre isto foi proposto pelo Governo e decidido pela Assembleia, foi completamente errado. Temos que reconhecer isso de forma total, com humildade e temos que encontrar uma saída que seja correcta, justa e equilibrada.

Não precisamos de nos pôr aqui com calores argumentativos, o que aliás, não aconteceu na Comissão, demasiados estereotipados que às vezes são.

Temos aqui uma situação objectiva, agora no plano político o problema é o seguinte: está alguém interessado em dificultar a possibilidade dos municípios dos Açores poderem aceder a fundos comunitários ou estabelecer contratos ARAAL com o Governo? Eu dou a resposta em nome de todos: Não. Ninguém está! Não se pode pensar ao contrário.

Agora, assentando nesta resposta, está alguém interessado, mesmo que não seja por essa razão, em responsabilizar uma terceira entidade por uma falta que ela não cometeu? Para mim é absolutamente absurdo que alguém esteja.

Portanto, o problema que temos à partida é este: é verdade ou não que os municípios dos Açores, em geral, ligaram muito pouco aos PDMS? É verdade.

É verdade ou não que muitos de nós temos responsabilidades nisso? Certamente que é verdade, porque os municípios e os autarcas não são entidades extra-terrestres,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Alguns parecem!

O Orador: ... fazem parte dos partidos políticos, estão integrados na vida política, etc..

Temos ou não temos responsabilidade nisso? Certamente que temos.

É verdade ou não que esse desinteresse teve muitas razões políticas locais? É verdade que teve.

Para muitos autarcas era preferível trabalhar sem as regras de um PDM. Era preferível avançar de forma mais discricionária. Era preferível avançar naquele regime dos pareceres avulsos. Para muitos autarcas foi preferível isso durante muito tempo.

A dada altura a Assembleia Legislativa Regional legisla e erra em termos de prazos, porque não foi possível fazer-se com aqueles prazos.

A Sra. Secretária Regional há pouco dizia que os prazos em geral estão a ser cumpridos e falou nos nove meses, quando o Governo tem um ano para apreciação, etc., mas eu, pelas informações que tenho, algumas dadas na Comissão, algumas dadas particularmente por alguns ilustres colegas que já foram presidentes de Câmara, sei que há determinados prazos destes que não têm sido cumpridos, nomeadamente os de elaboração de relatórios finais.

Agora, o problema que se coloca, e isto não é nenhum ataque aos funcionários da Administração Pública, seja da DROAP, seja das Direcções Regionais e outros organismos que têm de ter representantes nestas comissões, tem a ver com razões objectivas.

As pessoas são nomeadas? O Sr. Secretário tem toda a razão.

A pessoas têm uma competência técnica elevada? Com certeza que sim e eu conheço algumas que têm trabalho neste processo, mas é não isso que está em causa.

Agora, a questão concreta e muito objectiva que se tem que colocar é esta:

Imaginemos que as Câmaras Municipais que hoje estão em falta, considerando os novos prazos que o Partido Socialista apresentou na Comissão e não aqueles que são exíguos que vêm na proposta do Governo, aceleram o máximo que podem e até ao fim deste ano ou inícios do ano que vem tudo o que falta entra e eu pergunto: o Governo Regional está em condições de, neste quadro, dizer que tem capacidade de resposta?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não.

O Orador: É esta a questão que nós temos que colocar, porque há um ano foi criado um prazo, avançou devagar e mesmo assim houve anomalias, com certeza sem intenção de ninguém, mas elas existiram e, portanto, vamos legislar outra vez, seja por capricho de bancada, seja por outra razão qualquer, de forma não cautelosa, de forma não racional? Eu penso que ninguém quererá isso.

Agora, vamos criar uma situação em que, podendo ser possível fugir, algum município dos Açores vai ficar impossibilitado de fazer um contrato ARAAL ou de aceder a fundos comunitários, estando isso já previsto nalguns casos. Eu não acredito que os senhores queiram criar esta situação, mas o legislar com pouco cuidado e com pouca prudência nesta matéria pode levar a esse efeito.

Assim sendo, queria desde já dizer, embora na especialidade voltemos a falar disso, que o Grupo Parlamentar do PCP está de acordo com a generalidade da proposta da Comissão, mas também com a proposta de alteração do CDS/PP, porque introduz uma expressão cautelar que é absolutamente preciosa. Não se pode penalizar um município fortissimamente se, em termos objetivos, naquela situação e neste quadro não teve responsabilidade e não me venham dizer, como já foi dito em Comissão, que podem sempre recorrer para o Tribunal Administrativo. Certamente que podem, mas o investimento público municipal e o momento dele é muito mais importante que um processo judicial que pode levar anos.

Portanto, não podemos estar a falar disso, nem podemos estar a sacudir “água do capote” com argumentações deste género.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge que disse que sim com a cabeça sabe que eu estou a falar consigo.

Portanto, esta medida cautelar é importante, mas não podemos ir por este tipo de argumentação, porque a consequência duma situação deste género é demasiado grave para poder ser imaginada.

Com esta medida cautelar se algum município falhar, obviamente que estão a ser criadas todas as possibilidades. Aí estou completamente de acordo. Agora, não se pode neste momento é esquecer esta outra parte, porque é demasiado irresponsável para poder ser aceite.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para repetir aquilo que já disse há pouco.

São efectivamente, e agora endereçando-me ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, as autarquias as responsáveis pela elaboração dos seus PDMs. É preciso que isto fique claro e penso que já estará, em virtude daquilo que abordámos em Comissão e não é, no nosso entendimento, razoável que se transfira a culpa, se é que ela existe, para quem não tem tido a responsabilidade por esses atrasos. Eu sei perfeitamente onde é que os atrasos se verificam e não é essa a situação que tem acontecido.

Para além disso, é preciso também que se deixe outro aspecto bastante elucidado que é o seguinte:

O Governo Regional tem um papel, relativamente aos Planos Directores Municipais, como tem relativamente a outros, de mero acompanhamento e é nesse sentido que exerce a sua tutela de mero acompanhamento e não faz qualquer sentido estar previsto neste diploma que seja, neste caso, a Comissão Técnica, composta por alguns representantes de departamentos governamentais, a responsável por uma questão que não tem sido gerada por ela.

Aliás, foi abordado em Comissão, e deve recordar-se disso, que tem havido por parte das Comissões Técnicas um trabalho sério, muitas vezes excedendo até as suas competências.

É do conhecimento de todos que as Câmaras Municipais recorrem frequentemente aos serviços, pedindo a suspensão da emissão de pareceres, havendo uma intervenção dos serviços, a par e passo, na feitura destes PDMs.

Portanto, essas equipas têm trabalhado de forma séria e de forma empenhada e não faz qualquer sentido haver uma penalização para a Comissão Técnica. Temos é que tratar de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Já leu a proposta?

A Oradora: Já li, sim senhor.

Não é correcto nós dizermos que aquelas autarquias que são diligentes, que têm os seus PDMs aprovados, muitos deles já em revisão, devem poder fazer acordos de

cooperação com o Governo, candidatar-se a projectos no âmbito do PRODESA e as outras que não têm, por razões várias, em que as populações inclusivamente são alheias, razões políticas ou outras, como dizia e muito bem o Sr. Deputado José Decq Mota, tenham o mesmo tipo de tratamento. Se há diligência por um lado e se há incúria por outro, então que tenham tratamentos diferentes e tratamentos adequados à preocupação que tiveram com estas matérias.

Por outro lado e relativamente ao que abordou o Sr. Deputado José Decq Mota, eu não considero que a partir do 11/2002, como já o disse, tenha ficado tudo na mesma. Não ficou e houve avanços.

Também sabemos que muitos dos PDMs em falta estão em fases totalmente distintas.

Por essa razão é compreensível que não entrarão, como tentava passar a mensagem, todos ao mesmo tempo nos serviços e que entupirão, digamos assim, a possibilidade do Governo dar resposta a esta matéria.

É muito difícil que isto aconteça, até porque eles estão em fases completamente distintas e que algumas delas, por não terem prazo, podem demorar muito ou pouco tempo e, portanto, essa situação não se prevê.

Eu também disse em Comissão que temos neste momento, ao contrário do que tínhamos anteriormente, um reforço técnico que está a trabalhar especificamente nesta área, por termos percebido que a partir do 11/2002 houve efectivamente, por parte das autarquias, um esforço de algumas delas no sentido de acelerarem o processo.

Portanto, penso que se o Governo quisesse sancionar as autarquias, em relação aos prazos, não trazia esta Proposta à Assembleia. O Governo não quer, no imediato, penalizar as autarquias que não tenham os seus PDMs concluídos, mas entende que essa pressão deve continuar a ser exercida e, como eu disse em Comissão, os prazos agora propostos pela própria Comissão tiveram a concordância do Governo e a partir daí, então, sim, exerça-se a sanção que está prevista. Será este o último alargamento para que as autarquias façam esse esforço de terem atempadamente em vigor os seus PDMs.

Agora, não se pode pedir nem tentar trazer aqui a questão do Governo estar de má vontade em toda esta matéria, pelo contrário o Governo entende que as autarquias, muitas delas, com os PDMs ainda em fase atrasada, não devem no imediato serem penalizadas.

É por isso que o Governo apresenta esta Proposta, é por isso que em Comissão o Governo demonstrou essa abertura e é nesse sentido que entende que a proposta de alteração do Partido Socialista é razoável e tem a nossa concordância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para dar uma nota na sequência do que acabou de opinar a Sra. Secretária em relação à proposta que o Partido Popular apresenta.

A bondade do diploma é inquestionável, no sentido de assegurar um novo compromisso do Governo Regional para com os autarcas, quanto à existência de instrumentos de planeamento essenciais para a Região Autónoma dos Açores. Quanto a isto estamos todos de acordo.

Em relação aos atrasos que têm acontecido, que já são muitos e há muito tempo, há partilha de responsabilidades e é por se reconhecer que há uma partilha de responsabilidades que o Partido Popular apresenta esta proposta de alteração, aliás, tese que já tinha sido avançada na Comissão.

Com isto não estou a acusar o Governo e a Sra. Secretária, em particular, de má vontade.

Devo dizer que o que me ocorre mais é o epíteto de teimosia, porque o que está em causa é assegurar no diploma um prazo indicativo, como forma de pressão, para a eficácia dos Planos Directores Municipais, responsabilizando as autarquias com determinadas consequências pelo não cumprimento deste prazo.

A verdade é que o Governo também está envolvido neste processo, assim como a Administração Regional, através da Comissão de Acompanhamento e a eficácia dos

PDMs depende da respectiva ratificação feita em sede de Conselho do Governo, ficando o Governo.

Portanto, nenhum dos objectivos que o Governo traçou quando apresentou a sua proposta de alteração ao diploma 14/2000 fica em causa com a aprovação da proposta do Partido Popular, no sentido de também considerar a Administração Regional como alguém que partilha as responsabilidades dos eventuais atrasos. É tão simples quanto isto.

Sra. Secretária, o que eu revejo na sua insistente intervenção para recusar e levar o Partido Socialista a votar contra a proposta do PP, é um exercício de teimosia e nada mais do que isso, porque aquela proposta não prejudica, em circunstância alguma, nenhum dos objectivos propostos para a alteração que o Governo e a Comissão propõem.

Não vejo a razão pela qual o Governo e o Partido Socialista recusam esta proposta de alteração.

Era esta nota que eu queria deixar.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro falou de partilha de responsabilidades. Como eu já disse por várias vezes a responsabilidade maior pela feitura dos PDMs cabe às autarquias.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não quero classificar de maior ou menor.

A Oradora: O papel do Governo Regional tem sido de mero acompanhamento e ainda bem. É por isso que não está correcta a sua versão quando diz que há uma tentativa de haver uma tutela de mérito, porque ela não existe. Como sabe há apenas tutela de mera legalidade administrativa...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Inspectiva.

A Oradora: ... e que tem a ver, e é isso que o diploma prevê nos seus artigos 16º. e 17º., com o controle do cumprimento do Decreto-Lei nº 380/99, por parte das autarquias.

Portanto, não faz qualquer sentido – e aí quem está a insistir nesta questão são os senhores – que se preveja no diploma que quem tem prazos para exercer as suas competências, e tem exercido dentro desses prazos, seja incorporado nesta culpa pelo atraso e quem tem sucessivamente protelado e descurado a agilização deste processo, a sua acção seja branqueada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quanto mais argumenta, menos razão tem.

A Oradora: Como eu já referi e volto a referir, tem sido da parte das autarquias que tem havido falhas e não da parte das Comissões Técnicas de Acompanhamento dessas matérias.

Assim sendo, o Governo Regional continua a entender que não faz qualquer sentido a vossa proposta, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nossa não. A proposta é do PP.

A Oradora: ... porque é a Comissão Técnica que está sujeita a atrasos, que se esforça por cumpri-los e é as autarquias que muitas vezes fazem rolar no tempo esta questão.

Portanto, não faz sentido estar aqui a tentar transferir culpas que não são, neste momento, nem do Governo Regional, nem da Comissão Técnica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tinha referenciado na minha primeira intervenção que iríamos ter oportunidade para abordar esta questão em sede de especialidade, mas perante a insistência e inclusivamente a referência feita à minha pessoa, faço uma segunda e última intervenção, entrando um pouco em matéria de especialidade, conforme tem estado a suceder ao longo das últimas intervenções.

A Sra. Secretária já disse, e com razão, referindo-se à intervenção da bancada do PP, reiterando depois pelas demais bancadas, que há um manifesto desconhecimento do processo de elaboração dos PDMs.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Uns sabem e os outros não sabem.

O Orador: Sr. Deputado, há um desconhecimento absoluto e eu vou explicar já porquê.

Sintetizando, o processo de elaboração dos PDMs e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, começa pela elaboração em que à Comissão Mista de Coordenação ou à Comissão Técnica de Acompanhamento, chamemos-lhe o que quisermos, cabe-lhe o acompanhamento do processo e o papel desta Comissão termina com a elaboração de um parecer que irá acompanhar o processo na concertação a que se refere o artigo 76º do regime jurídico, na discussão pública, quando o processo é remetido para parecer final e posterior aprovação na Assembleia Municipal.

Mas, tecnicamente, o papel de coordenação da Comissão Mista de Coordenação termina no momento em que o processo vai para concertação e para a discussão pública.

A responsabilidade da Comissão Mista de Coordenação, atendendo às 11 situações pendentes na Região, só teria eventualmente repercussão no Plano Director Municipal da Povoação e não abrangeria qualquer um dos outros, porque a partir daí a responsabilidade dos pareceres e da intervenção é da Direcção Regional de Organização e Administração Pública e não da Comissão mista de coordenação Daí a inconsequência da proposta do PP.

Era este esclarecimento que eu iria dar em sede especialidade, mas foi antecipado, provocado pelas últimas intervenções.

Sr. Deputado José Decq Mota, o que aconteceria se todas as Câmaras Municipais entregassem até ao final deste ano, para ratificação, os onze PDMs ainda em curso? Aconteceria que a Direcção Regional de Organização e Administração Pública, tomando por base as propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, teria um ano e meio para proceder à publicação dos diplomas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

Eu começo exactamente pelo fim, porque a boca fugiu-me para a verdade.

Em relação às propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, depois duma discussão bastante amena, mas franca na Comissão, verificou-se o seguinte:

Os senhores apresentaram, quando isso aconteceu a Sra. Secretária já não estava na Comissão, substancial alteração aos prazos constantes da proposta inicial que todos nós aqui temos e, portanto, não vamos esquecer os pormenores, não vamos esquecer as coisas importantes e esta é uma coisa importante, porque aquela alteração que o Governo propunha, que era de 6 meses, efectivamente não tinha quase nenhuma possibilidade de resolução. Esta alteração de alargamento do prazo para um ano, na prática, altera substancialmente a situação.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge também não me vai desmentir se eu disser que esta preocupação pela responsabilidade de outrem, em relação ao não cumprimento destes prazos, foi partilhada por nós todos. Muitos de nós, das várias bancadas, manifestámos preocupações e o único – e reconheço pela sua coerência – que sempre, com esse seu estilo empenhado e aguerrido, mostrou que não podia ser, foi o Sr. Deputado, porque penso que interpretou mal, interpretou que estava implícita uma crítica à Administração ou ao Governo e tentou ladear sempre essa preocupação que foi colocada pelos Srs. Deputados Paulo Gusmão, Sérgio Ferreira, por mim e por vários Srs. Deputados da maioria que também se associaram a essas preocupações nas trocas de impressões que tivemos e falámos longamente nas questões de atrasos verificados em Vila do Porto, etc., etc..

Tudo isto se passou e eu não inventei nada.

Eu não vim para aqui para queimarmos tempo e para estarmos a aborrecer-nos uns aos outros, mas a vossa reacção neste momento é que parece que não querem considerar tudo isto.

Eu pergunto-vos uma coisa: imaginemos que as Assembleias Municipais despacham o processo ou que as Câmaras se desenvolvem, que há aqui atrasos pelo meio e daqui a um ano chegamos à conclusão que o PDM das Flores, em que existe uma situação conjunta dos dois Concelhos, no qual está integrado o Concelho de Santa Cruz das Flores, não chegou a ser feito, porque um dos pareceres que são exigidos por lei não pôde ser feito dentro do prazo razoável.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge acha que é justo que a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores suspenda aquilo que tem previsto em contratos ARAAL e por causa

disso que vá para o Tribunal Administrativo, em Lisboa, para ter uma resposta daqui a cinco anos, parando o investimento em Santa Cruz das Flores?

A Sra. Secretária referiu que se quer penalizar a Administração Regional. O Sr. Deputado Paulo Gusmão não disse isso. Ninguém disse ou defende isso.

A única entidade aqui que tem penalização por não cumprir com as suas obrigações são as autarquias.

A única coisa que esta proposta tenta fazer é encontrar uma fórmula de dizer que se a responsabilidade não é da autarquia, a penalização não deve ser aplicada. Não se está a penalizar outrem e não se está a castigar ninguém.

Portanto, sinceramente gostaria que isso não acontecesse, mas se acontecer os senhores têm que ser responsabilizados por uma teimosia, desculpem a expressão “pueril”, absolutamente inapropriada. É uma mera teimosia.

Se esta expressão tecnicamente pode ter algum defeito, eu penso que não terá, então encontremos uma que não tenha nenhum defeito tecnicamente, encontremos uma adequada e resolvemos isto.

Os senhores não querem resolver isso, certamente vão ter que assumir a responsabilidade, mas não venham dizer que é impreparação, incapacidade, incompetência ou estupidez daqui destas três bancadas. Não digam isso, porque não vos fica bem.

Muito obrigado.

Deputados Luís Medeiros e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não vou aqui repetir aquilo que já disse e aquilo que pelas várias bancadas já foi dito e bem explicado.

Apenas gostaria de referir o seguinte: o exemplo que o Sr. Deputado Hernâni Jorge aqui deixou, é bem demonstrativo da esperança que tem, porque vem-nos dizer, por um lado, que como 10 ou 11 já têm essa parte substancial resolvida, que este diploma não seria aplicável. Seria aplicável, porque desses 11 há muitos que estão atrasados, como eu já aqui referi e dei o exemplo de Vila do Porto, e a Sra.

Secretária em sede de Comissão disse que ainda havia outros piores, mas em termos de atraso parte da responsabilidade não é da autarquia.

Portanto, a nossa proposta vinha contemplar todos aqueles em que para o atraso também contribuiu o Governo Regional. Ninguém está a penalizar o Governo Regional, nem está a penalizar a autarquia por uma falha que eventualmente tenha acontecido.

É precisamente ao contrário do que o senhor disse e a sua esperança é que isto só vai ser aplicado à Povoação. Deveria ser era ao contrário, ou seja, à Povoação é que não vai ser, porque a Sra. Secretária já se comprometeu que agora vai arranjar gente e que agora é que vai funcionar.

Portanto, como é que isto se vai aplicar ao futuro? Esta norma de extensão não se vai aplicar, porque o Governo não vai falhar.

Agora, para a eventualidade de mudar de Governo e vir gente pior para o lugar da Sra. Secretária, que está muito activa nessa matéria, vamos ver se, porventura, há tanta razão para dramatizar isto. É excepcionar o caso em que o Governo tenha contribuído para isso.

Se não acontecer, tanto melhor, mas eventualmente pode vir a acontecer. A Sra. garante que consigo não acontece? Muito bem, então o diploma não vai ser aplicado, mas também não lhe vai penalizar em nada. Não pode é penalizar os outros na parte que não lhes diz respeito.

É só isto. Não tem nada mais especial do que isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Peço a palavra para um último esclarecimento nesta matéria, em sede de generalidade, para dizer o seguinte:

Não há, nem pode ser imputada qualquer responsabilidade ao Governo Regional nesta matéria, por uma razão muito simples: desde a Lei 79/77 que as Câmaras estão obrigadas a ter PDM. Desde essa altura que os municípios estão obrigados a elaborar Planos Directores Municipais. Pelo menos desde a publicação do 380/99 que os municípios sabem que têm que submeter para ratificação, à Direcção Regional de

Organização e Administração Pública, pelo menos com uma antecedência de 12 meses, relativamente ao prazo esperado quanto à publicação do PDM.

Tudo isto é claro. Passaram-se muitos anos em relação a esta matéria.

Não há nem pode ser imputada à Direcção Regional de Organização e Administração Pública qualquer responsabilidade.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Onde é que isso está?

O Orador: Sr. Deputado, não vamos entrar em diálogo.

Está na sua proposta quando fala em lacunas ou outro termo parecido.

Portanto, para nós esta questão é clara e resulta das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e a oposição tenta inverter um bocado toda esta situação.

O que se passa aqui é que o Governo, entendendo que não devia invocar as condicionantes, e não são sanções, de acesso a contratos-programa ou as condicionantes de acesso a fundos comunitários ou a linhas de crédito especiais, conforme define e prevê o artigo 82º do regime jurídico de instrumentos de gestão territorial; entendendo que não devia invocar as condicionantes que já resultavam da aplicação do actual regime, faz uma proposta para que essas condicionantes sejam entretanto aplicadas e fá-la porquê? Porque, conforme a Sra. Secretária já explicou, houve ao longo do último ano uma dinâmica e um esforço particular dos municípios no sentido de terem os seus PDMs o mais rapidamente elaborados e eficazes.

É nesta perspectiva, e para não voltarmos daqui a um ano a errar, legislando, conforme referiu o Sr. Deputado José Decq Mota, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a anuência e concordância da Sra. Secretária em sede de Comissão, apresentou uma proposta que entende que, em termos de prazos e em termos de enquadramento, é perfeitamente possível aos municípios, se quiserem e se tiverem vontade, cumprir com esses prazos, ter os seus PDMs, entregues na Administração para ratificação ou eficazes nos prazos que aí constam.

Não havendo vontade dos municípios, a responsabilidade só pode, naturalmente, ser assacada aos municípios.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Isso não está em causa.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos muito breves.

Embora o Sr. Deputado Paulo Gusmão se tenha ausentado para matar o vício, o primeiro esclarecimento é que eu não disse em Comissão que havia um atraso em relação a Vila do Porto, porque não há. Entrou na DROAP em Outubro a versão final para parecer e neste momento não existe qualquer atraso. Há o prazo de um ano para parecer final e porque está a decorrer o prazo, não podemos falar de qualquer atraso.

O Sr. Deputado percebeu mal as minhas palavras. Esteve caladinho e ouviu mais do que devia ter ouvido.

Relativamente a outra questão que abordou e que disse que eu tinha dito que eventualmente haveria outros piores, eu não disse isso. O que eu disse foi que havia registado o caso de um PDM numa Câmara Municipal que aqui já foquei, cujo atraso se deveu ao facto de muitas das sugestões feitas pela Comissão Técnica não terem sido sistematicamente acatadas por essa Câmara Municipal.

Portanto, porque houve uma teimosia frequente em não acatar as sugestões que a Comissão Técnica fazia, o processo alongou-se mais do que o tempo que estava previsto. Foi este o único caso. Em todos os outros, os serviços tiveram sempre a possibilidade de darem resposta a estas matérias dentro dos prazos estabelecidos.

Portanto, não faz qualquer sentido pôr aí essa excepção como o senhor, na sua perspectiva, a quis colocar.

Se acha que não vale a pena excepcionar, então não ponha aí a alteração, porque efectivamente, como disse há pouco, se a legislação não se vai aplicar, com ou sem ela ficaremos mais ou menos na mesma.

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate na generalidade, vamos fazer a votação deste diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade. Existe uma série de propostas de alteração. Nós vamos acompanhar artigo por artigo, não obstante haver algum primeiro que englobe uma série deles, mas vamos ter o cuidado de acompanhar todos os artigos.

Artigo 1º., que faz referência a uns quantos artigos, tem uma proposta de alteração da Comissão e é subscrita pelo Partido Socialista.

Este artigo 1º compreende os artigos 2º., 4º., até ao 19º.. Está aberto o debate sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para chamar a atenção para um aspecto.

Uma vez que o artigo 1º. inclui um conjunto de alterações ao diploma original e porque o PP tem uma proposta de alteração para o artigo 16º., dentro desse conjunto, ao aprovarmos o artigo 1º. sem mais nada, vamos aprovar todas as propostas da Comissão e a proposta do PP, se bem entendo, fica prejudicada.

Presidente: A proposta do PP ficará prejudicada. Não há qualquer dúvida sobre isso, porque a primeira que entrou foi a da Comissão. Se a da Comissão for aprovada, a do PP fica efectivamente prejudicada, porque a da Comissão entrou primeiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fazemos objecção a que a votação dos artigos que o artigo 1º. altera, seja feita em conjunto.

Quando se chegar aos artigos 16º. e 17º., com propostas de alteração apresentadas pelo PP, faríamos a votação separada, ponto por ponto, alínea a alínea.

Presidente: Não há nenhum problema da nossa parte, o que nós queremos é votar este diploma com toda a democraticidade.

Assim sendo, vamos votar ficando excluído as alterações referentes aos artigos 16º. e 17º do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretários: Os artigos 1º. ao 15º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 16º., que vem da Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 16º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 16º. foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 17º. para o qual há uma proposta de alteração da Comissão.

Vamos votar esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos passar agora à votação da parte restante do artigo 17º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17º. foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 18º. e 19º., para os quais não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 18º. e 19º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Voltando à metodologia inicial, vamos votar o artigo 2º..

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente só para deixar expressa uma questão para que na votação não surjam confusões e que é a seguinte:

No artigo 15º, nas alterações propostas pelo Governo e que já foram aprovadas, por fusão dos nºs. 7 e 8, caiu o nº. 8, tal como no artigo 18º. os nºs. 5, 6, 7, e 8, como está referido no nº 2, também foram eliminados.

Sucedo que na norma revogatória do diploma proveniente do Governo, é feita a menção da revogação dos nºs. 5 a 8 do artigo 18º. e não era feita a menção à revogação do nº 8 do artigo 15º..

Porque na altura da elaboração do relatório, em sede de Comissão, não houve essa percepção, mas depois de alertados, nomeadamente pelo parecer da Câmara Municipal da Madalena, o PS apresenta esta proposta de alteração, o que vai implicar a rejeição da proposta que vem da Comissão, porque esta proposta ficaria prejudicada, ou então esta proposta de alteração ser considerada no texto que é proveniente da Comissão.

Deixo isto à consideração à Câmara.

Presidente: Isto é uma questão formal e metodológica e podíamos resolvê-la pondo à votação em primeiro lugar a proposta para o nº. 2 e assim fica prejudicada a outra, depois sendo apenas uma questão de redacção.

Vamos votar esta proposta de alteração para o artigo 2º. que especifica concretamente que são revogados o nº. 8, do artigo 15º. a os nºs. 5 a 8 do artigo 18º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 3º., para o qual também há uma proposta da Comissão que diz respeito à republicação e que é subscrita pelo PS. Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente vamos votar o artigo 4º. – produção de efeitos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, em votação final global, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, com 27 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Uma muito breve declaração de voto.

A nossa abstenção em votação final global representa rigorosamente o distanciamento que quisemos estabelecer em relação a uma teimosia política da bancada da maioria e do Governo que não permitiu que fosse introduzida uma medida cautelar que, a todos os títulos, era aconselhável e não prejudicava ninguém, nem a eficácia do diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para uma declaração do voto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

É para justificar a abstenção do PSD na votação final global.

Concordamos com a iniciativa do diploma e por isso votámo-lo favoravelmente na generalidade.

Consideramos de extrema importância e pertinência a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PP.

Não compreendemos a teimosia que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista mantiveram para recusar uma proposta que não contrariava os objectivos

do diploma, mas que trazia mais justiça ao enquadramento desta alteração ao Decreto Legislativo Regional nº. 14/2000/A.

Por outro lado, mantemos as mesmas dúvidas sobre a constitucionalidade do diploma, quando observa tendência para a tutela de mérito sobre as autarquias.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Apenas para registar o nosso sentido de voto.

A nossa apreensão vai para a tentativa de disfarçar uma questão tão simples e o que deu a entender foi que uma questão que era de elementar justiça e até de elementar legalidade, mas isso o futuro o dirá, transformou-se numa questão política, de medo do Governo que ficou com o grande problema que se começasse a perceber que, para além dos atrasos nas autarquias, também havia atrasos no Governo Regional.

Comunico desde já que far-lhe-ei chegar, Sra. Secretária, um requerimento a pedir todos os prazos dos 12 municípios que estão atrasados e vamos ver se V. Exas. contribuíram ou não para esses mesmos processos.

Agora, vamos ver, ao contrário das boas expectativas que aqui nos deixou, se esta norma não ia, infelizmente, ser bastante aplicada na prática.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros dos Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente e é com satisfação que vê aprovada esta proposta do Governo Regional que introduz melhorias significativas na adaptação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial à Região Autónoma dos Açores.

É também com satisfação que vimos aprovada a nossa proposta de alteração que viabiliza que as Câmaras Municipais que ainda não têm o seu PDM eficaz possam continuar a aceder aos contratos/programa de cooperação e aos fundos comunitários,

bem como a quaisquer linhas de crédito especiais que eventualmente venham a ser criadas, pelo menos, até Janeiro de 2005, ao invés de começarem a aplicar as condicionantes que resultam do tal regime jurídico.

Tudo isto, na certeza que temos de que até lá as realidades dos PDMs desta Região serão efectivamente eficazes.

Presidente: Terminadas as declarações de voto, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Anteproposta de Lei - “Alteração ao abrigo do artigo 58º. do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 566/99, de 22 de Dezembro”**.

Este diploma que é constituído por dois artigos, tem também duas propostas de alteração, vindas da Comissão.

Suponho que o Partido Socialista subscreve estas propostas. Agradeço que façam chegar à Mesa o referido documento.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Atendendo aos elevados custos de produção de determinados licores e aguardentes tradicionais, resultantes designadamente das reduzidas dimensões das nossas explorações, das pequenas quantidades reduzidas, da descontinuidade geográfica e das limitações do mercado local, só uma redução da carga fiscal aplicada a esses produtos produzidos nas nossas ilhas e vendidos praticamente apenas localmente, poderá permitir restabelecer a sua posição concorrencial relativamente às bebidas espirituosas semelhantes, fornecidas a partir do exterior e consequentemente assegurar a perenidade desses importantes sectores de actividade.

Em 1992 a Comunidade Europeia, através das Directivas nºs. 92/83/CE e 92/84/CE do Conselho, de 19 de Outubro de 1992, procedeu à harmonização da estrutura e à aproximação das taxas do imposto sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas, Directivas estas que foram transportadas para a ordem jurídica interna no uso de autorizações legislativas pelo Decreto-Lei 300/)), de 5 de Agosto que procedeu à fusão dos regimes constantes dos Decretos-Lei nºs. 117/92, de 22 de Junho e 104/93, de 5 de Abril.

Ainda em 1999 o Governo da República, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei do Orçamento de Estado, Lei nº 87-B/98, de 31 de Dezembro, procedeu à codificação do regime jurídico dos impostos especiais de consumo incidentes sobre o álcool e bebidas alcoólicas, sobre os produtos petrolíferos e sobre os tabacos manufacturados, através do Decreto-Lei nº 566/99, de 22 de Dezembro, que entrou em vigor no dia 1 de Fevereiro de 2000.

Consciente de que a aplicação do novo regime fiscal, resultante da transposição das referidas Directivas, teria certamente feitos muito negativos na produção de determinados produtos regionais, o Governo Regional logo encetou diligências sustentadas no nº. 2 do artigo 299º do Tratado da União, no sentido da aplicação aos licores e aguardentes produzidas e consumidas na Região de uma taxa reduzida do imposto especial de consumo, considerando a adopção desta medida como indispensável para a sobrevivência dos sectores de actividade locais, ligados à produção e comercialização dessas bebidas.

Os esforços do Governo Regional foram consubstanciados nos pedidos do Estado Português de 15 de Julho de 2000 e de 28 de Fevereiro de 2001, dando lugar a adopção da decisão do Conselho nº 2002/167/CE , de 18 de Fevereiro de 2002, que derrogação ao disposto no artigo 90º do Tratado, autoriza Portugal a aplicar aos licores e aguardentes produzidas e consumidas nos Açores uma taxa de imposto especial de consumo inferior à taxa plena do imposto sobre o álcool, fixada no artigo 3º da Directiva nº 92/83/CE, do Conselho, de 19 de Outubro de 1992, tendo como limite a redução de 75% da taxa nacional normal do imposto especial sobre o consumo de álcool.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tendo sido tomado, desde a mencionada decisão do Conselho, qualquer iniciativa legislativa com vista à adaptação do Código dos Impostos Especiais de Consumo àquela derrogação, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na defesa dos interesses supra enumerados e no uso da faculdade conferida pela alíneas a) do nº 1, do artigo 23º. e b) do nº. 1 do artigo 31º do Estatuto Político-Administrativo, apresentaram em Outubro passado nesta Assembleia a Anteposta de Lei agora em debate e que visa a alteração do artigo 58º do Código

dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 566/99, de 22 de Dezembro, reduzindo em 75% as taxas nacionais do imposto sobre o álcool relativas aos produzidos a partir de frutos e matérias primas regionais e aguardentes vínica e bagaceira, desde que produzidos e declarados para consumo na Região Autónoma dos Açores.

Já depois da nossa iniciativa a Assembleia da República, em sede de Orçamento de Estado, procedeu à alteração do mencionado artigo 58º, respondendo cabalmente à nossa pretensão, no que diz respeito às aguardentes vínicas e bagaceiras, mantendo-se restritiva quanto à possibilidade admitida na decisão do Conselho da redução no imposto se aplicar a todos os licores produzidos a partir de frutos e matérias primas da Região e não apenas aos licores de ananás e de maracujá.

Neste contexto a aprovação da presente Anteproposta de Lei, com as alterações sugeridas pela comissão de Economia, continua a justificar-se plenamente.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer muito rapidamente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que nós concordamos com esta Anteproposta de Lei, nomeadamente com as alterações que vieram da Comissão, porque na altura que ela foi apresentada havia um determinado contexto, o que é certo é que o Governo da República quando apresentou o Orçamento de Estado para 2003 e pela sua aprovação resolveu a grande maioria das questões.

Agora, a única questão que ficou de fora, embora sendo já de reduzida dimensão, e que poderá eventualmente ser incluída ao abrigo daquilo que as Directivas Comunitárias nos permitem, é esta extensão não ser só para os licores de ananás e maracujá, mas para todos os licores, o que poderá resolver a grande maioria dos problemas.

Infelizmente as Directivas Comunitárias não nos dão a latitude suficiente para podermos resolver alguns problemas particulares de algumas das nossas ilhas.

Se é que para 2003 a grande maioria dos problemas que surgiram em 2002 já estão ultrapassados, a partir de 2004 mais uma pequena parte poderá também ficar ultrapassada.

Fazemos votos para que aquilo que fica de fora do nosso âmbito nacional e regional de actuação a este nível de redução destes impostos especiais, possa de alguma forma afligir o menos possível os nossos agricultores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais.

Telegraficamente apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PCP aprova esta iniciativa.

Obviamente que, tendo em conta o resultado final do trabalho da Comissão e dada a evolução que a questão teve nos últimos tempos, é importante que a situação tenha tido esta evolução.

Também lamentamos que outros problemas similares não possam ser resolvidos neste âmbito, mas aquilo que se pode fazer, faz-se. É este o significado deste diploma.

Espero que saibamos todos, os que podemos contribuir para isso, trabalhar para que a Anteproposta de Lei possa ser lei em tempo útil.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenientes, vamos proceder à votação deste diploma, na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade e como verifico que há unanimidade na Câmara vou pôr à discussão e posteriormente à votação os dois artigos, compreendendo as propostas de alteração, em que uma diz respeito à eliminação da alínea b) do nº. 1 e relativamente ao nº. 2 é apenas a produção de efeitos que é deferida para Janeiro de 2004. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenientes, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na especialidade, com estes artigos, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, com as alterações introduzidas, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – “Para uma plataforma de entendimento relativa ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS”**, apresentada pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista Português apresentou a algum tempo uma Proposta de Resolução relativamente ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Todos nós temos consciência de que são estas instituições hoje que, substituindo-se ao dever do Estado, representado pelos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma, garantem que nesta Região os idosos e as crianças tenham a garantia de substanciais tratamentos quando necessitem, tratamentos em termos de acompanhamento, de apoio, etc., etc..

No entanto, e de acordo com os protocolos celebrados entre a Região e as IPSS, a entidade financiadora desta rede de apoio social é a Região, que também é a entidade pagadora dos seus funcionários.

Até ao início dos anos 90 os trabalhadores das IPSS auferiam vencimentos iguais aos trabalhadores da Administração Pública.

Acontece que, com as alterações de vencimentos da Administração Pública, estes trabalhadores foram vendo gradualmente perder a sua remuneração semelhante aos trabalhadores da função pública.

É por isso que nós apresentamos esta Proposta de Resolução que recomenda ao Governo uma plataforma de entendimento entre os representantes dos trabalhadores das IPSS e a Administração Regional, no sentido de haver uma convergência salarial entre aquilo que ganham os trabalhadores das IPSS e aquilo que ganham trabalhadores com idênticas funções na Administração Pública.

Note-se: nós não estamos recomendando que os trabalhadores das IPSS passem a funcionários públicos, mas que eles tenham um vencimento compatível com as suas funções, ou seja, um vencimento semelhante àquele que têm os trabalhadores da Função Pública que exercem funções idênticas aos trabalhadores das IPSS.

Entendemos que isto é possível, é justo, é necessário e deveria ser negociado com os sindicatos que representam estes trabalhadores.

Quando na Comissão de Política Geral se analisou esta matéria, nós defendemos que era importante serem ouvidos os sindicatos que representam estes trabalhadores em relação a esta matéria.

A discussão que tivemos na Comissão teve como resultado uma votação em que nós próprios e o PSD entendíamos que deveria ser feita esta audição.

O Partido Socialista e o PP entenderam que não era necessário serem ouvidos os sindicatos, mas foram-no à revelia daquilo que o PS e o PP defendiam.

Acontece que, mercê das nossas ordens de trabalhos, esta Proposta tem sido sucessivamente alterada e da nossa parte não vimos inconveniente, mas isto permitiu que o sindicato da Administração Pública e o Sindicato da Função Pública tivessem oportunidade de se pronunciarem e, para além disso, eles próprios tomaram a iniciativa de fazer chegar à Assembleia Legislativa Regional, através do Presidente da Comissão, responsável por esta matéria, os seus pareceres.

É exactamente porque não tivemos oportunidade de analisar estes pareceres da Comissão que eu vou, servindo-me do tempo a que tenho direito para apresentar esta matéria, apresentar as posições dos sindicatos que representam estes trabalhadores e que, para nós, independentemente do resultado da votação que aqui possa existir,

satisfaz-nos que os representantes destes trabalhadores ao nível da Região Autónoma dos Açores, possam ter feito chegar a esta Assembleia os pareceres que fizeram...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Até hoje também ainda não recebemos.

O Orador: ... e por isso vou citar alguns aspectos desses pareceres.

Assim, vou começar pelo Sindicato da Administração Pública que diz: “manifestamos a nossa concordância integral com o conteúdo desta Proposta de Resolução”. Apraz-nos registar este aspecto.

Mas diz mais, e vou citar: “Efectivamente, e depois de obtido o compromisso público e solene do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, de que concorda e defende o princípio da equiparação do Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS, Misericórdias, ao dos seus colegas da Administração Pública e que, com vista à aproximação progressiva daqueles estatutos, os aumentos salariais dos trabalhadores em causa serão superiores aos da função pública, entende o SINTAP/Açores importante ficar agora o horizonte temporal para a concretização da referida equiparação”. Citei.

Aquilo que nós entendemos é que não basta tão só que o Governo Regional e o seu Presidente manifeste o desejo de que é justo que estes trabalhadores tenham uma remuneração semelhante, mas, em nosso entender, o que é fundamental é fixar se esta equiparação se irá dar este ano, daqui a 2, 3, 5 ou daqui a 50 anos. Isto é que é o fundamental.

O princípio em si é importante, mas não é o suficiente e é por isso que nós entendemos que é fundamental que se estabeleça um prazo para esta equiparação.

Acrescenta ainda o SINTAP: “Não basta a nosso ver, nesta questão que se arrasta há demasiado tempo, um compromisso de princípio, na medida em que, só por ele, pode-se atirar a equiparação, desculpem o termo, para “as calendas gregas”. Sobre esta questão da fixação do prazo temporal para a realização da equiparação em apreço foi infelizmente o Presidente do Governo Regional evasivo, senão mesmo contrário, na audiência havida com o SINTAP no passado dia 27 de Janeiro, em Angra do Heroísmo”.

Portanto, em relação ao parecer do SINTAP, é isto que nos apraz registar.

Também não queremos deixar de fazer algumas citações daquilo que nos enviou o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e, tal qual como o SINTAP, também afirma categoricamente e cito: “ser seu desejo manifestar a nossa total concordância com a referida proposta, por se encontrar de acordo com as posições que este sindicato tem defendido”.

Mas, acrescenta um outro aspecto e este já competirá ao Sr. Secretário, se quiser, dar uma explicação e cito: “Também enviámos cópia da nossa proposta, entregue ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais em 6 de Janeiro do corrente ano, a qual até o momento não obtivemos qualquer resposta”. Eles quando dizem “até ao momento” estão a referir-se a 10 de Março de 2003, que é a data que está aqui neste documento. O Sr. Secretário reafirma que também hoje ainda não receberam e isto, em nosso entender, é significativo, porque qualquer estrutura ou qualquer cidadão, no mínimo tem o direito de receber um ofício dizendo: “Acusamos a recepção do vosso ofício”. No mínimo têm esse direito. Esse não é o entendimento do Governo Regional ou de algum Secretário Regional, infelizmente.

Embora não fosse o sindicato uma organização sindical, qualquer cidadão, Sr. Secretário, teria direito, no mínimo, a receber a informação de que tinha recebido a missiva.

No entanto, em relação a esta matéria, o Sindicato da Função Pública diz que se deveria iniciar a discussão, com os trabalhadores das IPSS de propostas de aumento salarial e mais uma vez manifestam o apoio à Proposta de Resolução aqui em análise.

O Sindicato da Função Pública também envia cópia do mesmo ofício que enviaram ao Sr. Secretário Regional e ao qual estão à espera de resposta, onde reafirmam nessa missiva, enviada ao Governo Regional, a defesa que fazem de uma plataforma de entendimento que e cito: “assegure, em prazo a convencionar, uma convergência salarial dos trabalhadores das IPSS com os trabalhadores da Função Pública a exercer funções semelhantes”.

Portanto, tanto o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública como o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, que representam a grande maioria dos trabalhadores que trabalham nas IPSS, manifestam a sua total concordância com

aquilo que estamos a analisar e com a necessidade de que os trabalhadores das IPSS na Região Autónoma dos Açores tenham um aumento de vencimento que permita, num prazo a combinar, a sua equiparação aos trabalhadores da Função Pública.

Consideramos que a proposta que estamos aqui a apreciar é da mais elementar justiça, que a proposta que estamos aqui a apreciar é tão somente lembrar ao Governo Regional que há valores morais que muitas vezes se põem acima doutros valores.

Para nós isto não é um valor legal, é um valor moral, através do qual nos deveríamos todos nortear.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para, uma vez mais, reafirmar o nosso reconhecimento pelo papel fundamental que as IPSS e as Misericórdias tem vindo a assumir na prossecução dos objectivos e na implementação das estratégias definidas pela política de solidariedade e segurança social deste Governo, nomeadamente no que concerne ao apoio a crianças e jovens, idosos e a grupos com necessidades específicas.

De facto, a actuação das IPSS e Misericórdias, no âmbito da solidariedade social, não só justifica a sua própria existência enquanto IPSS, como contribui também, de forma significativa, para que a política de solidariedade social actual seja, de facto corresponsabilizadora de todos com responsabilidades em matéria de combate à pobreza e exclusão social, nomeadamente: departamentos governamentais, poder local, entidades públicas e privadas, bem como os próprios utentes; descentralizada dotando as comunidades de recursos adicionais e contribuindo assim para aproximar os serviços dos utentes, e interdisciplinar uma vez que, estando os serviços centrados na comunidade fica facilitada a interacção entre eles e o estabelecimento de parcerias que rentabilizem recursos e potenciem o sucesso das intervenções.

É com base neste entendimento, no cumprimento dos compromissos assumidos com as IPSS e Misericórdias através dos acordos de cooperação celebrados entre estas e o Governo no âmbito do quadro legislativo em vigor, e igualmente no cumprimento

dos compromissos assumidos com os Açorianos através dos Programas Eleitoral e do Governo, o VIII Governo tem vindo a proporcionar às IPSS e às Misericórdias condições para desenvolverem a sua acção em moldes que assegurem a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados ao utente e a dignidade profissional de todos quantos nelas trabalham.

De facto, nos últimos anos, tem-se verificado um acréscimo significativo ao nível dos investimentos na construção ou remodelação de infra-estruturas, na aquisição de equipamentos, na formação de dirigentes e trabalhadores e no financiamento dos acordos de cooperação, o que tem vindo a permitir, por exemplo, que, desde 2001, as IPSS e as Misericórdias assegurem aos seus trabalhadores aumentos salariais significativamente superiores aos verificados na função pública.

Se esta introdução revela acordo com alguns dos argumentos expostos pelo PCP na proposta de resolução em apreciação, não podemos, no entanto, deixar de discordar de alguns considerandos, no que concerne a natureza da relação entre o Governo e as IPSS e Misericórdias, e entre estas e os seus trabalhadores. Tão pouco podemos concordar com as recomendações propostas ao Governo.

Já tive oportunidade de expor, nesta Assembleia, a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto aquela que consideramos deva ser a natureza dessa relação. Convém, no entanto, reafirmar o nosso entendimento nesta matéria, para que fiquem expressos os fundamentos da nossa votação.

Em nosso entender, a relação entre o Governo e as IPSS e Misericórdias assume a forma de uma contratualização para a prestação de um serviço público, ou de interesse público, em algumas situações assumidas em exclusivo pelas IPSS e Misericórdias, e noutras assumidas em parceria com entidades públicas.

Contudo o facto de prestarem serviços de interesse público tão somente lhes confere o cariz de IPSS. Não as transforma em órgãos de administração indirecta do Estado.

Para mais, o Estatuto das IPSS (Dec. Lei nº. 119/83 de 25 de Fev.) estabelece claramente que as relações laborais dos trabalhadores das IPSS estão sujeitas a legislação das convenções colectivas de trabalho, enquanto o Despacho Normativo nº. 70/99, de 1 de Abril, que aprova o Regulamento da Cooperação entre a Segurança Social da RAA e as IPSS, respeita integralmente o consagrado na

Constituição quanto à autonomia das Instituições, bem como os princípios consagrados pelos Estatutos das IPSS, estabelecendo um modelo de cooperação tendencialmente assente no financiamento por utente, ficando as IPSS inteiramente responsáveis pelo pagamento do respectivo pessoal.

Para que não restem dúvidas reafirmo que as relações laborais que as Instituições estabelecem com os seus trabalhadores são, inequivocamente, do âmbito do direito privado, não competindo ao Governo qualquer intervenção nesta área, que não decorra do seu dever de fiscalização ou do cumprimento do estabelecido nos acordos de cooperação.

É com este entendimento, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota contra a Proposta de Resolução em apreciação, considerando que a actuação do Governo deverá continuar a pautar-se pelo cumprimento dos compromissos assumidos, em conformidade com o quadro legislativo e contratual em vigor, por forma a garantir a contínua implementação da sua política de solidariedade social sufragada pelos Açorianos, e uma relação com as IPSS e Misericórdias que se traduza no respeito pelos seus Estatutos, na salvaguarda da qualidade dos serviços prestados aos utentes, bem como na dignificação e valorização das carreiras dos seus trabalhadores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PCP traz de novo a esta Casa este tema, revelando com isso coerência e também alguma persistência.

Também gostaria de dizer que da parte do Governo Regional há uma posição clara sobre esta matéria.

Não sei se o PSD também tem uma posição clara sobre este assunto. Há dois anos pretendia, se não estou em erro, aumentos da ordem dos 10%. Hoje, olhando para os aumentos que estão anunciados para a função pública, pelo Governo da República do PSD, talvez haja mais alguma discrição.

Mas, Sr. Deputado Paulo Valadão, quer da parte do PCP/Açores, quer da parte do Governo Regional, há posições que são conhecidas acerca desta matéria e eu gostaria de, em primeiro lugar, esclarecer o seguinte:

O Sr. Deputado fez uma citação correcta ao enquadramento e à proposta para o corrente ano por parte do SINTAP. Eu também a tenho, mas gostava de esclarecer que o SINTAP quando fala em compromisso do Sr. Presidente do Governo com o princípio da convergência, se não estou em erro, o SINTAP começou a dizer isso a seguir a uma audiência que foi concedida pelo Sr. Presidente do Governo e este Sindicato, nesta Casa, em Setembro do ano transacto, mas eu estive presente nessa audiência e o que o Sr. Presidente do Governo disse foi aquilo que sempre disse relativamente a esta questão e que tem sido reafirmado, quer pelo Grupo Parlamentar do PS, quer pelo Governo Regional.

O SINTAP talvez tenha interpretado generosamente as palavras do Sr. Presidente, porque posteriormente veio a assinar o acordo proposto para o ano passado.

Agora, o que o Sr. Presidente do Governo disse ao SINTAP, o que o Governo tem dito sobre esta matéria e o que o Grupo Parlamentar do PS ainda há pouco, pela voz da Sra. Deputada Nélia Amaral, aqui disse foi o seguinte:

Nós achamos que se trata de relações de direito privado que, em primeiro lugar, obedecem a princípios de contratação colectiva e, por isso mesmo, Sr. Deputado, eu tenho o máximo prazer em receber os sindicatos e ouvir as suas opiniões sobre esta matéria, incluindo a do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, mas eu não posso, em bom rigor, responder a este sindicato ou a qualquer outro sobre uma proposta que eles terão, de acordo com a lei, que negociá-la com as respectivas entidades patronais, ao abrigo do direito privado.

Também não posso fazer isto, porque é preciso respeitar inclusive o papel das IPSS e o papel das Misericórdias.

Como disse a Sra. Deputada Nélia Amaral, reconhece-se que o actual modelo de financiamento das IPSS até pode justificar este tipo de interpelação ou de resolução, porque senão, havemos de convir, ele seria tão ridículo como virmos para aqui fazer uma resolução sobre o aumento dos trabalhadores dos lacticínios.

Mas, em termos jurídico-formais trata-se da mesma coisa. Em termos substantivos há aqui uma diferença, é evidente e nós reconhecemos, e é também por via disso que, embora por razões óbvias, ainda estamos a fazer as devidas contas relativamente àquilo que poderá ser possível disponibilizar pela parte do Governo, nada impedindo as IPSS, dentro da sua autonomia, de fazerem os aumentos que bem entenderem. Essas contas ainda não estão completamente feitas, mas isso terá, em primeiro lugar, como deve compreender Sr. Deputado Paulo Valadão, que ser transmitido às instituições para que elas, com esse valor, se possam orientar e optar ao nível da negociação colectiva.

Agora, há uma coisa que eu gostava de lhe garantir e que, aliás, o Sr. Presidente do Governo também já garantiu nesta matéria e que é o seguinte: vamos continuar a fazer, na parte do financiamento que nos diz respeito, os melhores aumentos que nos for possível. Vamos continuar a pugnar para que esses aumentos sejam superiores à taxa dos aumentos salariais da função pública.

Eu sei que isto não é grande coisa, Sr. Deputado Paulo Valadão, mas também há-de convir que nesta parte a culpa não é do Governo Regional.

Portanto, dentro das nossas reais possibilidades, vamos fazer os melhores aumentos possíveis por forma a que os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que desempenham um papel fundamental na importante rede que temos da solidariedade, possam sentir-se motivados e possam continuar a desempenhar o seu papel, como têm vindo a fazer, com muita dignidade e muito profissionalismo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente a proposta do PCP, porque a considera oportuna.

Esta matéria, relativamente às IPSS, tem dois planos de análise.

Um primeiro plano, o dos seus objectivos.

O Partido Social Democrata defende, e já defendeu em 2001, um processo de convergência salarial entre os trabalhadores das IPSS e aqueles que na função pública tenham trabalho idêntico. Este objectivo seria alcançado ao longo duma legislatura, ou seja, de forma progressiva.

O PSD sempre acompanhou esta reivindicação dos trabalhadores das IPSS.

Esta reivindicação chegou ao Grupo Parlamentar do PSD, tendo reconhecido que era justa e obedecia a um princípio constitucional: “a trabalho igual, salário igual”.

A nossa proposta de então visava uma convergência salarial progressiva e o Governo Regional foi dizendo, de forma confusa, que também era a favor de uma melhoria progressiva dos vencimentos dos trabalhadores das IPSS. Foi dito pelo Presidente do Governo, pelo Director Regional e pela então Secretária Regional dos Assuntos Sociais que era este o objectivo do Governo Regional.

Deputada Fernanda Mendes (PS): E bem dito!

Deputado José San-Bento (PS): Diga isso ao Durão Barroso.

O Orador: Nessa altura, o Sr. Secretário Regional nunca falou de problemas do direito privado e de relações entre o Governo Regional e os trabalhadores, numa negociação ao abrigo do direito privado, mas foi dizendo claramente que o seu objectivo era assegurar melhorias nos vencimentos dos trabalhadores das IPSS.

Para além da confusão que o Partido Socialista e o Governo tentaram instalar dizendo que o PSD queria transformar os trabalhadores das IPSS em funcionários públicos, o que foi uma perfeita mentira, desmentida a tempo e horas, a verdade é que havia e há uma única diferença, é que nós naquela altura defendíamos, como hoje, um processo de convergência salarial entre os trabalhadores das IPSS e os trabalhadores da Administração da Pública que tenham funções equivalentes.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nesta matéria temos o apoio inequívoco de 2000 trabalhadores que prestam serviços nas IPSS.

Temos a noção clara de que os 12 mil utentes dos 346 serviços espalhados pela Região, quer em acção social na área infantil, quer na terceira idade, estarão de acordo com esta valorização e dignificação dos trabalhadores que lhes prestam assistência de qualidade.

Não se pode confundir, como o Sr. Presidente do Governo chegou a confundir de uma forma totalmente inaceitável e sem qualquer ética, que os trabalhadores das IPSS deviam fazer voluntariado. Não se trata de voluntariado, trata-se de profissionalismo e dignidade.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Deputado Renato Leal (PS): Ele não disse isso.

Deputado Mark Marques (PSD): Disse sim senhor.

O Orador: O discurso do Partido Socialista e do Governo Regional andou sempre enviesado sobre esta matéria.

Nunca o Grupo Parlamentar do PSD teve dúvidas quanto aos seus objectivos.

Este era o primeiro plano que eu queria referir.

O segundo plano tem a ver em concreto com a proposta que agora o Partido Comunista apresenta e que merece a nossa concordância.

O Governo Regional e o Partido Socialista, em sede de várias Comissões, têm sempre manifestado uma posição autista inviabilizando qualquer negociação com os sindicatos e recusando quase sempre qualquer audição dos parceiros sociais. Foi assim em relação a esta Proposta de Resolução do PCP. Apesar disso não conseguiram inibir os sindicatos de darem o seu parecer favorável a esta proposta.

Para o Partido Social Democrata, é aceitável que se faça, por via negocial com os sindicatos, essa plataforma de entendimento, apresentada na Proposta de Resolução do Partido Comunista Português.

Portanto, o que importa agora assegurar é que nesta votação se demonstre quem está pelo diálogo e pela concertação social, quem quer atingir este objectivo no sentido de uma convergência salarial.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Há um objectivo claro por parte do Partido Social Democrata, dos sindicatos, dos trabalhadores das IPSS e por parte desta Resolução que o Partido Comunista apresenta, que é a convergência salarial. Para se chegar a este objectivo, o PCP propõe uma plataforma de entendimento, com negociações com os sindicatos. Achamos bem.

Fiquem sabendo os trabalhadores das IPSS, os 12 mil utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que da bancada da oposição há quem queira dignificar o Estatuto Remuneratório dos seus trabalhadores e uma recusa insistente colocada por parte do Partido Socialista e do Governo Regional.

Presidente: O Sr. Deputado terá que concluir, pois o seu tempo está no fim.

O Orador: O nosso objectivo é assegurar convergência salarial com os trabalhadores da função pública. O vosso objectivo é apenas adiar qualquer decisão nesta matéria.

Nesta perspectiva nós apoiamos também este procedimento de negociação que propõe o Partido Comunista Português.

De facto, há uma grande diferença: nós somos pelo diálogo, somos pela concertação social e pela valorização remuneratória dos trabalhadores da IPSS. O PS e o Governo não são!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Podem começar a fazer as diligências na Assembleia da República.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu estou aqui, não estou na Assembleia da República.

Presidente: Eu agradecia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e à Sra. Secretária Regional Adjunta que se acercassem da Mesa para, muito rapidamente, tomarmos algumas decisões.

(Pausa)

Depois desta Conferência de líderes ficou decidido que os nossos trabalhos serão interrompidos agora para recomeçarmos pelas 22,00 horas.

(Eram 20 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 15 minutos)

Para esclarecimentos, dou a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros, com a advertência de que dispõe de três minutos.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, com toda a estima que tenho por V. Exa., permita-me que lhe diga que a sua intervenção, com que findámos a hora regimental, foi um exercício de demagogia requentada e passo a explicar-lhe porquê:

O senhor refere, com um ar muito cândido, que em Junho de 2001, mais concretamente no dia 21 de Junho, quando o PSD apresentou uma Proposta de Resolução, falava em convergência e não em equiparação.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Já se esqueceu.

O Orador: Eu recordo-lhe apenas o título da Proposta de Resolução que o senhor aqui apresentou: “Equiparação do Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS à dos Funcionários Públicos da Administração Regional”.

Mais há mais:

Na sua intervenção o Sr. Deputado refere o seguinte: “A transferência dos necessários meios financeiros para aquelas instituições, através dos acordos de cooperação, deve atender, por isso, à necessidade das IPSS remunerarem cada vez melhor os seus trabalhadores, num percurso de convergência salarial com o Estatuto Remuneratório dos funcionários da Administração Pública Regional, com funções tendencialmente equivalentes”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Convergência!

Vozes dos Deputados Mark Marques e Luís Medeiros do PSD: *Muito bem!*

O Orador: Portanto, o que o senhor referiu mais do que uma vez foi a questão da equiparação e quando afirma igualmente que em 2001 essa bancada nunca levantou a questão de se tratar de relações laborais adstritas ao direito privado, recordo-lhe

apenas a intervenção de um membro desta bancada quando diz e passo a citar: “As relações laborais que as instituições estabelecem com os seus trabalhadores são inequivocamente do âmbito do direito privado, não competindo ao Governo qualquer intervenção nesta área que não decorra do seu dever de fiscalização ou do cumprimento do estabelecido nos acordos de cooperação”. Dia 21 de Junho de 2001.

Mas há mais, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

É igualmente requeitada, porque o senhor volta novamente a falar que a intervenção das IPSS abrange cerca de 12 mil utentes e 346 serviços espalhados pelas ilhas. Sr. Deputado, ao menos actualize-se, porque em 2002 já estamos a falar em mais de 17 mil utentes e mais de 425 serviços e equipamentos. É disso que estamos a falar.

Quando se fala em política de acordos de cooperação entre o Governo Regional e as IPSS, era importante verificarmos como é que elas têm evoluído e para lhe dar uma ideia, em 97, 16,3 milhões de euros; em 98, 20,4 milhões euros; em 99, 20,7 milhões de euros; em 2000, 24, 1 milhões de euros e em 2001, 25,6 milhões de euros, ou seja, entre 1997 e 2001 verificou-se um crescimento de 57% na evolução dos acordos de cooperação, o que tem permitido, entre outras coisas, aumentar em 41% o número de funcionários, duplicar o número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

Permite ainda mais uma coisa, e isso o senhor não refere quando fala no insubstituível papel das IPSS, que é o seguinte: no ano de 2002 a nova convenção colectiva de trabalho determina:

- “Aumentos terão que ter, no mínimo, 18 euros;
- Trabalhadores com mais de 55 anos de idade vêem o seu período de férias ser alargado de 22 para 24 dias úteis;
- Aumentos superiores a 6%, fixando-se em 3,5 euros o subsídio de refeição, 28 euros diuturnidades e 23 abono para falhas;
- Horário de trabalho reduzido de 40 para 39 horas”.

É toda esta política de concertação social, é toda esta política integrada de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social que muito orgulha este Grupo Parlamentar e o Governo do Partido Socialista.

É isso que o senhor não quer reconhecer e prefere vir com um discurso demagógico, com um discurso populista dizendo exclusivamente: “vamos convergir para os salários dos trabalhadores da Administração Pública”, como se isso fosse um fim, em si mesmo, de associar tudo o que é uma coisa social do Governo, como se isso fosse o objectivo maior duma política de quem pretende a todo o custo vender “gato por lebre” e prometer, qual Manuel João Vieira, em anterior tentativa de candidatura presidencial, uma bailarina russa para cada português. É um pouco isto o que os senhores pretendem fazer.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Dão a volta ao mundo em 80 dias.

O Orador: Ou então pretendem dar a volta ao mundo em 80 dias, como diz o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Mas já que estamos a falar em convenção laboral e já que o Sr. Deputado...

Presidente: Eu lamento, mas já ultrapassou os três minutos.

O Orador: Sr. Presidente, eu termino já.

... Paulo Valadão referiu também, com tanto ênfase o parecer dos sindicatos, relativamente à questão das convenções e à questão da sua posição, esqueceu-se de ler o ponto 12º do comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e que diz:

“Denunciar a atitude do SINTAP, do SIDESCOM e do Sindicato dos Profissionais de Transportes e Turismo de Angra de Heroísmo que, traindo os trabalhadores das IPSS, assinaram uma alteração aos respectivo Contrato Colectivo de Trabalho que aumenta a polivalência e põe em causa o direito à greve”.

O Sr. Deputado esqueceu-se deste pequeno pormenor.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Eu agradecia que os Srs. Deputados informassem a Mesa quando vão intervir se é para esclarecimentos ou para uma segunda intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma segunda intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em vou começar pela intervenção do Sr. Deputado Francisco Barros.

O Sr. Deputado traz à colação matéria em relação às posições dos sindicatos que nada têm a ver com a matéria propriamente dita que nós estamos aqui a discutir.

As críticas que os sindicatos façam internamente uns aos outros, é problema deles.

O que eu estou aqui a apreciar é uma Proposta de Resolução, apresentada pelo PCP, em relação à equiparação ou equivalência entre os vencimentos da função pública e os vencimentos de trabalhadores que desempenham as mesmas funções que os trabalhadores da função pública.

O senhor fala da política de concertação social, mas não é esse o problema.

Nós não estamos a analisar o Programa ou os Planos do Governo, em relação à concertação social. Nós estamos a defender, pura e simplesmente, que os trabalhadores das IPSS, porque exercem funções semelhantes, porque trabalham de modo semelhante aos da função pública, devam ganhar o mesmo.

Por outro lado, quando o Sr. Deputado fala da valorização em termos monetários destes trabalhadores, aquilo que nós pretendemos é que o Governo seja capaz de prever exactamente como é que isso iria evoluir nos próximos anos, ou seja, quantos anos seriam necessários para que os trabalhadores das IPSS possam vir a ganhar aquilo que ganham os trabalhadores da função pública com semelhante função.

Por outro lado ainda, isto cai numa contradição evidente com aquilo que acabou de dizer há pouco o Sr. Secretário Regional.

Todos nós sabemos, Sr. Secretário, que o que está em causa, em relação a esses trabalhadores, são contratos de trabalho. Todos nós sabemos isso e também sabemos que a negociação é feita entre os sindicatos e a entidade patronal, mas sabemos que – e o Sr. Secretário sabe e o Sr. Deputado Francisco Barros também e por isso é que entrou com aquela argumentação – quem paga esses trabalhadores é a Administração Pública, mercê do protocolo existente entre a sua Secretaria e as IPSS.

O Sr. Secretário sabe ainda que, por exemplo, se um desses trabalhadores entra de baixa, para ser substituído é necessário que a IPSS ponha a questão à Direcção Regional competente.

O senhor também sabe que o trabalhador que vai de férias durante 30 dias, se a instituição precisar de substituí-lo, terá que comunicar ou entrar em contacto com a sua Secretaria Regional, através da respectiva Direcção Regional.

Portanto, não podemos dizer que este é um problema entre as IPSS e os sindicatos, porque efectivamente não é. As IPSS só contratualizam se têm a garantia por parte da Administração Regional que vão ter o dinheiro para poder realizar o contrato. Todos nós sabemos isto e é escusado o senhor querer trazer à discussão, comparando o que se passa com os trabalhadores das IPSS com o que se passa com os trabalhadores dos lacticínios e o exemplo foi o senhor que o deu.

O senhor sabe que não é assim. O senhor sabe que uma coisa não tem nada a ver com a outra. O senhor sabe que a Administração Regional não transfere para a indústria de lacticínios o dinheiro que esta paga aos seus trabalhadores e o senhor sabe que a sua Secretaria transfere para as IPSS o dinheiro que aquelas instituições pagam aos seus trabalhadores.

O Sr. Secretário Regional no início da sua intervenção também disse, mais uma vez, que o PCP vem tratar desta matéria.

É evidente Sr. Secretário, o PCP mais uma vez vem tratar desta matéria e nesta legislatura ainda vai tratar mais vezes, porque enquanto durar a teimosia do Governo Regional e do Partido Socialista em relação a esta matéria, o PCP sempre que regimentalmente possa, vai tratar desta matéria.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso também é uma teimosia. É teimosia duas vezes.

O Orador: É teimosia, Sr. Deputado, quando temos razão. Sempre que temos razão, temos teimosia.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa, já agora vou recordar-lhe mais duas ou três coisas:

O senhor era deputado como eu era e eu trouxe aqui o Projecto de Decreto Legislativo Regional pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª vez sobre o acréscimo ao salário mínimo nacional e a 1ª. e 2ª vez que o trouxe aqui votei sozinho a favor e há três anos, se não me falha a memória, conseguiu-se que fosse aqui aprovado.

O mesmo se pode dizer em relação à remuneração complementar. Eu trouxe aqui e inicialmente foi aprovada também com o seu voto, que depois desapareceu, mas voltei a trazer e hoje está aprovada.

Portanto, quando nós entendemos que temos razão, e neste caso concreto temos razão, somos capazes de mesmo sozinhos trazer seja que matéria for, mas em relação a esta matéria, felizmente, até não estamos sozinhos, porque o maior partido da oposição, representado neste Parlamento, neste momento está connosco.

Sr. Deputado, é provável que daqui a algum tempo o senhor também esteja connosco, porque o senhor também esteve contra o acréscimo ao salário mínimo nacional e depois admitiu-o votando a favor. Estamos convencidos que daqui a dois ou três anos, em relação a esta matéria, o senhor esteja connosco.

Portanto, o que é preciso ter não é teimosia, mas paciência quando temos razão e o PCP, em relação a esta matéria, tem muita paciência. Repetimos, voltamos a repetir e repetiremos sempre, porque temos a certeza que temos razão e quando ela está do nosso lado, não paramos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que esta é uma matéria que nós encaramos com profundidade, com seriedade e é uma matéria que, a nosso ver, é da mais elementar justiça, porque bastaria que o Sr. Secretário Regional pensasse que onde não tivesse uma IPSS, teria que ter um organismo do Estado para cumprir aquilo que constitucionalmente a Região é obrigada a fazer em relação a estas pessoas. Se assim fosse, é evidente que teria de pagar a esses trabalhadores por tabelas da Administração Pública.

Com este subterfúgio de pagar menos aos trabalhadores das IPSS, apenas se está a fazer uma injusta poupança para a Administração, o que é injusto para as pessoas que dão o seu melhor ao serviço dos outros, exercendo profissões que são mal pagas, quando, por justiça, deviam ser pagas com justiça.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Instituições Particulares de Solidariedade Social são, hoje em dia, de primordial importância na nossa sociedade e como tal aqueles que lá trabalham devem sentir-se

motivados para desempenharem uma função e um trabalho árduo e de dedicação aos outros.

Nós achamos esta Proposta de Resolução, apresentada pelo PCP, equilibrada e justa e, por isso, vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão fez o favor de trazer a esta discussão relatos de pareceres de sindicatos. Obviamente que os relatos favorecem ou fortalecem a posição que o seu Partido aqui traz, mas gostaria também de lhe ler o parecer de outro sindicato que diz, em relação à situação das IPSS, enquanto que reforça o papel que as IPSS têm vindo a desempenhar, como eu já tive oportunidade de reafirmar, o seguinte:

“Tal situação não lhes dá carácter público e muito menos permite que os seus trabalhadores possam ou devam ser considerados ou equiparados aos funcionários públicos”.

Mais tarde, no final do parecer, diz: “Entende-se, deste modo, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores deveria tomar uma resolução no sentido de recomendar ao Governo Regional dos Açores que procedesse à revisão dos protocolos celebrados entre ele e as IPSS, de forma a que permitisse que estas praticassem salários, cujo mínimo tivesse como referência os salários praticados na função pública para funções idênticas”.

Sr. Deputado Paulo Valadão, é esse o compromisso que o Presidente do Governo Regional dos Açores tem assumido, é essa a posição que o Grupo Parlamentar do PS tem assumido, não de forma confusa como o Deputado Bolieiro tentou aqui deixar, mas de forma clara e que tem vindo a assumir desde 2001, quando esta proposta veio pela primeira vez a esta Assembleia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Por outro lado, gostaria ainda de lhe fazer referência ao parecer do Secretário Regional da União das IPSS dos Açores sobre a Proposta do Plano para

2003 e reprogramação financeira do PMP, que em sítio algum faz referência à equiparação.

Faz referência, sim, à dignificação, à reformulação do sistema financeiro, à evolução positiva que se tem verificado nos acordos de cooperação com as IPSS e no trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da política de segurança e de solidariedade social, mas em sítio algum se pode ler algo referente à equiparação e tão pouco à convergência que agora o PSD apregoa.

Já ouvimos aqui, no âmbito desta discussão, falar dos “amigos” dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, como se o Grupo Parlamentar do PS e o Governo fossem os seus inimigos.

Nem o Governo, nem o Grupo Parlamentar do PS alguma vez prometeram aos trabalhadores das IPSS equiparação ou convergência salarial.

A nossa mensagem foi sempre muito clara, tem sido a mesma e não se limita a palavras como o Sr. Deputado Bolieiro há pouco disse ou tentou insinuar.

A postura do Grupo Parlamentar do PS e do Governo do Partido Socialista não se tem limitado a palavras, como o demonstram claramente os dados há pouco referidos pelo Deputado Francisco Barros.

O Programa do VII Governo diz e passo a citar:

“Estreitar o relacionamento com as IPSS, respeitando a sua independência e promover o funcionamento em rede.

As instituições devem ser entendidas como centros de recursos de agentes dinamizadores de iniciativa das comunidades.

Estas deverão ser apenas um meio e nunca um fim em si.

Compromete-se a promover a formação dos dirigentes e funcionários das IPSS, a desenvolver um programa de formação técnica e humana dirigida aos dirigentes e funcionários destas instituições com o objectivo de melhorar a qualidade das respostas e dos serviços prestados”.

Foi isto que nós nos comprometemos fazer. É isto que nós estamos a fazer.

Presidente: Sra. Deputada, usou da palavra para uma intervenção ou para um esclarecimento? Se é para um esclarecimento o seu tempo está no fim.

A Oradora: É para um esclarecimento, Sr. Presidente. Eu já terminei e provavelmente voltarei a pedir a palavra para completar o esclarecimento.

O Sr. Deputado Paulo Valadão fez também inicialmente uma referência à solidariedade social como sendo responsabilidade do Governo.

Esta é uma área que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista elegeram como prioritária e os investimentos que têm sido realizados demonstram-no bem.

No entanto, gostaria de salientar que o Despacho Normativo 54/91, de 19 de Maio, que regulamenta os acordos de cooperação estabelecidos entre a Região Autónoma dos Açores e as Instituições Particulares de Solidariedade Social diz o seguinte:

“Forte convicção de que à sociedade civil organizada compete em primeira linha desenvolver acções de solidariedade social”.

Se calhar o partido da oposição que agora vota consigo, em 91 não tinha a mesma opinião.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Francisco Barros:

Com toda a estima e consideração que tenho por si, devo reconduzir esta minha intervenção ao tom e ao nível com que V. Exa. fez a sua.

Eu penso que fui suficientemente claro quanto à minha intervenção e vou dar nota apenas das confusões que o senhor faz quanto à posição clara que o PSD sempre assumiu nesta matéria e a razão pela qual apoia, subscreve e votará a favor da Proposta de Resolução agora apresentada pelo PCP.

Diz-me o senhor que sou demagógico. Presumo que sabe o conceito de demagogia.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sabe, mas não usa.

O Orador: A verdade é que eu invoquei uma reivindicação que é dos trabalhadores das IPSS. Eu reivindiquei e subscrevi novamente aquelas que são hoje as posições

dos sindicatos e que dão cobertura e apoio à Proposta de Resolução do PCP. Portanto, o exercício de demagogia nunca esteve do meu lado.

O Partido Social Democrata, quando assumir a governação, tem o compromisso de cumprir este projecto programático: acertar numa legislatura a convergência salarial dos trabalhadores das IPSS aos funcionários públicos com idênticas funções.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Olhe que a tradição é para cumprir. Não quebre a tradição!

O Orador: O Sr. Deputado foi um autêntico sofista, porque não percebeu rigorosamente nada da minha argumentação e pelos visto também desconhece, noutra plano, os valores deste conceito.

O senhor diz que o meu discurso é requeitado quando eu me limitei a reafirmar hoje, o objectivo e a convicção do Partido Social Democrata nesta matéria. Sr. Deputado, aconselho-o a analisar melhor os conceitos que utiliza.

Isto é um exercício de coerência e de compromisso.

Quanto à sua confusão entre convergência...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Essa é democrática!

O Orador: ...e equiparação, devo dizer que,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O senhor vá ao dicionário.

O Orador: Vou ao dicionário, sim senhor.

... se o título da proposta do PSD era de equiparação e ao ler o total da proposta percebe que ela, e bem, fala nos dois conceitos, isto é, de equiparação e processo de convergência, isso é ser rigoroso. Fosse o senhor tão rigoroso como a resolução que o PSD propôs e então não teria dito metade dos dislates que disse na sua intervenção.

Para aprender, vou dizer-lhe então o que é que significa o conceito de convergência:

Deputado Osório Silva (PS): Tanta demagogia.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Veja aí “convergência democrática”.

O Orador: O conceito de convergência tende para um limite, para um finito.

O que é que isto significa, Sr. Deputado?

Significa que o objectivo do PSD é o de equiparação e o ter programado essa equiparação no quadro de uma legislatura, significa que para se chegar à equiparação se faz um processo de convergência até esse limite.

Onde é que está o erro e onde é que está a confusão, Sr. Deputado?

Por outro lado, devo dizer ao Sr. Deputado que deixe de confundir as coisas. Quando eu referi que o Partido Socialista e o Governo tentaram confundir a proposta do PSD, referia-me às declarações do Sr. Secretário Francisco Coelho, num debate radiofónico, quando disse que o PSD queria a transformação dos trabalhadores das IPSS em funcionários públicos.

O senhor viu alguma vez nas propostas e no projecto do PSD algum esforço para transformar os trabalhadores das IPSS em funcionários públicos? Nunca!

Foi isso que eu disse na minha intervenção.

Quanto à equiparação como objectivo e o processo ser de convergência, não há dúvidas, basta que o senhor consulte os dicionários para perceber o que significa cada um destes conceitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Nélia Amaral, V. Exa. esqueceu-se de ler a proposta que estamos a apreciar, porque se ler o artigo 1º. da proposta ficará esclarecida.

Eu não vou perder tempo a ler, porque está perfeitamente claro que nós não pretendemos transformar os trabalhadores das IPSS em funcionários públicos. Entendemos que o Governo Regional, para ser sério, tinha o dever de dizer com toda a clareza se efectivamente quer que estes trabalhadores venham a ter vencimentos semelhantes à função pública e aceitar com toda a clareza que quer ir para a convergência salarial e fixar isso publicamente para nós todos sabermos e não haver aqui jogos escondidos para ficando tudo claro. Este é o grande problema.

Por outro lado, Sra. Deputada, V. Exa. provavelmente desconhece que pouco antes das eleições de 96, os representantes dos trabalhadores das IPSS fizeram uma reunião ampla em que convidaram representantes do PC, do PS, do PSD e do PP, no

sentido de procurarem saber o que é que os partidos pensavam em relação a esta matéria.

É pena, Sra. Deputada, que V. Exa. não repita agora aqui aquilo que o seu camarada nessa altura se comprometeu com os trabalhadores das IPSS.

Aquilo que da nossa parte trazemos é o compromisso que assumimos na altura, é o compromisso que mantemos e vamos continuar a manter, que é tudo fazer no sentido de haver justiça salarial neste sector.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Paulo Valadão, para começar pelo fim, devo dizer-lhe que li a proposta que está agora em análise. Não me fiquei pela parte que o senhor gostaria que eu tivesse lido, li-a toda.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com alguns pressupostos da proposta em apreciação, como já tive oportunidade de dizer ali da tribuna. Não concorda com outros, mas são posições válidas.

Sr. Deputado Paulo Valadão, o compromisso que este Grupo Parlamentar assume é o compromisso do programa eleitoral do VIII Governo Regional. É esse o compromisso que está aqui a ser defendido e assumido pelo Governo Regional e é esse o compromisso que pretendemos continuar a assumir.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu se calhar vou repetir uma coisa que o Sr. Secretário já disse, mas para clarificar, considero que o contributo que o PSD está a dar neste processo de convergência, se limita aos aumentos salariais anunciados para o ano de 2003 para a função pública. Espero que eles não sejam repetidos durante muitos anos, mas se assim for a convergência salarial será facilitada.

Nós não queremos convergência salarial, nós não queremos que os trabalhadores das IPSS ganhem o mesmo que os funcionários públicos. Nós queremos que os trabalhadores das IPSS tenham os salários mais altos possíveis, que ganhem o melhor e o máximo que for possível.

Deputado Paulo Valadão (PCP): E isso não é demagogia!

Deputado Paulo Gusmão (PP): É um sonho!

A Oradora: Não é demagogia, Sr. Deputado Paulo Valadão, porque o compromisso que está assumido é, nos acordos de cooperação com as IPSS, permitir que estas garantam aos seus trabalhadores aumentos salariais superiores aos verificados na função pública. É este o compromisso. Não é demagogia, é acção. É isso que está a ser feito desde 2001 para garantir que os trabalhadores das IPSS tenham os melhores salários possíveis, para garantir a dignificação e a valorização das carreiras. É isso que nós comprometemo-nos fazer desde 2001. É essa a Proposta de Resolução que foi aprovada nesta Casa e é isso que o Governo do Partido Socialista está mandatado para fazer.

Por outro lado, gostaria ainda de perguntar ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, desde quando é que o PSD defende a equiparação ou a convergência salarial, se é desde que o PS ganhou as eleições e se é desde que o PS é Governo na Região?

Perguntar-lhe-ia ainda se a posição do PSD/Açores é diferente da posição do PSD/Nacional, uma vez que os Trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social nos Açores, felizmente, já beneficiam de salários bastante melhores do que os seus colegas que exercem funções semelhantes a nível nacional.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu não gosto, nem faço por hábito, falar depois do líder do meu Grupo Parlamentar, que falou e muito bem, mas sei que não me vai levar a mal.

Por diversas vezes foi aqui insinuado pela bancada do Partido Socialista e pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais sobre a questão de não haver financiamento, sobre a questão da actualização tão baixa para a função pública de que eventualmente possa não haver verbas da Acção Social para os acordos de cooperação.

O Orçamento da Segurança Social é um orçamento nacional e deste orçamento há uma quota que vem para os Açores e é do orçamento da Acção Social que sai a dotação para os acordos de cooperação.

Segundo a fonte que eu tenho e que acho que é fidedigna, o que está previsto para actualizar a dotação da Acção Social para os Açores é 3%, o que dá certamente condições para, de uma forma paulatina, de uma forma razoável, haver essa convergência que estes partidos entendem ser válida, mesmo que não seja feita num ou dois anos. Nós entendemos que é razoável em 4 anos, mas não é efectivamente por razões de falta de financiamento no âmbito da Acção Social que não se faça isso. A informação que eu tenho, e repito, que me parece ser fidedigna, é que a actualização da dotação da Acção Social para este ano de 2003 vai ser na média dos 3%.

Deputado Francisco Sousa (PS): O aumento salarial foi de 4%!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Eu não vou repetir a argumentação da bancada do PCP que foi feita pelo Deputado Paulo Valadão, mas quero sublinhar que as razões políticas da nossa insistência, da nossa persistência, nesta matéria, são claramente conhecidas e apenas mostram que vamos voltar a insistir e a persistir, porque isto é próprio de quem tem razão e quem tem razão precisa sempre de evidenciar as atitudes daqueles que a não têm, quando essa atitude é determinante e é exactamente isso que se vai passar.

Fica desde já anunciado que na próxima sessão legislativa, a IV desta Legislatura, vamos ter aqui uma Proposta de Resolução sobre as IPSS adequada ao momento, de acordo com este princípio.

Esta questão fica claramente esclarecida e ficamos todos a saber com o que é que contamos, porque o erro que os senhores têm cometido sistematicamente nesta Legislatura, que é um erro já com alguma teimosia, é um erro que tem de ser evidenciado.

Quando o Sr. Presidente do Governo arranja uma razão para mostrar que quer valorizar os salários dos trabalhadores das IPSS, eu não digo que ele não queira, que os senhores não queiram e que a Sra. Deputada Nélia Amaral quando fala nisto não esteja a pensar nisso, mas se a situação que temos é uma situação dum sector

profissional que durante muito tempo teve salários equiparados aos da função pública e depois deixou de ter, por que é que não se estabelece como primeira etapa esta convergência?

Eu sei por que é e tem a ver com outros problemas que vão ficar claros, tem a ver com esta tendência hoje de encontrar este financiamento deste serviço social doutra maneira que, para além de prejudicar os trabalhadores, prejudicará também a própria prestação de serviço. Ninguém pode ter ilusões.

Não haveria rede de apoio à criança e rede de apoio aos idosos que há nos Açores, de alta qualidade, com 400 instituições e tudo o mais, se não tivesse havido o pressuposto, segundo o qual o respectivo pessoal tinha a Administração Pública como entidade financiadora. Se assim não fosse essa rede simplesmente não existiria.

Portanto, não partir deste pressuposto, não é, do ponto de vista político, sequer honesto e é querer alterar aquilo que é a verdade deste jogo. Esta realidade assentou nisto e foi construída só neste princípio e não noutro.

Srs. Deputados, ignorar isto e penalizar os trabalhadores por este facto, não é aceitável.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu penso que ficou suficientemente clara a posição do Governo e do Partido Socialista sobre esta matéria.

Tem razão o Sr. Deputado José Decq Mota quando diz que podem haver várias formas de financiamento às IPSS.

Deputado José Decq Mota (PCP): Eu não disse isso. O senhor está a pensar nisso com certeza e ao pensar nisso é um perigo.

O Orador: Vou tomar isso, Sr. Deputado José Decq Mota, como um elogio.

É bom que isto fique claro, porque é efectivamente esta forma de financiamento que permite, entre outras coisas, não premiar o mérito nem o esforço de cada uma das

instituições. Permite também, como eu disse há pouco, Sr. Deputado Paulo Valadão, esta confusão e esta argumentação.

Também gostava de fazer algum comentário, já que me parece que a intervenção do Sr. Deputado Bento Barcelos foi uma intervenção útil e clarificadora.

O Sr. Deputado Bento Barcelos veio clarificar com chave de ouro aquilo que é o entendimento do seu partido acerca da convergência e, se bem percebi, o entendimento do seu partido em relação à convergência é um aumento de 3% para o corrente ano.

Eu gostava de lembrar ao Sr. Deputado Bento Barcelos que se é um facto, como disse, que em termos organizativos o orçamento da Segurança Social é um orçamento nacional, também é facto que, felizmente, desde 99, de forma consolidada, as receitas geradas na Região dão para cobrir as despesas, o que devemos saudar e deixa-nos esperança e, sobretudo, ideia de futuro ao nível da sustentabilidade na nossa Segurança Social.

A verdade, como muito bem sabe o Sr. Deputado Bento Barcelos, é que também temos a nossa autonomia.

Portanto, no meio da verborreia da convergência e dos 3% em que ela se consubstanciaria, vamos ver se ao menos o Governo Regional conseguirá financiar, através das IPSS, os trabalhadores das mesmas no corrente ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para esclarecimentos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Para terminar definitivamente este debate, acho que ficou bem claro o que pensa o PSD, quer quando retoma a sua proposta, apresentada em 2001, quer quando apoia agora a Proposta de Resolução do PCP. Quanto a isso não haja qualquer equívoco.

Nós pretendemos um processo de convergência até à equiparação do Estatuto Remuneratório dos Funcionários das IPSS com os trabalhadores da função pública que exerçam funções idênticas.

Sra. Deputada Nélia Amaral, se for possível que as próprias Instituições possam ainda remunerar melhor, não há qualquer impedimento.

Agora, estamos no patamar que nos encontramos, com funcionários que prestam funções idênticas nos serviços das IPSS, com salários inferiores aos que estão na função pública. Esta é a verdade com a excepção de uma classe profissional que são as educadoras de infância.

Portanto, esta é a realidade e se defendemos o processo de convergência e equiparação, é porque o patamar de vencimentos a que assistimos situa-se numa base inferior.

Quanto à declaração agora feita pelo Sr. Secretário, nós nunca falámos em percentagem quanto ao modo do processo de convergência.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Então os 3% o que é?!

O Orador: O que nós dissemos, aceitando que este processo de equiparação não se faz de um dia para o outro, foi para se fazer a convergência no quadro de uma legislatura, de acordo com as disponibilidades orçamentais. Este é um objectivo político. Não tenha dúvidas quanto a isso.

Deputado Francisco Sousa (PS): 3% em 2003!

O Orador: Se há dúvidas nas palavras por parte do processo que defende o Partido Socialista e o Governo Regional, devo dizer que melhorias progressivas de vencimento todos nós temos, quando isso é possível. Os aumentos são negociados ano a ano.

Deputado Francisco Sousa (PS): Quando é possível! Seja honesto.

O Orador: Quando é possível. Isto é que é ser realista, mas é óbvio que o normal é que haja actualização salarial ano a ano.

Portanto, o Partido Socialista não está a trazer nada de novo quando defende melhorias progressivas nos vencimentos dos trabalhadores das IPSS.

Deputado Francisco Sousa (PS): Neste momento é 0% para a função pública! Isso é possível!

O Orador: Isso não é ter um objectivo.

O objectivo do PSD é que essa melhoria progressiva seja convergente até a um processo de equiparação.

Portanto, é preciso que os trabalhadores das IPSS saibam que o PSD tem esta convicção, este objectivo e este compromisso.

O Partido Socialista e o Governo Regional não têm nenhum compromisso final de equiparação do Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS. Melhorias progressivas vão sendo possíveis com todos os trabalhadores num processo de negociação anual dos salários do país.

Não pode esperar do PSD demagogia quanto aos seus propósitos e processos de melhoria salarial, em relação aos trabalhadores das IPSS. É óbvio que é quando é possível.

Portanto, isto é que dá realismo às propostas e à defesa que o PSD faz relativamente a esta matéria. Quanto a isso ninguém tenha dúvidas.

Deputado Francisco Sousa (PS): A Manuela Ferreira Leite dá 0% e o Sr. Deputado Bento Barcelos 3%!

O Orador: Não confunda. O Sr. Deputado está a ser confuso.

O que fica claro é que o Governo e o Partido Socialista não defenderam um processo de convergência, nem de equiparação.

O PSD defende esse processo de convergência até à equiparação.

Esta é a diferença que nos separa e cada um com a sua clareza. Também não tenho dúvidas quanto a isso.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um comentário final que, pelo menos, resume a minha percepção da posição do PSD.

O PSD defende equiparação e convergência salarial numa altura em que não está numa posição de poder para conseguir efectuá-la.

O PS numa altura em que está numa posição de poder para tomar medidas e para poder efectuá-las, defende uma aproximação gradual, defende uma melhoria salarial superior à verificada para a função pública e é isso que está a fazer. Não está a

prometer aquilo que não tem condições para fazer, está a prometer e está a efectuar aquilo que pode efectuar. Isto é que é ser prático, ser coerente e ter objectivos que estão a ser executados.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Qual é o objectivo disso?

Deputado Francisco Sousa (PS): Com a Manuela Ferreira Leite é 0%. Isso é que é bom!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É sim senhor. O Guterres gastou tudo.

A Oradora: É muito fácil prometer o Sol, o Céu, a Lua e as Estrelas. Nós não estamos a fazer isso, estamos a prometer aquilo que podemos dar e estamos a dar aquilo que prometemos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Comunista Português, relativa ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Apresentação do relatório final da Comissão Eventual para o Estudo e Financiamento do Serviço Regional de Saúde.**

Conforme ficou combinado em Conferência de Líderes, será feita a apresentação do Relatório e depois cada Grupo Parlamentar dispõe de 10 minutos para comentar o mesmo relatório.

Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz para apresentar o relatório.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Relatório final da Comissão Eventual para o Estudo e Financiamento do Serviço Regional de Saúde.

CAPÍTULO I – DA COMISSÃO

1.1 Introdução

O debate sobre o Serviço Regional de Saúde tem sido, ao longo dos tempos, objecto e motivo de apreciações várias, de debates acalorados, de perspectivas de análise que, não obstante poderem ser contraditórias, focalizam a temática numa dupla perspectiva: por um lado, o de garantir a continuada prestação de cuidados de saúde a toda a população, por outro, apreciar e avaliar da sustentabilidade financeira do Sistema.

A política de saúde tem, necessariamente, deste modo, de ser encarada na dupla perspectiva de conciliar aquilo que, aparentemente, parecem ser dois aspectos opostos e contraditórios: por um lado, a necessidade de racionalizar custos, por outro, o aumento constante das solicitações dos utentes, o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos e a melhoria das acessibilidades ao sistema.

Criado em 1980, o Serviço Regional de Saúde tem acompanhado, de forma própria, a evolução verificada na prestação de Cuidados de Saúde, quer em termos de Recursos Humanos, quer em termos de Equipamentos e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

De igual modo se tem vindo a observar o crescente aumento do número de Consultas, com a particularidade de, na Região, esse número tender a crescer de forma significativa nas Urgências e a diminuir nos Centros de Saúde.

Refira-se, a este propósito, que o recurso aos Serviços de Urgência está longe de ser uma característica “Regional”. De acordo com um estudo efectuado sobre a “Saúde e Doença em Portugal”, é referido que cerca de 42% da população recorreu, pelo menos uma vez, aos Serviços de Urgência e que isso se verifica não só pela insuficiência dos Centros de Saúde, mas também por estratégias próprias relacionadas com a rapidez de acesso e com os meios existentes nos hospitais.¹

Uma breve análise da evolução do sector nos últimos anos permite-nos observar que se tem apostado em garantir, em todas as ilhas, um maior acesso aos cuidados de saúde, quer através da modernização ou construção de novas infra-estruturas, quer

através da renovação e aquisição de equipamentos, quer, sobretudo, através de uma política integrada de alargamento da cobertura de âmbito hospitalar às populações residentes nas ilhas sem hospital, e que se materializou na realização de mais de 46 mil consultas nos anos 2000 e 2001.

Importa, no entanto, introduzir elementos de racionalidade económica no Sector, adoptando medidas de controlo da relação custo/benefício na prestação de cuidados de saúde, como sejam a implementação do Cartão do Utente, a rede estruturada de dados e voz entre todas as Unidades de Saúde da Região, a alteração do modelo de financiamento dos Hospitais e Centros de Saúde, deixando este de ser feito através de orçamentos retrospectivos, conducentes a percas de produtividade, e passando para um modelo de financiamento assente também em objectivos e na produtividade.

Estas medidas passam igualmente por assumir que o Serviço Regional de Saúde tem que assentar na complementaridade da prestação de serviços às populações, sendo para isso necessário a definição de uma Carta de Cuidados de Saúde que defina quais as valências e quais os serviços prestados por cada Unidade de Saúde, de modo a racionalizar custos e otimizar recursos humanos.

E é igualmente no campo dos recursos humanos que incide outro dos vectores de desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde. O número de médicos na Região

¹ Cf. CABRAL, Manuel Villaverde, (Cord), **Saúde e Doença em Portugal**, Lisboa, ICS, 2002

tem vindo a aumentar, tendo passado dos 356 existentes em 1995 para 408 em 2001, tendo, em igual período, o número de enfermeiros subido de 816 para 960.

De igual modo, é importante que se verifique uma aposta na Telemedicina como forma de combater e minorar os custos da insularidade, tendo consciência que esse incremento, para além dos Equipamentos, carece de Recursos Humanos qualificados.

E, deste modo, voltamos à dicotomia de partida: como melhorar a acessibilidade ao Sistema e como o racionalizar.

O trabalho da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde assentou nesta base e o presente Relatório pretende dar corpo e forma a um conjunto de questões latentes.

Não se julgue que neste Relatório se irão encontrar respostas definitivas ou soluções acabadas.

Ele é, isso sim, um contributo sério e empenhado desta Assembleia para um debate que irá continuar, mas a que as diferentes forças políticas não poderiam ficar alheias.

A Comissão manifesta igualmente a sua estranheza pelo facto de não lhe ter sido facultada, em tempo útil, a informação económico-financeira relativa ao período 1990-1994, tornando inviável a análise de uma década, como era seu objectivo.

Uma palavra final para a forma como os trabalhos decorreram, sempre num clima de grande cordialidade, consenso e participação de todos os seus membros, bem como um público agradecimento a todas as entidades públicas e privadas que, com a Comissão, partilharam as suas opiniões e experiências, apresentando significativos contributos e revelando grande interesse e participação.

A sua colaboração revelou-se essencial para os trabalhos da Comissão e, sem ela, muito dificilmente teríamos atingido os objectivos a que nos propusemos.

1.2 Objecto da Comissão

Criada pela Resolução da Assembleia Legislativa Regional N.º 2/2002/A, de 5 de Abril, a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional

de Saúde surgiu na sequência da necessidade sentida pelo Parlamento em analisar o estado do financiamento do Serviço Regional de Saúde e em identificar um conjunto de questões cujo aperfeiçoamento se julgasse necessário, bem como a elaboração de possíveis sugestões, quer dependessem da intervenção regional, quer da intervenção nacional.

Aprovada na Sessão Plenária de 21 de Fevereiro de 2002, importa referir que a sua aprovação foi objecto de debate entre os diferentes Grupos Parlamentares, havendo quem defendesse que se tratava de matéria da exclusiva competência do Governo Regional.

No entanto, o entendimento que prevaleceu foi no sentido de trazer à Assembleia e de nela discutir, dentro das suas competências, uma questão candente e actual, permitindo a partilha de sugestões, de críticas e de opiniões, tendo sido manifestado pelos diferentes Grupos Parlamentares uma total disponibilidade para discutir sobre o estado do Serviço Regional de Saúde.

Na votação da Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votaram favoravelmente os Grupos Parlamentares do PS e do PCP, contra o Grupo Parlamentar do CDS/PP, tendo o Grupo Parlamentar do PSD optado pela abstenção.

De acordo com o Artigo 2º da Resolução, a Comissão tem por objecto:

- a) A análise do estado do financiamento do SRS, tendo em vista a identificação das questões cujo aperfeiçoamento se mostre necessário ou útil;
- b) A determinação de possíveis soluções, identificando as que dependam de intervenção regional e as que dependam de intervenção nacional.

No Artigo 3º é definido que, para a prossecução dos seus objectivos, a Comissão deverá:

- a) Fomentar o debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas que possam contribuir para a realização dos seus objectivos;
- b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a entidades públicas ou privadas de reconhecida idoneidade;

c) Aceitar e discutir os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas que possam colaborar na realização dos seus objectivos.

A Comissão foi composta por 9 elementos, sendo cinco do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Popular e um do Partido Comunista Português.

De acordo com o Artigo 5º da Resolução, a Comissão, no prazo de 10 meses a contar da sua constituição, apresentará ao Plenário o respectivo Relatório.

1.3 Composição da Comissão

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pela Resolução N.º.2/2002/A, de 5 de Abril, deliberou constituir a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde (SRS).

A Comissão tomou posse no dia 15 de Maio de 2002, tendo ficado constituída por nove Senhoras e Senhores Deputados, de acordo com o Artigo 4º. daquela Resolução.

Deputado Francisco Barros (PS), que assumiu a Presidência;

Deputada Natividade Luz (PS), Relatora;

Deputado Raúl Rego (PSD), Secretário;

Deputada Andreia Cardoso (PS);

Deputado Manuel Avelar (PS);

Deputado Renato Leal (PS);

Deputado António Bento Fraga Barcelos (PSD);

Deputado Paulo Valadão (PCP);

Deputado Paulo Gusmão (CDS/PP).

De acordo com o estabelecido no Artigo 5º.da Resolução que criou a Comissão, ficou em Acta, que o Relatório Final com as conclusões do Estudo, deverá ser

apresentado ao Plenário até 15/03/03, dez meses após a tomada de posse daquela Comissão.

Nota: A partir do dia 1 de Janeiro de 2003, de acordo com a informação dada ao Plenário, o Deputado Artur Lima (CDS/PP), passou a substituir o Deputado Paulo Gusmão.

1.4 Trabalhos Realizados

1ª. Reunião

No dia **24 de Maio de 2002**, pelas 15h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, a Comissão reuniu para dar cumprimento à Ordem de Trabalhos:

1. Definição da metodologia de trabalho da Comissão, em termos de elementos a recolher e entidades públicas e privadas a auscultar, de acordo com a seguinte proposta. aprovada por unanimidade:

1. Recolha da informação relativa aos últimos 10 anos

- Situação económico-financeira e respectiva orçamentação
- Estrutura da despesa (pessoal e outros)
- Despesas com evacuações, deslocações de doentes e farmácias
- Custo médio dos internamentos
- Modelo de financiamento
- Caracterização dos equipamentos por ilha
- Caracterização demográfica das ilhas
- Evolução dos recursos humanos
- Evolução das acessibilidades ao sistema
- Evolução dos sub-sistemas
- Recursos materiais

- Dívida ao SNS
- Regulamentação do SRS
- Medidas tomadas

2. **Análise evolutiva do financiamento do SRS**

- **Pedido ao Instituto de Gestão Financeira da Saúde de análise à situação do SRS (Dr^a Suzete Tranquada)**

3. **Audições de Entidades na Região**

- Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos
- Sindicato Independente dos Médicos
- Ordem dos Enfermeiros
- **Sindicato dos Enfermeiros**
- Ordem dos Farmacêuticos
- Sindicato dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica
- Directores dos Hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta
- Director do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores
- Director do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo
- Liga dos Amigos dos Hospitais

4. **Audições externas**

- Comissão de Saúde da Assembleia da República
- Professor Doutor Correia de Campos
- Professor Doutor Paulo Mendo
- Outras entidades com interesse para a prossecução dos trabalhos

5. **Apresentação de Propostas de Financiamento**

Faltou, justificadamente, o Deputado Paulo Valadão (PCP).

2ª. Reunião

No dia **4 de Setembro de 2002**, pelas 15h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Santa Cruz das Flores, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Audição do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores;**
- 2. Apresentação e aprovação das actas das reuniões anteriores.**

Faltaram, justificadamente, os Deputados Paulo Gusmão (CDS/PP) e Paulo Valadão. O Deputado Raúl Rego (PSD) foi substituído pelo Deputado José Francisco Fernandes.

3ª. Reunião

Nos dias **9 e 10 de Setembro de 2002**, pelas 10h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

Dia 9 de Setembro

- 10h – Audição do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses;
- 15h – Audição do Conselho de Administração do Hospital de Angra do Heroísmo.

Dia 10 de Setembro

- **10h30 – Audição do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo;**
- 15h00 – Audição da Liga dos Amigos do Hospital de Angra do Heroísmo.

Faltou, justificadamente, o Deputado Paulo Valadão (PCP). A Deputada Andreia Cardoso (PS) e o Deputado Paulo Gusmão(PP), foram substituídos, respectivamente, pelos Deputados Paulo Messias e Alvarino Pinheiro.

4ª. Reunião

Nos dias **12 e 13 de Setembro de 2002**, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

Dia 12 de Setembro

- *15h30 – Audição do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo*

Dia 13 de Setembro

- *10h.- Audição da Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros;*
- *15h – Audição do Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos.*

Faltou, justificadamente, o deputado Bento Barcelos (PSD).

5ª.Reunião

No dia **18 de Outubro de 2002**, pelas 10h30, no Hospital da Horta, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. *Audição do Conselho de Administração do Hospital da Horta.*

Faltaram, justificadamente, os Deputados Raúl Rego (PSD) e Paulo Gusmão (PP). O Deputado Manuel Avelar (PS) foi substituído pelo Deputado Paulo Messias.

6ª. Reunião

No dia **29 de Outubro de 2002**, pelas 15h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Audição da Ordem dos Farmacêuticos;
2. Aprovação das actas das reuniões já realizadas.

Faltaram, justificadamente, os Deputados Paulo Gusmão (PP) e Paulo Valadão (PCP).

7ª. Reunião

No dia **26 de Novembro de 2002**, pelas 10h, a Comissão foi recebida, na Assembleia da República, pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais, constituído pelos Deputados Clara Carneiro (PSD), Luísa Portugal (PS), Afonso Candal (PS), Luís Fagundes Duarte (PS) e Odete Santos (PCP).

Nessa reunião teve lugar uma ampla troca de opiniões, quer sobre a questão do financiamento do SRS, não esquecendo a não assunção, por parte do SNS, dos custos com os tratamentos dos doentes deslocados para o Continente, quer sobre todas as outras questões ligadas às reformas em curso no SNS.

No dia **27 de Novembro de 2002**, pelas 10h, a Comissão foi recebida, na Escola de Saúde Pública de Lisboa, pelos Professores Doutores Correia de Campos e Francisco Ramos. Nessa audiência tomou-se conhecimento das opiniões daqueles Professores sobre as problemáticas do financiamento e da gestão do SRS.

No dia **28 de Novembro de 2002**, pelas 15h, a Comissão foi recebida, pelo Professor Doutor Paulo Mendo, com o objectivo de auscultar as opiniões daquele Professor sobre a problemática do financiamento do SRS.

A estas reuniões, faltou, justificadamente, o Deputado Paulo Gusmão (PP).

8ª. Reunião

No dia **16 de Janeiro de 2003**, pelas 14h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Audição do Sindicato Independente dos Médicos;
2. Outros assuntos.

A Deputada Andreia Cardoso (PS) foi substituída pelo Deputado Paulo Messias. O Deputado Paulo Gusmão (PP) deixou de fazer parte da Comissão, ficando, em sua substituição, o Deputado Artur Lima, o qual esteve presente já nesta reunião.

9ª. Reunião

No dia **29 de Janeiro de 2003**, pelas 10h30, a Comissão deslocou-se ao Hospital Pedro Hespano, em Matosinhos, com o objectivo de iniciar uma visita à Unidade Local de Saúde de Matosinhos, de acordo com a seguinte programação:

- 10h30 – Briefing de apresentação da Unidade Local de Saúde de Matosinhos e visita ao Hospital Pedro Hespano;
- 13h00 – Almoço oferecido pelo Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde;
- 15h00 - Visita a três Centros de Saúde de Matosinhos;

10ª. Reunião

Nos dias **11 e 12 de Fevereiro de 2003**, pelas 14h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Definição e início da análise do Relatório Final da Comissão;
2. Aprovação dos Relatórios das audições efectuadas aos parceiros.

Faltou, justificadamente, a Deputada Andreia Cardoso (PS).

11ª. Reunião

No dia **26 de Fevereiro de 2003**, pelas 11h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação e aprovação das propostas de conclusão para o Relatório Final da Comissão.

Faltou, justificadamente, a Deputada Andreia Cardoso (PS).

12ª. Reunião

No dia **13 de Março de 2003**, pelas 15h, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, a Comissão reuniu para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação e aprovação do Relatório Final da Comissão.

A Deputada Andreia Cardoso (PS) foi substituída pelo Deputado Paulo Messias.

AUDIÇÕES

As Entidades ouvidas, no âmbito dos trabalhos da Comissão, foram as seguintes:

- **Conselho de Administração do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores;**
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses;
- Conselho de Administração do Hospital de Angra do Heroísmo;
- **Conselho de Administração do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo;**

- Liga dos Amigos do Hospital de Angra do Heroísmo;
- **Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo**
- *Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros;*
- Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos;
- Conselho de Administração do Hospital da Horta;
- Ordem dos Farmacêuticos;
- Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais da Assembleia da República;
- Professores Doutores Correia de Campos; Francisco Ramos e Paulo Mendo;
- Sindicato Independente dos Médicos.

(Os Relatórios das Audições constam do Anexo I ao Presente Relatório)

CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE

2.1 Recursos Físicos

O Estatuto do Serviço Regional de Saúde consta do Decreto Legislativo Regional 28/99/A de 31 de Julho e dele fazem parte integrante nove Unidades de Saúde de Ilha. A gestão financeira é competência do Instituto de Gestão Financeira da Saúde.

Compete ao Sistema de Saúde a prestação de cuidados primários e diferenciados num sistema essencialmente público, mas que conta também com a actividade privada, quando em articulação com o SRS.

Deste modo, o SRS caracteriza-se pela Universalidade na sua cobertura, quer em termos de Cuidados Primários, quer em termos de Cuidados Diferenciados, e pelo seu carácter de gratuidade no acesso.

Essa acessibilidade é, no entanto, condicionada a factores inerentes à própria condição arquipelágica, como sejam a dispersão das Unidades de Saúde e a escassez de oferta existente em algumas ilhas.

O Serviço Regional de Saúde é composto, em termos de oferta, por 3 Hospitais e 16 Centros de Saúde, sendo que nas ilhas com mais do que um Centro de Saúde (Pico e São Jorge), os mesmos estão agrupados em termos de Unidade de Saúde de Ilha, nas ilhas com um único Centro de Saúde (Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria), o Centro de Saúde corresponde à Unidade de Saúde, faltando regulamentar as Unidades de Saúde de ilhas com Hospital e Centros de Saúde (São Miguel, Terceira e Faial).

No que concerne à prestação de Cuidados de Saúde Primários, importa referir que os mesmos têm por objectivo a promoção, vigilância e prevenção da saúde e o diagnóstico e tratamento da doença que não exija cuidados hospitalares e devem ser prestados pelos Centros de Saúde.

A oferta desse tipo de cuidados encontra-se formulada do seguinte modo:

Oferta de serviços	1990	1995	2000
Centros de saúde	16	16	16
Unidades de saúde	94	122	122
*			

*inclui postos de enfermagem

Os rácios n.º de habitantes por Centro de Saúde era em 1990 e em 2000 respectivamente, de 14 980 e 14 867 residentes por centro de saúde.

Em relação ao n.º de inscritos o rácio é de 10 986 e 9 625 inscritos por Centro de Saúde, respectivamente, em 1997 e 2000.

Da análise do número de utentes inscritos nos Centros de Saúde entre 1997 e 2000, pode-se observar que se passou de 1776 inscritos por médico em 1997 para 1656 inscritos em 2000.

	Número de Inscritos	% cobertura da população	Inscritos / /médico
1997	175 783	73.9	1776
1988	109 963	46.2	1745
*			
1999	157 989	66.4	1580
2000	154 001	64,8	1656

- Faltam 5 Centros de Saúde

Este indicador – n.º de inscritos - mostra-nos o grau de satisfação dos utentes, e a aceitação que estes fazem do sistema de saúde e, afinal, a garantia ou não da universalidade da sua cobertura no terreno.

Quanto à vacinação, pode-se observar a sua evolução referente às principais vacinas:

Profilaxia /Vacinas – Evolução

	1995	1998	2000
Total	73.747	87.199	105.43 9
BCG *	9.991	10.881	2.737
Difteria e antitétano (DT)	920	606	354

Antissimetria, antitétato e antipertussis (DTP)	15.530	15.871	16.346
Hepatite	13.677	18.922	29.338
Antitétano	14.787	16.074	15.434
Antipoliomielite(VAP/VIP)	13.004	13.696	13.565
Anti-rubéola	720	726	
Anti- sarampo	20	22	
Anti-sarampo, anti-papeira e anti-rubéola	4.406	6.782	14.177
Outras **	692	3.619	13.488

** Em 2000 refere-se a antiaemophilus influenzae tipo B

(algumas destas vacinas foram feitas em hospitais)

A evolução, em termos de inoculações globais, é de cerca de + 25% e é realmente muito significativa. A % de crianças de idade inferior a um ano que apanharam a BCG foi em 1995 de 88%. A vacina da hepatite cresceu cerca de 110%.A vacina da gripe em 2000 assume valores significativos com cerca de 7,2% da população com mais de 15 anos coberta. A tríplice revela igualmente um crescimento elevado já que foi em 2000 quase 3 vezes o valor de 1995.

A nível de Cuidados Diferenciados, a Região possui três Hospitais – Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, sendo que todos eles têm vindo a ser objecto de melhoramentos nas suas infraestruturas (o de Ponta Delgada foi mesmo construído de raiz) e nos serviços diferenciados que prestam.

No Hospital da Horta, destaque-se a criação da Unidade de Hemodiálise e no de Angra do Heroísmo (onde se prevê a construção de um novo hospital), a remodelação do Bloco Operatório, da Unidade de Cuidados Intensivos e do Serviço de Urgência.

Encontra-se igualmente programada a remodelação do Serviço de Atendimento Permanente em Ponta Delgada.

Em síntese, no que aos equipamentos diz respeito, podemos verificar que o seu número se afigura suficiente, quer em termos de Hospitais, quer de Centros de Saúde, devendo optar-se pelo contínuo melhoramento das suas condições físicas e do tipo de serviços que prestam.

2.2 Recursos Humanos

Relativamente aos Recursos Humanos nas Unidades de Cuidados Primários a situação é a seguinte:

Evolução dos Recursos Humanos por Grupo Profissional

	1991	1995	2000	Evolução (nº)	
				95/91	00/95
Pessoal Médico	131	120	118	-11	-2
Carreira de Clínica Geral	125	113	107	-12	-6
Carreira de Saúde Pública	5	5	6	0	1
Internos do Int. Compl.(?)	1	2	5	1	3
Outro pessoal técnico superior a)	18	34	30	16	-4
Enfermagem	280	304	312	24	8
Técnico de diagnóstico e terapêutica	41	50	68	9	18
Técnico- Profissional/Administrativo//Informático	276	338	346	62	8
Operário e Auxiliar	548	564	567	16	3

Total	1294	1410	1441	116	31
--------------	-------------	-------------	-------------	------------	-----------

a) Inclui outros técnicos

O pessoal cresceu na sua globalidade cerca de 10% em 10 anos. A evolução entre 91 e 1995 foi quase 4 vezes maior do que a que se registou de 1995 para 2000. Contudo, os médicos tiveram uma redução muito significativa. Há menos 18 médicos da carreira de Clínica Geral em 2000 do que havia em 1990. Todavia, a quebra mais substancial deu-se no período entre 91 e 95 com uma quebra dupla da que aconteceu no período seguinte.

Os enfermeiros tiveram um acréscimo de 32 unidades neste período.

Vejamos a relação com a população residente média dos principais grupos profissionais:

	Capitação *		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	1.823	1.99 1	2.016
Carreira de Clínica Geral	1.910	2.11 4	2.223
Enfermagem	853	786	762
Técnico de diagnóstico e terapêutica	5.824	4.77 7	3.498
TOTAL PESSOAL	185	169	165

* população residente/recursos humanos

Como era expectável, o n.º de pessoas por médico cresceu de 1991 para 2000. Em 2000 existem 2016 pessoas por médico, quando em 1991 esse valor era de 1823.

Contudo, melhorou o rácio dos enfermeiros, que passou de 853 pessoas por enfermeiro em 1991 para 762 pessoas em 2000. No pessoal de diagnóstico também melhorou a relação, já que passou de 5824 para 3498 pessoas.

Vejamos igualmente alguns indicadores de produção e a sua evolução:

	1991	1995	2000
Doentes saídos /médico	41	43	41
Consultas /médico /dia útil a)	9	11	9
Atendimentos urgentes /médico /dia b)	2	4	5

a) Consideramos 260 dias úteis nos três anos.

b) Consideramos 365 dias em 1991 e 1995 e 366 em 2000.

Em termos evolutivos não há diferenças significativas. A produtividade dos médicos no internamento e na consulta é igual ao longo do período, mas na urgência melhorou bastante, já que em 1991, e em média, cada médico atendia 2 doentes e em 2000 atende 5.

Quanto aos enfermeiros a situação é a seguinte:

	1991	1995	2000
Doentes saídos /enfermeiro	19	17	16
Consultas /enfermeiro /dia útil	4	4	3
Urgências /enfermeiro /dia	1	2	2

Diminuiu o rácio no internamento e nas consultas e aumentou ligeiramente nas urgências de 1991 para 2000.

Relativamente às Unidades de Cuidados Diferenciados (Hospitais), os Recursos Humanos evoluíram do seguinte modo:

Hospitais

Evolução dos recursos Humanos por grupo profissional	Evolução			Evolução (n.º)	
	1991	1995	2000	95/91	00/91
				1	5
Pessoal Médico	214	236	266	22	30
Carreira Médica Hospitalar	150	186	214	36	28
Internos do Int. Geral	13	2	18	-11	16
Internos do Int. Compl.	51	48	34	-3	-14
Outro pessoal técnico superior	19	42	52	23	10
Administradores Hospitalares	3	4	2	1	-2
Enfermagem	417	468	609	51	141
Técnico de diagnóstico e terapêutica	78	109	100	31	-9
Outro pessoal técnico	15	2	3	-13	1
Técnico-profissional/Administrativo/Informático	135	224	289	89	65
Operário e Auxiliar	720	891	989	171	98
Total	1601	1976	2310	375	334

Existe um acréscimo muito significativo em todos os grupos profissionais .

O n.º de médicos, neste intervalo de 9 anos, cresceu quase 24% e o dos enfermeiros cerca de 46%. O Pessoal Técnico-profissional/ /Administrativo/Informático foi o que teve neste período o aumento percentual maior, cerca de 114%. O Pessoal Operário e

Auxiliar aumentou muito, sobretudo de 1991 para 1995 (+ 171 unidades), e é agora o grupo profissional com maior n.º de efectivos.

Vejamos agora em termos de rácios pessoal/cama:

	Camas/pessoal		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	3	3	3
Carreira Médica Hospitalar	4	3	3
Enfermagem	2	1	1
Técnico de diagnóstico e terapêutica	8	6	7

O n.º de médicos por cama não cresceu neste período. Continua a haver em média 1 médico para três camas.

Melhorou ligeiramente o rácio de enfermeiros por cama e o de técnicos de diagnóstico.

Existiam em 1991 2,4 funcionários por cama e em 2000 3,4 funcionários por cama.

Em termos globais, o Serviço Regional de Saúde verificou a seguinte evolução em termos de Recursos Humanos:

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Grupos Profissionais	Evolução (nº)				
	1991	1995	2000	95/91	00/91
					5
Pessoal Médico	345	356	384	11	28
Enfermagem	740	816	776	76	-40
Técnico de diagnóstico e terapêutica	121	161	170	40	9
Técnico-	429	585	638	156	53

profissional/Administrativo/Informático					
Operário e Auxiliar	1286	1472	1560	186	88
Restante Pessoal	57	84	88	27	4
Total	2978	3474	3616	458	110

De realçar que este quadro integra a globalidade dos recursos do Serviço Regional de Saúde. Integra, por exemplo, em 1991 e 1995 os enfermeiros das Escolas de Enfermagem que em 2000 já não pertencem a este Serviço. Integra também os profissionais do Centro de Oncologia.

Per capita a situação é a seguinte:

	Capitação *		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	692	671	619
Enfermagem	323	293	257
Técnico de diagnóstico e terapêutica	1.974	1.484	1.399
Técnico-profissional/Administrativo/Informático	557	408	373
Operário e Auxiliar	186	162	152
Restante Pessoal	4.189	2.844	2.703
Total	80	69	63

* População/Recursos Humanos

Uma análise sumária destes dados permite concluir que existe uma notória escassez de pessoal ligado aos Cuidados Primários de Saúde, principalmente Médicos, sendo que o aumento verificado no número desses profissionais se verifica a nível hospitalar.

Existe um aumento do número de Enfermeiros e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, o que permite uma melhor prestação de cuidados de saúde.

O rácio médico/habitante continua a ser muito elevado, atendendo a que, a nível nacional, existia, em 2000, um Médico para cada 303 habitantes, enquanto que nos Açores esse número cresce para 619.

2.3 – Movimento Assistencial

No que se refere às consultas em Centros de Saúde, a situação é a seguinte:

	Consultas			Evolução		
	Total	Gerais	Esp.	Total	Gerais	Esp.
1990	313.5 31	288.8 07	24.724	100, 0	100, 0	100,0
1995	340.9 47	308.5 05	32.442	108, 7	106, 8	131,2
2000	260.9 52	221.8 48	39.104	76,5	71,9	120,5

Tendo sido considerado todo o sector de clínica geral e consultas de saúde materna e infantil, verifica-se que ocorreu um decréscimo no número de consultas de Clínica Geral, enquanto que, nas consultas de “Especialidades” se verifica um acréscimo.

Podemos verificar de 1995 a 2000 o que se passou nas principais valências:

Consultas por Especialidade

	Consultas				
	Totais*	Clínica Geral	Saúde Materna	Saúde Infantil	Pl. Familiar
1995	340.947	237.576	14.198	49.168	7563
1996	352.683	247.849	14.462	47.076	8832
1997	370.400	266.424	14.081	48.303	8249
1998	342.917	232.618	12.692	43.167	8281
1999	308.658	207.222	11.297	40.997	7305
2000	260.952	168.093	9.800	36.969	6.986

* inclui especialidades

Em termos evolutivos, observa-se a seguinte situação, que contrasta claramente com a situação verificada nas Urgências onde a tendência é para o aumento crescente do seu número:

	Evolução					
	Totais	Clínica Geral	Saúde Materna	Saúde Infantil	Pl. Familiar	Espec.
	1					100,0
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
1996	103,4	104,1	101,9	95,7	116,8	106,2
1997	105,0	107,5	97,4	102,6	93,4	96,7
1998	92,6	87,3	90,1	89,4	100,4	138,4
1999	90,0	89,1	89,0	95,0	88,2	90,6
2000	84,5	81,1	86,7	90,2	95,6	93,5
Global 95/2000	76,5	70,8	69,0	75,2	92,3	120,5

	Nº de atendimentos urgentes	
	Total	Evolução
1990	112.529	100,0
1995	186.443	165,7
1996	205.283	110,1
1997	215.506	105,0
1998	233.092	108,2
1999	235.996	101,2
2000	234.572	99,4
Global 95/2000		125,8

Analisando conjuntamente os dois tipos de consultas, verificamos que o seu número global indicia igualmente uma redução, o que permite concluir que se verifica um recurso cada vez mais generalizado às consultas hospitalares, recorrendo menos aos Cuidados Primários de Saúde.

Anos	Total	Evolução
1990	426.060	100,0
1995	527.390	123,8
1996	557.966	105,8
1997	585.906	105,0
1998	576.009	98,3
1999	544.654	94,6

2000	495.524	91,0
------	---------	------

No respeitante ao internamento em Centros de Saúde verifica-se a seguinte evolução:

Internamento				Evolução		
	Doentes saídos	Demora média	% de ocupação	Doentes saídos	Demora média	% de ocupação
1990	5421	10,6	44,5	100,0	-	
1995	5205	11,8	48,6	96,0	1,2	4,1
2000	4893	10,8	51,0	94,0	-1,0	2,4

Pode-se observar que, pese embora a % de ocupação tenda a aumentar ligeiramente, a demora média está a baixar, o que é um bom indicador. Verifica-se igualmente uma reduzida taxa de ocupação.

No que respeita ao Movimento Assistencial nos Hospitais, pode-se constatar que o número de consultas e de urgências tem vindo a aumentar nos últimos anos fazendo-se, actualmente, uma média, por dia útil, de 535 consultas e 434 urgências.

Hospitais

Movimento Assistencial				Evolução	
	1991	1995	2000	95/91	00/95

Lotação	655	619	675	-36	56
Dias de internamento	144.301	152.897	163.965	6,0%	7,2%
Doentes saídos	19.452	20.409	23.981	4,9%	17,0%
Demora média	7,4	7,5	6,8	0,07	-0,65
% de ocupação	60,4	67,7	66,6	7,31	-1,12
Doentes saídos / cama	29,7	33,0	35,5	3,27	2,56
Partos	3.122	3.467	3.348	11,0%	-3,4%
Consultas Externas	68.328	124.697	139.077	82,5%	11,5%
Consultas / dia útil	262,8	479,6	534,9	217	55
Urgências	97.228	110.474	158.494	13,6%	43,5%
Urgências/dia	266,4	303	434,2	36	132

Consideramos 260 dias úteis nos três anos.

O aumento significativo das consultas e urgências nos Hospitais e o decréscimo nos cuidados primários poderá levar à conclusão que houve uma deslocação da população para os Hospitais. Somando as consultas e as urgências dos Hospitais com as dos cuidados primários observemos o que se passou globalmente.

De facto, a média de actos ambulatoriais do Serviço Regional de Saúde, per capita, no ano de 1991 foi de 2,5 em 1995 foi de 3,2 e em 2000 foi de 3,3.

Pode-se, pois, afirmar que se verifica um sistemático recurso às “urgências” hospitalares, com os custos que lhes são inerentes, o que é confirmado ao analisar a taxa de doentes que vão à urgência do hospitais e que ficam internados, que não ultrapassou os 10%, quer em 1998 quer em 2000.

Isso pode significar que cerca de 90% das urgências são “falsas” urgências no sentido médico, porque a população o que procura é assistência e dirige-se onde crê que pode ter uma resposta.

Em termos de rácios pessoal/cama, pode-se observar que ele evoluiu, existindo, em 1991, 2,4 funcionários por cama e, em 2000, 3,4 funcionários, situação praticamente idêntica à existente a nível nacional (3,5 funcionários por cama)

	Camas/pessoal		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	3	3	3
Carreira Médica Hospitalar	4	3	3
Enfermagem	2	1	1
Técnico de diagnóstico e terapêutica	8	6	7

Em termos de produtividade, verifica-se que a produtividade dos médicos aumentou, sobretudo entre 1995 e 2000, embora este dado deva ser igualmente analisado tendo em conta os diferentes regimes de horários que se verificam no Sector da Saúde, especialmente no que se refere a Médicos e Enfermeiros.

Produtividade – Hospitais

Médicos	1991	1995	2000
Doentes saídos /médico	91	86	90
Consultas /médico /dia útil	1,2	2,0	2,0
Urgências /médico /dia	1,2	1,3	1,6
Enfermeiros			
Doentes saídos /enfermeiro	47	44	39
Consultas /enfermeiro /dia	0,6	1,0	0,8

útil			
Urgências /enfermeiro /dia	0,6	0,6	0,5

Analisando a situação que se verifica em cada um dos hospitais da Região ao nível do internamento, consulta e urgência, podemos observar que, no respeitante ao Hospital de Ponta Delgada se verifica um aumento significativo no número de consultas e de urgências, observando-se igualmente que as urgências que implicaram internamento atingem os 15%.

Hospital de Ponta Delgada

Movimento Assistencial				Evolução	
	1991	1995	2000	95/91	00/95
Lotação	338	309	359	-29	50
Dias de internamento	74.339	76.539	91.812	2,96%	19,95%
Doentes saídos	10.053	10.215	13.586	1,61%	33,00%
Demora média	7,4	7,0	6,8	-0,44	-0,20
% de ocupação	60,3	67,9	70,1	7,61	2,20
Doentes saídos / cama	29,7	33,1	37,8	3,32	4,79
Partos	1.825		2.154		
Consultas Externas	28.977	55.157	66.391	90,3%	20,4%
Consultas / dia útil	111,5	212,1	255,4	100,7	43
Urgências	51.250	36.650	63.352	-28,5%	72,9%
Urgências/dia	140,4	100	173,6	-40,0	73

O rácio pessoal/cama melhorou como se pode verificar:

	Camas/Pessoal		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	3	2	2
Carreira Médica Hospitalar	4	3	3
Enfermagem	2	1	1
Técnico de diagnóstico e terapêutica	9	6	7
TOTAL PESSOAL	0,5	0,3	0,3

Relativamente ao Hospital de Angra do Heroísmo, verifica-se igualmente um aumento no número de consultas e de urgências, sendo que a % de utentes que recorreram às urgências e foram internados se cifra em 7%.

Movimento Assistencial				Evolução	
	1991	1995	2000	95/91	00/95
Lotação	213	208	220	-5	12
Dias de internamento	48.34	52.29	52.899	8,18%	1,16%
Doentes saídos	6.294	6.605	7.205	4,94%	9,08%
Demora média	7,7	7,7	7,3	0,05	-0,38
% de ocupação	62,2	68,9	65,9	6,70	-3,00
Doentes saídos / cama	29,5	31,8	32,8	2,21	1,00
Partos	931		823		823
Consultas Externas	18.58	43.09	45.153	131,9%	4,8%
Consultas / dia	71.5	165,8	173,7	94	8

útil					
Urgências	30.54	50.25	64.580	64,5%	28,5%
	2	1			
Urgências/dia	83.6	193,3	248,4	110	55

O rácio pessoal/cama verificou também melhoria.

	Camas/Pessoal		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	4	3	4
Carreira Médica Hospitalar	6	5	4
Enfermagem	2	1	1
Técnico de Diagnóstico e terapêutica	2	5	6
TOTAL PESSOAL	0,3	0,3	0,2

No respeitante ao Hospital da Horta a situação é, em tudo, idêntica à verificada nas outras unidades hospitalares: aumento no número de consultas e de urgências.

Neste Hospital, apenas 5% dos utentes socorridos nas urgências foram internados.

Hospital da Horta

	Movimento Assistencial			Evolução	
	1991	1995	2000	95/91	00/95
Lotação	104	102	96	-2	-6

Dias de internamento	21.62 1	24.06 4	19.25 4	11,3%	-20,0%
Doentes saídos	3.105	3.589	3.190	15,6%	-11,1%
Demora média	7,0	6,5	6,0	-0,42	-0,51
% de ocupação	57,0	64,6	54,8	7,68	-9,84
Doentes saídos / cama	29,9	35,2	33,2	5,33	-1,96
Partos	366		371	-366	371
Consultas Externas	20.76 6	26.44 5	27.53 3	27,3%	4,1%
Consultas / dia útil	79,9	101,7	105,9	22	4
Urgências a)	15.43 6	23.57 3	30.56 2	52,7%	29,6%
Urgências/dia	42,3	64,6	83,5	22	19

a) inclui o C.S. Horta

Relativamente ao rácio pessoal/cama, verifica-se que o Hospital da Horta é o que apresenta um valor mais baixo, o que poderá indiciar da necessidade de recrutamento de mais pessoal médico.

	Camas/Pessoal		
	1991	1995	2000
Pessoal Médico	4	3	4
Careira Médica Hospitalar	6	5	4
Enfermagem	2	1	1
Técnico de diagnóstico e terapêutica	7	5	6
TOTAL PESSOAL	0,3	0,3	0,2

CAPÍTULO III – DO FINANCIAMENTO DO SRS

3.1 – Modelo de Financiamento

Todos os países da OCDE se confrontam com um conjunto de problemas de certa forma incontornáveis e que assentam sobretudo:

*No envelhecimento da população e no aumento da esperança de vida nas idades mais avançadas;

*No desenvolvimento da tecnologia médica;

*No acréscimo de preços dos medicamentos;

*No aumento de exigência das populações.

Tudo isto leva à necessidade de obtenção de um cada vez maior volume de meios financeiros para colmatar os cada vez maiores gastos com a Saúde, o que tem provocado o desenvolvimento de iniciativas de mudanças dos Sistemas de Saúde, um pouco por todo o mundo.

Os meios e as formas que têm revestido estas mudanças são obviamente variáveis, conforme as referências políticas, históricas e culturais dos diversos povos.

Situando-nos nos países da OCDE, podemos, no entanto, dizer que existe um conjunto de princípios que enquadra estas alterações :

- Equidade no acesso e a sua garantia em mecanismos de redistribuição de riqueza.

- Eficiência, quer no aspecto macro-económico, no sentido de que os países deverão gastar em saúde um nível adequado do seu PIB, quer no aspecto micro-económico, no sentido de que essas importâncias deverão cobrir os cuidados que, em

termos de saúde, consigam atingir os melhores resultados; quer ainda em termos de eficiência técnica e de custos, no sentido de que os custos devem ser minimizados e de acordo com os recursos disponíveis.

Na generalidade, as mudanças sofridas têm-se regido por linhas de orientação estratégica que contêm, entre outros, os seguintes vectores:

- A articulação entre os diversos tipos de cuidados- preventivos, primários e diferenciados.
- O papel regulador do Estado como garante, não só do acesso dos cidadãos aos sistema de saúde, como também garante da qualidade das prestações efectuadas e ainda como controlador dos custos.
- A separação entre financiadores/pagadores e prestadores que terão de se relacionar em termos de contratação.
- A necessidade de os prestadores se pautarem por mecanismos de mercado num sector de forte componente ética.

Mercado este muito especial, cada vez mais exigente em termos de satisfação das populações, onde a oferta faz surgir a procura e onde o desenvolvimento tecnológico e farmacológico está em constante crescimento.

Isto tudo a desenrolar-se muitas vezes em economias em retracção.

O grande desafio deste sector é, de facto, conseguir a eficácia e a justiça social, dentro dos múltiplos vectores em que se desenvolve, e dos objectivos políticos da sociedade que o integra.

Encontramos quatro vias para a obtenção de recursos financeiros :

- Os Impostos
- Os Seguros Privados
- As contribuições em termos de Seguro Público Obrigatório
- Os pagamentos dos serviços feitos pelos Utentes.

Estas quatro fontes de financiamento coexistem sempre de forma combinada, em percentagens que variam de país para país, sobretudo de acordo com as perspectivas históricas de cada um deles.

Na Europa podemos encontrar sistemas de financiamento baseados em esquemas de seguros, por exemplo, na Holanda, no Luxemburgo, na Alemanha e na França. Os fundos de seguro existentes têm estatuto legal, gestão e orçamento próprio e a cobertura pode ser, nalguns casos, universal e abrangente e, noutros casos apenas parcial.

Podemos igualmente encontrar sistemas de saúde, cuja fonte de financiamento predominante são os impostos, como, por exemplo, o Reino Unido, a Finlândia, a Suécia, a Espanha e Portugal. Contudo, em todos estes existem pequenos grupos sociais que têm seguros privados.

Nestes países a cobertura é universal e abrangente e os custos são suportados pelos impostos, cobrados pelo Governo Central, Regional ou pelos Municípios. Este é um sistema em que, à partida, a solidariedade e o acesso estarão melhor garantidos.

Contudo, nestes países, o Estado tem-se visto confrontado, por um lado com a necessidade de dotar este sector com meios financeiros cada vez maiores e, por outro lado, com um cada vez menor grau de satisfação dos utentes.

Até porque as insuficiências do sistema estão a obrigar a que alguns segmentos de população façam seguros privados e que suportem, do seu bolso, muitas das despesas procurando o mercado privado que subsiste.

Na Europa, os governos têm insistido nos mecanismos, de mercado, sobretudo do lado da prestação, mas mantendo a ênfase estatal do lado do financiamento, planeamento e avaliação da qualidade.

Assim, observando genericamente as reformas ou as experiências inovadoras que estão a ser levadas a efeito nestes países, concluímos que todas se desenvolvem com a adopção de estruturas de mercado sobretudo na área da Prestação de Cuidados. O desafio fundamental é encontrar o melhor equilíbrio entre a equidade melhor

alcançada nos sistemas públicos, com as vantagens na eficiência e satisfação dos consumidores num sistema de mercado competitivo.

As mudanças, em termos de financiamento, passam, assim, por pagar serviços, deixando de distribuir subsídios. Isto dentro do “envelope financeiro necessário e disponível” no país em concreto.

Estão, pois, a desenvolver-se experiências inovadoras de gestão em países como o Reino Unido e a Espanha. Noutros, como a Suécia e a Finlândia estas levam já algum avanço.

Creemos que um sistema de saúde ao serviço do cidadão tem que ser orientado por critérios de equidade e igualdade no acesso aos serviços de saúde.

Contudo, isso terá de se fazer orientado por critérios, valores e objectivos de eficiência e eficácia na utilização dos recursos. O seu financiamento deve ser feito de acordo com as necessidades das populações abrangidas, mas dentro do desenvolvimento sustentado da economia em que se insere, tendo obviamente como pano de fundo a igualdade e a equidade fiscal.

Os recursos financeiros podem ser distribuídos, desde logo, entre a Medicina Preventiva e a Medicina Curativa. De uma forma geral, podemos dizer que a forma de afectação de recursos é também diferente num e noutro caso.

Nos Cuidados Primários os modelos de financiamento baseiam-se sobretudo em critérios de capitação e numa cobertura directa de alguns tipos de encargos, como os Planos Nacionais de Vacinação.

Nos hospitais, e muito sinteticamente, podemos dizer que os pagamentos se podem fazer :

- Através do reembolso de encargos;
- Através da cobertura de necessidades globais da população abrangida;
- Através de um sistema de pagamento prospectivo.

Em cada uma destas fórmulas, o financiamento pode ser feito com base na produção prevista ou pode ter por base a produção realizada. Pode ainda ser pago através de um Orçamento Global ou por cada Acto Praticado .

O primeiro sistema de pagamento tem-se revelado pouco eficaz, pois não permite o controlo no consumo dos recursos, já que cobre as despesas das instituições tais como elas são apresentadas.

O segundo modelo, ao não considerar o número e o tipo de doentes de cada hospital, mas as “necessidades” da população em que se insere, poderá trazer um grau de inadequação aos cuidados realmente prestados. Haverá ainda, neste esquema, alguns problemas que se prendem com a liberdade no acesso aos hospitais.

O sistema prospectivo baseia-se na definição da produção hospitalar e do seu preço. Além de uma definição correcta e precisa da produção, uma das maiores dificuldades neste sistema é a definição dos preços. Estes, ao mesmo tempo que têm que ter como referência os custos reais, têm que conter mecanismos de controlo e produzir adequação aos meios financeiros existentes.

A nível nacional iniciou-se em 1981 um novo modelo de financiamento aos Hospitais.

Relativamente aos Cuidados de Saúde Primários, podemos falar de reembolso de custos/cobertura de despesas até ao ano de 1997.

De 1981 a 1986 podemos dizer que aos Hospitais se pagava “a produção”.

No internamento havia preços para doentes saídos por valência, preço esse que aumentava com a diminuição da demora média e com a redução da taxa de ocupação (parâmetros definidos dentro de determinados limiares).

Pagava-se igualmente as Consultas, as Urgências, os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica e outros Actos como as Refeições , os Kgs. de roupa ou os Encargos Administrativos.

Estes preços destinavam-se a cobrir os custos unitários directos das secções principais e auxiliares e havia duas tabelas de preços, uma para os Hospitais Centrais e outra para os Hospitais Distritais.

Estes critérios trouxeram um aumento de produtividade dos hospitais e uma gradual melhoria dos sistemas de informação.

Contudo, em relação ao internamento, tinha de facto que se evoluir. Tinha que se tomar em consideração a casuística existente, que explica a maior ou menor intensidade de consumos de recursos.

Por outro lado, em relação ao ambulatório, esta fórmula de financiamento incentivava o aumento de produção sem controlo.

A partir de meados dos anos 80, desenvolveu-se o projecto designado por “Grupo de Diagnósticos Homogéneos” (GDH) que foi sendo adaptado e aperfeiçoado.

Utilizar a produção definida por GDH para a definição do financiamento do internamento exigia:

- Divulgação do sistema de classificação de doentes pelos hospitais;
- Atribuição de preços a cada um destes grupos de doentes.

A obrigatoriedade de existir este sistema de classificação de doentes nos Hospitais data de 1989 .

Os preços de cada GDH têm por base os “pesos” americanos e a contabilidade analítica dos hospitais portugueses .Os primeiros preços/custos de GDH surgiram também em 1989.

Entretanto, entre 1986 e 1996, diferentes concepções políticas dos modelos de pagamento público dos cuidados hospitalares fizeram aquilo que a nosso ver constituiu um recuo, já que, nestes 10 anos, se regrediu para a fase dos anos 70, “reembolso dos custos”.

Mas os subsistemas e terceiros pagadores tiveram, logo a partir de 1990, uma tabela de preços para o internamento que se baseava em preços de GDH.

Entretanto, a contabilidade analítica dos hospitais era aperfeiçoada e o modelo público de financiamento por GDH, embora não aplicado, era simulado, a partir de 1990, em todos os anos na altura da definição do financiamento anual até que em 1997 este foi oficialmente utilizado para financiamento dos hospitais.

Em 1997 e nos anos subsequentes, até 2000, os critérios de financiamento aos hospitais tiveram como características o pagamento de cuidados hospitalares tendo como base um modelo de orçamento global, função da produção apurada no internamento (GDH) e no ambulatório (este só a partir de 2000). Os preços eram globais e destinavam-se à cobertura dos encargos directos e indirectos da produção. Havia também grupos de 5 hospitais com níveis de preços diferentes.

Contudo, este tipo de financiamento foi sendo introduzido de forma progressiva, para que, por um lado, houvesse possibilidade de aperfeiçoar a metodologia e, por outro lado, os próprios hospitais se adaptassem a esta forma de financiamento .

Em 2001 e 2002 houve uma alteração nesta metodologia . São definidos 5 tipos de hospitais de acordo com determinadas características e indicadores múltiplos. Definem-se igualmente os respectivos preços .

Analisadas as características de cada hospital, são calculadas as percentagens que cada um detém dos tipos de hospitais que teoricamente existem.

No relativo às Unidades de Cuidados de Saúde Primários, trata-se basicamente de um modelo assente na capitação, que teve o seu início de implementação em 1998, e que foi tendo sucessivos ajustamentos e aperfeiçoamentos.

É mais um modelo de distribuição de recursos disponíveis, que se pretende equitativo, do que um financiamento /pagamento.

Em traços gerais, pode-se caracterizar este modelo em duas linhas fundamentais:

- Definição de uma população “equivalente” em duas vertentes: uma com base na idade e sexo e a outra com base na “carga de doença”.
- Reembolso dos encargos com o Plano Nacional de Vacinação e com os encargos gerados pelo tratamento ambulatório dos doentes hemodializados.

A idade e o sexo, ponderados através do consumo de recursos, que no caso é o n.º de consultas por sexo e grupo etário, darão origem à definição de uma determinada população equivalente para cada região.

Por outro lado, o Inquérito Nacional de Saúde dá a conhecer, por Região, os doentes para doenças como : a diabetes, o reumatismo, o stress psicossocial, a hipertensão, a asma, a bronquite asmática, a bronquite crónica e as alergias.

Agregando a estes dados o conhecimento dos encargos com a prescrição de medicamentos em ambulatório para estas doenças, encontramos também uma população equivalente de cada Região.

Nos Açores, a fonte de financiamento e suporte dos serviços existentes assenta essencialmente no Orçamento Regional, que chega às instituições via transferências da Direcção Regional de Saúde e através do pagamento dos cuidados prestados aos beneficiários dos subsistemas e outras entidades.

As transferências da Direcção Regional de Saúde são cerca de 90 % da receita cobrada de cada um dos anos e apresentaram ao longo dos anos os valores referenciados no Quadro da Página 38, onde se pode observar como evoluiu de 1995 a 2001 a receita cobrada e a despesa total.

Em 1995 o déficite do exercício (receita cobrada – despesa total) era de 1,8 milhões, o que representava 7,5% da despesa de exploração e cerca de 1,7 meses de atraso a fornecedores. A situação acumulada piora ligeiramente, mas podemos dizer que a situação financeira acumulada é boa, não obstante o seu valor ser de 2,1 milhões de contos o que em média representa 2 meses de atraso a fornecedores.

Se atendermos às receitas que estão por cobrar, e assim apurarmos a situação económica, verificamos que a situação melhora substancialmente. O déficite económico é mesmo quase metade do financeiro e, nessa perspectiva, a situação é realmente boa.

A situação financeira do exercício continuou muito razoável até 1999, já que só neste último ano o déficite do exercício foi de 4, 8 milhões de contos, o que

representa 3 meses de atraso a fornecedores e 13,8% da despesa. Em 1998 houve mesmo um superavit no exercício.

Mas a situação financeira acumulada começa a piorar desde 1996 e 1997, apresenta uma melhoria em 1998, por força da boa situação do exercício e, a partir de 1999, agrava-se. **Em 2001, como se pode verificar no quadro referido, vemos que o déficit é de 11,9 milhões de contos**, quase 30% da despesa do exercício representando um valor idêntico a 7 meses de atraso a fornecedores.

Contudo, verificamos também que, de 2000 para 2001, as dívidas transitadas diminuíram perto de 6 milhões de contos. A situação económica faz melhorar ligeiramente esta situação, mas, mesmo esta, a, partir de 1999 é preocupante: 6,6 milhões de contos de déficit económico em 2001 para um total de despesa do exercício de 41,3 milhões.

RECEITA COBRADA E DESPESA TOTAL DE 1995 a 2001

(un.em contos)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
RECEITA COBRADA							
Subs. à Expl. - Direcção Reg. Saúde	20.113.971	20.773.971	22.973.971	26.153.170	26.506.841	29.173.222	25.789.130
Subs. à Expl. - Outros Ent. Pub.e Out	251.154	195.421	22.188	51.155	25.733	191.253	4.658.347
Subsídios de Investimento	1.121.700	1.088.199	914.449	1.844.625	2.968.335	1.774.322	1.590.252
Prestações de Serviços	581.583	468.861	810.388	643.459	451.645	486.748	877.737
Outros Proveitos e Ganhos	485.887	554.296	513.680	225.241	169.496	221.681	290.938
TOTAL	22.554.295	23.080.748	25.234.676	28.917.650	30.122.050	31.847.226	33.206.404
DESPESA TOTAL							
Custos com o Pessoal	11.455.836	12.293.107	13.237.690	14.291.736	15.977.051	18.018.506	20.357.027
Compras	3.265.898	3.430.863	3.549.851	3.800.377	4.376.182	4.701.080	5.227.314
Imobilizações	1.420.208	1.124.970	897.812	621.824	4.344.794	2.256.292	2.407.977
Subcontratos	6.209.917	7.072.000	7.217.038	7.290.451	8.191.054	9.084.243	9.738.271
Fornecimentos e Serviços	1.906.294	2.117.471	1.711.965	1.782.640	1.919.972	2.427.988	2.831.554
Outros Custos Próprio Ano	121.548	144.804	300.583	155.603	130.380	385.303	747.674
TOTAL	24.379.701	26.183.215	26.914.939	27.942.631	34.939.433	36.873.412	41.309.816
Deficit do exercicio	1.825.406	3.102.467	1.680.263	-975.019	4.817.383	5.026.186	8.103.412
Em meses de fornecedores	1,71	2,71	1,51	-0,87	3,07	3,27	4,81
Em % da despesa	7,5	11,8	6,2	-3,5	13,8	13,6	19,6
Anos Anteriores							
Saldo de Gerência -Fpróprios	924.874	813.992	-370.574	1.121.929	2.489.075	3.769.786	3.218.190
Recebimentos de Anos anteriores	692.105	804.336	1.010.472	856.488	974.603	1.385.467	1.528.818
Despesa paga e em dívida de A Ant.	1.936.622	2.943.638	4.219.053	6.269.238	6.154.188	11.122.680	8.563.893
Deficit de anos anteriores	319.643	1.325.310	3.579.155	4.290.821	2.690.510	5.967.427	3.816.885
Deficit acumulado	2.145.049	4.427.777	5.259.418	3.315.802	7.507.893	10.993.613	11.920.297
Em meses de fornecedores	2,0	3,9	4,7	2,9	4,8	7,1	7,1
Em % da despesa	8,8	16,9	19,5	11,9	21,5	29,8	28,9

Situação económica

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Receita a cobrar							
<i>do exercicio</i>	920.174	1.150.147	963.682	1.524.107	2.325.097	2.699.770	2.475.235
<i>global</i>	1.003.550	1.369.018	1.316.449	1.908.998	2.949.910	4.247.588	5.354.956
<i>deficit /superavit do exercicio</i>	905.232	1.952.320	716.581	-2.499.126	2.492.286	2.326.416	5.628.177
<i>deficit /superavit acumulado</i>	1.141.499	3.058.759	3.942.969	1.406.804	4.557.983	6.746.025	6.565.341

3.2 - Despesas do SRS

Pode-se observar no Quadro seguinte que as percentagens de acréscimo das despesas com pessoal, são elevadas mas uniformes.

As despesas com pessoal representam cerca de 50% da despesa do exercício, logo seguidas da despesa com o sector privado (subcontratos), com cerca de 25% da despesa total.

No Continente, no SNS, em 2000, o peso relativo das mesmas rubricas face ao total e os acréscimos relativamente ao ano anterior não são substancialmente diferentes dos valores que aqui encontramos, a não ser na conta Subsídios de Investimento (que no Continente representou 1,9% da receita do exercício) e na despesa de

Evolução do peso das diferentes rubricas da despesa e da receita do exercício

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
RECEITA COBRADA							
Subs. à Expl. - Direcção Reg. Saúde	89,18	90,01	91,04	90,44	88,00	91,60	77,66
Subs. à Expl -Outros Ent. Pub.e Outras E	1,11	0,85	0,09	0,18	0,09	0,60	14,03
Subsídios de Investimento	4,97	4,71	3,62	6,38	9,85	5,57	4,79
Prestações de Serviços	2,58	2,03	3,21	2,23	1,50	1,53	2,64
Outros Proveitos e Ganhos	2,15	2,40	2,04	0,78	0,56	0,70	0,88
TOTAL	100,00						
DESPESA TOTAL							
Custos com o Pessoal	46,99	46,95	49,18	51,15	45,73	48,87	49,28
Compras	13,40	13,10	13,19	13,60	12,53	12,75	12,65
Imobilizações	5,83	4,30	3,34	2,23	12,44	6,12	5,83
Subcontratos	25,47	27,01	26,81	26,09	23,44	24,64	23,57
Fornecimentos e Serviços	7,82	8,09	6,36	6,38	5,50	6,58	6,85
Outros Custos Próprio Ano	0,50	0,55	1,12	0,56	0,37	1,04	1,81
TOTAL	100,00						

imobilizações (cujo peso, face ao total, foi naquele ano de 3,3%).

Como verificamos a Despesa com Pessoal é, como é natural, a mais importante despesa do SRS.

Nos Quadros seguintes observa-se como se desagrega esta despesa por subrubricas , quais os acréscimos percentuais registados ao longo deste período em cada uma delas, bem como a respectiva importância (o seu peso relativo).

Sobretudo a partir de 1999, verificamos um aumento muito significativo em todas as rubricas ,que culminou em 2001 com os Ordenados a crescer 18,8%, as Horas Extra 29% e as Noites 13,9%.

Outro factor que concorre para a despesa do SRS prende-se com o Fornecimento e Serviços Externos, que representam cerca de 25% das despesas ao longo do período em análise.

Pela leitura do Quadro seguinte pode-se verificar que a subcontratação representa cerca de 80% do total de Fornecimentos e Serviços Externos.

Fornecimentos e Serviços Externos

(contos)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
6211 - Assistência Ambulatória	8.041	6.884	6.748	35.717	59.968	57.103	59.580
6212 - Meios Complement. Diagnostico	511.284	652.776	627.990	725.783	852.988	914.996	1.011.749
6213 - Meios Complement. Terapêutica	33.319	58.274	46.163	56.041	171.994	344.495	243.039
6214 - Produtos Vendidos p/Farmácias	3.230.297	3.803.029	3.710.721	3.942.792	4.168.931	4.748.183	5.163.309
6215 - Internamentos	983.703	1.059.972	973.006	968.546	1.202.708	1.374.429	1.444.953
6216 - Transporte de Doentes	598.091	590.442	530.640	690.740	670.489	620.494	667.979
6217 - Aparelhos Complem. Terapêutica	5.246	5.465	4.683	6.419	8.882	8.237	8.093
6218 - Trabalhos Executados Exterior	837.776	892.977	1.314.927	862.253	1.053.114	1.014.146	1.137.409
6219 - Outros Subcontratos	2.160	2.181	2.160	2.160	1.980	2.160	2.160
621 - Subcontratos	6.209.917	7.072.000	7.217.038	7.290.451	8.191.054	9.084.243	9.738.271
622 - Fornecimentos e Serviços	1.906.294	2.117.471	1.711.965	1.782.640	1.919.972	2.427.988	2.831.554
Total	8.116.211	9.189.471	8.929.003	9.073.091	10.111.026	11.512.231	12.569.825

A rubrica que maior crescimento teve foi a que regista a prescrição de medicamentos no ambulatório – Produtos Vendidos por Farmácias. Gastou-se em 2001 cerca de 5,1 milhões de contos, mais cerca de 2 milhões de contos que em 1995 .

Nos Quadros seguintes observa-se como evoluiu essa conta por Centro de Saúde e por Hospital e a % de prescrição em clínica privada.

Relativamente às Compras, o Quadro da página seguinte dá-nos conta do seu crescimento durante o período analisado.

Aqui, as subrubricas mais importantes são: Produtos Farmacêuticos (+ 100%) e Material de Consumo Clínico (cerca de 40%).

3.3 Receitas do SRS

Conforme já foi observado no ponto **3.1**, as Receitas do SRS dependem quase exclusivamente do Orçamento Regional.

A Prestação de Serviços regista o pagamento ao SRS dos subsistemas de saúde, ou entidades responsáveis, dos cuidados prestados aos seus beneficiários.

Os Quadros seguintes apresentam a evolução dessa conta, no que diz respeito à emissão e cobrança, e neles podemos observar que se verificou um acréscimo na emissão de facturação nos anos de 1997, 1999 e mesmo em 2000.

Quanto à percentagem de cobrança, ela é razoável nos anos de 1995, 1997 e 1998, sendo que em 1999 e 2000 ela é muito baixa.

Observa-se igualmente que, de 1995 a 1998, a percentagem de cobrança dos créditos de anos anteriores foi muito razoável, enquanto que em 2001 só se conseguiu cobrar 36% do que tinha transitado em dívida.

Relativamente à estrutura da dívida ao SRS, podemos observar que a ADSE é responsável, nos anos de 1999 e 2000, respectivamente, por 71% e 75% das dívidas de clientes .

E, de uma forma genérica, podemos dizer que, nestes dois anos, as dívidas dos subsistemas públicos (ADSE+FA+FM) representaram 86% e 87% respectivamente das dívidas totais de Prestações de Serviços.

CAPÍTULO IV – DA AUDIÇÃO DOS PARCEIROS

4.1 Orçamento das Entidades de Saúde

A generalidade das Entidades auscultadas É da opinião que os Orçamentos devem ter por base o Plano de Actividades/Objectivos de cada Instituição, por forma a que estas sejam financiadas com mais objectividade e de acordo com as reais necessidades de cada uma.

De uma maneira geral, as Instituições têm sido sub-financiadas transitando sempre dívida de uns anos para os outros.

A maior parte dos orçamentos destina-se ao pagamento do pessoal. As rubricas dos Medicamentos, Pessoal e Deslocações são as que têm tido aumentos maiores.

4.2 Cuidados Primários de Saúde

Em relação a esta questão, houve concordância entre as várias Entidades. Todas referiram a necessidade **urgente** de se fazer um maior investimento neste tipo de cuidados.

Deverá ser uma prioridade o aumento do número de médicos de família, para que seja, cada vez maior, o número de utentes com acesso àquele tipo de cuidados.

O investimento na melhoria dos cuidados primários vai permitir uma redução nos custos com os cuidados diferenciados. Por outro lado, só através deste tipo de cuidados se pode fazer prevenção da doença e ministrar cuidados de saúde continuados à população.

Tem de se caminhar para uma cobertura plena da população pela rede de Cuidados Primários de Saúde, por forma a que o recurso aos cuidados diferenciados seja feito quando é efectivamente necessário e não como única porta de entrada no Sistema de Saúde.

4.3 Recursos Humanos

Um dos maiores problemas do SRS tem a ver com a carência de Recursos Humanos, principalmente, a falta de médicos. Por esta razão, é necessário continuar a política de criação de incentivos para a vinda e fixação de médicos nos Açores.

4.4 Rede Informática

Todos foram unânimes em referir a importância de dotar as Instituições de Saúde de meios informáticos adequados a um controlo eficaz de todos os serviços prestados em cada uma. Desta forma, é possível ter-se o conhecimento e fazer-se o acompanhamento da actividade das Unidades de Saúde e tomar medidas correctivas em tempo útil.

Simultaneamente é preciso criar uma rede informática que centralize e cruze a informação entre as várias Unidades de Saúde.

Os meios informáticos permitem, também, fazer de forma mais célere, a conferência das prescrições dos medicamentos, bem como, a conferência da facturação.

A rede informática é essencial para a utilização do Cartão de Utente.

4.5 Cartão do Utente

Há unanimidade relativamente à importância de que se reveste este cartão. Consideram que já devia ter sido implementado na Região há muito tempo.

4.6 Grupos de Diagnóstico Homogéneo (GDH's)

Existem aplicações informáticas (que já estão a ser utilizadas no Hospital da Horta), que rentabilizam o uso dos grupos homogéneos de diagnóstico. Por isso, seria vantajoso que as outras instituições tivessem acesso àquelas aplicações.

4.7 Incumprimentos de Pagamentos

Foi referido que, de uma maneira geral, os vários subsistemas de saúde não pagam atempadamente os serviços de saúde prestados aos respectivos beneficiários pelas Unidades de Saúde da Região.

Este facto é prejudicial ao equilíbrio das contas do SRS. Estima-se que, no final de 2001, estariam por cobrar aos subsistemas públicos (ADSE+FA+FM) 22,5 milhões de euros (4,5 milhões de contos).

4.8 Dívida ao Serviço Nacional de Saúde

O Serviço Nacional de Saúde transfere para o SRS os custos dos tratamentos dos doentes que se deslocam ao Continente para lá serem tratados, dado que a Região não possui os meios para os tratar localmente. Esta situação foi considerada irregular por todos. Referiram ser urgente resolvê-la. Deve-se fazer com que o Governo da República decida, de uma vez por todas, que esses custos sejam assumidos, na sua totalidade, pelo SNS.

4.9 Taxas Moderadoras

A maioria das Entidades é favorável à aplicação de Taxas Moderadoras, mas por forma a que tenham um efectivo efeito dissuasor. Referiram, também, que aquelas taxas não têm influência significativa no aumento das receitas para a saúde.

4.10 Complementaridade entre os três Hospitais

Algumas Entidades referiram que se deve implementar uma filosofia de complementaridade de prestação de serviços entre os três hospitais. Consideram que a dimensão dos Açores exige uma lógica de complementaridade para que haja uma gestão racional dos recursos e uma minimização dos custos.

4.11 Carta das Unidades de Saúde da Região

Foi considerado da maior importância a elaboração de uma **CARTA DAS UNIDADES DE SAÚDE**, que defina os serviços de saúde e o respectivo nível que cada Unidade está habilitada e obrigada a prestar.

4.12 Do relacionamento entre o Sector Público e o Privado

Foi realçada a complementaridade que o exercício da Medicina Privada tem nos Açores, dado que o SRS não dá resposta adequada às necessidades da população. Porém, é necessário criar regulamentação (convenções, outro tipo de contratos, etc.) que introduza transparência no relacionamento entre o exercício da Medicina Privada e o SRS.

4.13 Produtividade e Incentivos

Houve unanimidade quanto à necessidade de se criarem mecanismos de avaliação da qualidade e quantidade dos serviços prestados pelo SRS, ou seja, urge que se faça a avaliação contínua do Sistema Público Regional de Saúde.

Os incentivos, quer sejam de ordem financeira ou outra, devem estar sempre relacionados com o resultado da avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas Instituições e pelos profissionais de saúde.

4.14 Regime de Prevenção

Foi considerado que a atribuição do Regime de Prevenção, que deriva da lei, não está a ser correctamente aplicado nos Açores, dado que tem sido atribuído, em muitos casos, como um incentivo à fixação dos médicos e não de acordo com as reais necessidades de cada Unidade de Saúde.

4.15 Política do Medicamento

Foi uma constatação geral que a rubrica **Medicamentos** tem um peso muito grande nos Orçamentos das Instituições de Saúde. Assim, foram sugeridas algumas medidas para levar a um maior controlo desta despesa, a saber:

- Incentivar a prescrição de genéricos, desde que se mantenha a liberdade do médico em receitá-los, ou não;
- Implementar a “dose certa”;
- Adotar todas as medidas enunciadas nos Dec-Lei 270/2002 e 271/2002
- Obrigar a que sejam usados os formulários terapêuticos a nível da unidade de saúde;
- Fazer o acompanhamento do perfil de prescrição de cada médico e mantê-lo informado;
- Proceder à fiscalização efectiva das medidas que se encontram legisladas;
- Estudar a real possibilidade dos Hospitais e Centros de Saúde fornecerem aos utentes os medicamentos prescritos nas consultas lá efectuadas.

4.16 Gestão dos Hospitais

Foi referida, por algumas Entidades, a conveniência em introduzir alterações no estatuto jurídico dos hospitais e no estatuto profissional do pessoal, por forma a criar mecanismos de aquisição de bens e serviços e de gestão de recursos humanos mais flexíveis e eficazes, à semelhança do que se está a fazer em alguns hospitais do Continente, introduzindo algumas regras de gestão empresarial, com base no direito privado.

4.17 Regulamentação do Estatuto do SRS

A maioria referiu a urgência em prosseguir com a regulamentação daquele Estatuto, nomeadamente no que respeita às Unidades de Saúde de Ilha onde existem Hospitais.

4.18 Telemedicina

Foi considerado por todos que a especificidade arquipelágica justifica um sério investimento numa rede de Telemedicina. Este sistema diminuiria alguns custos com a saúde, nomeadamente os dos transportes dos doentes, e, ao mesmo tempo, ajudaria a operacionalizar a complementaridade entre os três hospitais.

4.19 Apoio aos Doentes deslocados no Continente

No entender da Liga dos Amigos do Hospital de Angra do Heroísmo, a filosofia de funcionamento do SADEL (Serviço de Acolhimento de Doentes em Lisboa) deveria ser outra. O acolhimento e acompanhamento dos doentes deslocados devia ser feito, sempre que necessário, aos fins de semana, dias feriados ou santificados e no período da noite. Ainda segundo aquela Entidade, a chegada e o posterior acompanhamento dos doentes, que chegam ao Continente vindos dos Açores, não se compadece com os horários da Função Pública.

Também foi referida a necessidade de serem criados serviços similares ao SADEL, nas cidades de Coimbra e Porto.

4.20 Emergência Médica

Há necessidade de melhorar este serviço, nomeadamente no que diz respeito à formação do pessoal que trabalha nas ambulâncias.

4.21 Planeamento

Foi constatada a necessidade de se clarificarem objectivos e prioridades e de se estabelecer um plano para os atingir. As decisões políticas devem visar a obtenção de objectivos antecipadamente explicitados e agendados.

4.22 Informação à População

Foi considerada por algumas Entidades a utilidade de se usarem os meios de Comunicação Social para informar os cidadãos da forma como devem utilizar os vários Serviços de Saúde. Deve fazer-se pedagogia junto das pessoas, informando-as qual o Serviço de Saúde que devem utilizar, consoante a situação de doença em que se encontram, urgência, atendimento permanente ou outro.

É importante que os cidadãos reconheçam as vantagens de utilizarem correctamente o SRS e que também tenham conhecimento de que este custa muito dinheiro a todos nós que o suportamos, financeiramente através dos impostos.

4.23 Em jeito de Conclusão

À pergunta: É possível gastar menos dinheiro com o SRS?

A resposta: O aumento contínuo com os custos do SRS é inexorável. A evolução tecnológica constante dos meios complementares de diagnóstico, os novos medicamentos, nomeadamente os usados nas patologias graves (oncológica, hematológica e viral), o aumento da acessibilidade aos cuidados de saúde, o significativo envelhecimento da população e o crescente grau de exigência desta são, entre outros, os factores que mais justificam o contínuo aumento dos custos com a saúde.

4.24 Nota Final

A Audição das Entidades foi objecto de elaboração de um Pré-Relatório, por parte da Comissão, tendo o mesmo sido colocado à consideração das mesmas, para posterior rectificação de alguns aspectos.

Quase todas as Entidades se pronunciaram, apresentando algumas notas de esclarecimento e rectificação desses documentos, de modo a se elaborarem os Relatórios Finais das Audições, constantes do **Anexo I** deste Relatório.

O Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos, através de ofício remetido à Comissão em 20 de Fevereiro do corrente ano, considerou que o Pré-Relatório continha algumas imprecisões, discordando igualmente da metodologia adoptada na elaboração do mesmo.

E, embora tenha reiterado a sua inteira disponibilidade para colaborar com esta Comissão para efeitos de troca de opiniões e análise das propostas que a mesma possa elaborar, entendeu essa Entidade “*não autorizar esta Comissão a fazer uso ou divulgar os dados deste relatório ou partes do mesmo*” pelo que, naturalmente, o Relatório da Audição a essa entidade não constará do Anexo I.

De igual modo se refere que a Audição ao Sindicato Independente dos Médicos reflecte apenas a opinião **peçoal** dos seus representantes, quando da Audição em Comissão, tendo essa Entidade ficado de enviar, facto que não ocorreu, a sua opinião oficial por escrito.

CAPÍTULO V – RECOMENDAÇÕES

5.1 Considerações Gerais

As Propostas e Recomendações que aqui se apresentam assentam fundamentalmente em duas premissas: a primeira, é que não é possível dissociar o Financiamento do Serviço Regional de Saúde da necessidade constante de prestação de cada vez melhores Cuidados de Saúde, com o que isso implica em termos de investimento em Recursos Humanos, Físicos e Materiais;

a segunda, é que o déficit do SRS, per si, não pode constituir o factor determinante na apresentação de Propostas. Ele precisa de ser enquadrado e perspectivado num contexto mais vasto, que se prende com o Modelo de Financiamento actualmente em vigor, que carece de ser alterado e aperfeiçoado.

Deste modo, entende-se por necessário apresentar um conjunto de Recomendações que visem sobretudo uma perspectiva global do Financiamento, assente na optimização e racionalização dos recursos existentes, mas assente igualmente na

eventual necessidade de se investir mais no Sector da Saúde, de forma a permitir ganhos de produtividade e de acessibilidade ao Sistema.

Importa igualmente referir que as Recomendações que se apresentam assumem natureza diversa. Se, em alguns casos, elas versarão sobre aspectos de natureza operacional, noutros elas constituem elementos de referência de carácter legislativo ou conceptual, entroncando todas no propósito final desta Comissão: o de identificar questões cujo aperfeiçoamento se julgue útil ou necessário e o de determinar possíveis soluções que possam contribuir para a melhoria do Serviço Regional de Saúde.

5.2 Recomendações de Natureza Regulamentar

5.2.1 Regulamentação da Inspeção Regional de Saúde

Um aspecto considerado importante para permitir uma melhor racionalização e controlo dos custos com a Saúde prende-se com a necessidade de promover uma eficaz fiscalização do Sector, implementando auditorias técnicas e de verificação dos cumprimentos das normas relativas ao sistema.

Trata-se de matéria que consta do n.º 4 do artigo 4º e do n.º 5 do artigo 5º do Estatuto do Serviço Regional de Saúde (DLR n.º 28/99/A, de 31 de Julho)

5.2.2 Regulamentação da Unidade de Saúde de Ilha nas ilhas com Hospitais e Centros de Saúde

Concluída que está a regulamentação das Unidades de Saúde das ilhas com mais do que um Centro de Saúde, julga-se necessário proceder à regulamentação, prevista no Estatuto do SRS, das Unidades de Saúde de Ilha nas ilhas com Hospitais e Centros de Saúde, recorrendo a um modelo similar ao das Unidades Locais de Saúde.²

Esta regulamentação permitiria racionalizar e melhorar a prestação de Cuidados de Saúde, nomeadamente através da garantia de complementaridade entre a Saúde

² Cf. Decretos-Lei n.ºs 159/99 e 207/99

Pública, Cuidados Primários e Cuidados Diferenciados, através da elaboração de Contratos-Programa, cujo conteúdo funcional permitisse promover acções concertadas de utilização dos recursos, como sejam a articulação de Consultas e os Meios Complementares de Diagnóstico.

No modelo proposto, importa ainda referir que se entende por útil e necessário a participação das Autarquias e da comunidade no Conselho Consultivo destas Unidades.

5.3 De Natureza Estrutural

5.3.1 Elaboração da Carta das Unidades de Saúde

A complementaridade do Sistema é essencial, tanto em termos financeiros, como em termos de gestão de recursos humanos e materiais.

Deste modo, seria importante a elaboração de uma “Carta das Unidades de Saúde” da Região, definindo, com precisão, as valências e competências de cada Unidade de Saúde, promovendo o princípio da complementaridade e adaptando-a ao conceito básico que, em Saúde, a duplicação desnecessária de serviços e de valências, mesmo atendendo à nossa condição arquipelágica, provoca custos acrescidos e desnecessários, não garantindo, igualmente, uma melhor prestação de Cuidados de Saúde.

5.3.2 Implementação do Cartão do Utente

Um dos factores que mais pesa na estrutura de custos da Saúde é, como já foi observado, a prescrição de medicamentos e o recurso a Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Para além disso, o acesso aos Cuidados de Saúde Primários carece de ser optimizado. Daí que se entenda como estruturante a implementação do Cartão do

Utente, que permitirá conhecer a sua “história clínica”, bem como os medicamentos prescritos e o recurso a Meios Complementares de Diagnóstico.

Essa identificação é igualmente necessária para a rápida actualização das Listas de Médicos de Família.

5.3.3 Rede Estruturada de Voz e Dados

Em articulação directa com o Cartão do Utente, julga-se necessário garantir a ligação entre todas as Unidades de Saúde, permitindo o acesso à “história clínica” dos utentes do SRS, independentemente do local onde se encontrem.

Esta aposta radica igualmente na conjugação que com a mesma se poderá efectuar em termos da Telemedicina.

5.3.4 Sistema de Apoio ao Médico, Enfermeiro e Farmácia

Implementado pelo IGIF, e já existente no Hospital da Horta, este Sistema permite gerir de forma eficaz a Agenda Médica, a prescrição de Medicamentos, a marcação de Consultas, o acesso à “história clínica”, os Internamentos, o acesso às Urgências, o registo das intervenções que resultam da prescrição médica, o registo das intervenções do pessoal de enfermagem e a gestão de stocks da farmácia hospitalar.

5.3.5 Incentivos à fixação de Clínicos Gerais/Médicos de Família

Embora já regulamentado, julga-se necessário um maior rigor no sistema de incentivos à fixação de Clínicos Gerais/Médicos de Família, nomeadamente através da alteração dos mecanismos actualmente existentes que garantam o cumprimento cabal dos compromissos assumidos.

5.3.6 Bolsas para conversão e equiparação de Médicos Estrangeiros

Problema estrutural, a falta de Médicos na Região deve ser abordada de formas múltiplas. Para além dos incentivos à fixação e da atribuição de Bolsas de Estudo, a Região poderia criar um sistema de Bolsas para conversão de Médicos Estrangeiros, protocolando a sua posterior fixação nos Açores.

5.3.7 Política do Medicamento

O controlo da prescrição de medicamentos e incentivos à prescrição de genéricos deve ser igualmente tomado em conta, atendendo, nomeadamente, à legislação nacional em vigor³, para além de se dever observar igualmente os Relatórios da Organização Mundial de Saúde referentes à Lista de Medicamentos essenciais, por Grupo Terapêutico.

5.3.8 Regime de Exclusividade/Remunerações Extraordinárias

Os custos com Pessoal assumem, no Sector, cerca de 50% do total dos Orçamentos. Por outro lado, é por demais sentida a necessidade de melhorar alguns níveis de produtividade, nomeadamente através de incentivos.

Deste modo, julga-se útil recomendar que se proceda a uma análise do Regime de Exclusividade, que deverá ser associado a critérios de produtividade, bem como ao disposto no Decreto-Lei n.º 92/2001, de 22 de Março, no que concerne à remuneração do trabalho extraordinário hospitalar, associado à rentabilização da capacidade instalada quer em Meios Complementares de Diagnóstico, quer no alargamento do horário do ambulatório.

5.3.9 Incremento da Telemedicina

O recurso às Novas Tecnologias de Comunicação assume particular importância na nossa Região.

³ Decretos-Lei n.ºs 270/2002 e 271/2002

O incremento da Telemedicina possibilitará a realização de consultas, diagnósticos e tratamento à distância, permitindo quer uma redução de custos, quer uma melhor prestação de Cuidados de Saúde.

5.3.10 Cuidados Primários de Saúde

A aposta nos Cuidados Primários de Saúde – Clínicos Gerais/Médicos de Família e Saúde Pública é identificada pela Organização Mundial de Saúde como o pilar de sustentação dos Sistemas de Saúde, atendendo inclusivé à sua proximidade com as comunidades.

Debatendo-se, como se sabe, com falta de Recursos Humanos, importa estabelecer os mecanismos necessários à promoção da Saúde Pública, à Prevenção da Doença e ao acompanhamento preferencial dos Grupos de Risco e Doentes Crónicos.

Julgamos que esta deverá ser a principal medida estruturante a adoptar, nomeadamente através de acções concretas de alargamento do horário de funcionamento dos Centros de Saúde, da actualização permanente das Lista de Médicos de Família, definindo critérios de utente “passivo” e de utente “activo”, bem como o recurso, devido à escassez de Médicos, ao máximo internacional de 2000 utentes por Médico, previsto pela OMS.

5.4 De Natureza Organizacional e de Gestão

5.4.1 Gestão Empresarial

Os novos modelos de Gestão no Sector da Saúde, nomeadamente em termos de Gestão Hospitalar, poderiam ser adaptados à Região, designadamente no que respeita à celebração de Contratos Individuais de Trabalho e da Contratação de Serviços, privilegiando-se a Gestão por Objectivos e os Incentivos à Produtividade, o que deverá implicar formas alternativas de remuneração.

5.4.2 Orçamentos

Do actual modelo de financiamento julga-se necessário passar para um que privilegie a elaboração de Orçamentos baseados nos Planos de Actividades e objectivos devidamente quantificados, recorrendo quer ao histórico, quer à definição de objectivos (GDH's /actos médicos/tratamentos efectuados/horário)

5.4.3 Serviços de Urgência

Atendendo ao elevado custo dos Serviços de Urgência, bem como ao facto de a grande maioria dos utentes que a ele recorre o fazer sem “necessidade”, julga-se necessário que os mesmos sejam redefinidos, devendo o Atendimento Permanente, em horário alargado e conjugado com esse Serviço, servir de elemento de triagem.

5.5 De Natureza Orçamental

5.5.1 Comparticipação dos Utentes

Os sistemas universais contribuem, de forma paradoxal, para a criação de enormes injustiças.

Não pondo em causa a universalidade do SRS, não questionando da necessidade de garantir o acesso de todos os Açorianos aos Cuidados de Saúde, a realidade é que o actual Sistema se revela iníquo, uma vez que são facilmente constatáveis os diferentes mecanismos sociais de diferenciação no acesso ao SRS.⁴

Importa, por isso, que se definam dois vectores essenciais: por um lado, precisar com clareza quais os Cuidados de Saúde que têm obrigatoriamente de ser gratuitos, devido à sua universalidade e função preventiva e, por outro, seria necessário criar mecanismos de discriminação positiva devendo, quem para isso tenha recursos financeiros, participar nas suas despesas com a Saúde, garantindo a gratuidade a quem não possa pagar.

⁴ Veja-se, a este propósito, o Estudo **Recomendações para uma Reforma Estrutural**, realizado pelo Conselho de Reflexão sobre a Saúde, sob a coordenação do Professor Daniel Serrão, 1998

Não obstante o facto do Sistema Fiscal revelar situações de injustiça, que importa, com todos os meios, combater, será decerto menos injusto definir a partir de que escalão de rendimentos o utente deverá participar nos custos da Saúde, do que manter a actual situação.

Entende-se igualmente que essa comparticipação deverá, para efeitos fiscais, poder ser integralmente deduzida.

5.5.2 Taxas Moderadoras

Embora exista a plena consciência de que a introdução deste mecanismo, por si só, não representará um acréscimo significativo de receitas (não é, sequer, esse o seu objectivo), entende-se, no entanto, necessário a introdução de Taxas Moderadoras Universais para Consultas e Meios Complementares de Diagnóstico, sendo os regimes de isenção definidos pela Segurança Social, como forma de “moderar” o recurso exagerado a alguns cuidados de saúde.

5.5.3 Quartos Particulares nos Hospitais

A abertura de quartos particulares dos hospitais da Região aos utentes que o desejem poderá ser uma forma quer de racionalizar custos, quer de recuperação das Listas de Espera para Cirurgia.

5.5.4 Consumíveis Hospitalares

A aquisição dos consumíveis hospitalares deverá ser feita de forma centralizada, através do IGIF, de forma a racionalizar custos. Deverão igualmente ser criados mecanismos de reposição de stocks.

5.5.5 Prevenção sem Presença Física

Os custos com remunerações extraordinárias revelam-se muito elevados na estrutura da Despesa do SRS. Deste modo, entendemos que se deverá proceder à revisão do regime de prevenção sem permanência física, bem como à redução do número de horas extraordinárias, fiscalizando o seu cumprimento.

Em alternativa, deverão ser fixados sistemas de incentivos, com base na produtividade e prestação de cuidados de saúde.

5.5.6 Impostos Dedicados

O preço do tabaco nos Açores é o mais baixo de toda a União Europeia.

Numa altura em que se promovem hábitos saudáveis de vida e em que a incidência de doenças do foro oncológico, provocadas pelo tabaco, tende a aumentar, julgamos ser útil que se proceda à afectação directa ao Sector da Saúde de parte das verbas recolhidas nos designados impostos de vício (tabaco e álcool)⁵.

5.5.7 “Dívida” ao Serviço Nacional de Saúde

Importa garantir o princípio básico da mobilidade e da universalidade na prestação de Cuidados de Saúde em todo o território nacional.

Não se compreende, neste contexto, qual o motivo que leva a que seja cobrada à Região, por parte do Serviço Nacional de Saúde, a prestação de Cuidados em valências médicas e meios terapêuticos inexistentes na Região.

Essa “dívida”, que em 2001 ascendia já a 8,5 milhões de Euros (1,7 milhões de contos), carece de ser negociada, através do estabelecimento de um Protocolo entre o Governo Regional e o Governo da República, garantindo o princípio da mobilidade e da reciprocidade em todo o território nacional.

5.5.8 Alargamento do Regime de Convenções

⁵ Veja-se, a esse propósito, a Portaria n.º 263/2000, de 13 de Maio

Existe já na Região um conjunto de entidades privadas prestadoras de Serviços de Saúde que, pela sua localização e função, importava colaborar com o SRS.

Deste modo, julga-se útil recomendar o estabelecimento de Convenções com entidades privadas prestadoras de Serviços de Saúde, com especial incidência nas ilhas sem esses meios, o que permitiria poupanças em termos de passagens e alojamento, para além do inegável benefício para o utente.⁶

5.5.9 Cobrança aos Subsistemas

Outro dos factores que concorre para o déficite do SRS é o não pagamento atempado por parte dos subsistemas de Saúde.

Julga-se, por isso, necessário quer o estabelecimento de Protocolos com essas entidades, quer a criação de mecanismos de controlo e de cobrança dos utentes .

5.5.10 Tabelas de Preços

A relação entre o Sector Público e o Sector Privado deve-se pautar pelo estabelecimento de regras claras, em termos do papel e da função de cada um. A desejada complementaridade e equilíbrio a estabelecer passa, em nossa opinião, pela definição clara do tipo de serviços a prestar, devendo igualmente serem criados mecanismos de controlo quanto à qualidade dos mesmo.

Neste contexto, entende-se por conveniente proceder a uma actualização e definição de nova tabela de preços, por acto médico, a protocolar com a prestação de serviços de saúde privados.

5.6 De Natureza Social

5.6.1 – Farmácias Hospitalares

⁶ Observe-se o exemplo dos Bombeiros Voluntários da Calheta de São Jorge e atente-se igualmente ao estipulado pelo Decreto-Lei n.º 97/98, de 18 de Abril

A criação de “Farmácias Hospitalares”⁷ deveria ser estendida à Região, permitindo a venda de medicamentos na “dose certa” ,bem como o fornecimento de medicamentos de comparticipação a 100%, como seja o caso de medicamentos destinados a doenças do foro oncológico e as medicações “biológicas”.

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relativamente ao **CAPÍTULO V – Recomendações**, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu o seu voto favorável a todas as propostas de Recomendação apresentadas pela Comissão.

O Partido Social Democrata manifestou que, na generalidade, concordava com as recomendações emanadas do Estudo sobre o “Serviço Regional de Saúde” elaborado por solicitação desta Comissão (e que consta do Anexo II deste Relatório), tendo-se absterido relativamente às propostas elaboradas pela Comissão, reservando a sua posição final para Plenário.

O Partido Popular manifestou que, embora concordando com grande parte das Recomendações apresentadas, tendo inclusive apresentado algumas, resolveu abster-se na generalidade, reservando a sua posição final para Plenário.

O Partido Comunista Português manifestou a sua concordância relativamente às Recomendações emanadas da Comissão n.ºs 5.2.2, 5.3.1, 5.3.2, 5.3.3, 5.3.4, 5.3.5, 5.3.6, 5.3.9, 5.4.2, 5.4.3, 5.5.4, 5.5.6, 5.5.7, 5.5.8, 5.5.9 e 5.5.10.

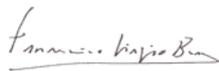
Resolveu abster-se, por entender ser necessário um maior aprofundamento dessas Recomendações, relativamente aos n.ºs 5.2.1, 5.3.7, 5.3.8, 5.5.3 e 5.6.1.

Entendeu igualmente dar o seu voto contrário às Recomendações n.º 5.3.10, 5.4.1, 5.5.1, 5.5.2 e 5.5.5.

⁷ Estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 206/2000, de 1 de Setembro

O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS, CDS/PP e PCP e a abstenção do PSD.

Angra do Heroísmo, 13 de Março de 2003



O Presidente, *Francisco Barros*

A Relatora, *Natividade Luz*



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

(Os anexos a este relatório encontram-se arquivados no respectivo processo).

(Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores foi substituído na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Fernando Lopes).

Presidente: Srs. Deputados, vejo pela vossa alegria que estão preparados da dar início ao debate sobre este relatório. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Permita-me, antes de mais, enquanto Presidente da Comissão cujo relatório acabou, para grande alegria dos presentes, de ser apresentado, aproveitar este momento para agradecer a todos, Sras. e Srs. Deputados que participaram nos trabalhos da Comissão, bem como a todas as entidades e parceiros que, de uma forma descomprometida, dum forma empenhada e manifestando desde a primeira hora

uma grande abertura e disponibilidade, participaram colaborando connosco na elaboração deste relatório.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Apoiado!

O Orador: E permita-me, Sr. Presidente, citar as palavras de alguém que foi só ex-Ministro da Saúde de França, Prémio Nobel da Paz, galardoado pelo seu trabalho enquanto fundador da Associação de Médicos Sem Fronteiras e refiro o país em si, porque ele foi considerado pela Organização Mundial de Saúde como tendo o melhor sistema de saúde do mundo e o dito senhor, de seu nome Bernard Cochiné, no VI Ciclo de Conferências do Fórum Gulbenkien de Saúde, a páginas tantas disse: “As despesas de saúde cresceram sempre mais do que as previsões, mesmo que mudem os sistemas”.

E um pouco mais à frente disse: “O homem ganha todos os anos três meses à morte e essa renovada e permanente esperança deve-o à evolução dos cuidados de saúde”.

Daí ele dizer: “Não duvido que, mesmo mudando os sistemas, a despesa será sempre superior à prevista inicialmente pelos governos”.

E conclui: “A saúde não pode ser avaliada apenas como um problema de despesa, mas sim como um bem de consumo diferente de todos os outros”.

Quando ele se refere ao crescimento da esperança de vida tem a ver com o mundo ocidental e não com um país em especial ou especificamente.

Fiz referência a isto para dizer que afinal sempre tínhamos alguma razão quando em Fevereiro de 2002, nesta mesma Casa, foi apresentada pelo Partido Socialista a Proposta de Resolução que levou à constituição da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde e tínhamos razão independentemente do facto da mesma, no debate, ter sido apelidada de manobra política, e cito o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro – espero que desta vez ele não vá buscar o dicionário – quando ele dizia: “Não fique qualquer dúvida de que o PSD tem total disponibilidade para reflectir e debater o estado da saúde da Região Autónoma dos Açores”. Fim de citação, página 40 do diário das sessões.

O Partido Socialista tinha razão desde a primeira hora, nesta Legislatura, que tem vindo a referir inúmeras vezes que o grande dilema, a grande questão que se coloca em termos da problemática do Serviço Regional de Saúde tinha a ver com a forma

como compatibilizar uma gestão de recursos humanos, de como se afiguram os casos com uma cada vez maior procura de cuidados de saúde, o que implica apetrechar e otimizar as diversas unidades de saúde existentes, bem como avaliar da necessidade do surgimento de novas valências de modo a permitir uma resposta mais atempada aos utentes.

Isto foi dito em Abril de 2001. Poderia igualmente referir o que foi dito em Novembro de 2002 e poderia referir também o que foi falado em Maio do ano passado quando o Governo Regional resolveu, por sua iniciativa, apresentar de forma clara aquilo que era na altura o défice da saúde e os motivos que concorriam para o mesmo.

Portanto, o trabalho desta Comissão não só teve toda a lógica, não só teve toda a sua contextualização e necessidade, como se revelou frutuoso.

Estou certo que todos os membros da Comissão e esta Casa ficarão, a partir deste momento, cada vez mais com melhor percepção e com um conhecimento mais aprofundado num conjunto de situações que se verificam e vão verificando por esta Região fora.

A questão de fundo que se coloca aqui, e retomando naquilo que foi sempre o objectivo da Comissão em tentar compatibilizar aquilo que por vezes pode parecer incompatível e que acabou por se consubstanciar em 26 propostas de recomendação que se apresentaram neste momento ao Governo Regional, conforme era o objecto da Comissão, indiciam que o problema do Serviço Regional de Saúde tem de ser visto de uma forma global, de uma forma estruturante e funcional, duma forma de gestão e duma forma regulamentar.

Isto implica que há todo um conjunto de mecanismos que é diferenciado do tempo, ou seja, que as recomendações que são propostas não têm todas elas aplicação imediata, não têm o mesmo impacto e algumas delas, asseguramo-lo desde já, a serem adoptadas irão certamente, numa primeira fase, obrigar a um aumento de custos, a um aumento de investimentos. Uma rede estruturada tem custos, o incremento da telemedicina tem custos, a elaboração duma carta de cuidados de saúde tem outro tipo de custos, de natureza mais funcional.

A regulamentação da Inspeção Regional de Saúde, terá custos, mas qual é o objectivo final, é reduzir o défice de per si ou é garantir a racionalização dos recursos que ao mesmo tempo irá permitir uma melhor prestação de cuidados de saúde? Nós optamos claramente por esta segunda solução.

Há que otimizar e racionalizar, atendendo que o objectivo último e primordial do Serviço Regional de Saúde é prestar um cada vez melhor cuidados de saúde aos cidadãos.

Permita-me, Sr. Presidente, para concluir deixar apenas uma nota sobre a atitude que os diferentes Grupos Parlamentares tiveram no que às recomendações e às propostas finais diz respeito.

O debate sobre a saúde não começou hoje, não acaba hoje. Isto é apenas mais uma etapa e será sempre um assunto que virá para esta Casa.

Mas, não deixa de ser estranho para este Grupo Parlamentar que o maior partido da oposição, com vontade e responsabilidades de governação, que se pretende assumir como alternativa e, ressalve-se esta nota que é importante, tendo colaborado com grande empenho em todos os trabalhos da Comissão, isto para que não fique qualquer tipo de dúvida neste aspecto, mas em termos de atitude política final, desde o princípio deste ano quando se começou a ausentar das propostas de recomendação a apresentar pela Comissão a esta Câmara e ao Governo Regional, tenha dito na reunião tida a 11 de Fevereiro, em Angra do Heroísmo, que: “precisamos de tempo para pensar e para consultar o nosso Grupo Parlamentar e as nossas estruturas partidárias”. Isto é absolutamente legítimo.

Agora, no dia 26 do mesmo mês, tenha dito: “Depois da nossa reflexão entendemos que, na generalidade, concordamos com as propostas emanadas do estudo que a Comissão encomendou, mas não pretendemos apresentar propostas de recomendação e vamos abster-nos perante todas aquelas que a Comissão apresentou”.

Depois, no dia 13 de Março, último dia dos trabalhos da Comissão tenha dito: “Se calhar o ideal era termos tido mais algum tempo, mais um mês ou dois de prorrogação do prazo para podermos pensar com mais profundidade estas questões”.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, termino já.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para deixar a nota de que quem tantas e sobejas vezes falou de saúde nesta Casa e fora dela; quem tantas e sobejas vezes levantou a bandeira da saúde como algo necessário, estruturante e cultural para esta Região; quem tantas e tantas vezes entendeu que por vezes a participação nos trabalhos da Comissão era quase um pacto de regime sujeito à sua continuidade ou não se o Governo na altura retirasse ou não o diploma da cooperação técnico-financeira com as autarquias; quem tantas e tantas vezes faz do discurso da saúde uma questão de regime, não tenha tido a capacidade política, repito, política para, ao longo de 10 meses de trabalho da Comissão, serem capazes de apresentar uma proposta que fosse para colaborar, para melhorar, rentabilizar e otimizar o Serviço Regional de Saúde.

É muito fácil, não apresentando propostas, fazer oposição dessa maneira, fazendo promessas vagas e não as materializando.

É muito mais difícil assumir que a questão da saúde é uma questão que extravasa partidos políticos, que extravasa legislaturas, que extravasa a própria Região.

É muito mais fácil entrar no discurso dizendo: “está tudo mal, está tudo num caos e o Governo não faz nada”, mas são incapazes de apresentar uma sugestão que seja para melhorar este estado de coisas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Participei nesta Comissão com muito gosto e procurei sempre dar o meu contributo, apresentando algumas propostas, algumas aceites pela Comissão.

Eu gostaria de congratular-me pela maneira como os trabalhos decorreram em Comissão, pelo menos enquanto eu lá estive, sempre numa forma aberta, em diálogo no respeito por todos.

Era natural que o partido que suporta o Governo se sentisse na obrigação ou no dever de tomar mão nos destinos que estava a levar a nossa saúde. Ainda bem que o fez, porque, como já foi dito aqui, nunca é tarde para corrigir um rumo, nunca é tarde corrigir um erro.

Agora, o que o trabalho desta Comissão não pode servir é para escamotear a incapacidade do Governo, pelo menos até à data da sua criação, em resolver os problemas do sistema regional de saúde.

Sinceramente acho que está aqui um bom contributo, mas também não me parece que seja uma bíblia ou um catecismo para o Sr. Secretário seguir, mas tem boas recomendações e queria fazer um breve comentário a algumas delas, sobretudo uma ou outra dúvida que, se calhar, também por culpa minha não fiquei esclarecido, nomeadamente na implementação do Cartão do Utente e que diz aqui o seguinte: “Daí que se entenda como estruturante a implementação do Cartão do Utente, que permitirá conhecer a sua história clínica”.

Assim sendo, gostaria de ser esclarecido sobre o que é que quer dizer “conhecer a sua história clínica”? E quero chamar a atenção que é preciso ter cuidado, porque são dados confidenciais que não podem andar a circular assim.

De resto há aqui uma série de propostas interessantes que nós votamos a favor, entre as quais as bolsas de estudo para a concessão e equiparação de médicos e de estudantes; a política de medicamentos, etc..

É fundamental que se aposte hoje em dia nos cuidados primários de saúde e aí é que deve residir a verdadeira aposta do Governo.

Das entidades que nós ouvimos quase todas, senão todas, apontavam para um investimento prioritário, não descurando, como é óbvio, os cuidados diferenciados, dos cuidados primários de saúde.

Sabe-se muito bem, e toda a gente reconhece, que é infinitamente mais barato prevenir do que tratar e daí a aposta prioritária ser nos cuidados primários de saúde.

Espero que o Governo tenha em consideração este ponto 5.3.10, que é essencial. Se queremos ter uma saúde melhor, temos que começar pela educação e prevenção da saúde.

Depois há aqui umas medidas com as quais não concordamos, nomeadamente no que diz respeito aos impostos e às taxas moderadoras que terá de ser da competência do Governo que terá de decidir se as quer implementar ou não.

Finalizaria dizendo que, ao ter participado nos trabalhos desta Comissão, saí mais rico a nível da saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando aproveitar o melhor possível estes minutos, eu gostaria também de fazer uma ligeira viagem ao passado para referir, como todos sabem, que o PCP aprovou na altura apropriada a criação da Comissão Eventual, muito embora tenhamos alertado para aspectos eventualmente complicados, no plano político, que poderiam surgir do funcionamento duma comissão destas, mas valorizámos deliberada e intencionalmente um aspecto e uma perspectiva que é aquela em que habitualmente nos colocamos, ou seja, a possibilidade de ser aprofundado o debate dum problema.

Estávamos exactamente a falar de um sector do qual se notava, na altura em que isto é feito e no tempo imediatamente anterior, especial dificuldade em lidar com ele no sentido de que ficasse, pelo menos, a sensação de que haveria evoluções, transformações ou orientações claras.

Por outro lado, também sabíamos que havia situações de ordem financeira que se vinham agravando.

A política de saúde em geral não é fácil e na nossa Região Autónoma é difícil e há razões para ser até mais cara ou ter como tendência maiores custos devido à nossa divisão por nove ilhas, todas as dificuldades que haviam e todos os mecanismos directos ou indirectos que tiveram que criar para fixar profissionais para hoje, por exemplo, termos os três hospitais que existem, termos a rede de centros de saúde que temos e, portanto, tiveram que ser estabelecidos mecanismos, e repito, uns directos, chamados de fixação, outros indirectos que têm outros nomes, mas que têm esse efeito e que foram feitos para terem esse efeito, que levaram a que parte dos

problemas fossem resolvidos, foram medidas tomadas ao longo de muitos anos, mas que geraram custo elevados.

A saúde, em termos do Serviço Regional de Saúde, nos termos em que a Constituição manda que ele seja, numa região arquipelágica distante como esta, é necessariamente cara e vai certamente continuar a ser.

O objectivo da política de saúde tem que ser o de conciliar os meios disponíveis com o maior grau de qualidade, as necessidades e a actualização que têm que haver na própria concepção do serviço de saúde.

Em certos momentos tiveram que se fixar determinadas concepções e algumas delas têm que ser evolutivas.

Eu recordo-me que quando se fixou nos anos 80 esta situação rígida ou quase rígida entre centros de saúde e depois cuidados diferenciados, talvez não se soubesse que teria como consequência que os três hospitais de cuidados diferenciados acabassem por evoluir para uma situação de cuidados polivalentes, não absolutamente diferenciados, tendo essa qualidade e essa capacidade muitas vezes aqueles cuidados que prestam são cuidados que poderiam e deveriam ser prestados noutra tipo de unidades, mas são consequência de muitas situações.

Portanto, esta Comissão fez um bom trabalho. Eu só tive possibilidade e oportunidade de participar na ponta final por razões de organização do nosso trabalho interno, tendo o Deputado Paulo Valadão acompanhado este trabalho da Comissão, mas por aquilo que eu pude observar e pelo acompanhamento que fomos fazendo, acho que o trabalho feito tem mérito e penso que foi importante para todos os deputados que participaram, foi importante para os grupos parlamentares e penso que é importante, como ponto de partida, e é assim que nós encaramos, para um debate que agora começa nesta fase com a apresentação e os comentários que estamos a fazer a este relatório e logo a seguir com a comunicação que o Sr. Secretário nos vai fazer daqui a alguns minutos.

Este é o ponto de partida e queria dizer que eu e a bancada do PCP nos situamos neste ponto de partida.

O que a Comissão recomenda todos sabemos, porque todos temos o relatório.

As posições do PCP sobre cada uma das 26 recomendações, todos os deputados sabem. Nós não quisemos reservar posição para o plenário em relação a cada uma delas.

Não escondemos que algumas destas posições assumidas poderão ter evolução, nomeadamente em função do debate posterior que os assuntos tenham e não nos sentimos em condições para definir posição sobre elas, mas definimos a nossa posição sobre as outras e quisemo-lo fazer assim.

Nós queremos que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores saiba qual é o nosso ponto de partida para um debate político e para um momento de decisão política e de decisão legislativa nalguns casos, que irá existir na Assembleia.

Penso que o Sr. Secretário Regional vai apresentar daqui a pouco um conjunto de medidas, que é um programa de meia legislatura.

Devo dizer que estamos empenhados neste debate.

Portanto, mesmo em relação àquelas que aprovámos, e que foram 16, há efectivamente algumas questões que na altura própria, relativamente a cada um dos temas, teremos que chamar a atenção.

O Sr. Deputado Artur Lima falava há pouco aqui da questão de todo o quadro, parte dele ainda inexistente, penso eu, da segurança informática e da confidencialidade. Esta é uma observação, mas há outras observações que têm que ser tidas em conta depois do quadro das medidas que são tomadas e não apenas na formulação genérica da medida.

Para terminar, porque o meu tempo vai-se escoando, gostava de pôr ênfase naquelas cinco medidas em que o nosso ponto de partida é não concordar com elas e dessas cinco gostava de salientar duas.

Uma relativamente ao problema dos cuidados primários de saúde que no texto da recomendação não estamos de acordo com a recomendação expressa de passar as listas para 2000. Não estamos de acordo com essa situação e lembramo-nos dos debates políticos que houve nesta Região no tempo em que o Sr. Dr. António Meneses era Secretário Regional da Saúde e dos debates políticos muito fortes e muito acesos havidos na Assembleia Legislativa Regional relativos a esta matéria.

Nós não estamos de acordo que se passe dos 1.500 para 2.000. Nós não estamos de acordo que se apague 25% das necessidades em clínicos gerais.

Nós não estamos de acordo que, por exemplo, com uma nova regulamentação deste tipo, uma ilha como as Flores que tem hoje três médicos lá colocados pudesse apenas ficar com dois. Fica claro que não estamos de acordo com isso.

Nós não estamos também de acordo com a recomendação, que se for adoptada ou apresentada como medida do Governo, terá que motivar um debate político muito profundo, que tem a ver com o problema da comparticipação dos utentes e sobre esta questão gostava de vos dizer o seguinte:

Acordei na segunda-feira com uma notícia da RDP na qual a senhora jornalista dizia que o “Governo do Partido Socialista vai fazer uma revolução na saúde. Os ricos passam a pagar para que os pobres a possam ter gratuita”.

Portanto, é preciso desde logo desfazer todos os equívocos que estão nesta frase propagandística, que não sei de quem é a responsabilidade, mas todos esses equívocos têm de ser desfeitos.

Primeiro, aqueles que do ponto vista patrimonial e de rendimento são ricos, não o são em termos do Serviço Regional de Saúde.

Estamos a falar de que ricos? De quem é que estamos a falar?

Estamos a falar do cidadão comum que vive dos rendimentos do trabalho, estamos a falar de cidadãos que pagam 40% dos seus rendimentos em impostos para que possam usufruir de serviços sociais básicos. Estamos a falar disso e não de outra coisa.

Estamos a falar duma filosofia de organização do Estado em termos orçamentais, em termos de receita e despesa que foi criada e que durante muito anos foi conduzida para que na pauta da despesa estivessem os serviços sociais fundamentais, nomeadamente a saúde.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Portanto, não é aceitável que se pretenda fazer face às dificuldades financeiras adulterando a natureza tendencialmente gratuita que, além de universal, o Serviço Regional de Saúde tem que ter.

Nós não aceitamos isso e lutaremos no plano político, no plano institucional, com toda a energia, contra essa situação. Nós, à partida, não aceitamos essa situação.

Há outros pontos que queria referir, mas o tempo não me permite.

Queria deixar bem clara esta ideia: este mesmo entusiasmo que nesta hora tardia eu aqui coloco, colocarei nos próximos meses em todos os debates, quer motivados por propostas do Governo, quer por quaisquer outras propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Este é o terminus duma Comissão Eventual, comissão de trabalho sobre uma temática importante, mas tal como foi dito aqui pelo Sr. Deputado José Decq Mota e muito bem, quase que, em face duma omissão do Governo, podemos dizer que a partir de agora há efectivamente uma tomada de posição sobre os assuntos e a política da saúde, tendo em conta esta omissão gravosa havida até agora.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Foi do PSD.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Refere o Programa do Governo, nos seus objectivos e medidas a executar no âmbito da saúde e cito “...promover a saúde e prevenir a doença (...), criar e desenvolver planos tendo em vista minorar as carências em recursos humanos no SRS, nomeadamente nos cuidados primários de saúde, no intuito de ir alargando a todos os utentes os cuidados em medicina familiar/clínica geral...” (citei).

Ora, dos três objectivos finais de um serviço de saúde, moderno, de acordo com orientações da Organização Mundial de Saúde, os objectivos preventivos, terapêuticos ou de recuperação e paliativos, o primeiro, para cabalmente ser cumprido, exige verdadeiras políticas de promoção da saúde e de prevenção da doença.

A prática da saúde materno-infantil evoluiu muito, mas ainda há graves lacunas de acessibilidade e são frouxas e incipientes as acções no âmbito do planeamento familiar, da educação para a saúde na escola e na comunidade, da higiene alimentar,

da sensibilização para as doenças sexualmente transmissíveis, em especial a SIDA e a HEPATITE B e das toxicodependências.

São também incipientes os planos e programas para sensibilizar as pessoas para a prevenção quanto a grupos de doenças mais prevalentes na sociedade açoriana, por exemplo, a diabetes, as doenças cérebro-cárdio-vasculares, oncológicas e até sobre a nutrição (a agravar-se em adolescentes e jovens) e a utilização de medicamentos, mormente para as pessoas idosas e doentes crónicos.

A ausência (ou quase) destas acções, o que representa um retrocesso em relação ao que se vinha fazendo, com equipas de profissionais de saúde, que não tiveram continuidade com o actual Governo, terá como resultado, a curto, a médio e a longo prazo, muitos problemas para uma sociedade, que queremos saudável.

Não é a primeira vez que trazemos esta preocupação. E o Estudo/Diagnóstico integrado no Relatório que estamos a discutir, dá-nos razão.

O estado geral da saúde da população não está bem. No mesmo, lê-se (pág. 9) que “a taxa de mortalidade infantil é elevadíssima de acordo com os parâmetros nacionais e internacionais”, (no ano de 2000 – 8,10/1000 nos Açores e 5,3/1000 no Continente), a taxa de mortalidade geral tem estado sempre acima do Continente, (no ano de 1999 – 10,2/1000 nos Açores e 8,1/1000 no Continente) e as doenças mais prevalentes, como sejam as do aparelho circulatório, da diabetes, do coração, do aparelho digestivo, são quase o dobro ou o dobro mesmo em relação ao Continente.

Estamos perante uma deficiente educação para a saúde, uma insuficiente acção na prevenção da doença, o que evidencia uma fragilidade nos cuidados primários.

Tudo isto corresponde inteiramente às recomendações do Estudo, que refere: “há que melhorar o estado da saúde da população através da prevenção, da saúde e da melhoria dos factores que a condicionam”; “os cuidados primários têm que ser substancialmente melhorados, de molde a que a população a eles recorra e deles retire os benefícios...”

O não cumprimento do objectivo preventivo, repercute-se negativamente em toda a intervenção do SRS, nos cuidados primários ou essenciais e nos cuidados diferenciados ou hospitalares, os primeiros prestados pelos Centros de Saúde e os segundos pelos Hospitais.

Diz o Programa do Governo, que cito, “... os Centros de Saúde devem assegurar a cobertura dos cuidados essenciais à população de forma personalizada e continuada...” (citei), mas não é isso que está a verificar-se nas nossas ilhas, especialmente as mais populosas, onde aproximadamente 30% da população não tem médico de família por indisponibilidade do sistema e dificilmente tem acesso a uma consulta de clínica geral e são muitos milhares os cidadãos /utentes nestas condições.

Assim, tanto nas ilhas de São Miguel e Terceira que têm 2/3 da população dos Açores, como nas ilhas de menor população, os profissionais de saúde dos cuidados primários preenchem os seus horários de trabalho em actos médicos e de enfermagem, não restando tempo para as acções que competem aos Centros de Saúde, no âmbito da promoção da saúde e da prevenção da doença, omissão com resultados francamente negativos para a nossa sociedade, repito, que se quer o mais possível saudável e para o próprio Serviço Regional de Saúde, em todas as suas vertentes, até funcionais e financeiras.

O Relatório não pode ser mais claro ao concluir que diminuíram os utentes inscritos nos Centros de Saúde (em 1997 – 175 000 inscritos, em 2000 – 154 000), diminuiu a cobertura da população (em 1997 – 75,9%, em 2000 – 64,8%).

À excepção das consultas de especialidade que aumentaram nos Centros de Saúde, diminuíram todas as consultas de clínica geral, saúde materna, saúde infantil, planeamento familiar (em 1995 – 340 947 consultas, em 2000 – 260 952, ou seja, menos 80 000 consultas). O grau de satisfação dos utentes diminuiu, os utentes não encontraram capacidade de resposta nos Centros de Saúde.

Daí a recomendação do Estudo/Diagnóstico ao referir “os cuidados primários têm de ser substancialmente melhorados, de molde a que a população a eles recorra e deles retire os benefícios que deveriam possuir”. (pág. 124)

Logo, não está o Governo Regional, como lhe competiria, a executar, com a abrangência adequada, a primeira intervenção do SRS, que são os cuidados primários ou essenciais às populações. Os cuidados de saúde diminuíram e aumentaram desmesuradamente as despesas com o sistema. Como é possível?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sabido, que quando a rede de cuidados primários não cumpre, num serviço público de saúde, são os cuidados diferenciados ou hospitalares a sofrerem as consequências, os serviços de urgência a serem mais solicitados, ocupando horas de rotina dos médicos, com uma larguíssima percentagem das chamadas “falsas urgências”, a pressão sobre as consultas de especialidade, sobre os serviços hospitalares, sobre os profissionais de saúde dos hospitais.

Referenciando ainda o Estudo “a taxa de doentes que vai à urgência dos hospitais e que ficam internados foi de cerca de 10% [...] o que significa, que cerca de 90% das urgências são falsas urgências no sentido médico” (pág. 26). De 1995 a 2000 a taxa de aumento das urgências foi de 43,5%, enquanto que no período de 1991 a 1995 tinha aumentado 13,6%. Por outro lado, houve um aumento de 82,5% de consultas externas entre 1991 e 1995 e de 1995 a 2000 cresceu apenas 11,5%, valores estes que adicionados ao decréscimo das consultas nos cuidados primários, evidenciam a procura desmesurada das urgências hospitalares em detrimento das consultas de medicina familiar.

Há, também, neste âmbito, um evidente retrocesso nas políticas de saúde.

Esta situação leva à desestruturação funcional do SRS.

É que não são estanques as duas componentes do sistema. Quando os cuidados primários de saúde não correspondem, os cuidados hospitalares são atingidos na sua capacidade de resposta e eficácia e gera desperdícios.

Há uma intercomunicabilidade de dois cuidados de saúde.

A redução ou omissão das políticas de prevenção da doença e promoção da saúde levam ao surgimento de mais doenças, que carecem de mais disponibilidade clínica. Não havendo resposta por parte dos médicos de família, a pressão verifica-se sobre os hospitais, com agravantes custos, onerando os sistema sem ganhos de qualidade, pelo contrário, penalizando-o quanto à eficiência, acessibilidade e humanização.

O SRS não está por isso afinado, sofre de disfunções, agravadas ainda pela nossa descontinuidade territorial, que exige redobrada orientação e gestão políticas e a necessária responsabilização e avaliação.

Ao nível hospitalar, a política de saúde também não cumpre cabalmente com as suas responsabilidades, não fazendo eliminar as listas de espera para consultas, exames de

diagnóstico e terapêutica e cirurgia programada nos hospitais da Região. O que não é compreensível face ao aumento desmedido de despesa que os hospitais estão a gerar, com grandes aumentos percentuais em despesas de pessoal, vencimentos, prevenções, horários acrescidos, horas extraordinárias, que representam cerca de 50% dos orçamentos das unidades de saúde.

Neste contexto, o 2º grande objectivo de um Serviço Público de Saúde, o terapêutico e de recuperação, está longe do que seria exigido, não obstante existirem mais profissionais de saúde.

Também no 3º nível de cuidados, os cuidados de saúde continuados ou paliativos, a Região está quase na estaca zero.

Com o aumento do envelhecimento da população, o aumento da esperança de vida, a maior incidência de doenças crónicas e debilitadoras, como a demência, a doença de Alzheimer, em que já não é a doença aguda que está em causa e que não se exige o envolvimento dos cuidados hospitalares e até, em parte, dos Centros de Saúde, é preciso que o Governo Regional, em parceria com as instituições de solidariedade social e são muitas as vocacionadas para tal, promova a construção de equipamentos que ofereçam melhores prestações de cuidados continuados ou paliativos, criando unidades geriátricas, apoio clínico domiciliário destinado aos utentes dependentes nas suas residências, reduzindo o internamento nas unidades de saúde desses doentes, e por conseguinte as despesas do sector da saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As apreciações políticas que aqui trazemos, evidenciando disfunções que incapacitam o SRS e que agravam o seu orçamento, leva-nos à questão do seu financiamento, da gestão e da dívida.

Em Maio passado, na sequência de notícias vindas a lume sobre a situação financeiro-orçamental do Centro de Saúde de Angra, considerado pelo Tribunal de Contas em situação de falência técnica, o PSD trouxe essa questão ao Parlamento, tendo-se gerado mais uma discussão política sobre a matéria.

Chegou-se à conclusão, que a dívida em 31 de Dezembro de 2001, era de 59,5 milhões de euros (cerca de 11,9 milhões de contos, o que o Estudo em presença veio a confirmar), depois de ter sido disponibilizada, através do Orçamento Rectificativo,

aprovado em Agosto/2001, uma verba de 59,9 milhões de euros (12 milhões de contos).

Volvidos apenas 4 meses, de Agosto a Dezembro de 2001, a dívida atingia, de novo, o considerável valor de 11,9 milhões de contos. Como é possível?

Ou seja, se em Março/Abril de 2001, em discussão também havida nesta Casa, tinha-se concluído que o défice acumulado era de 12,3 milhões de contos, incluindo as dívidas dos subsistemas, se em Agosto o Orçamento de Estado disponibilizou 12 milhões de contos, como é que em 31 de Dezembro de 2001 o défice atingia de novo 11,9 milhões de contos?

Das duas uma: ou o défice em Março/Abril/2001 era bem mais superior que os 12,3 milhões de contos e isso não foi dito, o que é grave, ou então, descobriram posteriormente alguns “buracos” no sistema, já que não nos parece possível ter-se gasto 11,9 milhões de contos em 4 meses apenas.

Como explica o Governo este acréscimo súbito da dívida?

Carece questionar em quais as unidades de saúde foram injectados os 12 milhões de contos?

O que é certo é que o PS cansou-se de criticar a dívida acumulada de 5,9 milhões de contos do SRS durante 20 anos da governação do PSD, de 1976 a 1996, e durante 5 anos, de 1997 a 2001, a dívida cresceu para os valores de 11,9 milhões de contos, mais os 12 milhões que o Estado disponibilizou, ou seja, quase triplicou.

Bem sabemos que outros cuidados de saúde começaram a ser prestados na Região, outras especialidades foram criadas, outras tecnologias foram instaladas, mas as unidades de saúde e o número de açorianos/utentes mantiveram-se iguais sensivelmente.

Já estamos em Março de 2003, pelo que importa perguntar qual a dívida em 31/12/2002 do Serviço Regional de Saúde?

Quais os valores da dívida directa aos fornecedores? Da dívida directa à banca? Da dívida indirecta à banca sobre a forma de “factoring”?

A “doença” financeira que afecta o sector da Saúde na Região, não está só na falta de recursos financeiros, não está na qualidade dos nossos profissionais de saúde, que estão ao nível dos seus colegas do resto do País e até da Europa, os problemas estão

na desorganização do sistema, na falta de reformas estruturais, na falta de responsabilização política e institucional do poder regional para com o SRS e as unidades de saúde e vice-versa.

Este rumo preocupa-nos porque tem graves consequências na capacidade futura do SRS, para cumprir com as suas obrigações para com os utentes.

Dos dados existentes do triénio 1997/1999, se é verdade que aumentou o nº de profissionais de enfermagem e do pessoal técnico, não aumentou significativamente o nº de médicos (porque há ainda em clínicos gerais um défice de 31,5%) o que levou a um aumento superior a 40% das urgências, como vimos, e os rácios do movimento assistencial são, na generalidade, inferiores aos praticados no resto do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gastar é fácil, o difícil é aplicar bem os recursos de que se dispõe e ter a coragem política para reformar.

Passaram-se 6 anos de exercício deste Governo, portanto, este Governo já tem passado e tem sido um passado de retrocesso no SRS, de falta de gestão política competente, de gestão financeira gravíssima, ao ponto de estar em causa a sustentabilidade económico-financeira do SRS.

As recomendações do Estudo/Diagnóstico encomendado pela Comissão, as recomendações propostas no Relatório, mais não são, na sua maioria, que omissões e incumprimentos por parte do Governo Regional.

Este estado grave a que chegou o SRS tem um responsável. Não são as Oposições, não são os utentes, é o Governo Regional e o Partido Socialista, que não estiveram à altura das suas responsabilidades.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, pelo que vejo, estão todos muitos animados, mas chegámos ao fim da apresentação deste relatório da Comissão Eventual para o Estudo e Financiamento da Saúde e às intervenções dos Grupos Parlamentares.

Agradecendo a vossa cooperação, passaríamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos – **Comunicação do Governo Regional ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 101.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar o trabalho da Comissão Eventual para o estudo do financiamento do Serviço Regional de Saúde (SRS), no que ele significa de esforço aturado e contributo positivo para a problemática do estado da saúde na Região, sua sustentabilidade financeira e novas soluções de financiamento.

Desde logo, convém esclarecer que, à semelhança do que acontece a nível nacional não é a quantidade e qualidade dos cuidados prestados que nos deve preocupar. É antes o da já referida sustentabilidade financeira do sistema, principal objecto de trabalho da Comissão, que revela aspectos mais preocupantes.

No entanto, apesar das dificuldades financeiras que são conhecidas no SRS, não deixámos de acompanhar o movimento de actualização salarial, aplicando na íntegra, as diferentes revalorizações das carreiras específicas do pessoal da saúde, incluindo o pagamento de retroactivos referentes ao pessoal médico afecto aos serviços de urgência hospitalares ou de atendimento permanente nos centros de saúde, em regime de trabalho extraordinário e de prevenção, os quais passaram, a partir do primeiro semestre do ano de 2000, a receber no regime de exclusividade, mesmo quando o regime de trabalho desses profissionais se enquadra no regime de tempo completo. Esses movimentos de actualização salarial foram responsáveis por uma componente significativa dos acréscimos com encargos com pessoal, os quais têm crescido, nos últimos quatro anos, a uma taxa que variou entre os 13% em 2000 e 2001, face aos anos imediatamente anteriores, e em 9%, no ano de 2002 face a 2001. Sabemos que serão necessárias algumas restrições e racionalização nesta área, sem comprometer a normal prestação dos cuidados de saúde.

A garantia da acessibilidade do cidadão é um dos direitos importantes do mesmo, perante o sistema público de saúde. Contudo, na nossa Região temos de vencer um problema de dupla dificuldade na acessibilidade: por um lado, nas ilhas onde possuímos, felizmente, recursos altamente especializados, os quais se enquadram no que de melhor se observa no todo nacional; e, por outro lado, nas ilhas não dotadas de recursos hospitalares, onde temos garantido um programa equilibrado de deslocação de especialistas, possibilitando o acesso a cuidados diferenciados de saúde nessas ilhas. De outro modo estaríamos a aumentar, perante a nossa população, a iniquidade que não é desejável em sistemas de saúde como o nosso. Esse programa de deslocação representa um custo significativo para o orçamento do SRS, mas fundamental para que o mesmo atinja os seus objectivos.

Em resultado da actuação do SRS e dos restantes actores do sistema de saúde os resultados em saúde têm melhorado significativamente ao longo dos anos. Sabemos que o SRS tem apenas uma parcela de responsabilidade nesses resultados, os quais são influenciados por uma multiplicidade de outros factores – mas, queremos ter, numa Região com as características da dos Açores, uma responsabilidade fundamental na melhoria desses resultados em saúde.

Paralelamente tem o SRS prosseguido o movimento de construções por todos os Açores, de onde se salientam a construção de novos centros de saúde da Povoação, Praia da Vitória e ainda a Unidade de Saúde da Lagoa, de remodelação das actuais unidades de saúde, salientando-se proximamente o início da construção das novas instalações do Centro de Saúde de Ponta Delgada, iniciando-se esse movimento com a construção das novas instalações do Serviço de Atendimento Urgente do referido centro de saúde, o qual irá em muito dignificar a prestação de cuidados de saúde no concelho de Ponta Delgada, proporcionando o atendimento urgente em condições de qualidade e, certamente, acompanhado da melhoria da prestação de serviços de saúde à população.

O investimento realizado em equipamentos de saúde é também relevante, não só nas novas unidades de saúde, mas também nas já existentes, onde se salientam as melhorias efectuadas nas instalações e equipamentos do Hospital de Santo Espírito mas também no Hospital da Horta, com a instalação, para breve, dos serviços de

hemodiálise e de cuidados intensivos, estes essenciais a um hospital de agudos que se quer moderno.

Detenhamo-nos então nalgumas das medidas propostas pela Comissão ao nível do seu contributo para a sustentabilidade financeira do SRS, nomeadamente nas de natureza estrutural, organizacional e orçamental e que merecerão da parte do Governo Regional atenção prioritária.

1. Elaboração da Carta de Saúde da Região – a elaboração de uma Carta de Saúde implica a inventariação de todos os recursos públicos, privados ou do sector social com interacção no sector prestador de cuidados de saúde de forma a que os mesmos possam ser articulados na resposta às necessidades em saúde da população. Obviamente, implica antes de mais, estudar o que são e quais são as necessidades em saúde da população do Arquipélago dos Açores. Identificadas as necessidades, e com base em rácios populacionais/equipamentos/recursos procede-se à definição da articulação dos diferentes recursos, de forma a obter-se uma arquitectura de equipamentos e serviços coerente e adequada. Dentro desse objectivo mais lato inserem-se outros que nos parecem de concretização mais imediata e com algum impacto significativo para a definição dos investimentos e dos futuros custos de exploração, como é o objectivo da Carta de Equipamentos de Saúde ou a definição de Redes de Referência Hospitalar.

Vamos avançar nesta matéria. Começando com a Carta Hospitalar da Região.

2. Implementação do Cartão de Utente – esta medida revela-se de carácter fundamental, não só por ser uma medida já anunciada, e em curso, que urge implementar no terreno, uniformizando assim o procedimento de identificação do utilizador dos serviços de saúde no todo nacional e regional.

3. Adopção do sistema de apoio ao médico, enfermeiro e farmácia implementado pelo IGIF, já existente no Hospital da Horta, a título experimental – esta medida tem implicações importantes ao nível financeiro, sobretudo se ao nível da gestão das Instituições existir um acompanhamento permanente e uma análise constante à informação de gestão proporcionada pela aplicação, nomeadamente à análise do perfil do prescriptor e a sua comparação com padrões médios. A implementação desta medida, associada à recente alteração no regime de comparticipação do preço do

medicamento, poderá proporcionar ganhos financeiros significativos tanto ao nível da prescrição originada no âmbito da actividade hospitalar como dos centros de saúde. Um sistema semelhante deve também ser pensado para a implementação aos centros de saúde, uma vez que o sistema aqui referido tem sido aplicado somente ao nível hospitalar, sendo porém certo que é nesse ambiente que se gera uma componente muito significativa dos custos com a participação do Estado no preço do medicamento.

4. Criação de um sistema de incentivos à fixação de Clínicos Gerais/Médicos de Família – este sistema de incentivos há muito está estabelecido, tendo vindo a sofrer actualizações ao longo do tempo. O sucesso destas medidas é fundamental ao correcto redesenho do Sistema de Saúde, o qual, na sua essência, e segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde, se deve localizar ao mais próximo nível da população, onde a prestação de cuidados de saúde preventivos é unanimemente considerada mais efectiva. Até porque falhas do sistema de medicina familiar, no qual assenta teoricamente as bases do SNS e também do SRS, levam a fenómenos de distorção que se caracterizam fundamentalmente por um excessivo recurso aos serviços de urgência, hospitalares ou não, com distorções graves no acompanhamento do doente e com sobre custos económicos e financeiros unanimemente reconhecidos, acentuado o “hospitalocentrismo” que deve ser evitado a todo o custo, situação que nem sempre tem sido conseguida, tanto a nível nacional como regional. Esta medida é complementada pela procura, que deverá ser cada vez mais activa, de novos recursos humanos na área médica, os quais terão de ser sempre sujeitos à credenciação pelo Ordem dos Médicos, em países em que o desequilíbrio entre a oferta e a procura não é tão acentuado como o é no nosso país, o que tem condicionado muito a afectação de novos recursos médicos aos cuidados primários de saúde.

5. Atribuição de Bolsas para conversão e equiparação de médicos estrangeiros – este é um programa que vigora a nível nacional, financiado por diferentes entidades, onde se salienta a Fundação Calouste Gulbenkian. É uma medida com alguns custos no curto prazo, mas cujas repercussões positivas poderão anular o custo inicial de

investimento. Esta medida, será tentada sobretudo para a captação de médicos com a especialidade de Clínica Geral, área claramente mais carenciada dentro do SRS.

6. Actualização permanente das Lista de Utentes inscritos em Médico de Família, definindo critérios de utente “passivo” e utente “activo” – é uma medida importante para a determinação do real grau de cobertura da população por médico de família, cuja concretização está ligada ao processo de informatização da informação clínica relativa ao processo do utente. Esta altura será a ideal para a definição do que é um utente “activo” ou “passivo”, abrindo assim a possibilidade de maior inscrição de utentes em lista de médico de família, desde que tal seja legalmente possível.

7. Redefinição dos Serviços de Urgência – a redefinição do funcionamento das urgências hospitalares e dos atendimentos urgentes em centros de saúde é uma necessidade. O acréscimo de procura a estes serviços, observado nos últimos anos, coloca uma pressão excessiva na organização desses serviços e custos acrescidos para o sistema de saúde. Essa redefinição é premente em quase todas as ilhas – exceptuam-se aquelas onde só existe um Centro de Saúde – e esbarra em hábitos de procura instalados e em forte oposição dos profissionais e também dos utentes. É necessário encetar um movimento desta natureza, o qual tem repercussões óbvias em termos de custos e de libertação de recursos humanos para outras actividades.

8. Revisão do regime de prevenção e presença física – é uma medida importante e a necessitar de definição das especialidades que devem estar ou não em prevenção bem como de critérios uniformes entre as diferentes unidades de saúde, em reuniões com os respectivos órgãos de gestão, bem como os horários especiais e o trabalho suplementar.

9. Implementação da prescrição obrigatória de genéricos no Serviço Regional de Saúde – é uma medida com impacto positivo no custo da participação no medicamento. A prescrição por genérico é uma regra no internamento hospitalar ou do centro de saúde, associado a outras medidas de racionalização como o sistema de distribuição em unidose.

Nesta matéria convém avaliar correctamente os efeitos que resultarão da entrada em vigor de legislação recente.

10. Estabelecimento de protocolo com o Ministério da Saúde, de forma a garantir o princípio da mobilidade em todo o território nacional (“dívida” do SRS ao SNS) - O problema do relacionamento financeiro respeitante à articulação entre o SNS e o SRS, por forma a garantir a complementaridade entre os dois Sistemas, assumindo o direito à protecção da saúde e o dever constitucional de a defender e promover, é um problema que se arrasta no tempo.

Com efeito, não é técnica nem financeiramente justificável ao SRS garantir alguns cuidados de saúde muito especializados – por questões de dimensão populacional, por carência de recursos muito especializados e por questões de custo/benefício – sendo esses cuidados garantidos, a nível nacional por hospitais centrais, por hospitais especializados em oncologia, cardiologia e pediatria.

Em consequência, esses hospitais já são financiados em conformidade com as suas atribuições muito específicas, pelo que é, em nosso entender, defensável a dispensa do suporte financeiro que, desde há muito tempo, vem sendo imputado ao SRS e, de forma muito particular, aos nossos hospitais.

Sendo o SNS esmagadoramente financiado por impostos, gerados no todo nacional, a esses hospitais centrais, que concentram recursos muito especializados a nível nacional, competirá garantir a prestação de cuidados de saúde que lhes compete, em consequência com o financiamento acrescido que lhes é atribuído para esse efeito.

A nível regional várias tentativas no sentido da resolução deste assunto têm sido equacionadas ao longo do tempo. O entendimento, a nível regional, tem sido o de não assumir a dívida a Instituições integradas no SNS, respeitante à prestação directa de cuidados de saúde.

Em consequência, a dívida das Instituições do SRS a Instituições do SNS, tem evoluído significativamente, concentrando-se maioritariamente, como seria de esperar, nos hospitais da Região. Esta é uma medida de cariz essencialmente político e por essa via deverá ser assumida e negociada. Recentemente, com o Despacho nº 25.360/2001 que garante o acesso dos imigrantes ao SNS em igualdade de tratamento com os respectivos beneficiários – é mais escandalosa, e politicamente insustentável, a cobrança aos açorianos e madeirenses.

11. Estabelecimento de convenções com entidades privadas de serviços de saúde, com especial incidência nas ilhas sem esses meios (ex. Bombeiros Voluntários da Calheta – Dec. Lei 97/98) – é uma hipótese aceitável caso os cuidados de saúde prestados se mostrem imprescindíveis à população. No caso exemplificado, trata-se de uma convenção na área da mamografia, eventualmente enquadrável no âmbito de programas de rastreio do Cancro da mama, onde se prova que esta opção é economicamente vantajosa. Será útil também, caso essa convenção reduza o número de deslocações de doentes, que o custo dessa convenção não seja superior àquele que seria suportado por recurso ao sector público da prestação de cuidados de saúde. É, neste caso, o que faremos proximamente.

Mas, para além do que atrás se disse, parece-nos urgente a adopção imediata de algumas medidas.

Desde 1998 que na Região Autónoma dos Açores foi autorizada (Despacho Normativo 89/98, de 26 de Março) a utilização de um instrumento financeiro tipo “factoring”, isto é, uma forma de cessão de créditos em que os credores das unidades de saúde do SRS entregam a uma instituição financeira para tal competente, a qual assume o risco da cobrança mediante um determinado preço.

O devedor (neste caso das unidades de saúde) não intervém no contrato, não havendo nessa medida um seu endividamento. Limita-se ao pagamento de uma compensação financeira se os créditos cedidos pelos respectivos fornecedores não forem pagos num dado prazo.

Mas, para além disso e num plano puramente económico, tem-se verificado um significativo crescimento anual do recurso ao sistema de pagamento a fornecedores de unidades de saúde e um crescimento dos juros a pagar.

Portanto, se do ponto de vista legal se mantém a convicção da legalidade do procedimento em vigor desde 1998, do ponto de vista económico é inevitável a adopção de medidas que dêem garantias efectivas de racionalização da sua utilização.

Especificando melhor, entende-se pois que devem:

- Ser estabelecidos critérios objectivos que condicionem o recurso ao pagamento através daquele sistema e regras de acompanhamento e de avaliação sistemática da situação;*
- Ser estabilizada a actual situação financeira das unidades de saúde de modo a evitar quebras abruptas que possam conduzir a rupturas indesejáveis em áreas com esta delicadeza social;*
- Ser analisadas o modelo e as actuais condições de financiamento das unidades de saúde no sentido de apurar se existe uma situação de inadequação,*

inclusivamente de sub-financiamento que justifique total ou parcialmente este acréscimo de recurso à cessão de créditos;

- Ser definidas, discutidas e implementadas medidas de contenção de gastos, designadamente através do estabelecimento de padrões de actuação e normas de boa prática adequados, caso se verifique haver uma concorrência de causas em que as ligadas modelo de distribuição de recursos emparelhem com outras imputáveis a insuficiente rigor na utilização dos recursos.

Reconhece-se ser difícil desenvolver rapidamente, em simultâneo e de modo global, as quatro vertentes de intervenção. No entanto, parece possível e desejável tomar desde já as seguintes medidas:

- Um instrumento de tipo “factoring” visa especificamente a antecipação de uma cobrança que, por razões diversas, está atrasada. Nessa perspectiva e agora do lado do devedor (as unidades de saúde) devem ser estabelecidos por Despacho Normativo limites objectivos ao recurso à cessão de créditos.

Competirá ao Instituto de Gestão Financeira da Saúde a preparação de um esquema de controlo trimestral do cumprimento destes limites, cuja ultrapassagem deverá determinar o congelamento, no duodécimo de exploração, do valor correspondente ao excesso apurado.

- Análise das actuais condições de financiamento das unidades de saúde com os seguintes objectivos:

a) Análise do modelo de financiamento utilizado em termos de equidade e de indução de responsabilização da gestão das unidades e de eficiência da sua actuação;

b) Avaliação exaustiva de eventuais novos fluxos financeiros que, em termos de “origem de recursos”, possam robustecer o orçamento do SRS;

c) Definição de modelos alternativos de distribuição de recursos que valorizem o desempenho e estimulem a eficiência num quadro que atribua prioridade aos

ganhos em saúde e respectiva valorização do respectivo impacte na situação financeira da Região.

- Análise das contas das unidades de saúde com detecção das áreas em que se registre insuficiente rigor na utilização dos recursos e levantamento exaustivo das medidas de contenção de gastos equacionáveis, privilegiando a definição de normas de boa prática adequadas, preparando uma discussão alargada a nível regional por parte dos responsáveis das unidades de saúde, antes de serem implementadas.

Para além disso, é de equacionar, de forma gradual:

- *Internamento de doentes agudos só nos 3 hospitais, podendo admitir-se internamentos transitórios em centros de saúde de ilha sem hospital;*

- *Redução das equipas de urgência dos hospitais entre as 0:00 e as 08:00;*

- *Protocolos terapêuticos definidos com base em critérios científicos: ex. – terapêutica anti-infecciosa;*

- *Indexar o nº de lugares do quadro ao efectivo nº de horas dos horários especiais;*

- *Investimentos em novos projectos passando pela acreditação dos hospitais (King's Fund), pela realização de estágios clínicos dos alunos do último ano de medicina nas unidades de saúde da RAA, com estabelecimento de protocolos com as Faculdades de Medicina, e pela implementação de novas medidas de financiamento.*

A primordial importância do direito à saúde, e as dificuldades estruturais que o seu sistema de financiamento tem revelado, e aliás na senda do bom trabalho desta comissão, obrigam a que as diversas forças partidárias tentem, numa visão mediata e construtiva, alcançar os grandes consensos necessários à sua melhoria e sustentabilidade – para lá dos tacticismos de conjuntura ou dos ganhos imediatos de quem acha que criticar tudo hoje é rentável, apenas porque se não tem responsabilidades executivas.

É o que esperamos que venha a acontecer. É sobretudo o que os açorianos precisam.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Srs. Deputados, nós vamos utilizar o regime normal das intervenções (pedidos de esclarecimento durante 3 minutos).

É meia-noite e meia. Pedia, da parte dos diversos grupos parlamentares, alguma disciplina na utilização deste regime.

Como é evidente, não há tempos atribuídos. Portanto, este regime permite o prolongamento quase indefinido deste debate.

Apelava à contenção dos grupos parlamentares, dentro da utilidade que este debate tem.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Segui com muita atenção a sua comunicação. Amanhã, de manhã, vou pedir aos serviços cópia do texto, porque quero voltar a lê-lo. Penso que é uma comunicação importante.

É absolutamente essencial, do ponto de vista da bancada do PCP, colocar uma questão ao Sr. Secretário.

Neste momento, temos na mesa duas referências: um conjunto de 26 recomendações, propostas no essencial da maioria e temos uma comunicação bem estruturada do Sr. Secretário Regional que faz a ligação da postura do Governo em relação a algumas dessas recomendações, mas não faz em relação a outras.

O problema que penso que do ponto de vista político é fundamental colocar é o seguinte:

Devemos entender a comunicação do Sr. Secretário Regional como o seu programa de trabalho para o tempo de legislatura que ainda resta, ou não devemos entender assim?

Ou seja, no essencial, as medidas que o Sr. Secretário Regional pensa vir a propor, a adoptar e a desenvolver, enquadram-se nesse texto, nesses pontos que o senhor hoje aqui anunciou ou não?

Para o futuro desenvolvimento desta discussão, para nós é essencial percebermos isto.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

É com muito gosto que respondo à sua questão.

Conforme o Presidente da Comissão Eventual para o Financiamento do Serviço Regional de Saúde, Deputado Francisco Barros, teve oportunidade de salientar há pouco na sua intervenção, naturalmente que é diverso e em termos imediatos, o trabalho da Comissão, o trabalho Parlamentar em que é feito um diagnóstico exaustivo de um conjunto de possibilidades teóricas – algumas, se calhar, desde logo, os normativos jurídico constitucionais actualmente em vigor, mesmo que fossem para ser equacionadas não seriam passíveis de implementação imediata, é diferente, daí que perceba a sua pergunta – e aquilo que, por exemplo, em termos imediatos, o Governo Regional prioriza das diversas medidas da Comissão.

Desde logo, gostava de lhe esclarecer que o Programa do Governo, como deve calcular, continua a ser o mesmo, mas há um conjunto de medidas ao nível financeiro que necessitam, em meu entender, de um conjunto de medidas imediatas para salvaguardar a sustentabilidade do sistema.

Há um conjunto de medidas que eu não referi aqui, não porque não concorde com elas, não porque elas não tenham grupos de trabalho ligadas a áreas interdepartamentais que estejam a ser equacionadas, – pedia referir, por exemplo, a telemedicina – mas porque centrei a minha intervenção no conjunto de medidas ou

de propostas da Comissão que considero prioritárias, e noutras que acho que são urgentes no sentido de controlar e conter, por exemplo, os níveis de crescimento que se têm assistido nos últimos tempos ao sistema de “factoring”.

Penso que isso é essencial e uma prioridade, sem prejuízo do sistema, sem prejuízo de se salvaguardar a prestação de cuidados de saúde, sem prejuízo de se ter uma ideia política acerca do que deva ser o sistema de saúde da Região Autónoma dos Açores, senão não iríamos inaugurar – espero que no próximo mês de Abril – a Unidade de Hemodiálise do Hospital da Horta ou se calhar não teríamos inaugurado a de Angra ou a de Ponta Delgada, porque sabemos que em termos de rácios, em termos técnicos, corresponde e é indicado, em regra para uma população semelhante à nossa, um serviço de hemodiálise.

Há também aqui custos políticos e nós devemos assumi-los em vez de falarmos só no défice.

Para além disso, é evidente que há que combater os desperdício e há que manter o sistema em moldes suportáveis, porque queremos que o sistema, nas suas linhas essenciais, no seu grande formato, continue tal como tem acontecido, com os resultados que todos nós conhecemos, se fizermos um pequeno esforço quer em termos nacionais, quer em termos regionais,

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

A saúde é um dos sectores fundamentais de qualquer acção governativa para uma avaliação da capacidade política que um Governo tem para prestar, enquanto serviço público, um melhor serviço e melhores cuidados de saúde à sua população.

A sociedade desenvolve-se com os mais adequados cuidados de saúde que tem. Qualquer diagnóstico que seja feito ao actual estado da saúde aos Açores acaba claramente numa crítica.

O auto-diagnóstico que faz o Governo sobre o actual estado do Serviço Regional de Saúde é claramente uma autocrítica.

Todo este processo que agora se pretende iniciar, sobretudo com a comunicação que o Sr. Secretário aqui faz, é um primeiro passo para um novo impulso na política de saúde que o Governo Regional quer agora implementar, cumprindo o seu próprio Programa de Governo.

A responsabilidade de uma política de saúde para a Região corresponde ao Governo. Cabe cumprir o seu próprio programa nesta legislatura.

Seja com uma Comissão Eventual que apresenta um relatório, seja com uma comunicação do Sr. Secretário à Assembleia Legislativa Regional, a verdadeira acção para uma política de saúde faz-se no plano legislativo, no plano regulamentar e na acção concreta da gestão do Serviço Regional de Saúde.

A pergunta que lhe faço é tão simples quanto isto:

Quando pretende o Sr. Secretário e o Governo Regional apresentar propostas concretas de decretos legislativos para serem apreciadas e votadas neste Parlamento?

Quando e que tipo de regulamentação está prevista para o actual Estatuto do Serviço Regional de Saúde que dê cumprimento à política de saúde da Região Autónoma dos Açores?

Que acções concretas na gestão e na administração e seu calendário tem previsto o Sr. Secretário para melhorar o Serviço Regional de Saúde nos Açores, tendo em conta que o seu estado actual não é muito bom?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Se bem percebi a sua pergunta, gostava de começar por dizer o seguinte:

Embora não haja dúvidas nenhuma que as leis têm o peso que têm, ao nível, por exemplo, da regulamentação do Serviço Regional de Saúde – convém falar naquilo que falta, porque já há passos significativos dados – eu gostava de dizer que isto será feito gradualmente tendo em conta a própria lei base (o Estatuto), tendo em conta também, porque não podemos deixar de atender ao nosso redor, aquilo que são

algumas ideias, algumas soluções ou propostas de soluções que têm acontecido em termos nacionais.

É bom lembrar que se a saúde está um pouco na moda, isso acontece em termos nacionais.

É evidente que dentro da nossa Autonomia temos ideias próprias. Não teremos qualquer tipo de complexo em adaptar ou copiar, se preferirem, novas propostas, aquilo que acharmos de bom do sistema nacional. Também não teremos qualquer problema, dentro da nossa Autonomia, da Lei de Bases da Saúde, do Estatuto Regional da Saúde, de afastar ou de não aplicar aquilo que achemos que, face a nossa realidade, face aos nossos princípios, não é de ser aplicado.

Também devo confessar-vos uma excessiva fé na capacidade legiferante, nem penso que é só isso que resolve os problemas.

Aliás, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro sabe que, nestas coisas da saúde, uma arquitectura bem pensada leva algum tempo.

Será talvez isso que explica historicamente que o anterior Estatuto do Serviço Regional de Saúde, datado de 1980, teve a sua regulamentação para os Centros de Saúde em 86, a título experimental, e implementação em 89. Ao nível dos hospitais só em 1990 com o Decreto Regulamentar 12/90/A, ainda em vigor, ou seja, 10 anos depois.

Nós não estamos aqui a fazer corridas a ver quem é que regulamenta primeiro.

Conforme também deixei claro na minha intervenção, acho que é essencial neste momento atentarmos um pouco à realidade financeira, nomeadamente ao problema do factoring e do seu crescimento nos últimos tempos.

É fundamental criarmos uma base mínima de sustentação financeira que nos possa deixar absolutamente descansados acerca da perpetuação do sistema, sem prejuízo de a outro nível, obviamente, se ir trabalhando paulatinamente e ir acompanhando o que se faz em termos nacionais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Mais de 50% dos gastos em saúde são com horas extraordinárias, regimes de prevenção e regimes de chamada.

Uma pergunta concreta:

V. Exa. tem alguma proposta concreta para aplicação nesta matéria no mais curto espaço de tempo possível?

V. Exa. tem alguma proposta concreta para a questão da aquisição de bens e serviços que também cresceu muito?

Já que é preciso poupar, permita-me que lhe diga que naturalmente terá que reduzir as horas extraordinárias, mas era bom que começasse a dar o exemplo “em casa”.

Digo-lhe isto, porque faz-me alguma confusão que na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais exista chefes de divisão de si próprios. Gostaria que me esclarecesse sobre esta matéria.

Sr. Secretário, terei percebido mal ou V. Exa. terá dito que haverá a obrigação de prescrição de genéricos nas Unidades de Saúde Pública?

Ainda bem que este Governo apostou na deslocação de especialistas entre as ilhas. Só que V. Exa. terá que ter em atenção que a deslocação dos especialistas às ilhas não resolve todos os problemas. É necessário deslocar doentes das ilhas pequenas para as ilhas maiores e destas para o Continente.

Neste âmbito, gostaria de lhe perguntar também se tem algo previsto nas suas medidas imediatas para garantir a equidade e acessibilidade de todos aos mesmos cuidados de saúde.

Por fim, perguntar-lhe, Sr. Secretário, se se esqueceu da telemedicina. Ela não está implementada e é preciso implementá-la. Essa foi uma recomendação da comissão a qual não o ouvi referir na sua comunicação.

Muito obrigado.

Deputado Osório Silva (PS): Estava distraído, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

Começando pelo seu interessante rol ao nível dos gastos com a saúde, é evidente que em termos objectivos não é difícil nós olharmos para as diversas componentes do défice e identificarmos imediatamente duas (pessoal e participações), embora isto deva ser devidamente analisado na sua complexidade. Isto é evidente face à natureza do nosso sistema.

Relativamente àquilo que referiu (horas extraordinárias, prevenções, horários acrescidos, etc.) a Comissão também refere e eu também referi na minha intervenção.

Eu acho que deve ser feita e tem que ser feita com urgência, a começar pelos próprios directores clínicos (hospitais e centros de saúde), em termos de uma uniformização regional, uma reavaliação. Deve ser feita por uma razão muito simples, é que esta reavaliação deve obedecer a determinado tipo de regras. Essas regras existem, até mesmo em termos internacionais.

Portanto, se for possível aqui racionalizar, eu acho que se deve racionalizar sem pôr em causa aquilo que é essencial.

Não é só chegar aqui e dizer para se cortar 15%. Temos que ver criteriosa e tecnicamente onde é que é possível, se é que é possível – eu desconfio que é possível – reduzir alguns desses regimes excepcionais ou especiais de horários de trabalho.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Já é uma esperança!

O Orador: Quanto à aquisição de bens e serviços, a mesma tem a ver com a própria arquitectura jurídica que temos neste momento. É preciso não esquecer que as Unidades de Saúde são institutos públicos com autonomia administrativa e financeira, personalidade de direito público e, por maioria de razão, sujeitas a esse tipo de regras.

Não quer dizer que não possa haver, e até já existe, de forma directa ou sobretudo de forma indirecta, algum tipo de compras em comum.

Recentemente, como sabemos, a comunicação social excitou-se muito porque faltaram vacinas, coisa que acontece com alguma frequência.

Obviamente tive que responder por que é que faltaram vacinas. Faltaram vacinas porque há a prática, porque se poupa, dos lotes de vacinas serem comprados junto do Instituto de Gestão Financeira da Saúde Nacional, o que beneficiamos com isso em termos de custos. Também significa, como é natural nestas coisas, que ficamos um pouco dependentes dos procedimentos e das oportunidades dos outros. Provavelmente o atraso na vacina contribuiu para a redução do défice em 2002, mas é um problema que, nesta face, parece-me que está resolvido.

Em relação à chefe de divisão que é chefe de si própria, eu temo, infelizmente, que a resolução desta questão não resolva o problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde.

De qualquer modo, penso que se está a referir a uma divisão jurídica em que não é bem chefe de si própria. Tem os funcionários, não tem é mais nenhum jurista.

Sr. Deputado, nós havemos de equacionar isso na próxima revisão orgânica. Infelizmente temo que não resolva o problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde.

A respeito dos genéricos, eu não disse, Sr. Deputado, que vamos partir para a obrigatoriedade dos genéricos. Disse que não há dúvida, e é conhecido, que os genéricos, de forma directa ou indirecta, induzem benefícios ou redução de custos em termos financeiros.

De qualquer modo temos agora um conjunto de legislação que entrou em vigor muito recentemente.

Penso que, para já, devemos, até porque se trata de Lei Geral da República, analisar, controlar e acompanhar muito de perto os resultados que também para o nosso Serviço Regional de Saúde advirão da aplicação quer da obrigatoriedade dos genéricos, quer, conforme refiro na minha intervenção, da própria alteração dos critérios de participação por parte do Estado e também da Região, do próprio medicamento.

Com respeito às deslocações de especialistas às outras ilhas, não há dúvida que numa ou noutra especialidade, o programa deve ser reavaliado, mas também não há dúvida que o princípio é útil, que programa deva continuar dentro da racionalidade financeira máxima possível, reconhecendo, desde que haja necessidade para isso,

sem qualquer tipo de problema, que nalguns casos a deslocação de especialistas em vez de reduzir a deslocação de doentes, induz a deslocação de doentes, mas se for por boas razões tem e deve de ser. Naturalmente que é um programa para manter sem prejuízo de poder ser num ou noutra pormenor reavaliado.

No que se refere à telemedicina, o Sr. Deputado tem razão quando diz que na minha intervenção em não falei especificamente na telemedicina. Tenho a impressão que quando respondi à interpelação do Sr. Deputado José Decq Mota tive oportunidade de explicar porquê.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Não tenho sequer a veleidade de considerar que esta será a última intervenção, mas de qualquer das formas gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de deixar registados alguns aspectos que me parecem sobremaneira importantes neste momento e que se prendem com a questão política em si.

O primeiro facto que entendo que devo realçar é exactamente a postura deste Governo e do Sr. Secretário, que não é inédita, de vir a esta Câmara e apresentar, na sequência do relatório da Comissão Eventual, um conjunto de medidas que constituem um esforço sério e empenhado, no sentido de resolver as questões que se colocam ao sector.

Não é a primeira vez que o Governo o faz, não é a primeira vez que chama esta Assembleia a partilhar desta reflexão. A própria Comissão Eventual para o Financiamento do Serviço Regional de Saúde surgiu na sequência de um convite que foi feito pelo Sr. Presidente do Governo (pelo menos ele colocou esta questão).

Em segundo lugar e no que diz respeito às propostas que foram apresentadas pelo Sr. Secretário, também gostaria de realçar, do ponto de vista político, a ponderação, o cuidado e o realismo que foram colocados não só em relação à intervenção propriamente dita, mas em relação às questões que aqui foram colocadas.

É seguramente um factor a ser relevado, um factor a deixar registado no momento em que esta Assembleia se viu, por um lado, confrontada com o relatório amplo e detalhado sobre esta problemática e, por outro, com uma comunicação, por parte do Governo Regional, daquelas que são as medidas que considera prioritárias.

Do ponto de vista político parece-me que isto tem significado. Tem um significado grande de prestígio desta Assembleia, tem um significado grande de prestígio deste Governo e tem um significado sobretudo de demonstrar e de dar um sinal claro e firme de que o Governo Regional e o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista continuam empenhados e determinados em atacar de frente aquelas que são as questões que se colocam ao nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não há mais nenhum Deputado inscrito. Dou por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Colocava à consideração da Assembleia a seguinte Proposta de Resolução:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Março”.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecerem sentados.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa noite, Srs. Deputados e bom regresso a casa.

(Era 01,00 hora)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva **Azevedo**

Os Redactores, *Maria da Conceição Fraga Branco e José Rodrigues da Costa*